

**Crianças, Adolescentes e Transições Ecológicas:
Instituições de Abrigo e Família como Contextos de Desenvolvimento**

Aline Cardoso Siqueira

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Psicologia
sob orientação da Prof.^a Dr.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Curso de Pós-Graduação em Psicologia

Março de 2009.

Agradecimentos

Cinco anos passaram desde o início da pós-graduação em 2004, e parece que foi ontem que cheguei a Porto Alegre, vinda do interior para iniciar o mestrado e a vida acadêmica. Ao longo desse percurso, muitas vitórias foram alcançadas, mas não sem muita dedicação, esforço e uma rede de apoio social e afetivo importante! Finalmente, é hora de dar os devidos créditos. Agradeço...

Enormemente à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio, por acreditar nesse trabalho e oportunizar-me crescimento pessoal e profissional.

Às minhas queridas colegas e amigas Caroline, Sígliã, Normanda, Samara, Jeane, Josiane, Letícia, Lirene e Cátula, pela amizade e companheirismo nas tarefas domésticas do apto, nas reuniões e nas viagens “acadêmicas”, onde pudemos enriquecer nosso espírito com muita ciência e com a beleza das diferentes cidades que visitamos.

À minha relatora Prof.^a Dr.^a Sílvia Helena Koller, por acompanhar-me desde o princípio e colaborar na minha formação ao longo desse percurso.

Ao PPG em Psicologia, a todos os professores, por compartilharem seus conhecimentos e oportunizarem uma pós-graduação de excelência; e aos funcionários, em especial a querida Margarete, sempre resolvendo nossa vida com muita atenção e competência.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelas bolsas de doutorado no Brasil e de doutorado sanduíche nos Estados Unidos.

A Robin Spath, minha orientadora americana e “*big sister*”, pelo acolhimento, preocupação e carinho durante os seis meses de estadia nos Estados Unidos.

À equipe de alunas da graduação e pós-graduação que trabalharam arduamente na execução dessa pesquisa e sem elas nada seria possível: Aline M., Ana Paula Zu, Ana Paula Zo, Carmela, Cristina, Franciane, Juliana, Flávia, Lucianna, Fernanda, Jaqueline e Taíse.

Às crianças e adolescentes participantes dessa pesquisa, por abrirem seus corações e permitirem que eu pudesse crescer humanamente com suas trajetórias.

À minha família por sempre acreditarem e torcerem por mim.

E finalmente, ao motivo e motor de todas as conquistas, a quem sempre está ao meu lado nas dúvidas, angústias, medos, alegrias e realizações... ao meu marido, amigo, companheiro, incentivador absoluto, crítico, *personal traineer* e amor... Mateus!

A Autora

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	07
Lista de Figuras	08
Resumo	9
Abstract	10
Capítulo I. Introdução	11
Capítulo II. Perfil de crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social e afetivo	15
Resumo	15
Abstract	16
2.1 Introdução	17
2.1.1 Institucionalização: Transformações após o Estatuto da Criança e do Adolescente	17
2.1.2 Institucionalização: Implicações para o desenvolvimento	19
2.2 Método	20
2.2.1 Delineamento e Participantes	20
2.2.2 Instrumentos	21
2.2.3 Procedimentos e Considerações Éticas	22
2.2.4 Análises Estatísticas	23
2.3 Resultados	25
2.4 Discussão	28
2.5 Considerações Finais	31
Referências	33
Capítulo III. Instituição e Família: Percepção das figuras parentais na rede de apoio de jovens institucionalizados	37
Resumo	37
Abstract	38
3.1 Introdução	39
3.1.1 Família e Processo de Institucionalização	39

3.2 Método	44
3.2.1 Participantes	44
3.2.2 Instrumentos	45
3.2.3 Procedimentos e Considerações Éticas	47
3.3 Resultados	47
3.3.1 Características das Famílias	47
3.3.2 Estrutura e Funcionalidade da Rede de Apoio Social e Afetivo	48
3.3.3 Figuras Parentais na Rede de Apoio	49
3.3.4 Fonte e Tipo de Apoio Percebido	50
3.4 Discussão	52
3.5 Considerações Finais	55
Referências	57

Capítulo IV. Multidimensional life satisfaction, stressful events and social support network of Brazilian children in out-of-home care

Abstract	62
4.1 Introduction	63
4.2 Method	65
4.2.1 Participants	65
4.2.2 Measures	65
4.2.3 Procedures	66
4.2.4 Ethical Approval	67
4.2.5 Statistical Analyses	67
4.3 Results	68
4.4 Discussion	70
References	74

Capítulo V. Adolescentes em processo de reinserção familiar: Refletindo sobre as políticas públicas de atendimento à infância e juventude

5.1 Introdução	80
5.1.1 Legislação e Políticas Públicas relacionadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária	81
5.1.1.1 A Preservação Familiar (PF)	82
5.1.1.2 A Reinserção Familiar (RF)	87
5.1.2 Famílias em situação de vulnerabilidade social	97

5.1.3 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano	99
5.2 Método	106
5.2.1 Delineamento e Participantes	106
5.2.2 Instrumentos	106
5.2.3 Procedimentos e Análise dos Dados	107
5.3 Apresentação dos Casos	110
Caso de Rosa	110
Institucionalização	111
Processo de Desligamento	114
Relação entre família e abrigo	115
Convivência Familiar	116
Caso de Pedro	122
Institucionalização	122
Processo de Desligamento	126
Relação entre família e abrigo	127
Convivência Familiar	130
Caso de Raquel	143
Institucionalização	146
Processo de Desligamento	148
Relação entre família e abrigo	151
Convivência Familiar	152
Caso de Francisco	158
Institucionalização	160
Processo de Desligamento	162
Relação entre família e abrigo	164
Convivência Familiar	165
Caso de Davi	177
Institucionalização	180
Processo de Desligamento	186
Relação entre família e abrigo	187
Convivência Familiar	189
5.4 Discussão	199
5.5 Considerações Finais	225
Capítulo VI. Considerações Finais	229

Referências	236
-------------------	-----

Anexos

Anexo A - Roteiro da Entrevista de Reinscrição para os Participantes na primeira, segunda e terceira etapas	249
Anexo B - Roteiro da Entrevista de Reinscrição para os Familiares na primeira e terceira etapas	252
Anexo C - Termo de Concordância da Instituição	254
Anexo D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os Participantes em Processo de Reinscrição Familiar	255
Anexo E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Responsável pelo Adolescente em Processo de Reinscrição Familiar	256
Anexo F - Mapa dos Cinco Campos	257
Anexo G - Instruções Gerais para Aplicação e Levantamento dos Dados do Mapa dos Cinco Campos	259

Lista de Tabelas

Estudo I

Tabela 1. Percentual de Experimentação de Álcool, Cigarro, Drogas Ilícitas por Sexo, Tipo de Abrigo e Faixa Etária	24
Tabela 2. Médias (Desvios-Padrão) das Variáveis do Teste de Desempenho Escolar por Sexo, Tipo de Abrigo e Faixa Etária	25
Tabela 3. Médias (Desvios-Padrão) da Escala Multidimensional de Vida e das Variáveis do Mapa dos Cinco Campos por Sexo, Tipo de Abrigo e Faixa Etária	26
Tabela 4. Médias (Desvios-Padrão) do Fator de Proximidade por Sexo, Tipo de Abrigo e Faixa Etária	28

Estudo II

Tabela 1. Médias e Desvios-Padrão dos Contatos Satisfatórios, Insatisfatórios, Conflitos, Rompimentos e Fator de Proximidade por Campo	49
Tabela 2. Percentuais dos Contatos Satisfatórios, Insatisfatórios, Conflitos e Rompimentos na Relação com Figura Parentais por Sexo e Faixa Etária	50

Estudo III

Table 1. Bio-socio-demographic Characteristics of Out-of-home and Family Group ..	68
Table 2. Mean (\pm Standard Deviation) of Multidimensional Life Satisfaction, Stressful Life Events and Support Network by Groups	69
Table 3. Logistic Regression Analysis Predicting Life Satisfaction (n = 270)	70

Estudo IV

Tabela 1. Características dos participantes, número e periodicidade das Visitas Domiciliares	108
--	-----

Lista de Figuras

Estudo I

Figura 1. Mapa dos Cinco Campos	22
---------------------------------------	----

Estudo II

Figura 1. Mapa dos Cinco Campos	45
---------------------------------------	----

Figura 2. Percentuais da Localização das Figuras Parentais nos Níveis de Proximidade.....	49
---	----

Estudo III

Figure 1. Five Field Map	66
--------------------------------	----

Resumo

Este estudo investigou a problemática da institucionalização, verificando as características pessoais e familiares de crianças e adolescentes abrigados, sua percepção quanto às figuras parentais, seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social e, por fim, o processo de reinserção familiar. O Estudo I investigou o perfil dessas crianças e adolescentes, focalizando as características individuais, familiares e sociais de 155 jovens, de sete a 16 anos, da região metropolitana de POA/RS. Foram utilizados: entrevista estruturada, Teste de Desempenho Escolar, Escala Multidimensional de Satisfação de Vida e Mapa dos Cinco Campos. Os resultados indicaram a presença de fatores de risco no nível da *pessoa* (precoce experimentação de drogas e baixo desempenho escolar) e no nível do *microssistema familiar* (monoparentalidade e trabalho informal), além de diferenças entre os tipos de abrigos nos escores dos instrumentos. O Estudo II investigou como estes jovens percebem as figuras parentais em sua rede de apoio. Os dados indicam que a maioria dos participantes tem contato familiar freqüente e a existência de uma percepção positiva associada à família, sugerindo a idealização das relações familiares. Observou-se, também, um enfraquecimento da figura paterna na rede de apoio. O Estudo III investigou a vivência de eventos estressores, rede de apoio e satisfação de vida entre jovens institucionalizados e jovens que viviam com suas famílias. Uma MANOVA indicou a existência de diferença entre os grupos quanto à rede de apoio e eventos estressores, mas não quanto à satisfação de vida. No Estudo IV, sobre o processo de reinserção familiar, cinco adolescentes foram acompanhados longitudinalmente, através de visitas domiciliares, Entrevistas de Reinserção e do procedimento da *inserção ecológica*. Os resultados demonstraram que não houve uma preparação dos jovens e familiares para o retorno e não foi disponibilizado apoio após o desligamento da instituição, apontando a carência de políticas públicas de atenção a esse processo e um abismo entre o que é preconizado no ECA e o que ocorre na realidade. A necessidade de políticas públicas focalizadas nas famílias e nos processos de reinserção de jovens institucionalizados é discutida.

Palavras-chave: Institucionalização; Desenvolvimento Humano; Reinserção Familiar; Políticas Públicas.

Abstract

This study investigated institutionalization, considering children and adolescents' individual and familiar characteristics, their perception of parental figures, their social, emotional and cognitive development, and the family reunification process. Study I investigated the profile of 155 institutionalized children and adolescents, aged from seven to sixteen years old, from the metropolitan region of POA/RS, focusing on their individual, familiar and social characteristics. A structured interview, the Academic Achievement Test, the Multidimensional Life Satisfaction Scale and the Five Field Map were used. Results revealed risk factors on the *person* level (early experimentation of drugs, low values of academic achievement) and on the *family microsystem* level (single-parenthood and informal jobs), besides differences between the types of shelters regarding the instruments' scores. Study II assessed how these people perceive the parental figures in their support network. The results indicate that most of them have frequent family contact and that there is a positive perception towards the family, suggesting the existence of idealization concerning family relationships. Moreover, weakening of the paternal figure on the support network was observed. Study III investigated stressful events, support network and life satisfaction of youths living in shelters and living with their families. MANOVA indicated differences between the groups regarding support network and stressful events, but no difference related to life satisfaction. In Study IV, the family reunification process study, five adolescents were longitudinally followed, through of home visits, reunification interviews and *ecological engagement* process. The results revealed there was no preparation of the adolescents and family for reunification. Furthermore, they present the inexistence of support after such process of detachment from the institution, indicating the lack of public policies related to this process and the deep lag between what is determined by the ECA and what really occurs. The need for public policies towards family and family reunification process is discussed.

Keywords: Institutionalization; Human Development; Family Reunification; Public Policies.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A presente tese teve por objetivo investigar a problemática da institucionalização, observando o perfil das crianças e adolescentes abrigados e de suas famílias; suas percepções de família e figuras parentais; aspectos de seu desenvolvimento emocional, social e cognitivo e o processo de desligamento institucional e reinserção familiar. As instituições de abrigo para crianças e adolescentes vítimas de violência, abandono e negligência têm sido consideradas um importante problemática. O abrigamento é uma alternativa de cuidado para as crianças e adolescentes expostos a situação de risco presente e enraizada há muito tempo na sociedade brasileira (Baptista, 2006; Freitas, 1997; Leite, 1997; Marcilio, 1997; Rizzini & Rizzini, 2004), sendo foco de muitos estudos interessados em conhecer o contexto institucional e o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dessa população (Abreu, 2000; Altoé, 1990; Arpini, 2003b; Azor & Vectore, 2008; Barros & Fiamenghi Jr, 2007; Bolwby, 1976/1981; 1973/1998; Carvalho, 2002; Cavalcante, Magalhaes, & Pontes, 2007; De Antoni & Koller, 2000; Dell’Aglia, 2000; Guirado, 1986; Grusec & Lytton, 1988; Prada, Williams, & Weber, 2007; Ribeiro & Ciampone, 2002; Rizzini & Rizzini, 2004; Silva, 1997; Silva, 2004; Siqueira, Betts, & Dell’Aglia, 2006; Tizard, Cooperman, Joseph, & Tizard, 1972; Yunes, Arrieche, Tavares, & Faria, 2001; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004; entre outros).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, tem influenciado fortemente o cotidiano institucional e apesar de seus 18 anos de existência, ainda hoje são encontradas entidades de abrigo em processo de reordenamento institucional. Por exemplo, na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul, os abrigos do Governo Estadual sofreram o reordenamento ainda na década de 90, fazendo com que os abrigos institucionais fossem substituídos por abrigos residenciais, cumprindo as orientações do ECA (Albornoz, 1998), ao passo que os abrigos municipais iniciaram este processo nos últimos anos (Fundação de Assistência Social e Cidadania, 2006). Frente às determinações do Estatuto, de acordo com Guará (2006), a primeira providência desempenhada pelas instituições tem sido reordenar a estrutura física dos abrigos, transformando grandes espaços em pequenas salas e quartos, ou mesmo, diminuindo o número de abrigados. Entretanto, as determinações pontuadas pelo ECA (1990) não dizem respeito somente à redução do porte das instituições, mas também à indicação de que essas alterações físicas devem estar acompanhadas de um novo programa socioeducativo. Do contrário, pequenas residências reproduzirão o mesmo sistema de atendimento das grandes instituições (Guará, 2006). Da mesma forma, para Arpini (2003a), a

renovação proposta pelo ECA não garantiu que alguns dos vícios, abusos e violências, característicos das instituições totais, não se reproduzissem no novo modelo, sendo necessário, assim, investir em uma mudança qualitativa no interior das instituições.

As determinações do ECA (1990) têm levado a melhorias no atendimento e nas condições de moradia dos jovens em situação de institucionalização, fazendo-se pensar que a instituição de abrigo pode ser um espaço que promova o desenvolvimento saudável (Siqueira & Dell'Aglio, 2006; Yunes, Miranda, & Cuello, 2004). Dessa forma, estudos que investiguem as atuais condições de vida dessas crianças e adolescentes após o impacto das determinações do ECA (1990) tornam-se necessários. Embora o abrigo seja uma medida de proteção temporária e provisória, utilizada sempre que os direitos das crianças e adolescentes são ameaçados ou violados, tal condição não impede que o tempo presente na instituição seja vivido como uma possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente, a partir de um processo de inclusão social e construção de uma identidade positiva (Guará, 2006). Sendo o abrigo uma medida provisória, torna-se importante também compreender como o processo de desligamento e reinserção familiar tem ocorrido na realidade brasileira.

O movimento no ambiente ecológico, ocasionado pelo afastamento familiar, entrada na instituição de abrigo e posterior reinserção familiar, leva a uma mudança no espaço ecológico com importante repercussão para a vida das crianças e adolescentes que vivenciam este processo, correspondendo a uma transição ecológica. As transições ecológicas são entendidas como uma função conjunta de mudanças biológicas e circunstanciais, ocorrendo sempre que a posição do indivíduo no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos (Bronfenbrenner 1979/1996). As transições ecológicas são entendidas como processos que resultam em uma reorganização qualitativa, tanto em nível psicológico quanto comportamental (Bronfenbrenner, 1986), além de serem geradoras de mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações, sendo vivenciada por todos os indivíduos ao longo do ciclo vital. Dessa forma, o ingresso em uma instituição de abrigo configura uma transição ecológica e exige esta reorganização interna e externa, pode proporcionar oportunidade de desenvolvimento.

Esta tese de doutorado é composta por quatro estudos, sendo que o primeiro corresponde a um levantamento do perfil das crianças e adolescentes institucionalizados, tendo como foco o desempenho escolar, a satisfação de vida e a rede de apoio social e afetivo, o segundo apresenta a percepção dessas crianças e adolescentes quanto às suas famílias e figuras parentais, o terceiro se refere a uma investigação sobre aspectos desenvolvimentais, como satisfação multidimensional de vida, eventos estressores e rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados e que moravam com suas famílias, e o quarto estudo

investigou cinco casos de reinserção familiar. Os três primeiros estudos derivaram da pesquisa intitulada “A Instituição, a escola e a rua como contextos ecológicos de promoção de resiliência para jovens em situação de risco”, coordenada pelas Prof.^{as} Dr.^{as} Sílvia Helena Koller e Débora Dalbosco Dell’Aglío, contemplado pelo Edital do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX/2005. É resultado da parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), tendo por objetivo avaliar o desenvolvimento emocional, social e cognitivo de crianças e adolescentes advindos de três contextos ecológicos de desenvolvimento: rua, família e instituições de abrigo, em dois momentos distintos do tempo. O grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Adolescência assumiu a responsabilidade de realizar a pesquisa junto às crianças e adolescentes abrigados na cidade de Porto Alegre e Viamão, e após a finalização dessa pesquisa, para os jovens em reinserção familiar, foi proposta a participação no quarto estudo.

No capítulo intitulado “Perfil de crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social e afetivo” é apresentado um levantamento das principais características dos jovens que vivem em abrigos das cidades de Porto Alegre e Viamão/RS, bem como de suas famílias. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e transversal que buscou traçar um perfil desses jovens. As questões que permeiam a institucionalização e o contexto familiar são discutidas nesse trabalho.

O capítulo “Instituição e Família: Percepção das figuras parentais na rede de apoio de jovens institucionalizados”, escrito em colaboração com as psicólogas Carmela Tubino e Cristina Schwarz, representa um estudo qualitativo e transversal, que teve por objetivo conhecer a percepção de família e das figuras parentais na rede de apoio desses jovens. Para isso, dados advindos instrumento Mapa dos Cinco Campos (adaptado para uso com jovens em situação de institucionalização por Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, 2006) foram analisados qualitativamente, com vistas a conhecer a posição das figuras parentais na rede, quando eram citadas como parte da rede de apoio pelos participantes.

O capítulo “*Multidimensional life satisfaction, stressful events and social support network of Brazilian children in out-of-home care*” refere-se a um estudo realizado em parceria com Robin Spath, PhD, professora de pós-graduação da Universidade de *Connecticut School of Social Work/USA*, e Prof.^a Dr.^a Sílvia Helena Koller, durante o período de estágio de doutorado sanduíche no exterior, orientado pela professora Robin Spath, PhD, da Universidade de *Connecticut*. Trata-se de uma pesquisa transversal que objetivou investigar, através de análises multivariadas, as diferenças entre as crianças e adolescentes que vivem em instituições de abrigo e com suas famílias quanto às seguintes variáveis: satisfação

multidimensional de vida, eventos estressores e rede de apoio social e afetivo.

O capítulo intitulado “Adolescentes em processo de reinserção familiar: Refletindo sobre as políticas públicas de atendimento à infância e juventude” objetivou conhecer o processo de desligamento institucional e, subsequente, reinserção familiar de adolescentes abrigados. Este estudo longitudinal e qualitativo acompanhou cinco jovens durante um período que variou de cinco a 18 meses, a partir de entrevistas com os adolescentes e seus familiares, visitas domiciliares, visitas aos abrigos, registros em diário de campo, baseado no procedimento teórico-metodológico da *inserção ecológica* (Ceconello & Koller, 2003; Prati, Couto, Moura, Poletto, & Koller, 2008). A análise dos dados longitudinais envolveu a sistematização e operacionalização dos quatro aspectos da Teoria Bioecológica, proposta por Bronfenbrenner (1986; 1989; 1990; 2004) – *pessoa, processo, contexto e tempo*, possibilitando uma compreensão ampla e contextualizada do tema da reinserção familiar.

Após a apresentação dos capítulos acima mencionados, são apresentadas as considerações finais dessa tese, nas quais as questões de pesquisa são retomadas, integrando os dados dos quatro capítulos desenvolvidos, salientando as principais conclusões dos estudos. Além disso, sugestões para novas pesquisas e trabalhos de intervenção com adolescentes que vivem em situação de institucionalização e em processo de reinserção familiar são discutidos.

CAPÍTULO II

ESTUDO I

Perfil de crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social e afetivo¹

Resumo

Este estudo investigou o perfil de crianças e adolescentes institucionalizados, considerando características individuais, familiares e sociais. Participaram 155 crianças e adolescentes, de sete a 16 anos ($M=11.72$; $SD=1.97$), de abrigos governamentais e não-governamentais da região metropolitana de Porto Alegre/RS. Os instrumentos utilizados foram uma entrevista estruturada, Teste de Desempenho Escolar, Escala Multidimensional de Satisfação de Vida e Mapa dos Cinco Campos. Os resultados indicam a presença de fatores de risco entre os participantes, tais como, precoce experimentação de drogas, baixo desempenho escolar, alto índice de repetência, famílias monoparentais, pais com baixa escolaridade e atividades laborais informais. Diferenças quanto à percepção de rede de apoio social e afetivo e satisfação de vida entre os tipos de abrigos foram observadas. O conhecimento do perfil das crianças e adolescentes institucionalizados possibilita o planejamento de programas de intervenção que previnam fatores de risco e promovam ações que levem ao desenvolvimento saudável destes jovens.

Palavras-chave: perfil; institucionalização; crianças; adolescentes.

¹ Este artigo foi escrito em co-autoria com a Prof.^a Dr.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio e submetido à revista científica "*Psicologia: Teoria e Pesquisa*", seguindo suas normas de redação.

Institutionalized children and adolescents' profile: Academic achievement, life satisfaction and emotional and social support network

Abstract

This study investigated the institutionalized children and adolescents' profile in the south of Brazil, considering their individual, familiar and social characteristics. The participants were 155 children and adolescents, aged from seven to 16 years old ($M=11.72$; $SD=1.97$), from governmental and non-governmental shelters in the metropolitan region of Porto Alegre/RS. A structured interview, the Academic Achievement Test, the Multidimensional Life Satisfaction Scale and the Five Field Map were used. The results revealed risk factors among the participants, such as early experimentation of drugs, low values of academic achievement and high frequency of school failure, single parents with low academic achievement and informal jobs. Also, differences between the types of shelters were observed regarding the perception of the support network and life satisfaction. The knowledge of this group's profile makes it possible to plan programs which can prevent risk factors and develop actions that lead to the young's healthful development.

Key words: profile; institutionalization; children; adolescents.

2.1 Introdução

A institucionalização na infância e na adolescência tem sido investigada no Brasil por estar presente na realidade de muitas famílias em condições socioeconômicas desfavorecidas. Um Levantamento Nacional de Abrigos Brasileiros para Crianças e Adolescentes (Silva, 2004), realizado em 2004, encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos, sendo na sua maioria meninos entre as idades de sete e 15 anos, negros e pobres. Divergências encontradas na literatura quanto ao impacto de um período de institucionalização têm impulsionado pesquisas na área, que buscam verificar os atuais efeitos da institucionalização para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Assim, o objetivo desse estudo é investigar o perfil das crianças e adolescentes institucionalizados no sul do Brasil quanto a variáveis individuais, como satisfação de vida e desempenho escolar, entre outros aspectos; variáveis familiares, como características das famílias de origem, contato com a família; e variáveis sociais, como a percepção e constituição da rede de apoio social e afetivo.

2.1.1 Institucionalização: Transformações após o Estatuto da Criança e do Adolescente

A lei que norteia as diretrizes e normas das instituições que atendem crianças e adolescentes afastados do convívio familiar é o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). O abrigamento é uma medida de proteção, de caráter provisório e excepcional, utilizada sempre que os direitos das crianças e adolescentes são ameaçados ou violados. Envolve o afastamento da criança ou adolescente da convivência familiar e a passagem da guarda provisória destes para o dirigente do abrigo (ECA, 1990; Gulassa, 2006). No entanto, a política de atendimento à infância e à juventude em situação de abandono vem sofrendo modificações, visto que o gerenciamento e a implantação destas políticas saíram, gradativamente, do domínio da igreja, passando por profissionais filantropos, até ser de responsabilidade do Estado (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

Antes da promulgação do ECA (1990), as instituições de abrigo seguiam o *Código de Menores*, que estabelecia diretrizes e norteava o atendimento aos jovens com base na correção disciplinadora. Estas instituições caracterizavam-se por grandes espaços físicos, nos quais muitas crianças e adolescentes viviam em regime coletivo, com horários rigidamente determinados para toda atividade e sob um atendimento padronizado, agrupados por sexo e idade (Albornoz, 1998; Cabral, 2002; Guirado, 1986). O principal objetivo do atendimento

nessas instituições era fornecer condições básicas mínimas, não havendo uma preocupação com a individualidade e a conservação de laços familiares. Estas instituições, conhecidas como instituições totais, foram estudadas por inúmeros autores que, na grande maioria, destacavam os efeitos prejudiciais ocasionados pelo atendimento nas instituições (Bowlby, 1973/1998; Cabral, 2002; Goffmam, 1974; Guirado, 1986; Marin, 1999; Saraiva, 2002; Silva, 1997).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) destaca a convivência familiar e comunitária como direito fundamental, estabelecendo como prioridade a desinstitucionalização do atendimento à infância e à juventude em situação de risco e a reordenação das instituições existentes. Assim, estes abrigos devem assumir caráter residencial, oferecendo atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos, entre outras determinações.

Considerando a forma de estruturação e funcionamento das antigas instituições, as instituições totais, e o que o ECA preconizou em 1990, observa-se a existência de um grande abismo, levando a uma profunda reformulação tanto do espaço físico das instituições de abrigo quanto da forma de funcionamento em si. Entretanto, o principal desafio estabelecido pelo ECA (1990) não foi o da redução das instalações físicas dos abrigos, mas sim a construção e implementação de um novo programa socioeducativo. Este programa deveria buscar o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes abrigados, vendo-os como seres humanos em desenvolvimento, com potencialidades e limitações, dissociando o abrigamento da função exclusivamente assistencialista e da idéia de depósito de jovens “problemáticos”. Do contrário, pequenas residências reproduzirão o mesmo sistema de atendimento das grandes instituições (Guará, 2006).

Esse novo panorama preconizado pelo ECA (1990) tem possibilitado o entendimento de que a instituição pode ser um contexto de desenvolvimento, proporcionando o provimento material, como alimento, vestuário, um ambiente seguro, além de possibilitar relações afetivas duradouras e estáveis. Esta nova perspectiva também permitiu um modo diferenciado de avaliar o espaço institucional, a partir dos aspectos protetivos e de risco presentes. Como modalidades que seguem estas orientações, no sul do Brasil, encontram-se, por exemplo, os abrigos residenciais, vinculados ao Governo Estadual, e as casas lares, ligadas geralmente a entidades não-governamentais. Os abrigos residenciais (ARs) são casas que abrigam no máximo 15 crianças e adolescentes por, no mínimo, uma dupla fixa de monitores, preferencialmente de ambos os sexos, alternados em plantões. Estes abrigos contam ainda com uma equipe de profissionais (Albornoz, 1998). As casas lares constituem-se em uma modalidade de abrigamento semelhante aos abrigos residenciais, diferindo no fato de atender

no máximo dez crianças e adolescentes, e dos mesmos serem atendidos por uma mãe social (podendo incluir o esposo e seus próprios filhos), sendo esta figura constante nos três turnos do dia. Geralmente, não possuem uma equipe técnica ampla como os ARs, contudo sob esse sistema, as crianças e adolescentes mantêm contato com uma estrutura mais próxima da familiar, participantes das tarefas diárias da casa.

2.1.2 Institucionalização: Implicações para o desenvolvimento

Inúmeras pesquisas têm sido realizadas com o intuito de conhecer como está sendo o desenvolvimento e qual é a percepção das crianças e adolescentes institucionalizados quanto a si mesmos, à instituição de abrigo, sua visão de família, eventos de vida, envolvimento em brincadeiras lúdicas, percepção de rede de apoio, por exemplo (Arpini, 2003; De Antoni & Koller, 2000; Dell’Aglío, 2000; Dell’Aglío & Hutz, 2000; Martins & Szymanski, 2004; Oliveira, 2006; Pasian & Jacquemin, 1999; Silva, 2004; Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006). O desenvolvimento cognitivo constitui-se em um importante aspecto a ser pesquisado em crianças e adolescentes institucionalizados. O desempenho escolar e o nível intelectual são considerados fatores individuais que podem moderar os efeitos negativos do estresse, operando como fator de proteção (Garnezy, Masten & Tellegen, 1984). Estudos apontam que crianças que tiveram uma vida difícil ou problemas nas relações parentais podem apresentar dificuldades de adaptação e de aproveitamento na escola (Ferreira & Marturano, 2002).

A satisfação de vida é outro aspecto importante a ser investigado entre as crianças e adolescentes afastados da família. É um componente do bem-estar subjetivo, e está relacionado à avaliação cognitiva global, aos julgamentos que um indivíduo faz sobre sua própria vida que envolve os aspectos racionais e intelectuais (Ryff & Keyes, 1995). A avaliação pessoal inclui os aspectos reais da vida da pessoa, considerando os pontos positivos e negativos, e chegando a um julgamento de satisfação de vida (Diener, Suh, Lucas & Smith, 1999; Lucas, Diener & Suh, 1996). Além de uma avaliação global, o indivíduo também pode emitir julgamentos de domínios específicos de sua vida, como trabalho, escola, amizades, amor, entre outros (Lucas, Diener & Suh, 1996). Entre os fatores associados à satisfação de vida, encontra-se a rede de apoio social.

Rede de apoio social é definida como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo. Está relacionada à percepção que a pessoa tem de seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer vínculos, e com os recursos que esse lhe oferece,

como proteção e força, frente a situações de risco que se apresentam (Brito & Koller, 1999). A rede de apoio social está associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (Samuelsson, Thernlund & Ringström, 1996; Sluzki, 1997), sendo um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais (Masten & Garmezy, 1985), atuando como fator de proteção.

Para as crianças e adolescentes que vivem em abrigos, as pessoas com as quais esses convivem passam a integrar as suas redes de apoio social e afetivo, fazendo do abrigo o seu ambiente principal (Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006; Yunes, Miranda & Cuello, 2004). É no abrigo que realizam um grande número de atividades, desempenham papéis e funções e interagem, abrindo espaço para o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto estável. Assim, embora a institucionalização geralmente esteja relacionada a sofrimento e rompimentos, os abrigos podem proporcionar um espaço seguro e protetivo, possibilitando acolhimento e relações satisfatórias (Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006).

Apesar da constatação de uma mudança no panorama das instituições de abrigos atuais, existe ainda uma carência de estudos no Brasil que forneçam dados específicos sobre as características das crianças e adolescentes abrigados e suas famílias de origem. Assim, este estudo busca descrever o perfil da criança e adolescente abrigado do sul do Brasil, conhecendo suas características individuais, familiares e sociais. A literatura, em geral, tem apontado que as famílias das crianças e adolescentes abrigados possuem condições socioeconômicas desfavorecidas, baixa escolaridade e profissões informais, e que as crianças apresentam dificuldades escolares e baixos índices de desempenho escolar (Dell’Aglío, 2000; Silva, 2004). Desta forma, neste estudo procurou-se verificar esta situação e, por outro lado, procurou-se investigar se o abrigo pode ser percebido positivamente na rede de apoio social e afetivo desses jovens, através das variáveis avaliadas pelo Mapa dos Cinco Campos (média dos contatos nos campos, conflitos, rompimentos e fator de proximidade). Além disso, buscou-se verificar as diferenças entre sexo, tipos de abrigo e faixa etária.

2.2 Método

2.2.1 Delineamento e Participantes

Este estudo consiste em uma pesquisa transversal e exploratória. Participaram 155 crianças e adolescentes institucionalizados, de ambos os sexos, de sete a 16 anos ($M=11,72$; $DP=1,97$), sendo que 82% estavam em abrigos governamentais e 18,1% estavam em abrigos

não-governamentais da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. São jovens afastados do convívio familiar, por medida de proteção judicial, em função de maus-tratos, negligência, abandono, violência física, sexual e psicológica. A média de tempo de institucionalização desses jovens foi de 35,3 meses ($DP=35,14$), variando entre um mês e 149 meses. O critério de inclusão utilizado foi ter idade entre sete e 16 anos; e o critério de exclusão foi possuir alguma deficiência mental e/ou cognitiva que pudesse interferir no entendimento dos instrumentos. Esta informação foi obtida com os técnicos dos abrigos.

2.2.2 Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos: (1) Entrevista estruturada: objetivou coletar dados biosociodemográficos dos participantes e suas famílias, como sexo, idade, escolaridade, constituição familiar, contato com a família, experimentação de drogas, entre outros; (2) Teste de Desempenho Escolar (Stein, 1994): é um instrumento psicométrico que busca oferecer uma avaliação das capacidades essenciais para o desempenho escolar através dos subtestes escrita, aritmética e de leitura (*Alpha de Cronbach* total=0,98); (3) Escala Multidimensional de Satisfação de Vida (EMSV, Giacomoni, 2002; Giacomoni & Hutz, 2008): é uma medida multidimensional de 50 itens, cujo objetivo é avaliar a satisfação de vida, apresentando consistência interna adequada (*Alpha de Cronbach*=0,93) e correlações apropriadas com outras medidas (Giacomoni & Hutz, 2008); e (4) Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996, adaptado por Hoppe, 1998): é um instrumento que avalia estrutura e função da rede de apoio social e afetivo, a partir dos cinco campos: Família, Escola, Amigos, Parentes e Contatos Formais. Baseado no estudo de Siqueira, Betts e Dell'Aglio (2006), o Campo Abrigo foi acrescentado, considerando a importância desse contexto para os participantes, e os campos Amigos e Parentes unidos, preservando, assim, os cinco campos (Figura 1). Os dados foram registrados, como informações sobre satisfação/insatisfação, conflitos e rompimentos nas relações.

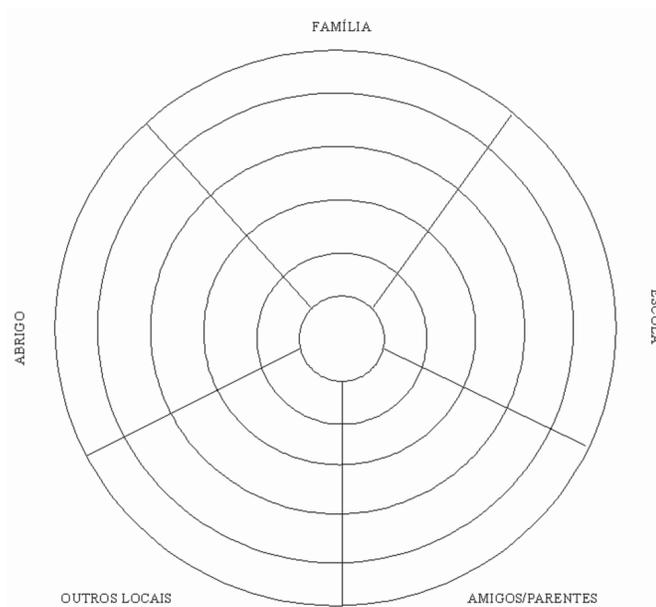


Figura1. Mapa dos Cinco Campos (Siqueira, Betts, & Dell'Aglio, 2006)

2.2.3 Procedimentos e Considerações Éticas

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (processo nº 2006533) e as diretorias técnicas dos abrigos autorizaram a sua realização através da assinatura do “Termo de Concordância”. As crianças e adolescentes, que cumpriam os critérios de inclusão, foram convidados a participar do estudo. A coleta de dados foi realizada por uma equipe de pesquisadoras composta por alunas da graduação e pós-graduação do Instituto de Psicologia/UFRGS. Foram realizadas reuniões semanais com a equipe, que recebeu treinamento para o uso dos instrumentos e para sua aplicação. Após o treinamento da equipe e um período de inserção nos abrigos, os participantes foram convidados a integrarem o estudo e, aqueles que aceitaram, responderam aos instrumentos de forma individual em seus horários livres, entre os meses de abril e julho de 2006, em salas cedidas pelos próprios abrigos.

2.2.4 Análises Estatísticas

Os dados foram analisados através do *SPSS for Windows 13.0*. Análises descritivas e testes Qui-quadrado foram utilizados para identificar as características biosociodemográficas dos participantes e compará-las por sexo, tipo de abrigo e faixa etária. *Correlações de Pearson* foram realizadas para verificar relações entre tempo de institucionalização, idade e médias dos instrumentos. *Testes t de Student* foram utilizados para verificar diferenças entre as médias nos instrumentos por sexo, tipo de abrigo e faixa etária. A magnitude das diferenças entre as médias dos instrumentos nos grupos, para os resultados significativos, foi avaliada usando o *effect size* de *Cohen's d*. A magnitude foi classificada como pequena, média e grande, segundo as orientações de Cohen (1998).

2.3 Resultados

A partir da análise da entrevista, foram levantadas as características pessoais dos participantes. A média de irmãos foi de 4,31 ($DP=2,45$), variando de um a 18 irmãos, sendo que cerca de 60% dos participantes possuem irmãos no mesmo local em que estão abrigados. Das crianças e adolescentes abrigados que mantêm contato com a família (61,3% da amostra), seja mãe, pai, tios, avós ou irmãos, 18,7% mantêm contato esporádico; 12,1% mensal; 22% quinzenal; e 47,3% semanal. Entre aqueles que não possuem contato, 93,2% conhecem os membros da família e 6,8% não conhecem nenhum membro. Destaca-se que 73,6% dos pais dos participantes deste estudo não vivem mais juntos.

Quanto à escolaridade dos pais, mais de 80% dos participantes desconhecem este dado, e entre os que souberam dar essa informação, encontrou-se que 44% dos pais e 53,8% das mães possuem o Ensino Fundamental incompleto. Quanto à atividade laboral das figuras parentais, 40,6% e 54,5% dos participantes não souberam informar a profissão do pai e da mãe, respectivamente. Entre os que informaram, 27,7% dos pais trabalham fazendo biscate e 23,1% não trabalham; e 17,6% das mães trabalham em atividades de limpeza e 55,3% não trabalham fora.

Testes Qui-quadrado realizados entre as variáveis “contato com a família” e sexo, tipo de abrigo e faixa etária, revelou relação significativa somente com a variável tipo de abrigo, sendo que 69,8% dos participantes de abrigos governamentais e que 25% de abrigos não-governamentais mantêm contato com a família ($\chi^2=17,64$; $gl=1$; $p<0,01$). A análise realizada entre tempo de institucionalização e tipo de abrigo indicou diferença significativa ($t=6,85$;

$gl=152,52$; $p<0,01$), sendo que a média de tempo para os participantes dos abrigos governamentais ($M=39,85$; $DP=37,11$) foi maior do que a média de tempo para os participantes dos abrigos não-governamentais ($M=14,65$; $DP=8,65$), com um efeito de grande magnitude ($d=0,72$).

Cerca de 55,5% dos participantes já experimentaram bebida alcoólica, com idade de início variando entre cinco e 14 anos ($M=9,88$; $DP=2,41$); 42,6% já experimentaram cigarro, com idade de início entre seis e 14 anos ($M=10,37$; $DP=1,84$); e 14,8% já experimentaram drogas ilícitas, entre elas loló, cola de sapateiro, maconha, cocaína e *crack*, com idade de início variando entre seis e 14 anos ($M=10,48$; $DP=2,15$). A Tabela 1 apresenta os dados considerando sexo, tipo de abrigo e faixa etária.

Tabela 1

Percentual de Experimentação de Álcool, Cigarro e Drogas Ilícitas por Sexo, Tipo de Abrigo e Faixa Etária

	Sexo		Tipo de abrigo		Faixa Etária	
	Meninos (n=79)	Meninas (n=76)	Gov. (n=127)	Não-Gov. (n=28)	Crianças (n=76)	Adolescentes (n=79)
Álcool	57,7	53,9	53,3	67,9	38,7	72,2
Cigarro	41	44,7	37,3	67,9	24	60,8
Drogas Ilícitas	15,4	14,5	12,7	25	10,7	19

Foi observada relação significativa entre tipo de abrigo e experimentação de cigarro ($\chi^2=7,53$; $gl=1$; $p<0,01$), com um maior uso de cigarro entre os participantes de abrigos não-governamentais; e entre faixa etária e experimentação de álcool ($\chi^2=16,16$; $gl=1$; $p<0,01$) e cigarro ($\chi^2=19,75$; $gl=1$; $p<0,01$), com um maior uso de ambos entre os adolescentes. Não foram observadas relações significativas entre experimentação de álcool, cigarro e drogas ilícitas por sexo.

No que diz respeito à escolaridade, 94,8% dos participantes estavam matriculados na escola, a maioria estava na 2ª e 3ª séries (23,2% cada), sendo que 90,9% cursavam até a 5ª série do Ensino Fundamental. Cerca de 72,7% dos participantes já repetiram de uma a cinco vezes o ano letivo, e destes, 52,7% eram meninos e 82,1% eram de abrigos governamentais. No entanto, 64,5% dos participantes nunca abandonaram a escola, e 92,3% nunca foram expulsos. A Tabela 2 apresenta os resultados do desempenho escolar dos participantes por sexo, tipo de abrigo e faixa etária. Observa-se que as médias foram maiores para as meninas,

para os participantes de abrigos governamentais e para os adolescentes em todos subtestes e no total do TDE (Stein, 1994). As análises indicaram somente diferença significativa entre as médias dos subtestes aritmética ($t=4,31$; $gl=104$; $p<0,01$), escrita ($t=3,58$; $gl=104$; $p<0,01$) e leitura ($t=2,71$; $gl=72,01$; $p<0,01$) por faixa etária, sendo a média dos adolescentes maior do que a média das crianças (como mostra Tabela 2). Na análise do tamanho do efeito destas diferenças, foram encontradas magnitudes grande no subteste aritmética ($d=0,71$) e média para os subtestes de leitura ($d=0,47$) e escrita ($d=0,66$). Não foi encontrada correlação significativa entre estas variáveis e tempo de institucionalização.

Tabela 2

Médias (e Desvios-Padrão) das Variáveis do Teste de Desempenho Escolar por Sexo, Tipo de Abrigo e Faixa Etária

	Meninos	Meninas	Gov.	Não-gov.	Crianças	Adolescentes	Total
Aritmética	11,8(6,3)	12(5,6)	12(5,6)	11,1(5,6)	10,6(5,2)	14,7(4,4)	11,8(5,6)
Escrita	16,8(8,8)	18(8,5)	18 (8,5)	16,3(10)	16(7,8)	21,9(8,6)	17,7 (8,8)
Leitura	51,1(20,8)	53,4(18,2)	53,4(18,2)	49(22,7)	50,5(19,9)	59,5(12,6)	52,6(19,1)
Total	78,8(34,5)	82,8(30,8)	82,8(30,8)	76,4(36,6)	77,1(29,1)	96(23)	81,6(31,9)

Na Escala Multidimensional de Satisfação de Vida (EMSV; Giacomoni, 2002; Giacomoni & Hutz, 2008), observou-se média maior para os meninos, participantes dos abrigos não-governamentais e para as crianças. A Tabela 3 apresenta as médias e desvios-padrões na EMSV por sexo, tipo de abrigo e faixa etária. Foi constatada diferença significativa na satisfação de vida por tipo de abrigo ($t=3,26$; $gl=152$; $p<0,01$), sendo que a média dos jovens dos abrigos não-governamentais foi maior do que nos governamentais, com efeito de média magnitude ($d=0,66$). Também foram verificadas correlações entre a média total da escala com idade e tempo de institucionalização, sendo encontrada somente correlação significativa com a variável idade: quanto maior a idade, menor a média total da EMSV ($r=-0,19$; $p<0,05$).

A análise estatística do Mapa dos Cinco Campos (adaptado por Siqueira, Betts & Dell’Aglío, 2006) indicou um total de 4420 contatos, sendo 4069 contatos satisfatórios, 351 contatos insatisfatórios, 1054 conflitos e 117 rompimentos. A Tabela 3 apresenta as médias e desvios-padrões dos contatos nos cinco campos do instrumento por sexo, tipo de abrigo e faixa etária. Verificaram-se inúmeras relações significativas. A análise por sexo mostrou que as meninas apontaram maior média de contatos no Mapa ($t=2$; $gl=124,28$; $p<0,05$) e de rompimentos ($t=2,65$; $gl=112,46$; $p<0,01$) do que os meninos. Embora a diferença entre as

médias dos grupos tenha sido significativa, a magnitude do efeito encontrada foi pequena e média ($d=0,33$; $d=0,44$; respectivamente).

Quanto ao tipo de abrigo, os participantes dos abrigos não-governamentais indicaram maior média de contatos satisfatórios ($t=3,58$; $gl=138$; $p<0,01$), com efeito de grande magnitude ($d=0,74$); maior média de contatos no Campo Abrigo ($t=4$; $gl=32,6$; $p<0,01$), também com efeito de grande magnitude ($d=0,96$); e maior média de contatos no Mapa ($t=3,2$; $gl=137$; $p<0,01$), com efeito de média magnitude ($d=0,65$), do que os participantes dos abrigos governamentais. Quanto à faixa etária, as médias de conflitos ($t=3,71$; $gl=122,35$; $p<0,01$) e rompimentos ($t=2,01$; $gl=138$; $p<0,05$) entre os adolescentes foram maiores do que entre as crianças. Embora as diferenças sejam significativas, a magnitude encontrada foi média e pequena ($d=0,59$; $d=0,33$, respectivamente).

Tabela 3

Médias (e Desvios-Padrão) da Escala de Satisfação Multidimensional de Vida e das Variáveis do Mapa dos Cinco Campos por sexo, tipo de abrigo e faixa etária

	Meninos	Meninas	Gov.	Não-gov.	Crianças	Adolescentes	Total
ESMV	3,9(0,5)	3,8(0,5)	3,8(0,5)	4,1(0,5)	3,9(0,5)	3,8(0,5)	3,8(0,5)
Cont. Satisf.	26,7(12)	31,4(16,5)	27(13,4)	37,9(16,4)	28,3(14,5)	29,6(14,7)	29,1(14,5)
Cont. Insatisf.	2,2(2,5)	2,9(3,1)	2,6(2,8)	1,9(2,7)	2,2(2,9)	2,7(2,7)	2,5(2,8)
Conflito	6,5(5,2)	8,5(6,8)	7,9(6,4)	6,1(4,4)	5,7(4,5)	9,29(6,9)	7,5(6,1)
Romp.	3,4(3,4)	5,5(5,6)	4,6(4,9)	3,6(3,6)	3,6(3,5)	5,18(5,5)	4,4(4,7)
C.Família	6,9(3,6)	8,4(5,7)	7,4(4,5)	8,9(5,8)	7,6(4,7)	7,7(4,9)	7,7(4,8)
C.Abrigo	8,3(5)	10,2(6,6)	8,2(5,1)	13,9(7,1)	9(5,9)	9,5(5,9)	9,3(5,9)
C.Escola	5,6(3,7)	6,8(4,6)	5,9(3,9)	7,4(5,4)	6(3,5)	6,3(4,8)	6,2(4,2)
C.Amigos e Parentes	5,5(4,9)	5,1(4,4)	5,2(5)	5,8(3,1)	5,2(4,9)	5,4(4,5)	5,3(4,7)
C.Contatos Formais	2,7(2,3)	3,8(4,1)	3,2(2,6)	3,7(5,8)	2,9(2,3)	3,6(4,1)	3,3(3,4)
Total	29,2(12,5)	34,3(17,2)	29,8(14,4)	39,8(15,9)	31,1(14,9)	32,3(15,5)	31,7(15,2)

Testes de Correlações de Pearson foram realizados entre as variáveis total de contatos, contatos satisfatórios, insatisfatórios, conflitos e rompimentos com idade e tempo de institucionalização. Verificou-se correlação significativa entre idade e média de conflitos,

sendo que quanto maior a idade, maior a média de conflitos ($r=0,21$; $p<0,05$); e entre a variável total de contatos e tempo de institucionalização, sendo que quanto maior o tempo de institucionalização, menor a média de contatos no Mapa ($r=-0,17$; $p<0,05$). Entre as médias de contatos em cada campo e tempo de institucionalização foi observada correlação significativa somente no Campo Abrigo, sendo que quanto maior o tempo de institucionalização, menor foi a média de contatos no Campo Abrigo ($r=-0,25$; $p<0,01$).

Para avaliar a qualidade dos elos estabelecidos entre o participante e os contatos mencionados na rede, realizou-se uma análise do fator de proximidade na rede e nos diferentes campos. O fator de proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido através da localização dessas pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante. Para o cálculo desse score, o número de pessoas colocadas no primeiro nível é multiplicado por oito; no segundo nível por quatro; no terceiro nível por dois; no quarto nível por um; e no quinto nível por zero. O somatório desse cálculo é dividido pelo número total de pessoas citadas no campo, para a média de proximidade no campo, ou pelo número total de pessoas citadas no mapa, para a média de proximidade do mapa. Este fator varia de zero a oito, sendo que escores entre zero e 2,6 são considerados de pequena força; 2,7 e 5,3, média força; e entre 5,4 e 8, grande força de proximidade. Este score permite diferenciar qualidade de quantidade, à medida que um participante que mencione 10 contatos em um campo, todos no primeiro nível, terá um maior fator de proximidade nesse campo se comparado a outro participante que mencione os mesmos 10 contatos, entretanto distribuídos nos cinco níveis. A partir do cálculo deste fator, é possível compreender a função da rede, ou seja, a qualidade das relações estabelecidas. A Tabela 4 apresenta as médias do fator de proximidade nos campos por sexo, tipo de abrigo e faixa etária.

A maioria dos campos apresentou grande força de proximidade, exceto o campo Escola para as meninas; os campos Escola e Amigos/Parentes para os participantes dos abrigos não-governamental; campo Amigos/Parentes para as crianças e os campos Escola e Contatos Formais para os adolescentes (média força). Também foi encontrada diferença significativa somente entre as médias do fator de proximidade no Campo Abrigo e tipo de abrigo ($t=2$; $gl=141$; $p<0,05$), sendo que a média de proximidade dos participantes dos abrigos não-governamentais foi maior do que dos abrigos governamentais, embora com efeito de média magnitude ($d=0,42$). Correlações entre as médias do fator de proximidade nos diferentes campos e tempo de institucionalização foram realizadas, sendo que a única correlação significativa foi com o fator de proximidade do Abrigo. Assim, quanto maior o

tempo de institucionalização, menor foi a média do fator de proximidade no Campo Abrigo ($r=-0,19$; $p<0,05$).

Tabela 4

Médias (e Desvios-Padrão) do Fator de Proximidade por Sexo, Tipo de Abrigo e Faixa Etária

	Meninos	Meninas	Gov.	Não-gov.	Crianças	Adolescentes	Total
Campo							
Família	6,7(1,6)	6,3(1,8)	6,5(1,7)	6,3(1,9)	6,6(1,9)	6,4(1,6)	6,5(1,7)
Abrigo	5,8(2)	5,5(1,9)	5,5(2)	6,3(1,8)	5,8(2,1)	5,5(1,8)	5,7(2)
Escola	5,7(2,3)	5,1(2,2)	5,3(2,3)	5,9(2,2)	5,6(2,3)	5,3(2,3)	5,4(2,2)
Amigo	5,4(2,6)	5,5(2,6)	5,3(2,6)	6,2(2,4)	5,2(2,9)	5,7(2,3)	5,5(2,6)
Contatos	5,6(2,9)	5,5(2,7)	5,5(2,7)	5,7(3)	5,9(2,7)	5,2(2,9)	5,6(3)
Formais							
Total	6(1,4)	6(1,4)	5,9(1,3)	6,2(1,6)	6(1,5)	5,8(1,3)	6,5(1,7)

2.4 Discussão

A análise dos dados biosociodemográficos possibilitou um levantamento do perfil das crianças e adolescentes institucionalizados do sul do Brasil e de suas famílias. Verificou-se que as famílias dessas crianças e adolescentes são famílias numerosas, com uma média de quatro irmãos, sendo que a maioria possuía irmãos no mesmo abrigo. Grande parte dos participantes não tinha conhecimento sobre a escolaridade e atividade laboral das figuras parentais, e nos casos em que se obteve esta informação, constatou-se baixa escolaridade e participação dos pais em atividades laborais informais, ou ainda, desemprego. Além disso, foi observada grande instabilidade na constituição das famílias, sendo que em mais de 70% dos casos os pais dos participantes não viviam mais juntos. Este perfil indica a precariedade econômica e social dessas famílias, que apresentam indicadores de risco presentes na realidade brasileira, como monoparentalidade, baixa escolaridade e atividades informais de trabalho (IBGE, 2000).

O dado de que cerca de 60% dos participantes mantêm contato com a família, sendo que em 69,3% dos casos o contato é semanal, demonstra que estas crianças e adolescentes institucionalizados não são necessariamente abandonados, pois eles conhecem e mantêm

contato com seus familiares. A pesquisa realizada por Silva (2004), em abrigos de todo o Brasil, também apontou que 58% dos abrigados mantêm contato com seus familiares. Este resultado confirma que apesar do vínculo existente entre eles, estas famílias não conseguem exercer seu papel protetivo junto a estas crianças e adolescentes, que acabam sendo encaminhadas para instituições de proteção.

Quanto à experimentação de drogas lícitas e ilícitas, o álcool já foi experimentado pela maioria dos participantes, seguido do cigarro e das drogas ilícitas. A análise apontou um início precoce, com experimentação a partir de cinco anos de idade. A experimentação de álcool e drogas ilícitas foi mais freqüente entre os meninos e a experimentação de cigarro, entre as meninas, além de ambos serem mais freqüentes entre os adolescentes. Estudo desenvolvido em 2004 com crianças e adolescentes abrigados e em conflito com a lei, de idade semelhante a dessa amostra, na cidade de Porto Alegre (Ferigolo & cols., 2004), indicou média de experimentação de álcool, cigarro e drogas ilícitas superior à média encontrada nesse estudo. Estes resultados mostram a precoce exposição desses jovens com relação às drogas, e confirmam a situação de risco na qual estes jovens encontravam-se, mesmo antes de serem institucionalizados, tendo em vista que a droga é um importante fator de risco para o desenvolvimento.

Os participantes do estudo apresentaram baixo desempenho escolar, visualizado pela pouca escolaridade (46,4% estavam cursando 2ª e 3ª séries do Ensino Fundamental), alto índice de repetência (72,7%) especialmente nos abrigos governamentais e baixos escores no TDE. As meninas apresentaram escores maiores que os meninos tanto no escore total do TDE quanto dos subtestes, demonstrando melhor desempenho escolar. Considerando a média total do instrumento, observou-se que estes jovens apresentaram um desempenho escolar inferior ao encontrado em outro estudo, que utilizou o mesmo instrumento, entre crianças e adolescentes de mesma faixa etária e de nível socioeconômico desfavorecido que viviam com suas famílias também no sul do Brasil (Machado, 2006). Ferreira e Marturano (2002) destacam que fatores como problemas nas relações interpessoais, falhas parentais quanto à supervisão, monitoramento e suporte, indícios de menor investimento dos pais no desenvolvimento das crianças, práticas punitivas e modelos adultos agressivos, entre outros, estão presentes entre as crianças com baixo desempenho escolar. Dell’Aglia e Hutz (2004), também destacam a importância da família para o desempenho escolar na infância, demonstrando que crianças institucionalizadas apresentaram menor desempenho do que as que viviam com a família.

Foi observada diferença na percepção da satisfação de vida entre os jovens dos diferentes tipos de abrigos, embora não tenha sido encontrada diferença significativa entre

sexo e faixa etária. O fato dos participantes dos abrigos não-governamentais apresentarem média significativamente maior de satisfação de vida multidimensional, embora com efeito de média magnitude, sugere que esses abrigos podem estar proporcionando melhores condições de desenvolvimento a suas crianças e adolescentes. Além disso, sugere-se a realização de estudos comparativos entre crianças e adolescentes institucionalizados e não institucionalizados para que se possa verificar diferenças e semelhanças quanto à satisfação de vida.

No que se refere à rede de apoio dessas crianças e adolescentes, como era esperado, observou-se que o Campo Abrigo sobressaiu-se em termos de estrutura, à medida que apresentou maior quantidade de contatos dos que outros campos, e função, visto que apresentou alto fator de proximidade. Este resultado indica que o abrigo pode estar exercendo o papel de rede de apoio para estas crianças, de forma positiva, auxiliando-as neste momento do desenvolvimento. Outros estudos (Dalbem & Dell’Aglío, 2008; Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, 2006) também apontam que no abrigo os adolescentes encontram apoio junto aos pares e aos profissionais, sendo que a instituição pode operar como fator de proteção, proporcionando confiança, segurança e a possibilidade de compartilhar sentimentos.

Constataram-se diferenças na estrutura e na função da rede de apoio nos tipos de abrigo, sendo que os participantes dos abrigos não-governamentais apresentaram maior média de contato total na rede, de contatos satisfatórios, e maior média de contatos no Campo Abrigo especificamente, com efeitos de grande e média magnitude. Além disso, o fator de proximidade do Campo Abrigo também foi maior para os participantes dos abrigos não-governamentais, podendo-se supor que estes jovens possuem relações de maior qualidade e proximidade no abrigo em comparação aos jovens de abrigos governamentais.

Relações entre o tempo de institucionalização e variáveis investigadas podem ser destacadas: maior tempo de institucionalização esteve correlacionado a menor média de contatos no Campo Abrigo; menor média do fator de proximidade no Campo Abrigo e menor média de contatos no Mapa. Ressalta-se que estes resultados devem ser considerados com cautela, pois apesar de terem sido significativas, correlações foram baixas. Entretanto, estes resultados sugerem que o tempo de institucionalização pode influenciar na percepção das pessoas que compõem a rede, especialmente quanto à percepção de proximidade das relações. No cotidiano das instituições, constata-se a existência de grande rotatividade tanto dos funcionários/técnicos, a partir das constantes admissões e licenças laborais, quanto das outras crianças e adolescentes abrigados, em função de seus desligamentos ou mesmo de fugas. Estes fatores podem provocar uma “courageira” nesses jovens, fazendo com que, ao longo do tempo, eles se envolvam e invistam menos nas relações interpessoais no interior da

instituição, com o objetivo de proteger-se de mais sofrimento no momento da separação. Desta forma, por mais que evidências indiquem aspectos positivos relacionados ao abrigo, sugerindo que este contexto esteja funcionando como um fator de proteção, os dados deste estudo sugerem efeitos do tempo neste processo e por isso a necessidade de o abrigo ser temporário e provisório, conforme preconiza o ECA (1990).

As diferenças entre sexo e faixa etária na rede de apoio social e afetivo eram esperadas e estão em consonância com a literatura da área. Neste estudo, as meninas apresentaram mais contatos na rede, conflitos e rompimentos do que os meninos, embora com efeitos de baixa magnitude. A média significativamente maior de conflitos entre as meninas abrigadas também foi apontada por Siqueira, Betts e Dell’Aglia (2006), podendo indicar que as meninas podem ser mais vulneráveis. Para Rudolph e Hammen (1999), as meninas investem mais do que os meninos em seus relacionamentos, como fonte de apoio emocional e de identidade pessoal, levando-as a sentir o estresse interpessoal como uma ameaça ao seu bem-estar. Assim, as meninas experienciam níveis de estresse interpessoal mais altos do que os meninos, especialmente em conflitos com os pais e companheiros.

A maior média de conflitos e rompimentos entre os adolescentes, em comparação às crianças, pode ser explicada pela fase de vida que estão vivenciando. A adolescência é considerada uma fase do ciclo vital que envolve inúmeras mudanças, tanto físicas, emocionais, cognitivas quanto sociais, que requerem ajustes e adaptações internas adicionais. Estas mudanças relacionadas à puberdade podem fazer com que os adolescentes vivenciem um período de maior vulnerabilidade aos conflitos e problemas cotidianos (Adams, Overholser & Spirito, 1994; Steinberg, 1999). Muitos dos eventos estressantes vividos pelos adolescentes estão relacionados à aquisição e transição de papéis como, por exemplo, adaptação a novos ambientes, a diferentes demandas acadêmicas e a mudanças nas relações com pares do mesmo sexo ou do sexo oposto (Gröer, Thomas & Schoffner, 1992).

2.5 Considerações Finais

A análise da entrevista e dos instrumentos forneceu um perfil das crianças e adolescentes institucionalizados nos abrigos governamentais e não-governamentais da Região Metropolitana de Porto Alegre. Foi possível constatar que grande parte dos familiares dos participantes possui baixa escolaridade, desenvolve atividade informal de trabalho e os pais não vivem mais juntos. Quanto aos participantes, a maioria mantém contato com seus familiares, entre eles, avós, irmãos mais velhos, além de pais e mães. Indícios de

vulnerabilidade e risco foram observados, como o uso de álcool e drogas com início precoce, alto índice de repetência, baixa escolaridade, e baixos escores de desempenho escolar. Estes dados mostram a necessidade de desenvolver programas de reforço e estímulo ao desenvolvimento cognitivo dessa população, para que o *déficit* escolar não seja mais um elemento excludente para as crianças e adolescentes abrigados, além de ações de prevenção em relação ao uso de drogas.

Através das análises realizadas, foi possível perceber diferenças no perfil de jovens de abrigos governamentais e não-governamentais. As crianças e adolescentes advindos dos abrigos não-governamentais apresentaram um perfil mais positivo: menor índice de repetência escolar; menor tempo de institucionalização; maior média de satisfação de vida; e maior média de contatos satisfatórios e total de contatos na rede, entre outros resultados. Apresentaram, também, percepção mais positiva do contexto abrigo, observada pela maior média de contatos e maior fator de proximidade no Campo Abrigo. Estes indícios podem sugerir que os tipos de abrigo se diferenciam em termos de funcionamento, sendo que o funcionamento dos abrigos não-governamentais parece ser mais propiciador de desenvolvimento de suas crianças e adolescentes. Dessa forma, pesquisas que focalizem as diferenças entre o funcionamento dos tipos de abrigos são necessárias para que se conheça que fatores têm levado a um melhor desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados. Além disso, para que os efeitos do tempo de institucionalização sejam melhor compreendidos, sugerem-se estudos longitudinais, com amostras maiores, que permitam um acompanhamento destas crianças e adolescentes, assim como uma avaliação comparativa de crianças que permanecem por períodos mais curtos ou por longos períodos no abrigo.

Finalmente, os resultados desse estudo também sugerem que o tempo de institucionalização pode trazer prejuízos, especialmente quanto à percepção de proximidade na rede de apoio. Apesar do abrigamento ser uma medida de proteção provisória e temporária, é possível observar que muitas crianças e adolescentes permanecem por muitos anos institucionalizados, embora mantenham contato com a família. Torna-se importante a criação de mecanismos sociais que promovam a provisoriedade e transitoriedade desta medida de proteção, a partir de ações conjuntas entre as instituições e as famílias, para que um planejamento seja traçado com vistas ao retorno familiar, de forma que os efeitos de um período prolongado numa instituição sejam diminuídos.

Destaca-se que o perfil apresentado neste estudo se refere à Região Metropolitana de Porto Alegre, e embora a amostra tenha sido representativa das crianças e adolescentes abrigados nesta região, seus resultados não podem ser generalizados para outros contextos e para outras instituições. No entanto, o conhecimento do perfil dessa população possibilita que

as entidades responsáveis pelos jovens afastados de suas famílias planejem ações e atividades de intervenção, de forma que tenham condições de propiciar o seu desenvolvimento.

Referências

- Adams, D. M., Overholser, J. C. & Spirito, A. (1994). Stressful life events associated with adolescent suicide attempts. *Canadian Journal of Psychiatry*, 39, 43-48.
- Albornoz, C. G. (1998). Os efeitos preventivos e curativos dos cuidados parentais substitutos com relação à doença mental graves: Fundamentando a práxis. *Alethéia*, 7, 27-33.
- Arpini, D. (2003). *Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares*. São Paulo: EDUSC.
- Bowlby, J. (1998). *Apego e perda: Separação, angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1973).
- Brito, R. & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cabral, C. (2002). Mudança de paradigma: Um desafio. In Terra dos Homens (Ed.), *Cuidar de quem cuida: Reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua* (pp. 13-16). Rio de Janeiro: Booklink Publicações.
- Cohen, J. (1998). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates.
- Dalbem, J. X. & Dell’Aglío, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: Processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico (PUCRS)*, 39, 33-40.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2000). A visão de famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5, 347-381.
- Dell’Aglío D. & Hutz, C. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 341-350.
- Dell’Aglío, D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R. E. & Smith, H. L. (1999). Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125, 276-302.

- Estatuto da criança e do adolescente. (1990). *Diário Oficial da União. Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Ferigolo, M., Barbosa, F., Arbo E., Malysz, A., Stein, A. & Barros, H. (2004). Prevalência do consumo de drogas na FEBEM, Porto Alegre. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26(1), 10-16.
- Ferreira, M. & Marturano, E. (2002). Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 35-44.
- Garmezy, N., Masten, A. S. & Tellegen, A. (1984). The study of stress and competence in children: A building block for developmental psychopathology. *Child Development*, 55, 97-111.
- Giacomoni, C. & Hutz, C. S. (2008). Escala multidimensional de satisfação de vida para crianças: Estudos de construção e validação. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 23-35.
- Giacomoni, C. (2002). *Bem-estar subjetivo infantil: Conceito de felicidade e construção de instrumentos para avaliação*. Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gröer, M. W., Thomas, S. P. & Schoffner, D. (1992). Adolescence stress and coping: A longitudinal study. *Research in Nursing and Health*, 15, 209-217.
- Guará, I. M. (2006). Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 63-75). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: O vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- Gulassa, M. L. (2006). A fala dos abrigos. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 53-61). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Hoppe, M. (1998). *Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- IBGE, (2000). Censo Demográfico de 2000: Famílias e Domicílios. Retirado em 13/07/08, <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofamiliashtm1.shtm>.
- Lucas, R., Diener, E. & Suh, E. (1996). Discriminate validity of well-being measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 616-628.

- Machado, P. X. (2006). *Impacto e processo de um projeto de educação pelo esporte no desenvolvimento infantil*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Marin, I. S. K. (1999). *FEBEM, família e identidade: O lugar do outro*. São Paulo: Editora Escuta.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 9, 177-187.
- Masten, A. & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In B. Lahey & A. Kazdin (Ed.), *Advances in clinical child psychology* (pp.1-52), New York: Plenum Press.
- Oliveira, R. C. (2006). A história começa a ser revelada: Panorama atual do abrigo no Brasil. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 39-51). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Pasian, S. & Jacquemin, A. (1999). O auto-retrato em crianças institucionalizadas. *Paidéia*, 9, 50-60.
- Rudolph, K. D. & Hammen, C. (1999). Age and gender as determinants of stress exposure, generation, and reactions in youngsters: A transactional perspective. *Child Development*, 70, 660-677.
- Ryff, C. D. & Keyes, C. L. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727.
- Samuelsson, M., Thernlund, G. & Ringström, J. (1996). Using the five field map to describe the social network of children: A methodological study. *International Journal Behavioral Development*, 19, 327-345.
- Saraiva, J. E. M. (2002). Contextualizando a problemática. In Terra dos Homens (Ed.), *Cuidar de quem cuida: Reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua* (pp. 7-12). Rio de Janeiro: Booklink Publicações.
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo*. São Paulo: Editora Ática.
- Siqueira, A., Betts, M. & Dell'Aglio, D. (2006). Rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados. *Interamerican Journal of Psychology*, 40, 149-158.
- Siqueira, A. & Dell'Aglio, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.
- Sluzki, C. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Stein, L. (1994). *Teste de desempenho escolar (TDE): Manual para aplicação e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Steinberg, L. (1999). *Adolescence*. Boston: McGraw-Hill.
- Yunes, M. A., Miranda, A. & Cuello, S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.

CAPÍTULO III

ESTUDO II

Instituição e Família: Percepção das figuras parentais na rede de apoio de jovens institucionalizados²

RESUMO

Este estudo investigou a rede de apoio social e afetivo e, em especial, a percepção das figuras parentais na rede de crianças e adolescentes institucionalizados. Participaram 146 crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 16 anos ($M=11,1$; $DP=2,04$), sendo que 81,5% são de abrigos governamentais e 18,5% não-governamentais da região metropolitana de Porto Alegre. Os instrumentos utilizados foram uma entrevista semi-estruturada e o Mapa dos Cinco Campos. Os resultados indicaram que 59,4% dos participantes mantêm contato com suas famílias. Quanto à rede de apoio, o campo Abrigo apresentou maior média de contatos, sendo considerado a principal fonte de apoio, e o campo Família apresentou contatos de maior proximidade. Observou-se diferença na percepção das figuras parentais, sendo que a figura materna foi percebida como mais presente e próxima do que a figura paterna. A percepção positiva associada ao campo Família e às figuras parentais sugere uma idealização da família e leva à discussão sobre o distanciamento entre "vivido" e "pensado".

Palavras-chave: Rede de apoio; Família; Figuras parentais; Institucionalização.

² Este artigo foi escrito em co-autoria com as psicólogas Carmela de Lima Tubino e Cristina Schwarz e com a Prof.^a Dr.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio, submetido e aceito pela revista científica "*Arquivos Brasileiros de Psicologia*", seguindo suas normas de redação.

Perception of parental figures in institutionalized children' support network

ABSTRACT

This study investigated the social and emotional support network and especially the perception of parental figures in institutionalized children and adolescents. The participants were 146 children and adolescents of age between 7 and 16 years, from governmental (18,5%) and non-governmental (81,5%) shelters of Porto Alegre's metropolitan area. A semi-structured interview and Five Field Map were used. The results indicated that 59,4% of participants have contact with their families. As for the support network, the Shelter field featured higher average of contacts and was considered the main source of support, while contacts featured in the Family field were perceived as closer. A difference in the perception of the parental figures was observed; the maternal figure was perceived as closer and more present than the paternal figure. The positive perception associated to the Family field and to parental figures suggests an idealization of the family and leads to a discussion on the distance between "lived" and "thought".

Keywords: Support network; Family; Parental figures; Institutionalization.

3.1 INTRODUÇÃO

A família de crianças e adolescentes institucionalizados tem sido um importante tema de investigação entre os pesquisadores da área da infância e juventude em situação de risco. Segundo o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes (SILVA, 2004), cerca de 20 mil crianças e adolescentes abrigados vivem em situação de institucionalização no Brasil, sendo que 87% desses possuem família e 58% mantêm vínculo com seus familiares. Estes dados levam a pensar na qualidade dos vínculos que estes jovens construíram com seus familiares, na representação de família que eles possuem, entre outros aspectos-chave. Tais indagações, mais do que instigar respostas, problematizam o papel da família e, principalmente, das figuras parentais na história de vida dessas crianças e adolescentes. Dessa forma, este estudo teve por finalidade investigar a rede de apoio social e afetivo, em termos de estrutura e função, além de verificar a percepção das figuras parentais na rede de crianças e adolescentes que vivem em abrigos de proteção da região metropolitana de Porto Alegre, RS.

3.1.1 FAMÍLIA E PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A escolha pelo estudo acerca da família não é, certamente, uma tarefa simples. Encontra-se uma diversidade de enfoques que refletem diferentes referenciais teóricos e metodológicos. Conforme destaca Kehl (2003), renova-se a evidência de que a família não é mais a mesma. A autora destaca a existência de uma comparação entre a família atual e um padrão ideal de família. Tal comparação indica a existência de uma crença de que a família já teria correspondido a esse modelo idealizado que, segundo a autora, teria atendido às necessidades da sociedade burguesa em meados do século XIX. As classes médias brasileiras, por sua vez, teriam adotado tal ideal.

A atual família nuclear, assim, tornou-se modelo de estrutura familiar na maioria das sociedades industrializadas, caracterizado pela divisão dos papéis de homem e mulher, de pais e filhos, seguindo uma hierarquia de poder típica do seu funcionamento. Historicamente, esta configuração rompe com modos e costumes de épocas anteriores, isola a família em seu lar, onde o marido/pai passa a ser o provedor do sustento da família; e a mulher, a responder pela vida doméstica e pela educação dos filhos, a qual se constitui na principal preocupação do casal (ARIÈS, 1986). Assim, a família nuclear vinha sendo, ao longo dos anos, referência de organização familiar, cujo foco prioritário estava na sua estrutura econômica e não na qualidade das relações afetivas entre seus membros (COSTA, 2005).

Com o intuito de revisar essa concepção de família nuclear, Gomes (1994) descarta, *a priori*, a idéia de um modelo baseado em um único padrão de organização. Caso este modelo ideal não seja superado, as experiências das famílias que fogem desse modelo podem não ser legitimadas. Os valores conservadores e as crenças familiares tradicionais prescritas pela sociedade influenciam a vida dos indivíduos, na medida em que não vivenciar esse padrão de família pode levar ao sofrimento psíquico (NARVAZ; KOLLER, 2005). Poder, então, apropriar-se dessas múltiplas configurações familiares é dar lugar, no social, para algo que extravasa um padrão ideal de família, legitimando a vivência de cada grupo familiar, com suas peculiaridades e diversidades (KEHL, 2003).

Costa (2005) declara que o termo família tem designado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções. Assim, observa-se que o entendimento atual de família não está mais atrelado necessariamente à concepção de família nuclear, composta de mãe, pai e filhos, seguindo o modelo tradicional patriarcal. A noção de família tem se ampliado à medida que procura incluir e compreender as diferentes relações entre os seus membros. Para Szymanski (1992), família é entendida como um grupo de pessoas que convivem entre si em uma relação duradoura, ocupando o mesmo espaço físico e social, com um tipo especial de relações interpessoais, com indivíduos que se respeitam e mantêm vínculos afetivos, em que mães e pais educam seus filhos conjuntamente ou com pessoas que mantêm um cuidado com os membros mais jovens ou mais idosos ou, ainda, cuidados mútuos entre si, independentemente de parentesco. Percebe-se na família urbana de nível socioeconômico desfavorecido a predominância de um modelo matrifocal, aquele que se organiza em torno da mulher quando não há um companheiro, podendo, contudo, assumir uma forma patriarcal quando há um companheiro presente. De acordo com estudos realizados na periferia de São Paulo (SZYMANSKI, 1992), o núcleo familiar, nessa perspectiva atual, passa a ser constituído pela mulher e seus filhos, não se desfazendo com a saída do homem. A família se constitui a partir da decisão de algumas pessoas de conviverem assumindo o compromisso de uma ligação duradoura entre si, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles com as crianças. O cuidado, entretanto, das crianças recai sobre a mulher, com quem os filhos possuem uma ligação mais intensa.

As considerações acerca da configuração de família são importantes temas de discussão na atualidade, especialmente quando se referem a famílias de nível socioeconômico desfavorecido. Segundo dados do Censo Demográfico realizado em 2000 (IBGE, 2000), o percentual de famílias cuja pessoa responsável pelo domicílio é a mulher, no Brasil, vem aumentando ao longo dos anos e passou de 7,7 milhões, em 1991, para 12,8 milhões, em 2000. Além disso, cerca de 28,6% das famílias chefiadas por mulheres possuíam renda

mensal de até meio salário mínimo *per capita*. Esses resultados mostram que, na realidade brasileira, muitas famílias chefiadas pela figura materna têm vivido em situação de empobrecimento e miséria. A pobreza, a monoparentalidade, o desemprego, a baixa escolaridade dos cuidadores, as práticas educativas coercitivas, a hostilidade nas relações familiares, a presença de doença física e/ou mental, a família numerosa, entre outros fatores associados, dificultam a tarefa de cuidar dos filhos, colocando em risco o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e dos adolescentes (MASTEN; GARMEZY, 1985; REPPOLD; PACHECO; HUTZ, 2005; SEIFER et al., 1992). Para Saraiva (2002), a falta de recursos materiais básicos está presente em famílias com precárias condições de estrutura, o que tem como um de seus resultados a comum situação de negligência em relação à educação dos filhos ou ao seu abandono. Estes aspectos podem levar à institucionalização dessas crianças e adolescentes, visto que a família, nessas condições, não desempenha o papel de cuidadora, fornecedora de apoio e proteção, apresentando inúmeros fatores de risco.

O abrigo é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) como uma das medidas de proteção utilizadas sempre que os direitos das crianças e dos adolescentes se encontram ameaçados ou violados. Não implica privação de liberdade, mas leva ao afastamento dos jovens daqueles que foram os facilitadores ou perpetradores da violência e/ou da situação de risco. Se, por um lado, o abrigo configura-se em uma alternativa para cessar o processo de risco no qual a criança e/ou o adolescente está envolvido, configura-se também uma dupla situação de abandono: abandono da criança, que é privada do convívio familiar, e abandono da família que, por razões diversas, não conseguiu sustentar seu papel de cuidado. Para Rizzini (s/d), ainda existe uma cultura de institucionalização, na qual as crianças em situação de pobreza, violência e abandono no Brasil são colocadas em instituições do tipo asilar que objetivam tirá-las do abandono, protegê-las e confiná-las. Esta prática reflete um descrédito na família de origem e o estereótipo de incapacidade e de incompetência das famílias pobres para criar seus filhos. As famílias, no processo de institucionalização de seus filhos, também são abandonadas em sua pobreza, em sua desinformação, alienação e isolamento social, sendo destituídas da condição de cuidadoras de suas crianças e excluídas do processo de decisão sobre o encaminhamento de seu caso e sobre as medidas determinadas pelos órgãos sociais responsáveis (RIZZINI, s/d).

Da mesma forma que a família, a institucionalização pode ou não ser vivenciada como um risco para o desenvolvimento. Esta condição dependerá dos mecanismos pelos quais os processos de risco operarão seus efeitos negativos sobre as crianças e os adolescentes abrigados (YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004). Aspectos como acolhimento inadequado no momento do abrigo, hostilidade entre crianças e monitores, práticas educativas

coercitivas, rotatividade de funcionários e não-disponibilidade de investimento emocional podem ser considerados fatores de risco na institucionalização. Apesar do reordenamento institucional preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a realidade de muitas instituições de abrigo no Brasil ainda é semelhante à realidade das antigas instituições totais descritas por Guirado (1986). Estudos atuais mostram que ainda existe, em muitas instituições de abrigo, uma ausência de preocupação com a individualidade dos abrigados e com a conservação de laços familiares e, ainda, a presença de práticas educativas coercitivas e de violência no cotidiano das instituições (CABRAL, 2002; GOFFMAN, 1974; GUIRADO, 1986; MARIN, 1999; PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007; SARAIVA, 2002; WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996). Ao estudar a representação que o ex-interno, na maioria, fazia do período que passou abrigado, Altoé (1990) constatou que o relato foi marcado por ambivalências. De um lado, uma idealização da vivência institucional e, de outro, duras críticas relacionadas às vivências negativas, tais como a falta de carinho e a falta de liberdade para conversar com outros internos e/ou com os funcionários. Abreu (2000), com o objetivo de investigar a prevalência de transtornos psiquiátricos entre jovens institucionalizados, constatou que quase metade desses jovens (49,2%) apresentou algum, sendo o depressivo o mais freqüente. Silva (1997) enfatizou o aspecto negativo da institucionalização, ressaltando que o processo de socialização que se dá nos abrigos, pela interação com grupos de risco e pela utilização de mecanismos de resistência, contribui para a construção de uma “identidade institucional”, a qual poderá evoluir para uma “identidade delinqüente”, consolidada pela reincidência e pela multirreincidência. Essas características e condições de atendimento têm sido destacadas na literatura e acarretam prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados.

Em contrapartida, inúmeros fatores de proteção podem estar presentes no contexto do abrigo, tais como acolhimento no momento do abrigamento, compreensão e respeito às histórias individuais de cada um, vinculação afetiva entre os abrigados e entre eles e os funcionários/monitores, sentimento de proteção, melhorias nas condições físicas de moradia e alimentação, reinserção escolar, entre outros. Estes fatores favorecem o estabelecimento de novos relacionamentos e possibilitam o contato com uma estrutura organizada (GULASSA, 2006; SIQUEIRA; DELL’AGLIO, 2006; YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004). Arpini (2003), em seu estudo com adolescentes de classes populares, indicou a percepção positiva que certos adolescentes possuíam sobre a institucionalização, afirmando que o abrigo forneceu segurança e proteção no momento em que mais precisavam. Oliveira (2006), a partir de entrevistas também com adolescentes, constatou que o abrigamento possibilitou para esses jovens a participação na comunidade local, possibilitando o estabelecimento de novas redes

sócio-afetivas e oportunizando vivências qualificadas. Dessa maneira, as pesquisas sobre institucionalização na realidade brasileira demonstram que não há consenso no que se refere aos seus efeitos, visto que alguns estudos têm apontado os aspectos prejudiciais e outros, os processos de desenvolvimento possíveis nessa realidade (ABREU, 2000; ALTOÉ, 1990; ARPINI, 2003; CABRAL, 2002; GUIRADO, 1986; GULASSA, 2006; OLIVEIRA, 2006; PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007; SARAIVA, 2002; RIZZINI, s/d; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006; SILVA, 1997; YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004; WEBER; KOSSOBUDZKI, 1996).

A instituição assume um importante papel na vida das crianças e adolescentes que vivem em abrigos. É nesse contexto que eles desenvolvem atividades planejadas, lúdicas e escolares, cooperam e disputam com outras crianças e adolescentes, assumem uma rotina de limpeza e higiene, além de estabelecer relações afetivas com pares e adultos do abrigo. Assim, da mesma forma que a família, a instituição passa a constituir parte da rede de apoio social e afetivo das crianças e adolescentes institucionalizados (SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006). A rede de apoio social é entendida como um conjunto de sistemas e de pessoas que compõem os elos de relacionamentos de um indivíduo (BRITO; KOLLER, 1999). Essa rede se mantém em constante construção, na medida em que a pessoa vai se inserindo em novos e diferentes contextos e grupos sociais, assumindo novos papéis na comunidade da qual faz parte. Segundo Garmezy e Masten (1994), a rede de apoio contribui para o aumento da competência individual, reforçando a auto-imagem e a auto-eficácia. Estes elementos estão associados à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (MASTEN; GARMEZY, 1985; RUTTER, 1987), operando como importantes fatores de proteção. As redes de apoio podem ser avaliadas a partir de três dimensões diferentes: número de elos da pessoa com o ambiente; frequência de transações de apoio e de reciprocidade; e, por último, avaliação subjetiva no que tange à satisfação com esses elos e a percepção da proximidade ou intimidade com seus integrantes (BARRERA, 1986). A rede de apoio social é amplamente descrita em termos estruturais e funcionais. Estrutura refere-se à existência da rede, e função está relacionada às características e qualidades das relações na rede de apoio. De acordo com Brito (1999), a rede de apoio social tem uma estrutura que dependerá da densidade e da multiplicidade das relações estabelecidas, do número de membros participantes e do tipo de ligação que estes têm com o sujeito. Sua dimensão funcional tem características e qualidades associadas ao grau de satisfação e segurança proporcionado, tendo em vista que funciona como um apoio instrumental, emocional, cognitivo, afetivo, de cuidado, de valor ou de conhecimento. Samuelsson, Thernlund e Ringström (1996) ressaltaram a importância de se caracterizar a

estrutura e a função do apoio percebido, a fim de avaliar a rede de apoio social e afetivo de um ser humano.

Estudos têm apontado diferentes tipos de apoio percebido. Para Wills, Blechman e McNamara (1996), os mais relevantes são o emocional, instrumental e informacional. O apoio emocional está relacionado à disponibilidade de conversar e dividir problemas, por meio de uma relação de confiança, sendo considerado como o mais efetivo para reduzir os efeitos negativos de uma situação adversa. O instrumental está associado à ajuda e à assistência em tarefas, tais como oferecer transporte, dinheiro e auxílio nas tarefas escolares. E por último, o apoio por meio de informações se refere à disponibilidade de orientação e informação a respeito dos recursos da comunidade. O estudo de Siqueira, Betts e Dell'Aglio (2006) é um exemplo de pesquisa que investigou a percepção de rede de apoio junto a adolescentes institucionalizados. Este estudo indicou que os diretores, técnicos, monitores e voluntários dos abrigos foram os principais fornecedores de apoio afetivo e emocional desses adolescentes. Por outro lado, o contexto familiar é considerado uma fonte de apoio essencial e mais próxima para muitas crianças e adolescentes e, em situações de estresse, pode ajudá-las a manter um senso de estabilidade e de superação (HERMAN-STAHLE; PETERSEN, 1996), mesmo que o relacionamento positivo seja com apenas um dos pais (PTACEK, 1996).

A partir dessas considerações, torna-se importante conhecer a rede de apoio de jovens institucionalizados, em termos de estrutura e função. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi investigar a rede de apoio social e afetivo de crianças e adolescentes institucionalizados e, especialmente, verificar a percepção das figuras parentais desses jovens.

3.2 MÉTODO

3.2.1 PARTICIPANTES

Participaram 146 crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idades entre 7 e 16 anos ($M=11,1$; $DP=2,04$), sendo que 81,5% estavam em abrigos governamentais e 18,5% estavam em abrigos não-governamentais da região metropolitana de Porto Alegre, RS. São crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida de proteção judicial, em função de terem sido expostas a situações de risco, como maus-tratos, negligência, abandono, violência física, sexual e psicológica. O tempo de institucionalização variou de 1 a 151 meses ($M=36,56$; $DP=35,05$) e a escolaridade, de nunca estudou à 8ª série do Ensino Fundamental, sendo que 61,6% cursavam até a 3ª série em escolas públicas. O único critério de exclusão foi

possuir uma deficiência mental e/ou cognitiva que pudesse interferir no entendimento dos instrumentos. Esta informação foi obtida com os técnicos dos abrigos.

3.2.2 INSTRUMENTOS

Neste estudo, foram utilizados como instrumentos: (1) Entrevista semi-estruturada: teve por objetivo estabelecer um *rapport* e levantar dados biossociodemográficos dos participantes, como idade, sexo, escolaridade, constituição familiar, entre outros aspectos; (2) Mapa dos Cinco Campos (SAMUELSSON; THERNLUND; RINGSTRÖM, 1996, versão adaptada por SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006; Anexo F e G): é um instrumento que avalia estrutura, que corresponde à quantidade de relações estabelecidas na rede; e função, que está relacionada à qualidade dessas relações, a partir de cinco campos: Família, Abrigo, Escola, Amigos/Parentes e Contatos Formais (Figura 1). O campo Contatos Formais representa os lugares que o participante costuma freqüentar, como igreja, conselho tutelar, clube, posto de saúde, entre outros, e que não estão contemplados nos outros quatro campos.

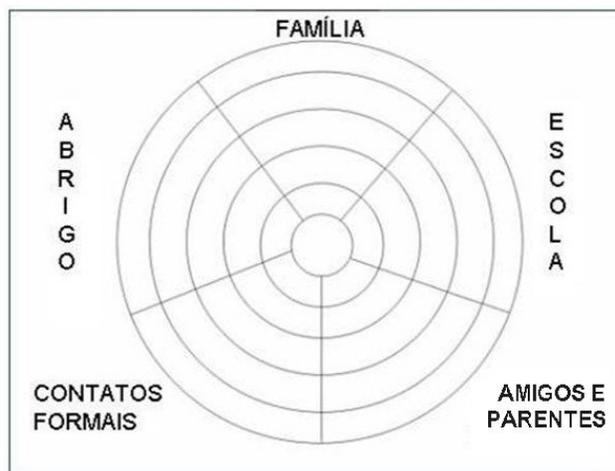


FIGURA 1 - MAPA DOS CINCO CAMPOS

FONTE: SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO (2006)

O instrumento é constituído por um feltro e por figuras que representam adultos, adolescentes e crianças, coloridas de acordo com o sexo (azul=masculino e rosa=feminino) e diferenciadas pelo tamanho. As figuras são utilizadas representando, no aparato, as pessoas que compõem a rede de apoio social e afetivo em cada campo, transformando a tarefa em um

jogo atrativo e lúdico. Este instrumento também permite que pessoas já falecidas sejam consideradas parte da rede de apoio, em função da consideração subjetiva da percepção da rede. O círculo central corresponde ao participante e cada círculo adjacente mede a qualidade do vínculo, ou seja, quanto mais perto do círculo central, maior é a percepção de proximidade do participante com a pessoa representada: o primeiro e o segundo círculos correspondem às relações mais próximas (maior vínculo); o terceiro e o quarto círculos correspondem às relações mais distantes (menor vínculo); e o último círculo, na periferia do Mapa, corresponde aos contatos insatisfatórios. Os dados obtidos são anotados em uma folha de registro, com informações sobre o grau de satisfação/insatisfação no Campo e a existência de conflitos e rompimentos nas relações (HOPPE, 1998). Os dados do Mapa dos Cinco Campos (adaptado por SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006) foram avaliados de acordo com os seguintes aspectos:

- 1) Estrutura da rede: avaliada pelo número de contatos em toda a rede e por campo.
- 2) Funcionalidade da rede: a partir dos seguintes aspectos: (1) média e desvios-padrão dos contatos em cada círculo adjacente ao centro, que representam os níveis de proximidade; (2) média e desvios-padrão dos conflitos e rompimentos; (3) fator de proximidade total da rede e por campo. O fator de proximidade é uma variável que representa o grau de vinculação dos participantes com o número de pessoas citadas nos campos, sendo medido pela localização dessas pessoas em relação ao círculo central, no qual está o participante. Para o cálculo desse score, o número de pessoas colocadas no primeiro nível é multiplicado por oito; no segundo nível, por quatro; no terceiro nível, por dois; no quarto nível, por um; e no quinto nível, por zero. O somatório desse cálculo é dividido pelo número total de pessoas citadas no campo, para a média de proximidade no campo, ou pelo número total de pessoas citadas no Mapa, para a média de proximidade no instrumento. Este fator varia de 0 a 8, sendo que escores entre 0 e 2,6 são considerados de pequena força; entre 2,7 e 5,3, média força; e entre 5,4 e 8, grande força de proximidade.
- 3) Percepção das figuras parentais na rede: percepção da qualidade da relação com as figuras parentais (figura materna e paterna) a partir da localização de ambos nos níveis do instrumento. Nesse estudo, entende-se por “figuras parentais” aquelas pessoas que foram consideradas mães e pais pelos participantes, não necessitando a existência de vínculo consanguíneo. Assim, uma avó e uma mãe de criação puderam ser consideradas como figuras maternas e um tio ou um amigo, como figuras paternas.

Por fim, após o término da aplicação do instrumento, o participante foi solicitado a responder duas questões: (1) “Com qual dessas pessoas que você citou no Mapa você mais

pode contar?”, e (2) “Que tipo de apoio ela lhe dá?”. A primeira questão indica a principal fonte de apoio percebida e a segunda, o tipo de apoio fornecido.

3.2.3 PROCEDIMENTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos do Conselho Federal de Psicologia. Inicialmente, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, após sua aprovação (processo nº 2006533), as diretorias técnicas dos abrigos foram contatadas. Com a assinatura do “Termo de Concordância”, as diretorias autorizaram a realização do estudo. As crianças e adolescentes, que cumpriam os critérios de inclusão e exclusão da amostra, foram convidados a participar do estudo, após os esclarecimentos sobre os procedimentos, o caráter voluntário, a confidencialidade e o sigilo das informações. O “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” foi fornecido para os participantes maiores de 12 anos, e os menores dessa idade consentiram verbalmente. A participação foi voluntária e o participante poderia interrompê-la a qualquer momento. A coleta de dados foi realizada por uma equipe de pesquisadores, que incluiu alunas da Graduação e Pós-graduação do Instituto de Psicologia da UFRGS. Os participantes responderam aos instrumentos de forma individual em seus horários livres, entre os meses de abril e junho de 2006, em salas cedidas pelos próprios abrigos.

3.3 RESULTADOS

A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa. Os dados da entrevista e do instrumento foram digitados no programa *SPSS 13.0 for Windows* para a realização da análise quantitativa descritiva e inferencial. As respostas das duas questões que investigam a principal fonte de apoio e o tipo de apoio fornecido foram analisadas qualitativamente, a partir da identificação de categorias de análise (BARDIN, 1979).

3.3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Para compreender a percepção de família dos participantes, foi analisada a questão “Quem são as pessoas que fazem parte da sua família?”. Em 38,2% dos casos, os participantes

consideraram como família os membros da família nuclear (figura materna, paterna e irmãos) e membros da família extensa (avós, tios(as), primos(as), dentre outros familiares); em 34,4% dos casos, eles consideraram somente os membros da família nuclear; e em 27,5% dos casos, consideraram além da família nuclear e extensa, outras pessoas, como membros dos abrigos (pais sociais, monitores; crianças e adolescentes com quem conviviam no abrigo). Constatou-se que em 73,6% dos casos as figuras parentais não vivem mais juntas, ao passo que em 17,1%, elas vivem juntas, e em 9,3% dos casos, os participantes não souberam informar. Apesar de identificar a alta ocorrência da separação das figuras parentais, não foi possível mapear a atual configuração familiar, visto que muitos participantes desconheciam a situação da família. Além disso, por meio das explicações dos participantes sobre a paternidade dos irmãos, pode-se constatar uma instabilidade quanto a estas configurações familiares, em função de idas e vindas e das mudanças relacionadas aos companheiros da mãe, apontando a dinamicidade do fenômeno.

Com relação ao contato com os membros da família de origem, os resultados revelaram que esse era mantido em 59,4% dos casos, sendo que em 23,8%, o contato era semanal; em 12,6%, era quinzenal; em 6,3%, era mensal e em 7%, o contato era esporádico ou raro. Em 9,1% dos casos, os participantes mantinham contato com sua família, porém não sabiam informar a frequência dos encontros.

3.3.2 ESTRUTURA E FUNCIONALIDADE DA REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVO

A análise do Mapa dos Cinco Campos, quanto à estrutura da rede, apontou uma média total de 31,73 ($DP=15,18$). Os participantes indicaram uma média de contatos maior no Campo Abrigo ($M=9,28$; $DP=5,95$), seguido dos campos Família ($M=7,66$; $DP=4,8$), Escola ($M=6,19$; $DP=4,24$), Amigos/Parentes ($M=5,33$; $DP=4,71$) e Contatos Formais ($M=3,3$; $DP=3,38$). Neste último, os participantes incluíram uma ampla gama de instituições, profissionais da Educação e Saúde como, por exemplo, Conselho Tutelar, psicóloga clínica, médico, dentista, professores e/ou colegas de algum curso ou atendimento socioeducativo dos quais participam, e mesmo os padrinhos afetivos (do Programa de Apadrinhamento Afetivo).

Com relação à funcionalidade da rede, observou-se uma média de 19,82 ($DP=13,91$) contatos no primeiro nível; 5,64 ($DP=5,92$) no segundo; 2,17 ($DP=3,27$) no terceiro; 1,44 ($DP=3,12$) no quarto; e 2,51 ($DP=2,82$) no nível dos contatos insatisfatórios. As médias de contatos satisfatórios, insatisfatórios, conflitos, rompimentos e fator de proximidade nos cinco campos são apresentadas na Tabela 1. Observa-se que o campo Abrigo apresentou maior

média de contatos satisfatórios, insatisfatórios e conflitos e o fator de proximidade de cada campo pode ser classificado como de grande força.

Tabela 1

Médias e Desvios-padrão dos Contatos Satisfatórios, Insatisfatórios, Conflitos, Rompimentos e Fator de Proximidade por Campo

Campos	Satisf.		Insatisf.		Conf.		Romp.		Fator de Proximidade	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Abrigo	8,45	5,86	0,69	1,6	3,28	3,19	1,02	1,63	5,67	1,97
Família	7,25	4,61	0,37	0,85	2,13	2,31	1,02	1,6	6,51	1,75
Escola	5,43	3,85	0,58	1,14	1,13	1,6	0,8	1,26	5,45	2,25
Amigos/ Parentes	4,92	4,49	0,13	0,48	0,8	1,38	0,61	1,24	5,49	2,63
Contatos Formais	3,17	3,32	0,18	0,49	0,3	0,7	0,15	0,47	5,58	2,8
Total	29,06	14,53	2,51	2,81	7,53	6,11	4,41	4,72	6,51	1,75

3.3.3 FIGURAS PARENTAIS NA REDE DE APOIO

Com relação à presença das figuras parentais na rede de apoio das crianças e adolescentes institucionalizados, em 21,2% e 42,1% dos casos, a figura materna e a figura paterna, respectivamente, não foram citadas. A Figura 2 apresenta a percentagem da presença das figuras parentais nos níveis de proximidade.

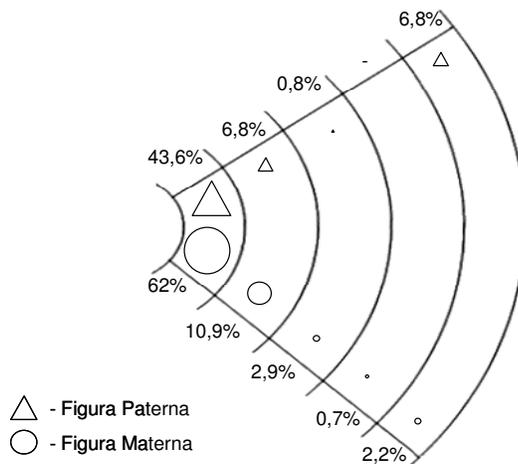


Figura 2. Percentuais da localização das figuras parentais nos níveis de proximidade

A localização das figuras parentais no Mapa foi observada. Para tanto, consideraram-se os graus de proximidade enquanto uma escala de cinco pontos, sendo que quanto mais longe do centro as figuras parentais estiverem, maiores serão suas médias. Dessa forma, constatou-se que a figura materna obteve média de localização de 2,34 ($DP=2,05$) e a figura paterna, 3,46 ($DP=2,38$), sendo esta diferença significativa ($t=5,7$; $gl=132$; $p<0,01$). Este resultado aponta que a figura materna foi percebida como mais próxima do que a figura paterna.

Uma análise foi realizada com o intuito de verificar se a relação com as figuras parentais foi considerada como satisfatória ou insatisfatória, e a existência de conflito e rompimento com as mesmas, considerando sexo e faixa etária (Tabela 2). Pode-se observar que, quanto à figura materna, houve maior percentual de conflitos e rompimentos entre as meninas e na faixa etária de adolescentes. Quanto à figura paterna, observou-se maior percentual de insatisfação entre os meninos e de conflitos entre os adolescentes. No entanto, só foi observada associação significativa entre conflito com a figura materna e faixa etária ($\chi^2=5,75$; $gl=1$; $p<0,02$).

Tabela 2

Percentuais dos Contatos Satisfatórios, Insatisfatórios, Conflito e Rompimento na Relação com as Figuras Parentais por Sexo e Faixa Etária

	Figura Materna				Figura Paterna			
	Meninos	Meninas	Crianças	Adolesc.	Meninos	Meninas	Crianças	Adolesc.
Satisf.	96,1	98,2	98,4	95,6	81,6	94,9	88,9	87,5
Insatisf.	3,9	1,8	1,6	4,4	18,4	5,1	11,1	12,5
Conf.	20,8	34,7	18,6	36,5*	13,9	13,9	10	17,6
Romp.	9,7	19,4	10	18,9	9,7	9,7	10	9,5

NOTA: * $p<0,02$.

3.3.4 FONTE E TIPO DE APOIO PERCEBIDO

Ao final da aplicação do instrumento, foram realizadas as seguintes questões: (1) “Com qual dessas pessoas, que você citou, você mais pode contar?”, e (2) “Que tipo de apoio ela lhe dá?”. A primeira questão indica a principal fonte de apoio percebida e a segunda, o tipo de apoio fornecido. As respostas atribuídas à primeira questão foram categorizadas

levando em consideração o tipo de relação e de vínculo estabelecido entre o participante e a figura de apoio citada. Por exemplo, como fonte de apoio, um menino respondeu ser a sua irmã mais velha. Esta resposta foi incluída na categoria “Família”. As categorias identificadas são as seguintes: (1) Família: foram incluídos os membros da família como a mãe, o pai e os irmãos; (2) Abrigo: consideraram-se os membros do abrigo, como os monitores, funcionários, diretor do abrigo, pais sociais, assistente social e padrinhos afetivos; (3) Vizinhos e Parentes: foram incluídos os vizinhos, avós, tios, entre outros parentes; (4) Pares: foram incluídos crianças e adolescentes com quem o participante mantinha vínculo de amizade; e (5) Outros: esta categoria incluiu pessoas como os profissionais da Saúde e Educação e as relacionadas ao Conselho Tutelar. A categoria Abrigo foi citada como principal fonte de apoio por 31,6% dos participantes, seguida das categorias Pares, em 24,1%; Família, em 22,6%; Vizinhos e Parentes, em 15%; e Outros, em 6,8%. A figura materna foi considerada a principal fonte de apoio por 16 participantes (12,03%) e a figura paterna, por 5 (3,76%).

Em relação ao tipo de apoio fornecido, uma análise de conteúdo (BARDIN, 1979) foi utilizada, possibilitando a identificação das três categorias de apoio, semelhantes às propostas por Wills, Blechman e McNamara (1996) e Siqueira, Betts e Dell’Aglio (2006):

1. Apoio Emocional e Afetivo: englobou respostas que faziam referência ao recebimento de afeto e proteção. Este apoio é recebido como confiança, disponibilidade de ouvir, compartilhar preocupações, medos e compreender seus problemas, como pode ser observado nos seguintes relatos: “*dão carinho e amor para nós*”; “*ela me escuta quando eu tô brabo, ela me acalma*”; “*quando tô triste ela dá abraço, me dá o amor dela*”; “*ela confia em mim e eu confio nela*”; etc.

2. Apoio Instrumental: incluiu respostas relacionadas ao fornecimento de algum tipo de ajuda material, ao recebimento de meios para que o participante resolvesse seus problemas e situações do dia-a-dia, ou mesmo quando a pessoa procurada resolvia seus problemas. Como é identificado nos exemplos: “*ajuda nos temas*”; “*empresta a borracha e tudo que precisa*”; “*leva pro hospital*”; “*compra material escolar*”; “*me enche de roupa*”; “*leva a restaurantes*”; “*arruma vaga no colégio*”; “*ajuda nas atividades*”; “*liga para meus irmãos*”; entre outros exemplos.

3. Apoio Informacional: reuniu as respostas em que havia referência ao recebimento de sugestões, conselhos, informações e explicações desejadas, que ajudaram o participante a sentir-se orientado. A seguir, alguns exemplos dessa categoria: “*dá conselhos bons*”; “*dão conselho*”; “*diz para respeitar as regras senão coloca de castigo*”; “*ele fala o que acha certo e errado*”; “*ela te educa, ensina a não brigar*”; entre outros.

As explicações mencionadas pelos participantes sobre o tipo de apoio fornecido foram categorizadas e avaliadas por dois juízes, resultando em 96,5% de concordância. Uma mesma resposta poderia apresentar mais de um tipo de apoio, tendo sido realizadas análises considerando o total de respostas. Assim, foram encontrados 206 itens de respostas. Constatou-se que o principal tipo de apoio foi o apoio instrumental (41,26%); seguido do apoio emocional e afetivo (37,86%) e do apoio informacional (20,88%). Considerando os itens relacionados às figuras parentais ($n=24$), foi investigada a frequência dos tipos de apoio fornecidos pelas mesmas. O apoio instrumental foi associado à figura materna em 41,66% dos itens e à figura paterna, em 8,33%; o apoio emocional e afetivo foi associado à figura materna em 33,33% das respostas e à figura paterna, em 8,33%; e o apoio informacional foi relacionado à figura materna em 8,33% das respostas, não sendo identificada nenhuma resposta referente a este tipo de apoio relacionada à figura paterna.

3.4. DISCUSSÃO

A família, na maioria dos casos, foi percebida como próxima e como importante ou principal fonte de apoio dos participantes. Para essas crianças e adolescentes, tanto os membros da família nuclear quanto os da família extensa foram considerados parte de suas famílias. Este resultado sugere que familiares como tios(as), primos(as) e avós são pessoas presentes na trajetória de vida desses jovens, responsabilizando-se, em muitos casos, pela sua educação durante um período de tempo. Fonseca (1987; 1995; 2002), ao investigar o sistema de parentesco em famílias de grupos populares de Porto Alegre/RS, identificou a forte influência que os membros da família extensa exerciam no núcleo familiar, inclusive assumindo a criação dos filhos. É comum uma criança passar parte da infância ou da juventude na casa de pessoas que não sejam seus genitores, como com os avós e tias. Segundo a autora, esta prática estimula o fortalecimento da rede social familiar e reforça a solidariedade do próprio grupo familiar, como também expressa a importância da família extensa no sistema de parentesco brasileiro (FONSECA, 1995).

Outra característica da configuração familiar encontrada na amostra é a alta ocorrência de separação dos pais: mais de 70% mencionaram ter pais separados. Este dado, de acordo com pesquisas demográficas nacionais (IBGE, 2000), é apontado como um fenômeno freqüente na contemporaneidade, especialmente nas famílias empobrecidas (FEIJÓ; ASSIS, 2004).

O contato com a família de origem vem sendo mantido por mais da metade dos participantes, corroborando achados da pesquisa de Silva (2004) em abrigos do Brasil, na qual 58% das crianças e adolescentes abrigados mantêm contato com familiares. No presente estudo, enquanto 59,4% mantêm contato com a família de alguma forma, 39,9% relataram ausência de contato e 7%, contato esporádico e/ou raro. Para Dell'Aglio, Borges e Santos (2004), o afastamento do convívio familiar pode comprometer o vínculo com pais e irmãos. Estes dados levam a pensar se o afastamento do convívio familiar e o comprometimento desses vínculos podem afetar a construção da história de vida das crianças e adolescentes que vivem em situação de abrigamento.

No que se refere à estrutura das redes de apoio, a média total de 31 contatos encontrada neste estudo foi semelhante à média encontrada na pesquisa com adolescentes institucionalizados (36 contatos) de Siqueira, Betts e Dell'Aglio (2006). O campo Abrigo se destacou por apresentar maior média total de contatos na rede de apoio. Tendo em vista que o contexto institucional é composto por muitas crianças, adolescentes e outros adultos cuidadores e educadores, é compreensível que esta maior multiplicidade de relações reflita nos contatos da rede, em decorrência da possibilidade de inúmeras trocas interpessoais nesse contexto.

Com relação à funcionalidade da rede, isto é, à qualidade e satisfação das relações estabelecidas nos diferentes campos, um aspecto que parece importante diz respeito ao vínculo das crianças e adolescentes em cada contexto investigado. Foi possível identificar que os campos Abrigo e Família constituem os contextos de maior importância para os participantes. Considerando estes dois contextos, a análise possibilitou a identificação de importantes diferenças entre os mesmos. O campo Abrigo apresentou maior média de contatos satisfatórios, insatisfatórios e conflitos, em comparação ao campo Família, e apareceu como principal fonte de apoio dos participantes. Estes aspectos confirmam dados da literatura que indicam que o abrigo passa a se constituir no principal contexto de desenvolvimento das crianças e adolescentes abrigados, exercendo o papel de fornecedor de apoio (OLIVEIRA, 2006; SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006; YUNES; MIRANDA; CUELLO, 2004), visto que é nesse contexto que relações de amizade, trocas afetivas, comportamentos cooperativos, disputas e conflitos são postos em cena. Além disso, como o campo Abrigo apresentou maior média de contatos, pode-se inferir que, quanto maior é o número de contatos na rede, maior é a possibilidade de conflitos na mesma.

Por outro lado, a análise do campo Família e da percepção das figuras parentais na rede de apoio mostraram o predomínio de uma visão positiva relacionada à família. O campo Família apresentou maior média de fator de proximidade em comparação com outros campos,

e foi classificado como de grande força de proximidade, sugerindo a existência de relações próximas e de qualidade. Tendo em vista que são crianças e adolescentes abrigados e que possuem famílias com problemas de diversas ordens e com dificuldade de manter seu papel protetivo, e com contatos esporádicos e muitas vezes ausentes, esta percepção positiva chamou a atenção. A literatura da área tem destacado a percepção idealizada valorizada da família em estudos com crianças e adolescentes que tiveram experiência de institucionalização (DE ANTONI; KOLLER, 2000; RIZZINI, s/d; RIZZINI; RIZZINI, 2004; YUNES et al., 2001).

Diferenças entre a percepção das figuras parentais também foram observadas. A figura materna foi situada nos níveis de maior proximidade por mais de 70% dos participantes, e mais lembrada como membro da rede de apoio em comparação à figura paterna. Pode-se concluir que, na percepção dos participantes, relações de maior proximidade são mais estabelecidas com a figura materna do que com a figura paterna. Também foi observada maior ocorrência de conflitos e rompimentos com a figura materna, especialmente entre as meninas e na faixa dos adolescentes. Tal resultado pode ser relacionado aos processos típicos de mudanças que ocorrem na adolescência e que envolvem conflitos com as figuras parentais relacionadas aos processos de independização (STEINBERG, 1999). Além disso, provavelmente, as figuras maternas foram mais lembradas exatamente pelo fato de estarem mais presentes na vida desses jovens, o que pode estar relacionado à característica monoparental e *matrifocal* (SZYMANSKI, 1992) dessas famílias. A figura materna, nessas famílias, é membro essencial em todo o processo de desenvolvimento e educação dos filhos e assume o lugar de chefe da família, estabelecendo limites e estando mais presente na vida dos filhos do que a figura paterna, que, em muitos casos, não convive com os mesmos (FEIJÓ; ASSIS, 2004; SZYMANSKI, 1992).

A figura paterna não foi identificada como integrante da rede de apoio por quase 50% dos participantes, apresentando relação insatisfatória em 6,8% e citada como figura de apoio em apenas cinco casos. O estudo de Feijó e Assis (2004) com jovens infratores e suas famílias comprovou que a figura paterna estava ausente em quase 40% dos casos. Para as autoras, a falta da figura paterna faz com que estes jovens sofram as conseqüências emocionais e financeiras decorrentes, além de poder influenciar a formação de sua identidade social. Conforme Padilla (2001), a ausência da figura paterna pode ser um fator de risco adicional para experimentação sexual precoce, especialmente entre adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Com relação aos outros campos, o relativo à Escola apresentou o menor fator de proximidade em comparação aos demais e alta ocorrência de conflitos. Além disso, apesar de

ser grande a força do fator de proximidade no campo Escola, este ficou no limite inferior para esta classificação. Tais dados sugerem que a escola é percebida de forma mais distanciada pelos participantes. Este resultado chama a atenção para o papel enfraquecido assumido pelo sistema educacional na atualidade, especialmente junto a crianças e adolescentes com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade.

Finalmente, o apoio instrumental, que consiste no fornecimento de algo material ou ajuda quanto à solução de problemas, predominou na análise do tipo de apoio fornecido, corroborando dados da literatura (SIQUEIRA; BETTS; DELL'AGLIO, 2006; WILLS; BLECHMAN; MCNAMARA, 1996). Considerando que os participantes do estudo, em geral, advêm de famílias menos favorecidas e em condições de vida adversas, é possível compreender que o destaque dado ao apoio instrumental esteja vinculado à privação material que esses jovens já possam ter vivenciado. Assim, esse tipo de apoio parece ser o mais relevante para crianças e adolescentes de nível socioeconômico desfavorecido (WILLS; BLECHMAN; MCNAMARA, 1996).

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou conhecer as características da rede de apoio social e afetivo de crianças e adolescentes institucionalizados, a sua percepção de família e, em especial, das figuras parentais. A estrutura das redes de apoio apresentada pelos participantes refletiu a forma como eles se inserem nos diferentes contextos de sua realidade e, quanto à sua funcionalidade, observou-se uma percepção positiva relacionada ao campo Abrigo, na medida em que nesse contexto houve maior média de contatos satisfatórios, constituindo-se, por conseguinte, na principal fonte de apoio de muitos abrigados. Este aspecto traz à luz as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), as quais têm influenciado o funcionamento interno dos abrigos por intermédio de melhorias no contexto institucional (GUARÁ, 2006; GULASSA, 2006). Estas também contribuíram para uma mudança de perspectiva na percepção das crianças e adolescentes sobre a institucionalização (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006), visto que os estudos contemporâneos mostram que estes jovens consideraram o abrigo como um evento de vida positivo, que proporciona proteção e apoio, entre outros aspectos (ARPINI, 2003; AZOR; VECTORE, 2007, 2008; DELL'AGLIO, 2000; MARTINS; SZYMANSKI, 2004; OLIVEIRA, 2006; PASIAN; JACQUEMIN, 1999; SILVA, 2004).

A análise da percepção das figuras parentais na rede de apoio mostrou a presença mais constante da figura materna, ao passo que a figura paterna esteve ausente em quase metade dos casos. A ausência de um membro do casal parental pode levar a um desgaste ainda maior para a figura que assume a responsabilidade econômica e emocional de cuidar dos filhos, podendo operar como um possível fator de risco. A função da figura paterna, contudo, pode ser exercida por outras pessoas além do pai biológico, como os monitores dos abrigos, por exemplo. Entretanto, é necessário estimular e propor intervenções que assegurem a importância do lugar paterno, não se restringindo à presença do pai necessariamente, mas ampliando para alguma figura de apoio, para algum cuidador que exerça essa função. Assim, políticas de planejamento familiar que resgatem a importância da função da figura paterna para o desenvolvimento do indivíduo se fazem importantes.

Os resultados deste estudo sugerem, ainda, uma idealização das relações familiares, visto que a família apresentou maior fator de proximidade. Esta percepção pode ser entendida como um movimento adaptativo e restaurador dos jovens, processo importante para o resgate das relações familiares fragilizadas. A idealização das relações familiares de forma geral pode estar associada à dicotomia existente entre o que é de fato vivenciado e o que é pensado (SZYMANSKI, 1992). O vivido, por sua vez, está relacionado aos modos de agir no dia-a-dia das famílias, ao contexto real de convivência, e o pensado é da ordem do idealizado, de como se gostaria que fosse. Destaca-se, assim, a importância de que os profissionais dos abrigos e demais entidades de atendimento aos jovens em situação de abrigamento reconheçam e legitimem os diferentes modelos de família, ainda que atravessados pelos fatores sociais e culturais. Além disso, é de fundamental importância que as instituições de abrigo promovam a preservação dos vínculos familiares de seus abrigados, procurando garantir o direito de convivência familiar previsto pelo ECA (1990), tendo em vista o significado destas relações para as crianças e adolescentes.

Por fim, cabe destacar o papel da instituição de abrigo na rede de apoio social e afetivo das crianças e adolescentes que estão sob proteção. Os funcionários, monitores, educadores, pais sociais, técnicos e diretores dos abrigos fazem parte da rede de apoio e, como principais cuidadores desses jovens, nesse momento, tornam-se responsáveis pelo seu bem-estar, representando uma função fundamental para um desenvolvimento saudável. Mais do que desempenhar a função crucial de educá-los e acompanhá-los, estes cuidadores participam do processo de resgate e (re)construção da história individual de cada um deles, sendo importante que o façam ativamente. Constantes reformulações e avaliações são necessárias no interior dos abrigos em virtude de falhas ainda encontradas nas instituições brasileiras, para que o paradigma das instituições totais seja uniformemente superado. Mesmo com o reordenamento

físico das instituições de abrigo, no qual grandes espaços estão sendo transformados em espaços menores para um atendimento mais qualificado de um número menor de jovens, sem uma alteração na dinâmica institucional, corre-se o risco de reproduzir os mesmos processos perniciosos presentes nas instituições totais (GUARÁ, 2006; GUIRADO, 1986). Assim, instituições de atendimento à infância e juventude em risco devem estar cientes do papel dos cuidadores dos abrigos e manter um canal aberto de discussão de sua prática, promovendo capacitações e espaços de trocas entre estes profissionais, para que possam ser qualificados e apoiados no exercício de educar as crianças e adolescentes institucionalizados e se constituírem como membros de suas redes de apoio.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. **Transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes criados em instituições**. 2000. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) – Programa de Pós Graduação em Psiquiatria, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ALTOÉ, S. Internato de menores: educar para (de)formar? **Fórum Educacional**, v. 14, n. 1, p. 50-76, 1990.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ARPINI, D. M. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência & Profissão**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 70-75, 2003.
- AZOR, A. M. G.; VECTORE, C. Vivendo em abrigo: um olhar dos abrigados. In: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 8., 2007, São João Del Rei. **Resumos...** São João Del Rei/MG: ABRAPEE, 2007, p. 1-9.
- _____. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia Campinas**, v. 25, n. 1, p. 77-89, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARRERA, M. Distinctions between social support concepts, measures, and models. **American Journal of Community Psychology**, v. 14, n. 1, p. 413-445, 1986.
- BRITO, R. C. **Uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua: subsídios para uma intervenção comunitária**. 1999. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

- _____; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, A. (Org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 115-129.
- CABRAL, C. Mudança de paradigma: um desafio. In: Terra dos Homens (Org.), **Cuidar de quem cuida: reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua**. Rio de Janeiro: Booklink Publicações, 2002, p. 13-16.
- COSTA, A. **O estudo sobre o impacto das (des)conexões entre o ambiente escolar e o ambiente institucional na vida de crianças e adolescentes abrigados**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal de Rio Grande, RS, 2005.
- DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A visão de famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 5, n. 2, p. 347-381, 2000.
- DELL'AGLIO, D. D. **O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes**. 2000. 118 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- _____; BORGES, J. L.; SANTOS, S. S. Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos. **Interação** (Curitiba), Curitiba, v. 8, n. 2, p. 191-198, 2004.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Diário Oficial da União**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.
- FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 157-166, 2004.
- FONSECA, C. O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. **Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde**, v. 4, n. 1, p. 21-39, 1987.
- _____. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Mãe é uma só? Reflexões em torno de casos brasileiros. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.
- GARMEZY, N.; MASTEN, A. Chronic adversities. In: RUTTER, M.; TAYLOR, E.; HERSON, L. (Org.). **Child and adolescent psychiatry**. Oxford: Blackwell, 1994. p. 191-207.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOMES, J. V. Socialização primária: tarefa familiar? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 91, p. 54-61, 1994.

- GUARÁ, I. M. F. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. In: BAPTISTA, M. V. (Org.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 63-75.
- GUIRADO, M. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. São Paulo: Summus, 1986.
- GULASSA, M. L. C. A fala dos abrigos. In: BAPTISTA, M. V. (Org.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 53-61.
- HERMAN-STAHN, M.; PETERSEN, A. C. The protective role of coping and social resources for depressive symptoms among young adolescents. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 25, n. 6, p. 733-753, 1996.
- HOPPE, M. **Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco**. 1998. 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2000: Famílias e domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofamiliashtml.shtm>>. Acesso em: 1 de set. 2007.
- KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. C. (Org.). **Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 163-173.
- MARIN, I. S. **FEBEM, família e identidade: o lugar do outro**. São Paulo: Editora Escuta, 1999.
- MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 177-187, 2004.
- MASTEN, A.; GARMEZY, N. Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In: LAHEY, B.; KAZDIN, A. (Org.). **Advances in clinical child psychology**. New York: Plenum Press, 1985. p. 1-52.
- NARVAZ, M.; KOLLER, S. H. A invenção da família. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 7, n. 9, p. 121-134, 2005.
- OLIVEIRA, A. P. G. **O caráter transitório do abrigo e a passagem adolescente: pensando transitoriedades**. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- OLIVEIRA, R. C. A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. In: BAPTISTA, M. V. (Org.). **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 39-51.
- PADILLA DE GIL, M. Salud sexual en la adolescencia en El Salvador. **Revista de la Sociedad Chilena de Obstetricia y Ginecología Infantil y de la Adolescencia**, Santiago do Chile, v. 8, n. 3, p. 85-94, 2001.
- PASIAN, S.; JACQUEMIN, A. O auto-retrato em crianças institucionalizadas. **Paidéia**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 50-60, 1999.
- PRADA, C., WILLIAMS, L., WEBER, L. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 14-25, 2007.
- PTACEK, J. T. The role of attachment in perceived support and the stress and coping process. In: PIERCE, G. R.; SARASON, B. R.; SARASON, I. G. (Org.). **Handbook of social support and family**. New York: Plenum Press, 1996. p. 495-520.
- REPPOLD, C.; PACHECO, J.; HUTZ, C. Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In: HUTZ, C. (Org.). **Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 9-42.
- RIZZINI, I. Reflexões sobre o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no Brasil. **Sociedade Brasileira de Pediatria**, s/d. Disponível em <http://www.sbp.com.br/show_item.cfm?id_categoria=74&id_detalhe=1354&tipo=D>. Acesso em: 24 out. 2008.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.
- RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 57, n. 3, p. 316-331, 1987.
- SAMUELSSON, M.; THERNLUND, G.; RINGSTRÖM, J. Using the five map to describe the social network of children: A methodological study. **International Journal Behavioral Development**, v. 19, n. 2, p. 327-345, 1996.
- SARAIVA, J. E. M. Contextualizando a problemática. In: Terra dos Homens (Org.). **Cuidar de quem cuida: reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua**. Rio de Janeiro: Booklink Publicações, 2002. p. 7-12.
- SEIFER, R.; SAMEROFF, A.; BALDWIN, C.; BALDWIN, A. Child and family factors that ameliorate risk between 4 and 13 years of age. **Journal of American Academic of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 31, n. 5, p. 893-903, 1992.

- SILVA, E. R. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.
- SILVA, R. **Os filhos do governo**. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- SIQUEIRA, A. C. **Instituições de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- _____; BETTS, M. K.; DELL’AGLIO, D. D. Redes de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados. **Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 149-158, 2006.
- SIQUEIRA, A. C.; DELL’AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2006.
- STEINBERG, L. **Adolescence**. Boston: McGraw-Hill, 1999.
- SZYMANSKI, H. **Trabalhando com famílias** – Cadernos de ação. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, PUC/SP, 1992.
- WEBER, L. N. D.; KOSSOBUDZKI, L. H. M. **Filhos da solidão**: institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Governo do Estado do Paraná/Secretaria da Cultura, 1996.
- WILLS, T.; BLECHMAN, E.; MCNAMARA, G. Family support, coping and competence. In: HETHERINGTON, M.; BLECHMAN, E. (Org.). **Stress, coping and resiliency in children and families**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1996. p. 107-133.
- YUNES, M. A.; ARRIECHE, M. R.; TAVARES, M. F.; FARIA, L. C. A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. **Paidéia**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 47-56, 2001.
- _____; MIRANDA, A. T.; CUELLO, S. S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenções no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 197-218.

CAPÍTULO IV

Multidimensional life satisfaction, stressful events and social support network of Brazilian children in out-of-home care³

Abstract

The goals of this study are to assess the multidimensional life satisfaction, stressful life events and social network of children living in shelters compared with those living with their families. The sample, all from low-income families living in Brazil, consists of 155 children living in shelters and 142 children living with their families with an age range of 7-16 years. Data were collected using a structured interview, the Multidimensional Life Satisfaction Scale, the Stressful Life Events Inventory, and the Five Field Map. The family group was selected from public schools located in a low-income region. The out-of-home group was invited from both governmental and non-governmental shelters. The out-of-home group had many at-risk characteristics; they also had significantly greater average scores on stressful life events and social support network, while they had lower than average scores on multidimensional life satisfaction, despite not showing a significance statistic. Factors that significantly contributed to predicting life satisfaction were stressful life events, social support network, and conflicts with family members while having parents living together did not. The findings highlight differences between out-of-home institutionalized and family group children; this report also discusses the policy implications of these findings for child welfare practice.

Keywords: Sheltered homes; socioeconomic status; stress experiences; youth/adolescence; children.

³ Este artigo foi escrito em co-autoria com Robin Spath, PhD, University of Connecticut School of Social Work, Prof.^a Dr.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio e a Prof.^a Dr.^a Sílvia Helena Koller, UFRGS e submetido para a revista “*Child & Family Social Work*”, seguindo suas normas de redação.

4.1 Introduction

The out-of-home-care shelter system in Brazil is an alternative care system for children and adolescents who are unable to live with their birth families. These children are removed from their families because they are victims of child maltreatment such as psychological, physical and sexual abuse or neglect. In Brazil, the Child and Adolescent's Statute (1990) is the key legislation that provides guidance for aiding and protecting all children and adolescents with at-risk factors. This legislation also provides guidelines for shelters, and its' passage led to important changes in the structure and operation of these shelters. Since the implementation of the statute, the shelters have become smaller in size and number of children, and have adopted a more family-like structure. The concept that all children and adolescents are human and that their healthy development must be ensured has been addressed. Couples often staff and live in these shelters, that are owned by the Brazilian government or philanthropic institutions (non-governmental shelters).

It is currently estimated that 80,000 children and adolescents live in governmental and non-governmental shelters in Brazil (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2003). The children living in out-of-home care have often experienced multiple adversities and come from backgrounds of extreme poverty associated with familial problems; they are considered at-risk both socially and emotionally (Carbone, et al., 2007). According to Silva (2004), the majority of families whose children are placed in out-of-home care are low-income and/or unemployed and single-female headed households.

The negative life events that most children in out-of-home care face threatens their healthy development due to the potential damage and challenges to reacting and coping (Lazarus, 1993; Lazarus & Folkman, 1984). Studies have shown the relationship between stressful events and alcohol use, as well as psychotherapeutic drugs (Frome, et al., 1994), depression symptoms (Ge, et al., 1994; Hammem & Mayol, 1982), emotional and behavioral problems, and social maladjustment in adolescents (Windle & Windle, 1996).

Social/emotional support and networks have been correlated with stress reduction. Social support networks are the set of systems and significant people who compose the ties of perceived and received relations of an individual (Brito & Koller, 1999). A supportive social network may protect or buffer individuals from stressful events (Dubois, et al., 1992; Ge, et al., 1994; Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1987; Windle, 1992). An individual's personal social support network is composed of all the significant relationships that they perceive in their life (Sluzki, 1997). It is dynamic and might be built and rebuilt over their lifetime. Social support networks are associated with good health , positive well-being, improvement of

individual competence, positive self-esteem and self-image, and the sense of self-effectiveness (Dumont & Provost, 1999; Garmezy & Masten, 1994; Samuelsson, et al., 1996; Sluzki, 1997). This protective effect is related to the network's capacity to promote resilience and adaptive behavior (Brito & Koller, 1999; Garmezy & Masten, 1994; Rutter, 1987).

The shelter environment becomes the primary developmental context for children in out-of-home care (Yunes, et al., 2004), and people in this environment (e.g., other children from the shelter and new school, teachers, staff and professionals from the shelter, among others) provide emotional and social support (Siqueira, et al., 2006). Social networks and each individual's role, which is further developed through work and recreation activities, may help the young person accumulate important social relationships and other assets (Gilligan, 2008). Thus, caregivers, educators, social workers and other professionals may have important roles to play in assisting out-of-home children tap into positive resources, especially opportunities for supportive relationships in their environment. Such social support could improve the life satisfaction of children in out-of-home care.

Life satisfaction, as well as positive and negative affect have been described as the components of subjective well-being (Diener, et al., 1999; Lucas, et al., 1996). Life satisfaction is related to both the cognitive appraisal and judgment individuals carry out over their life span. This process which leads to general life satisfaction judgments, includes perceptions about life's realities, the consideration of its positive and negative sides (Lucas, et al., 1996). The subjective well-being construct was proposed by Positive Psychology, is a scientific field that focuses on the healthy aspects of individuals' lives, such as happiness, life satisfaction, hope, and optimism, among others (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000; Sheldon & King, 2001). Well-being has been widely studied due to the emphasis on its associated factors, and many of these studies have focused on particular populations that have required special attention, such as children, African-American women, adolescents, and abuse victims (Buchanan & Fitzgerald, 2008; Diener, et. al, 1999; Gallagher & Vella-Brodrick, 2008; Giacomoni & Hutz, 2008; Martin & Huebner, 2007; Zullig, et al., 2005).

Therefore, this study adds to this knowledge base by focusing on children who are living in out-of-home care. Since the passage of the Child and Adolescent's Statute (1990), and the subsequent changes in the shelter system, very few studies have been conducted on this population. Additional research is needed to better understand life satisfaction, stressful events and social support networks of children in out-of-home care since the enactment of this new law. Thus, the objective of this study was to investigate the multidimensional life satisfaction, stressful events and social support networks of low-income children and adolescents living in shelters compared to those living with their families. The study also

aimed to examine the predictive role of stressful life events, social support networks, family structure and family conflict on children's life satisfaction. It was expected that the sub-sample of children living in shelters would have a higher mean score on stressful life events as well as on the social support network measure. It was also expected that this sub-sample would have a lower multidimensional life satisfaction than the sub-sample of low-income children living with their families, due to institutionalization and the emotional distress that they face.

4.2 Method

4.2.1 Participants

The study sample consisted of 297 Brazilian children and adolescents – the first sub-sample consisted of 155 children living in shelters (the out-of-home sub-sample) and the second sub-sample consisted of 142 low-income children living with their families (the family sub-sample). Of the total sample, 52.2% were males and 47.8% were females, with an age range of 7-16 years ($M=11.21$; $SD=2.13$). For the family sub-sample, participants were selected from two public schools in above-the-poverty- line neighborhoods. Members of the out-of-home sub-sample, were selected from nine governmental and non-governmental shelters, and had been in the shelter for an average of 35.3 months ($SD=35.14$).

4.2.2 Measures

The following instruments were used to gather data for this study:

1. Structured Interview: The interview format was used to collect bio-socio-demographic data, such as gender, age, grade, family structure, and so forth.
2. Multidimensional Life Satisfaction Scale (MLSS, Giacomoni, 2002; Giacomoni & Hutz, 2008): This 50-item scale assesses six factors of life satisfaction: self, compared-self, family, non-violence, friendship, and school. The MLSS is a Likert-item scale, with five possible answers to each question, ranging from nothing (1) to pretty much (5); the closer the mean score is to five, the higher the life satisfaction. This scale showed adequate internal consistency (*Cronbach's Alpha*=.93) and for the purposes of this analysis, the mean score of scale was used.

3. Stressful Life Events Inventory (SLEI; Kristensen, Dell’Aglío, Leon, & D’Incao, 2004): This 60-item inventory investigates the occurrence of stressful life events. This instrument has adequate internal consistency (*Cronbach’s Alpha*=.9) and for the purposes of this analysis, the mean score of scale was used.
4. Five Field Map (Samuelsson, et al., 1996, adapted for use in Brazil by Hoppe, 1998): This instrument assesses the social support network in five areas: family, school, friends, relatives, and formal contacts (see Figure 1). This analysis uses the mean of total of contacts, which was derived from the total number of persons in participants’ social support network and the total number of family conflicts entered in the model.

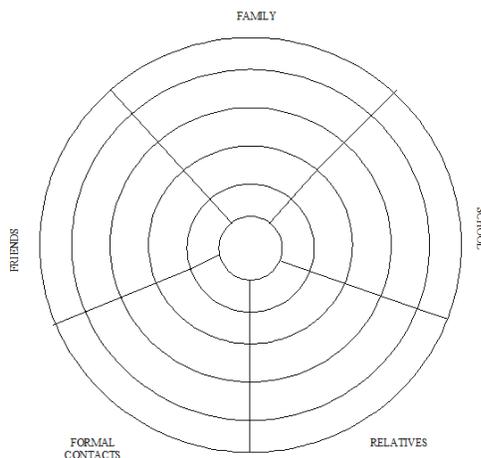


Figure 1. Five Field Map (adapted by Siqueira, 2006)

4.2.3 Procedures

The children from the family sub-sample were in the second through sixth grade in public schools that were located in the poor areas of the metropolitan region of Porto Alegre, the capital of the southern state in Brazil. These areas are considered at-risk neighborhoods, and showed a social indicator rate under .65 (scores can range from 0-1 and the closer the score is to zero the higher the social vulnerability; Porto Alegre, 2007). Convenience sampling was used to select the family sub-sample respondents, due to the difficulty of using random procedures in social science research sampling (Robson, 1993; Teixeira & Gomes, 2005). And the fact that random samples are rare in psychological research studies (Stanovich, 2004). For the out-of-home sub-sample, all the governmental and non-governmental shelters in the metropolitan region of Porto Alegre were invited to join the study with only one non-governmental shelter declining to participate. The inclusion criteria

for all participants were age (7-16 years) and the ability to successfully complete the instruments. Prior to data collection, the research team received theoretical, methodological and ethical training to work with this population. After training, the research team entered the shelters and schools with the objective of better understanding participants and their environment, developing a trusting bond with the participants, and becoming familiar with their reality. Prior to data collection, researchers carried out informal visits and discussions at the schools and shelters. A self-reporting approach was used, with the participants completing the instruments.

4.2.4 Ethical approval

The Brazilian human subjects' protective legislation was considered, and human subjects' approval was received by the research ethics committee of the Federal University of Rio Grande do Sul. For the family sub-sample, informed consent was obtained from parents or primary caregivers and older children (12 years old) prior to the completion of the research instruments.

4.2.5 Statistical analyses

Chi-square and *t* tests were computed to describe the demographic characteristics for both the out-of-home and family sub-samples. The difference between the mean scores in the two groups was also assessed using the effect-size statistic of Cohen's *d*. Effect size was classified as small, medium or large according to the guidelines recommended by Cohen (1998).

The multivariate analysis of variance test (MANOVA) was used to verify if there were mean differences on the following combined variables: Life satisfaction, stressful events and social support network among participants in each sub-sample. Since the variable that represents the total mean of social support network did not have a normal distribution, it was transformed through the log 10 technique. This technique was used because the social support network is considered a crucial issue for populations at risk, and previous research indicates that a strong social support network is considered a protective factor since it has the potential to ameliorate the damage from negative events (Brito & Koller, 1999; Garmezzy & Masten,

1994; Rutter, 1987). The assumptions of homogeneity of variance and covariance were supported.

In the last step of the analysis process, a logistic regression was conducted to examine the predictive role of stressful life events, social support network, family structure, and family conflict on life satisfaction. The assumption of the absence of multicollinearity was supported. For this step in the analysis, the multidimensional life satisfaction variable was modified based on the mean of the sample; the mean scores ranging from zero to 3.9 were coded as “0”, and the mean scores ranging from 3.91 to 5 were coded as “1”. Also, the sample size was reduced to 270 participants, with the exclusion of missing data from the analysis.

4.3 Results

The two sub-samples showed similarities in both gender and age. Table 1 shows the key demographic sample characteristics, with statistically significant differences between the two sub-samples. The first statistically significant difference is the number of times that a child repeated the school year; the total mean is 1.02 ($SD=.98$). The out-of-home sub-sample mean is greater than the family sub-sample mean ($t_{(288,3)}=3.51$; $p=.001$). In addition, the difference in the number of children in the family sub-sample is statistically significant ($M=3.87$; $SD= 2.4$). When comparing number of siblings, the out-of-home sub-sample means were greater than the family sub-sample ($t_{(288)}=3.3$; $p=.001$). Furthermore, 35.6% of the sample had parents living together, with a statistically significant difference in frequencies between the two groups (54.3% in the family sub-sample and 17.1% in the out-of-home sub-sample: $\chi^2= 45.08$; $df=2$; $p<.001$).

Table 1 *Bio-socio-demographic Characteristics of Out-of-home and Family Group*

		Out-of-home group	Family group	<i>p</i>	<i>Effect size</i>
Gender (%)	Male	51	53.5	.75	
	Female	49	46.5	.75	
Age (mean $\pm SD$)		11.14 \pm 2.03	11.27 \pm 2.24	.59	
Times that repeated the school year (mean $\pm SD$)		1.2 \pm 1.05	.81 \pm .84	.001	.4
Brothers and sisters (mean $\pm SD$)		4.31 \pm 2.45	3.4 \pm 2.24	.001	.38
Parents are living together (%)		17.3	54.3	<.001	

In addition, the difference in the number of children in the family is statistically significant ($M=3.87$; $SD= 2.4$). When comparing number of siblings, the out-of-home group's means were greater than the family group's ($t_{(288)}=3.3$; $p=.001$). Furthermore, 35.6% of the sample had parents living together, with a statistically significant difference in frequencies between the two groups (54.3% in the family group and 17.1% in the out-of-home group: $\chi^2=45.08$; $df=2$; $p<.001$).

Table 2 presents the comparison of multidimensional life satisfaction, stressful life events, and support network in the out-of-home and family sub-samples. To identify the relationship between the instruments' scores and sub-sample, independent-samples t tests were conducted. There was a statistically significant difference between stressful events ($t_{(295)}= 7.9$; $p<.001$) and social support network ($t_{(295)}= 9.9$; $p<.001$). The out-of-home sub-sample obtained a higher mean score than the family sub-sample (Table 2). In both sub-samples, the effect size was defined as large (Cohen, 1998).

Table 2 Mean (\pm Standard Deviation) of Multidimensional Life Satisfaction, Stressful Life Events and Support Network by Groups

	Out-of-home group	Family group	Total	P	Effect size
Multidimensional life satisfaction	3.84 (\pm .51)	3.94 (\pm .48)	3.89 (\pm .5)	.085	.2
Stressful life events	26.57 (\pm 7.82)	18.88 (\pm 8.96)	22.88 (\pm 9.2)	<.001	.85
Social support network	31.71 (\pm 14.37)	18.45 (\pm 8.1)	25.19 (\pm 13.87)	<.001	.95

The multivariate analysis of variance (MANOVA) between family and out-of-home sub-samples (independent variable), and multidimensional life satisfaction, stressful life events and social support network (dependent variables) revealed that there was a statistically significant difference between the sub-samples ($T^2=.44$, $F_{(3,293)}= 43.22$, $p<.001$, partial $\eta^2=.31$), with about 23.88% of variability in social support network accounted for by group differences in univariate comparisons. To investigate the impact of each main effect on the individual dependent variables, a Roy-Bargman step-down analysis was performed. The social support network [$F_{(1, 294)}=96.67$, $p<.001$, $\eta^2=.24$] and stressful life events [$F_{(1, 293)}=21.86$, $p<.001$, $\eta^2=.07$] contribute to differences across sub-samples. Social support

network was statistically significant after controlling for stressful life events and multidimensional life satisfaction. Whether children were living with their families or in out-of-home care, it did not affect the multidimensional life satisfaction.

Results of the logistic regression analysis are summarized in Table 3. These findings revealed that stressful life events, social support network, and family conflict contributed significantly to predicting life satisfaction. This model shows that life satisfaction might be predicted correctly by this set of variables in 63.3% of cases. The variables account for 6.36% of the reduction in deviance in life satisfaction.

Table 3 *Logistic Regression Analysis Predicting Life Satisfaction (n = 270)*

Variables	B	SE B	Exp (B)	95% C. I. for EXP(B)	
				Lower	Upper
Stressful life events	-.054**	10.309	.948	.917	.979
Social network	.32**	8.272	1.033	1.01	1.056
Conflicts from family	-.161***	4.724	.851	.736	.984
Parents who live together	.223	.968	1.25	.801	1.951
Model χ^2		23.752*			
Nagelkerke R^2		.112			

*Notes: *p<.001 **p<.01 ***p<.04*

Results indicated that lower scores on both the stressful events and family conflict instruments, and a higher score on the social support network assessment, were associated with life satisfaction. For each one unit change in scores of stressful life events, the odds ratio of having life satisfaction decreases by 5.2%. For each one unit change in scores of social support network, the odds of having life satisfaction increases by 33%. For each one unit change in scores of family conflict, the odds of having life satisfaction decreases by 14.9%. Having parents living together did not significantly contribute to predicting life satisfaction. The Logit equation is

$Logit(Y) = .455 - .054(\text{stressful events}) + .32(\text{social network}) - .161(\text{family conflicts}) + .223(\text{parents together})$.

Discussion

The results revealed important patterns among low-income children and adolescents living with their families compared to children living in shelters in Brazil. Most of these children from the entire sample repeated a school year, had an average of almost four siblings, and their parents were not living together. Furthermore, the following factors are common among the poor population in Brazil: a low academic achievement rate and larger family size, and more single-parent families. According to the latest available demographic census conducted by the Brazilian government (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2000), the number of families headed by a single mother has increased from 7.7 million in 1991, to 12.8 million in 2000. More than 28% of these mothers live with fewer resources each month (about US\$50). This situation indicates that most Brazilian families face financial and other challenges, and therefore children's caregivers often are not able to meet their basic needs. In many cases, these circumstances may lead to the removal of children from their family. Poverty, single parenthood, unemployment, caregivers' low academic achievement rates, mental and physical illness, large family size and other issues put at risk healthy child development and impede the task of raising children and adolescents (Ferreira & Maturano, 2002; Masten & Garmezy, 1985; Seifer, et al., 1992; Reppold, et al., 2005; Siqueira & Dell'Aglio, 2007).

In this study, conditions seem to be worse for children and adolescents in shelters because they have repeated more school grades, have a greater mean of siblings and a lower percentage of parents living together. The study's results highlight the high-risk situation of children in out-of-home care and their families. The Brazilian literature on institutionalized children and adolescents has discussed all of the aforementioned challenges. In addition, research has shown that development and school achievement are closely associated with family income (Dell'Aglio & Hutz, 2004; Ferreira & Maturano, 2002).

The incidence of stressful life events ($M=22$) for the entire sample was higher than that found in a previous study (about 17 events), which used the same instruments with public school children in Brazil (Kristensen, et al., 2004). Kristensen's result suggests that children of the current study were exposed to several stressful life events. The out-of-home sub-sample presented a statistically significant difference (relatively large effect size; Cohen, 1998) when variables such as stressful events and social support network contacts were involved. Once children were removed from their families of origin due to maltreatment and abandonment, they faced stressful events. This result may indicate that children from the family sub-sample, despite being low-income, were somehow relatively protected from stressful life events.

In regard to the social support network, the findings from this study were similar to another study conducted with institutionalized adolescents (Siqueira, et al., 2006). However, the mean found in the entire sample was higher than the abused girls' mean (Mayer, 2002) as well as the mean of children who were exposed to at-risk situations' (Hoppe, 1998), when compared to previous research in this area. Other studies have shown that institutionalized children have a larger social support network because, once they have been removed from their families and been placed in a different environment, they have the opportunity to develop new relationships and add even more people to their network.

One might surmise that the family sub-sample multidimensional life satisfaction would be greater than that of the out-of-home sub-sample; however, this difference did not emerge as statistically significant. Although out-of-home placement may bring suffering, especially when separation is rushed, it can also remove children from a situation where there is maltreatment. Furthermore, children who have been raised in at-risk families are both socially and emotionally distressed, and most of them have faced the difficulties that are found in low-income families. In shelters, however, children's basic needs are met --clothing, food, facilities, digital inclusion, and so on. Furthermore, shelter children attend school more regularly, met new friends and caregivers, and are, perhaps, endowed with some emotional and social support. Such instrumental support may improve children's multidimensional life satisfaction. Studies indicate that children generally feel positively toward their caregivers-- foster parents as well staff--involved in their out-of-home care (Arpini, 2003; Chapman, et al., 2004; Oliveira, 2006; Siqueira & Dell'Aglio, 2007). To explain further, despite being called "shelters," institutions in Brazil's out-of-home care system are typically often composed of small groups (e.g. 10 to 15 children), supervised by professional staff or couples. Although these newer models of out-of-home care are not superlative, they are considered an improvement when compared to the old approach, which consisted of larger and older institutions housing more than 30 children living in a collectivist system. Furthermore, in the current shelter system, children in many ways have an equivalent everyday experience to living with their family, including domestic chores as part of their routine (Siqueira, et al., in press). The chores represent an improvement in the out-of-home care system in Brazil, because having such structure in children's lives is more "family-like" -- one of the mandated outlined in the Children and Adolescents' Statute (1990). In addition, the conditions are so dire for poor Brazilian families that the better conditions found in the shelters could lead to participants' enhanced life satisfaction perception.

The same pattern of results was found in the multivariate analysis of variance (MANOVA) between the two sub-samples of children in this study. Even when the variables

were combined, the analysis showed differences between the sub-samples in terms of stressful life events and social support network, but not in terms of multidimensional life satisfaction. A previous study that assessed the health-related quality of life of children in foster care and community showed that those in out-of-home care had a significantly poorer quality of life than that of those in the general community (Carbone, et al., 2007). Therefore, it seems that an individual's perception of their quality of life is influenced by several issues, and there is a need for transcultural studies to clarify these findings.

In this study, the logistic regression analysis revealed that the variables which contributed significantly to predicting life satisfaction were stressful life events, social support network, and family conflict. Considering the social support network, some studies have indicated that people who hold them during harsh moments would protect them for developing non-adaptative behaviors and emotional illness (Brito & Koller, 1999; Garnezy & Masten, 1994). Moreover, the fact that parents' living together did not enhance the outcome of logistic regression model may indicate that other issues may influence life satisfaction, such as the overall quality of the relationship between parents and offspring. In fact, there are studies that support this argument and indicate that the parents' separation/divorce may lead to positive family transformation (Asmussen & Larson, 1991; Kroes, et al., 2002; Leve & Fagot, 1997).

The findings from this research present an overall portrait of children and adolescents in out-of-home care in Brazil. They provide important information about the similarities and differences among low-income children and adolescents either living in shelters or with their families. The findings highlight several risk factors in both groups, such as poor academic achievement and single-parent families. The findings also suggestion that the picture is worse for children and adolescents living in shelters. These children showed a higher-than-average school failure rate, a larger number of siblings, and a lower percentage of parents living together.

In addition, these findings indicate the poor conditions of participants' families, making it clear that these issues need to be the focus of services and social policies. The sub-samples in this study were statistically different in terms of stressful life events and social support network, but not in terms of multidimensional life satisfaction. This last aspect may indicate that the shelters are providing satisfactory conditions as perceived by the children, which indicates an improved life satisfaction. Also, the lower scores on the instruments measuring stressful life events and family conflicts, and a higher score on the social support network scale are associated with having life satisfaction while having both parents living together is not associated with life satisfaction.

The strengths of the present study are the fact that the children, rather than their parents or professionals, provided the data as well as the use of a control group. Several studies have reported differences between children's and parents'/caregivers' reports (Achenbach, et al., 1987; Chapman, et al., 2004), indicating the importance of understanding life-experience phenomena from the children's perspective. Moreover, the comparison between the two groups provided additional information about these areas. One of the weaknesses of this study is the use of convenience sampling. In addition, the findings are limited to the south of Brazil, which means they are not generalizable to the rest of the country. Brazil is a large country, and for a complete picture of the institutionalized context, it is necessary to study shelters throughout all of Brazil.

The findings of this study have important implications for child protection policy and practice. There is a need to improve academic achievement for children living in shelters. Positive school performance is a crucial developmental key that has the potential to promote social inclusion. The support policy that the Brazilian government offers to poor families are essentially financial; families fall under the categories of either Conditional Cash Transfers or minimum income. This policy issues low monthly benefits to poor families in order to help reduce their poverty level (Janvry, et al., 2005; Lindert, et al., 2007). These resources are essential to families and have helped them short-term, but the low assistance amounts have not led to long-term change. Thus, it would be more helpful for the system to create a family preservation service on behalf of these families that provides prevention programs such as parenting skills and the rehabilitation of parental substance abuse and familial abuse. These families need additional help to maintain the connection with their children and to demonstrate healthy parental modeling to them. Therefore, this study calls attention to the need to create these programs in Brazil to prevent poor children from being exposed to stressful events and conflicts in the family.

References

- Achenbach, TM, McConaughy, SH & Howell, CT 1987. Child/adolescent behavioural and emotional problems: Implications of cross-informant correlations for situational specificity. *Psychological Bulletin*, 101(1), pp. 213-232.
- Arpini, DM 2003. *Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares*. São Paulo/Brazil: EDUSC.

- Asmussen, L & Larson, R 1991. The quality of family time among young adolescents in single-parent and married-parent families. *Journal of Marriage and the Family*, 53(4), pp. 1021-1030.
- Brito, R & Koller, SH 1999. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A Carvalho (ed), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 115-129.
- Buchanan, NT & Fitzgerald, LF 2008. Effects of racial and sexual harassment on work and the psychological well-being of African American women. *Journal of Occupational Health Psychology*, 13(2), pp. 137-151.
- Carbone, J, Sawyer, M, Searle, A & Robinson, P 2007. The health quality of life of children and adolescents in home-based foster care. *Quality of Life Research*, 16(7), pp. 1157-1166.
- Chapman, M, Wall, A & Barth, R 2004. Children's Voices: The Perceptions of Children in Foster Care. *American Journal of Orthopsychiatry*, 74(3), pp. 293-304.
- Child and Adolescent's Statute. (1999). Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Cohen, J 1998. *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Dell'Aglio DD & Hutz, C 2004. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), pp. 341-350.
- Diener, E, Suh, E, Lucas, RE & Smith, HL 1999. Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, 125(2), pp. 276-302.
- Dubois, et al., 1992. A prospective study of life stress, social support, and adaptation in early adolescence. *Child Development*, 63(3), pp. 542-547.
- Dumont, M & Provost, MA 1999. Resilience in adolescents: Protective role of social support, coping strategies, self-esteem, and social activities on experience of stress and depression. *Journal of Youth and Adolescence*, 28(3), pp. 343-363.
- Ferreira, MCT & Maturano, EM 2002. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), pp. 35-44.
- Frome, MR, Cooper, ML & Russel, M 1994. Stressful life events, gender, and substance abuse: an application of tobit regression. *Psychology of Addictive Behaviors*, 8(2), pp. 59-69.

- Gallagher, EN & Vella-Brodrick, DA 2008. Social support and emotional intelligence as predictors of subjective well-being. *Personality and Individual Differences*, 44(7), pp. 1551-1561.
- Garnezy, N & Masten, A 1994. Chronic adversities. In M Rutter, E Taylor & L Herson (ed), *Child and adolescent psychiatry*. Oxford: Blackwell, pp. 191-207.
- Ge, X, Lorenz, F, Conger, R, Elder, G & Simons, R 1994. Trajectories of stressful life events and depressive symptoms during adolescence. *Developmental Psychology*, 30(4), pp. 467-483.
- Giacomoni, C 2002. *Bem-estar subjetivo infantil: Conceito de felicidade e construção de instrumentos para avaliação*. Ph. D. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Giacomoni, C & Hutz, CS 2008. Escala multidimensional de satisfação de vida para crianças: Estudos de construção e validação. *Estudos de Psicologia*, 25(1), pp. 23-35.
- Gilligan, R 2008. Promoting resilience in young people in long-term care: The relevance of roles and relationships in the domains of recreation and work. *Journal of Social Work Practice*, 21(1), pp. 37-50.
- Hammem, C & Mayol, A 1982. Depression and cognitive characteristics of stressful life-events types. *Journal of Abnormal Psychology*, 91(3), pp. 165-174.
- Hoppe, M, 1998. *Redes de apoio social e afetivo de crianças em situação de risco*. M.D. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2002. Censo Nacional do IBGE. Available at: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofamiliashtml.shtm> [Accessed 8 April 2008].
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 2003. Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (SAC), Relatório de Pesquisa número 01. Brasília: IPEA.
- Janvry, A. et al. 2005. Brazil's bolsa escola program: The role of local governance in decentralized implementation. In Social Protection: The World Bank. Available at: <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Safety-Nets-DP/0542.pdf> [Accessed 7 May 2008].
- Kristensen, CH, Leon JS, D'Incao, DB & Dell'Aglio, DD 2004. Análise da frequência e do impacto de eventos estressores em uma amostra de adolescentes. *Interação em Psicologia*, 8(1), pp. 45-55.
- Kroes, M. et al. 2002. A longitudinal community study: Do psychosocial risk factors and Child Behavior Checklist scores at 5 years of age predict psychiatric diagnoses at a later

- age? *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41(2), pp. 955-963.
- Lazarus, RS 1993. From psychological stress to the emotions: A history of changing outlooks. *Annual Review of Psychology*, 44(1), pp. 1-21.
- Lazarus, RS & Folkman, S 1984. *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.
- Leve, L & Fagot, B 1997. Gender-role socialization and discipline processes in one- and two-parent families. *Sex Roles*, 36(1), pp. 1-21.
- Lindert, K, Linder, A, Hobbs, J & de la Brière, B 2007. The nuts and bolts of Brazil's Bolsa Família program: Implementing conditional cash transfers in a decentralized context. In *Social Protection: The World Bank*. Available at: <http://siteresources.worldbank.org/INTLACREGTOPLABSOCPRO/Resources/BRBolsaFamiliaDiscussionPaper.pdf> [Accessed 7 May 2008]
- Lucas, R, Diener, E & Suh, E 1996. Discriminant validity of well-being measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(3), pp. 616-628.
- Martin, K & Huebner, ES 2007. Peer victimization and prosocial experience and emotional well-being of middle school students. *Psychology in the School*, 44(2), pp. 199-208.
- Masten, A & Garmezy, N 1985. Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In B Lahey & A Kazdin (ed), *Advances in clinical child psychology*. New York: Plenum Press, pp. 1-52.
- Mayer, LR 2002. *Rede de apoio social e afetivo e representação mental das relações de apego de meninas vítimas de violência doméstica*. Ph. D. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Oliveira, RC 2006. A história começa a ser revelada: Panorama atual do abrigo no Brasil. In MV Baptista (ed), *Abriço: Comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, pp. 39-51.
- Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2007. Mapas e indicadores das vulnerabilidades sociais. Gerência de informações socioeconômicas, observatório da cidade de Porto Alegre. Available at: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/mapas_e_indicadores_vulnerab_social_fasc_suas.pdf [Accessed 28 April 2008]
- Reppold, C, Pacheco, J & Hutz, C, 2005. Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In C. Hutz (ed), *Violência e risco na infância e adolescência: Pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 9-42.
- Robson, C 1993. *Real world research: A resource for social sciences and practitioner-researcher*. Oxford: Blackwell.

- Rutter, M 1987. Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal Orthopsychiatry*, 57(1), pp. 316-331.
- Samuelsson, M, Thernlund, G & Ringström, J 1996. Using the five field map to describe the social network of children: A methodological study. *International Journal Behavioral Development*, 19(2), pp. 327-345.
- Seifer, R, Sameroff, A, Baldwin, C, & Baldwin, A 1992. Child and family factors that ameliorate risk between 4 and 13 years of age. *Journal of American Academic of Child and Adolescent Psychiatry*, 31(5), pp. 893-903.
- Seligman, M & Csikszentmihalyi, M 2000. Positive Psychology. *American Psychologist*, 55(1), pp. 5-14.
- Sheldon, K & King, L 2001. Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, 56(3), pp. 216-217.
- Silva, ER 2004. *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Siqueira, AC & Dell’Aglío, DD 2007. Retornando à família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção familiar de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 17(3), pp. 134-146.
- Siqueira, AC, Betts, MK & Dell’Aglío, DD 2006. Rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 40(2), pp. 149-158.
- Siqueira, AC, Morais, NA, Dell’Aglío, DD & Koller, SH (in press). Experiência das casas lares: Uma alternativa possível para crianças e adolescentes em situação de rua. In NA Morais, L Neiva-Silva & SH Koller (ed), *Endereço desconhecido: Crianças e adolescentes em situação de rua*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo.
- Sluzki, C, 1997. *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Stanovich, KE 2004. *How to think straight about Psychology*. New York: Allyn and Bacon, Pearson Education, Inc.
- Teixeira, MA & Gomes, W 2005. Decisão de carreira entre estudantes em fim de curso universitário. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), pp.327-334.
- Windle, M 1992. A longitudinal study of stress buffering for adolescent problem behaviors. *Developmental Psychology*, 28(3), pp. 522-530.
- Windle, M & Windle, R 1996. Coping strategies, drinking motives, and stressful life events among middle adolescents: Associations with emotional and behavioral problems and with academic functioning. *Journal of Abnormal Psychology*, 105(4), pp. 551-560.

- Yunes, MA, Miranda, AT & Cuello, SS 2004. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In SH Koller (ed), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 197-218.
- Zullig, K.J., Valois, R.F., Huebner, E.S. & Drame, J.W., 2005. Adolescent health-related quality of life and perceived satisfaction with life. *Quality of Life Research*, 14(6), pp. 1573-1584.

CAPÍTULO V

ESTUDO IV

Adolescentes em processo de reinserção familiar: Refletindo sobre as políticas públicas de atendimento à infância e juventude

5.1 Introdução

O abrigo é uma medida de proteção utilizada sempre que crianças e adolescentes encontram-se em situação de risco, tendo seus direitos fundamentais violados. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), esta medida deve ser transitória e temporária, devendo o jovem permanecer o menor período possível afastado do convívio familiar.

O ECA preconizou em 1990 que toda criança e adolescente tem direito à convivência familiar e comunitária. Apesar desse direito estar presente de forma clara nessa legislação há quase 20 anos, este tema tem tomado espaços de discussão somente nos últimos anos. Apenas em 2004/2005, um plano de ação específico para a promoção desse direito foi produzido – Plano Nacional de Promoção de Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Este plano “*apresenta recomendações para a ampliação de políticas à família e o aprimoramento de medidas de proteção e de adoção*” (Sutton, 2006, p.12). As discussões, no que tange à garantia do direito à convivência familiar e comunitária, têm estado presente no ambiente das instituições de abrigo, fazendo com que a reinserção familiar de jovens institucionalizados também esteja em foco. Assim, visto a importância do tema, o objetivo desse estudo foi conhecer o processo de reinserção familiar de adolescentes que viveram em instituições de abrigos e avaliar as políticas públicas de atenção a este processo. Assim, para um maior conhecimento teórico dos temas a serem considerados nessa pesquisa, serão apresentados a legislação, políticas públicas relacionadas à infância e juventude em situação de risco (preservação e reinserção familiar), considerações sobre família em situação de vulnerabilidade social e aspectos teórico-metodológicos advindos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (1979/1996; 1986; 1989; 2004).

5.1.1 Legislação e Políticas Públicas relacionadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária

A legislação e as políticas de atendimento direcionadas à infância e juventude no Brasil têm se modificado através dos anos. Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) apresentaram o percurso dessas mudanças no campo jurídico, iniciando pela apresentação da “Lei dos Municípios” em 1828, que eximiu algumas Câmaras Municipais da responsabilidade em prestar assistência às crianças e adolescentes abandonados, passando pela “Declaração Universal dos Direitos da Criança” em 1959, o “Código de Menores” em 1979 e a “Convenção sobre Direitos da Criança” em 1989, até a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, resultado de todo este processo de discussão e articulação.

Entre os anos de 2004 e 2005, o Plano Nacional de Promoção de Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária foi construído por entidades que atuam nesse campo, como Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Os objetivos desse plano são: (1) ampliar, articular e integrar políticas, programas, projetos, serviços e ações de apoio sócio-familiar; difundir a cultura de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária; (2) priorizar o cuidado da criança/adolescente em seu ambiente familiar e comunitário em sua família natural, família extensa e rede social de apoio; fomentar Programas de Famílias Acolhedoras, como alternativa de acolhimento às crianças e aos adolescentes temporariamente afastados da família de origem; (3) promover o reordenamento institucional das entidades segundo determinação do ECA (1990); (4) fomentar programas que promovam a autonomia do adolescente e/ou jovens egressos de programas de acolhimento; (5) aprimorar os procedimentos de adoção nacional e internacional; favorecer mecanismos de controle social e mobilização da opinião pública na perspectiva da implementação deste Plano; e (6) aprimorar e integrar mecanismos para o cofinanciamento, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, das ações previstas neste Plano (Rizzini, Rizzini, Naiff, & Baptista, 2006).

Também em 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelecendo um conjunto de regras de operacionalização da Assistência Social no Brasil. A NOB propõe duas modalidades de atendimento assistencial: de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de

vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Já a modalidade de atendimento Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, como abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, abuso de drogas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Esta modalidade de atendimento assistencial dá origem a serviços que exigem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas intervenções. Possuem uma estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público, entre outros, e ações do Executivo (Sistema Único de Assistência Social, 2008). Considerando a descrição das modalidades de atendimento, propostas pelo SUAS (2008), programas de atenção ao apoio familiar poderiam ser subsidiados pela vertente da Proteção Social Básica, prevenindo de questões de risco e fortalecendo às famílias sem sérios problemas sociais. Programas destinados à preservação familiar e reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados poderiam ser desenvolvidos pelos serviços da modalidade de Proteção Social Especial, visto que em ambos pressupõe-se o atendimento de casos em que algum tipo de violação dos direitos da criança e/ou adolescente exista, sendo considerados em situação de risco. Tanto os programas de preservação quanto reinserção familiar podem objetivar a garantia do direito fundamental à convivência familiar, preconizado pelo ECA (1990), e por isso, torna-se necessário um aprofundamento desses temas.

5.1.1.1 A Preservação Familiar (PF)

Ações que busquem ajudar e apoiar às famílias na resolução de dificuldades e problemas emocionais e sociais pertencem a uma política de preservação familiar (PF). São programas que atuam no contexto familiar, nos quais diferentes tipos de suporte podem ser providos, evitando que os problemas apresentados se agravem e requeiram medidas mais drásticas, como o afastamento dos filhos da família, levando ao rompimento de vínculos e a institucionalização.

Nos Estados Unidos, em resposta ao crescente número de crianças e adolescentes afastados da família de origem, ações que visam à preservação familiar têm sido desenvolvidas por agências governamentais e não-governamentais (*Family Preservation*

Services). São ações de curto a médio prazos, focalizadas na família, que apostam no fortalecimento das famílias em crise, em situação de risco, através do incremento da parentalidade e do funcionamento familiar, evitando o afastamento desnecessário das crianças. Este tipo de programa cresceu, nas últimas décadas nos EUA, em reconhecimento às idéias de que a criança necessita de uma família segura e estável e que o afastamento familiar traz conseqüências traumáticas e, hoje, constitui um dos pilares no que diz respeito ao atendimento de famílias em situação de risco social e pessoal (Barth, Guo, & McCrae, 2007; Nelson, 2000; Nelson & Nash, 2008). Estes serviços estão embasados na convicção que muitas crianças e adolescentes podem ser protegidas e criadas com segurança em suas próprias famílias quando seus pais/cuidadores estão sendo apoiados por programas de empoderamento para mudar suas vidas. Estes programas são desenvolvidos por profissionais com formação em bem-estar da criança, freqüentemente assistentes sociais. Possuem duração de quatro a 12 semanas, sendo que o profissional deverá atender de duas a no máximo 12 famílias concomitantemente, para que seja capaz de realizar um trabalho intensivo na residência familiar (Nelson, 2000).

Estes programas são amplos e apresentam um leque de opções de atendimento às famílias. Por outro lado, possuem diretrizes comuns, como (1) o oferecimento de uma intervenção intensiva (profissionais permanecendo muitas horas do dia na residência da família a fim de acompanhar a sua rotina e problemática); (2) a consideração da família como uma unidade; (3) o fornecimento de apoio e suporte na própria residência da família; (4) o oferecimento de um atendimento contextualizado, baseado nas necessidades específicas das famílias e não em “categorias” de problemáticas; e (5) o oferecimento de um trabalho intensivo em um curto prazo de tempo (Walton, 1997; 2001). Os programas de preservação familiar estão fundamentados teoricamente em premissas da perspectiva de fortalecimento e empoderamento familiar, enfatizando o treino de uma série de habilidades úteis para o manejo de problemas cotidianos em combinação com o conhecimento e apoio dos recursos da rede comunitária (Walton, 2001).

O sucesso dos programas de PF tem sido mensurado através da permanência da criança na família, pois este dado não ocorre isolado de mudanças nas melhorias da vida familiar, como seu funcionamento, melhoria na qualidade da parentalidade e segurança da criança (Barth, Guo, & McCrae, 2007; Nelson, 2000; Walton, 2001). Estudos mostram que os programas dessa natureza têm demonstrado eficiência na preservação da criança na família (Fraser, Nelson, & Rivard, 1997; Walton, 1997; 2001). O estudo de Schwartz, AuClaire e Harris (1991) analisou o impacto do programa de PF para adolescentes em situação de risco, comparando-os com um grupo controle e encontrou que 43,6% dos adolescentes participantes

deste programa ainda permaneciam com suas famílias após 12 meses, ao passo que, para os adolescentes do grupo de comparação, a taxa foi de 8,6%. No estudo de Pecora, Fraser, Bennet e Haapala (1991), a percentagem de permanência na família após 16 meses de programa intensivo de PF foi de 55,6% contra 14,8% para aqueles que eram atendidos por programas-padrão (*standard child welfare services*). Já o estudo de Walton (1997), mostrou que este tipo de atendimento demonstra bons resultados inclusive com famílias consideradas de alto risco, como aquelas sob investigação de abuso físico e negligência.

O estudo de Walton (2001) destacou os bons resultados do trabalho em conjunto dos serviços de preservação familiar (FPS, *family preservation service*) e serviços de proteção à criança (CFP, *child protective service*). Estes últimos são desenvolvidos por agências governamentais e são responsáveis por investigar notificações de violência contra a criança, e quando necessário, promover o afastamento da criança ou adolescente em risco. Um grupo de famílias recebeu ambos serviços e o grupo de comparação recebeu apenas as visitas da equipe do CFP. Os profissionais visitavam juntos às famílias, de forma que mantinham uma linguagem de atendimento comum. Ao passo que os profissionais do CFP investigavam as alegações de violência intrafamiliar, negligência, abuso, e o dano e/ou risco da permanência da criança na família, os profissionais da FPS realizavam seu trabalho de fortalecimento familiar, engajando as famílias na solução de seus problemas, em programas de aconselhamento, treinamento de habilidades parentais e desenvolvendo uma rede de recursos de apoio formais e informais. Ao final de sete meses, no grupo experimental, uma maior percentagem de crianças e adolescentes permaneceu na família, os membros utilizaram em maior frequência os recursos disponibilizados na rede, e diziam estar satisfeitos. Já as equipes de trabalho afirmaram que este modelo possibilitou uma melhor tomada de decisão, as famílias se beneficiaram em maior medida, e eles próprios estavam satisfeitos com o trabalho.

Ao investigar qualitativamente a percepção de famílias que completaram o programa de PF, Kauffman (2007) revelou uma percepção positiva e satisfatória dos cuidadores das famílias participantes. Eles relataram que o programa havia contribuído para uma melhor comunicação familiar; para recuperação da esperança no seu funcionamento, para melhoramento das habilidades parentais, para recuperação do senso de controle de suas vidas, entre outros aspectos. Dessa forma, percebe-se que programas que buscam atuar no contexto de famílias com problemas incipientes têm sido utilizados internacionalmente e têm demonstrado seus benefícios para famílias em situação de risco social e pessoal.

Na realidade brasileira, programas desta natureza, mesmo que não sejam nomeados dessa forma, existem, contudo ainda são escassos e pouco investigados no meio científico. Mas existem iniciativas que desenvolvem programas que visam à preservação familiar.

Rizzini, Rizzini, Naiff e Baptista (2006) apresentaram nove programas bem sucedidos, desenvolvidos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, que buscam o acolhimento e o fortalecimento familiar. Estas iniciativas mostram que, mesmo em situações muito adversas, a família pode ser apoiada de forma a evitar a separação ou a perda de seus filhos. Os serviços desenvolvidos por estes programas são atendimentos, triagem, encaminhamentos, planejamento, articulação, entre outros, estando intimamente atrelado ao público alvo de cada programa. Por exemplo, no programa que atende portadores do vírus HIV, atendimentos psicológicos, médicos e social são oferecidos no ambiente hospitalar; nos programas voltados para famílias que se encontram nas ruas, as mães são o foco do atendimento, tendo por objetivo construir metas progressivas para ela e a família, de forma que deixem de viver no contexto da rua. Já quando a abordagem se dá com as crianças e adolescentes em situação de rua, o atendimento é diferenciado: uma equipe de reintegração familiar busca um trabalho em rede, para que a avaliação da família do jovem e o oferecimento de apoio/atendimento psicossocial sejam feitos. A maior parte dessas iniciativas é desenvolvida por entidades não-governamentais, que são mantidas, muitas vezes, por organismos internacionais, sem vínculo com governos municipal, estadual e federal. Estas condições limitam o alcance das ações e a possibilidade de multiplicação, tendo em vista que o recurso é escasso. Por outro lado, o grande diferencial desses programas está no engajamento dos profissionais, frequentemente advindos das áreas humanas e sociais, que em seu trabalho em equipe, estabelecem relações democráticas de trabalho, capacitações frequentes, reiterando o compromisso que assumem com a proposta de garantia da convivência familiar como direito fundamental (Rizzini et al., 2006).

Ainda que possam existir iniciativas desenvolvidas por órgãos governamentais, observa-se que as entidades não-governamentais assumem um papel importantíssimo na Assistência Social brasileira, desenvolvendo grande parte dos programas nessa área (Rizzini, Rizzini, Naiff, & Baptista, 2006). Além disso, embora apresentem boas diretrizes de ação, elas têm atendido uma pequena parcela da população em situação de vulnerabilidade social. Becker (1994) acredita que as ações de enfrentamento à pobreza, quando existem, ainda são marcadas pelo assistencialismo e clientelismo. A má construção e condução de políticas públicas dessa natureza trazem conseqüências importantes para as famílias que as necessitam, visto que as causas dessa situação de vulnerabilidade, em última instância, não têm sido foco de tais políticas.

Os programas sociais de transferência condicional de renda, tais como a “Bolsa Escola” e a “Bolsa Família”, desenvolvidos e subsidiados pelo governo federal (Aguiar & Araújo, 2002; Janvry, Finan, Sadoulet, Nelson, Lindert, de la Brière, & Lanjouw, 2005;

Lindert, Linder, Hobbs, & de la Brière, 2007; Waiselfisz, Abramovay, & Andrade, 1998); e “família cidadã”, desenvolvido pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul (Waiselfisz, Noleto, Bonder, Dias, & Chiechelski, 2004), têm como objetivo melhorar a rede de proteção social através do aumento do nível de assistência. Estes programas fornecem uma ajuda financeira a partir de exigências que devem ser cumpridas pelas famílias beneficiárias, como frequência escolar das crianças e adolescentes das famílias e visitas regulares ao posto de saúde da comunidade, além de preencher os critérios de elegibilidade (pobreza) para este benefício. O Bolsa Família paga R\$58,00, acrescido de R\$18,00 por filho com idade entre zero e 15 anos para famílias que possuam renda per capita de até R\$60,00. Entretanto, o benefício não supera R\$ 95,00 (IBGE, 2008).

Em 2004, foram encontrados cerca 17 diferentes programas sociais, sendo que nove destes eram direcionados às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social e pessoal, além de instituições que atendem crianças e adolescentes abandonados e/ou vítimas de violência (Comissão de Assuntos Sociais, 2004). Entre estes nove programas, cinco possuíam como principal objetivo atender às famílias carentes com precárias condições de vida (Auxílio-gás; Bolsa Alimentação; Bolsa Escola; Bolsa Família; Cartão-alimentação; e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI); um programa estava direcionado também a instituições de atendimento à infância e juventude em risco (Serviço de Ação Continuada – SAC); um programa objetivava atender vítimas de abuso e exploração sexual; e apenas um programa, buscava capacitar jovens em suas habilidades pessoais e sociais, promovendo uma inserção social e oportunidade de qualificação profissional (Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano). Assim, pode-se constatar um predomínio de programas sociais de transferência de renda mínima, em detrimento de programas que busquem o enfrentamento das causas da pobreza, institucionalização e violência. A base da Assistência Social brasileira está, fortemente, alicerçada nos programas sociais chamados de “Transferência Condicional de Renda” ou “de Renda Mínima”.

Segundo IBGE (2008), em 2006, existiam 10 milhões de famílias, cerca de 45,5 milhões de brasileiros, recebendo recursos de pelo menos um programa social de transferência de renda, e paradoxalmente, houve um crescimento nas taxas de evasão escolar entre os beneficiários de tais programas (IBGE, 2008; Rizzolo, 2008). Este dado, do próprio governo federal, mostra o grande alcance desses programas governamentais e denuncia a ausência de políticas qualitativas que garantam a efetividade desse recurso e atinjam os verdadeiros objetivos desses programas. Além disso, críticas têm sido tecidas aos mesmos, destacando as suas falhas.

Aguiar e Araújo (2002) afirmam que estes programas acabam reduzindo a problemática social do Brasil à escassez de recurso financeiro, desconsiderando outros fatores de risco inseridos na vulnerabilidade social. Um segundo argumento sustenta a hipótese de que tais recursos causam mais instabilidade no mundo do trabalho, à medida que poderiam ser utilizados na geração de emprego e renda. Além disso, estes programas podem colaborar para uma “acomodação” à precária situação vivenciada por estas famílias, limitando o processo de superação frente ao ciclo geracional de pobreza, visto que as causas dessas precárias condições, tais como baixa escolaridade, baixa qualidade das escolas públicas, desemprego e/ou subemprego, ausência de adequado sistema de saúde, enfraquecimento das habilidades familiares de enfrentamento das dificuldades, entre outros, não estão sendo trabalhadas. Assim, estes críticos sugerem que oportunidades de trabalho deveriam ser oferecidas aos membros dessas famílias ao invés de recurso financeiro, além da produção de políticas que visem ao enfrentamento dessas causas com vistas a combater à pobreza e às conseqüências sociais atreladas a ela, como a institucionalização.

5.1.1.2 A Reinserção Familiar (RF)

Ações de reinserção familiar são aquelas que buscam promover a união de crianças e adolescentes afastados da família por abandono ou maus tratos com seus familiares, e nesse sentido, atuam em prol da garantia do direito fundamental à convivência familiar e comunitária, conforme preconiza o ECA (1990). A reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados tem assumido cada vez mais espaço em fóruns e seminários promovidos por entidades de proteção à infância e juventude em situação de institucionalização e em centros de pesquisa científica no Brasil. Inúmeras formas de nomear este processo têm sido encontradas, como desligamento institucional, desabrigamento, reintegração familiar, desinstitucionalização, retorno à família/convivência familiar, reunificação familiar e reinserção familiar (Azor & Vectori, 2008; Siqueira & Dell’Aglío, 2007; Silva & Nunes, 2004). São diferentes expressões para se referir ao processo de saída de uma instituição de abrigo e o retorno à família, seja família de origem, extensa e adotiva.

Segundo o ECA (1990), o retorno ao convívio familiar deve ser promovido assim que a família apresentar condições favoráveis para o retorno do jovem, consolidando o caráter temporário e provisório dessa medida. O artigo 94 dessa legislação preconiza que é obrigação de toda entidade que desenvolve programa de abrigamento diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares; comunicar às autoridades

jurídicas, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares; proceder um estudo social e pessoal de cada família; reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente; manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos, entre outras determinações.

Para os casos em que há possibilidade de retorno familiar, a equipe técnica do abrigo avalia os casos e propõe um plano de desligamento para a família, podendo incluir condições que devem ser alcançadas pela família para que o desligamento ocorra. O desligamento acontece a partir da emissão de um parecer favorável ao retorno da criança ou adolescente ao Juizado da Infância e Juventude, depois de avaliadas se as condições propostas foram alcançadas. O juiz então julga se este parecer é suficiente para sua tomada de decisão, e caso precise de mais informações, solicita estudo técnico da família à equipe técnica do Juizado. Em caso de divergência nos laudos, discussões entre a equipe do abrigo e do Juizado são realizadas com vistas a esclarecer o caso. O desligamento ocorre somente com a guia de desligamento emitida pelo Juizado da Infância e Juventude. Também é possível que antes que o desligamento seja efetivado, o juizado autorize um período de experiência familiar. No desligamento, a guarda da criança e/ou adolescente é transferida da instituição de abrigo para os familiares responsáveis, e, após o retorno da criança e adolescente, visitas de acompanhamento são realizadas pela equipe técnica do abrigo somente por determinação do Juizado (R. Duzzo, comunicação pessoal, 14 de setembro de 2008).

No campo científico, ainda existe uma carência de pesquisas disponíveis na realidade brasileira sobre esse tema, ao passo que em outros países, como Estados Unidos, Austrália e países da Europa, pesquisas têm sido a base de programas de intervenção de retorno familiar há décadas (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996; Farmer, 1996; Maluccio, 2000; Maluccio, Abramczyk, & Thomlison, 1996; Maluccio, Fein, & Davis, 1994; Maluccio, Warsh, & Pine, 1993). Apesar das indiscutíveis diferenças culturais e nos sistemas de atenção e proteção à infância e à juventude em situação de risco dos diferentes países do mundo, conhecer estudos internacionais é essencial para a compreensão desse fenômeno. Nos Estados Unidos, o sistema de cuidados substitutos (*foster care*) é desenvolvido por agências governamentais e não-governamentais de bem-estar da criança e do adolescente (*child welfare agencies*) através da seleção de famílias (*foster families*) para acolherem em suas próprias casas crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos e abandono. As pesquisas que retratam o desenvolvimento de crianças e adolescentes afastados da família, o impacto do afastamento, os planos e processos de reinserção familiar (*family reunification*) de jovens que vivem em “*foster care*” referem-se a realidade específica do país e da população em questão. Contudo, o

conhecimento das políticas de reinserção familiar desenvolvidas em outros países e de estudos internacionais de reinserção familiar podem contribuir para o entendimento do fenômeno e para a produção de programas de atendimento adequados para contextos particulares, como o brasileiro.

A reunificação familiar de crianças e adolescentes com suas famílias de origem constitui uma área complexa no que diz respeito às políticas públicas de proteção ao bem estar da criança. A crescente taxa de crianças e adolescentes afastados da família de origem, na realidade norte-americana, tem contribuído para uma maior preocupação tanto com a prevenção desse fenômeno quanto com a promoção de processos de reunificação familiar mais seguros e rápidos (Pine, Spath, & Gosteli, 2005). Reunificação familiar é definida não só como a reunião física de crianças e adolescentes, que estavam sob cuidados não-familiares, com suas famílias de origem, mas também abrange um entendimento mais amplo, enquanto reunificação psicológica. É o processo planejado de reconexão de crianças em cuidados substitutos com suas famílias através de uma variedade de serviços e apoios às crianças, às suas famílias, aos cuidadores substitutos ou a outras pessoas envolvidas nesse processo. Seu objetivo é ajudar cada criança e família a conseguir e manter um ótimo nível de reconexão através de estratégias planejadas, reforçando o sentimento de pertencimento da criança com sua família (Maluccio & Ainsworth, 2003; Maluccio, Warsh, & Pine, 1993; Pine, Spath, & Gosteli, 2005). Promover a reunificação familiar é agir em prol da conservação dos laços afetivos familiares e do sentimento de conexão da criança ou adolescente com os membros da sua família, mesmo antes da reunião física (Maluccio, 2000; Maluccio, Abramczyk, & Thomlison, 1996; Maluccio, Fein, & Davis, 1994).

Para que o retorno familiar seja possível, a qualquer momento, é necessário que alguns aspectos sejam considerados no afastamento familiar: guardar e atualizar todas as informações relacionadas à criança ou ao adolescente, seus cuidadores e seus familiares; esclarecer aos educadores que cuidam diretamente dos jovens, sejam monitores, mães ou pais sociais, sobre a importância dos laços familiares na vida desses jovens; criar um sistema que contribua para a manutenção dos laços afetivos e que avalie os familiares que apresentem interesse em cuidar da criança, independente da situação da criança; e posteriormente, promover a vinculação da família com os recursos de sua comunidade, que pode oferecer assistência concreta (Mapp & Steinberg, 2007). Estes aspectos, quando iniciados os esforços para a reunificação, colaborarão para um satisfatório processo de reinserção familiar.

O estudo de Landy e Munro (1998) mostrou que a preparação prévia das famílias para a reunificação é um elemento facilitador para o sucesso da reinserção familiar. Esta preparação depende essencialmente das características dos casos e dos fatores de risco

presentes que devem ser enfrentados, podendo incluir desde a inclusão da família em programas de moradia, educação e alimentação, até o acompanhamento e tratamento de abuso de drogas e treinamento para parentalidade, entre outros (Marsh, Ryan, Choi, & Testa, 2006).

Programas de intervenção específicos têm sido criados a fim de ajudar no processo de reunificação. Lewandowski e Pierce (2002) investigaram o impacto de um programa centrado na família, desenvolvido com pais que haviam perdido a guarda de seus filhos. Este programa previa avaliação e tratamento para os familiares logo que as crianças fossem afastadas da família, e também buscava conhecer outros parentes e amigos que pudessem cuidar das crianças enquanto os familiares estivessem executando o plano de reunificação. Entre os resultados, as autoras encontraram que as crianças advindas das famílias que haviam participado do programa centrado na família apresentaram menor tempo de afastamento familiar do que as de famílias que não participaram. O estudo de Thomas, Chenot e Reifel (2005) examinou os fatores de riscos e de resiliência presentes nos processos de reinserção familiar de crianças afastadas da família e na reincidência do afastamento familiar e propuseram um modelo de intervenção baseado na resiliência (*resilience-based model*) para estas famílias. Este modelo é baseado na concepção de que fatores de risco e proteção estão presentes em todas as situações que envolvem crianças e famílias. A presença de altos níveis de fatores de risco e baixos níveis de fatores de proteção podem levar ao afastamento das crianças de suas famílias de origem. Segundo Thomas, Chenot e Reifel (2005), quando os altos níveis de fatores de risco continuam atuando no contexto familiar com baixos níveis de fatores de proteção durante a reunificação, a reincidência do afastamento da família pode ser uma resultante nesse caso. Assim, o modelo de intervenção focaliza as situações/comportamentos/pessoas que responderiam melhor às intervenções baseadas no fortalecimento da resiliência, levando a uma efetiva reinserção familiar. Mesmo após a reunificação, a forte presença de fatores de risco associada a fatores de proteção enfraquecidos leva ao aumento da probabilidade da reincidência do afastamento familiar, ao passo que a forte presença de fatores de proteção associada à presença de baixos níveis de fatores de risco diminui a reincidência.

Certas problemáticas familiares influenciam na possibilidade de reunificação familiar e na reincidência do afastamento. Festinger (1996) encontrou que crianças que estiveram mais tempo afastadas da família e que apresentaram mais retorno ao cuidado substituto (reincidência) eram aquelas que possuíam cuidadores com inúmeros problemas, tais como doença mental, pobres habilidades parentais, ausência de apoio social, pouco apego com seus filhos, pouca participação nas atividades da comunidade, isolamento social e recusa pelos serviços sociais oferecidos. Destaca-se que os fatores de risco altamente correlacionados com

a reincidência foram pobres habilidades parentais, número e severidade de problemas das próprias crianças e adolescentes e ausência de apoio social (Festinger, 1996). Já o estudo de Wells e Guo (1999), realizado no início da década de 90 nos Estados Unidos, encontraram maior risco para o retorno ao cuidado substituto, entre os jovens mais velhos, afro-americanos, que vivenciaram mudança de cuidados substitutos durante o afastamento, ficaram poucos meses em cuidados substitutos e que, antes do afastamento, estavam vivendo com pessoas que não eram de suas familiares. Courtney (1995) ainda destaca que a taxa de reincidência é mais alta nos primeiros meses de reunificação, sugerindo a necessidade de um programa de acompanhamento especial para as famílias durante este período crítico.

Em dois outros estudos, que focalizavam a ausência de apoio social, Wells e Guo (1999) e Jones (1998) observaram que as crianças e os adolescentes advindos de famílias monoparentais levaram mais tempo para serem reunificados do que aqueles que eram advindos de famílias com dois cuidadores. Os maiores problemas encontrados nas famílias eram pobreza, o abuso de drogas ilícitas pelos cuidadores e um inseguro ambiente familiar e comunitário, como exposição a drogas e armas em casa e na comunidade (Jones, 1998; Wells e Guo, 1999).

O aumento de casos de crianças e adolescentes ingressando no sistema de cuidados substitutos, na realidade norte-americana, em função do abuso de drogas ilícitas por parte de seus cuidadores tem alertado e causado preocupação naqueles que se dedicam à construção de políticas de reunificação (Maluccio & Ainsworth, 2003). Esta problemática configura-se, na atualidade, um dos mais sérios e preocupantes problemas e um dos grandes desafios a ser enfrentado, visto que junto com o abuso de drogas, inúmeros fatores de risco estão presentes, tais como violência doméstica, pobres habilidades parentais, negligência, entre outros. Os cuidadores que usam drogas ilícitas podem apresentar capacidade diminuída de interagir e educar seus filhos a partir de estratégias parentais saudáveis, prejudicando o desenvolvimento psicoemocional de seu filho, além de poderem apresentar dificuldade em suprir as necessidades básicas de alimentação e higiene. Por outro lado, a criança e ou adolescentes que vivem e crescem nesse ambiente familiar também poderão desenvolver problemas emocionais e comportamentais advindos dessas condições desfavoráveis de desenvolvimento, as quais desafiarão seus recursos individuais no enfrentamento dos fatores de risco (Gregorie & Schultz, 2001; Johnson & Leff, 1999; Maluccio & Ainsworth, 2003).

As crianças advindas de famílias que experenciam problemas econômicos ou que têm problemas de saúde e de comportamento possuem mais chances de retornar aos cuidados substitutos do que aquelas crianças sem estes aspectos (Jones, 1998). No que se refere à família extensiva, o estudo de Courtney (1994) indicou que as crianças que já estavam

vivendo com outros familiares, quando institucionalizadas, apresentam um processo de reunificação mais demorado do que aquelas que não estavam, contudo, uma vez que a reunificação ocorria, a reincidência do afastamento era muito menor para as crianças reunificadas com parentes do que com não-parentes, como amigos dos cuidadores e vizinhos (Courtney, 1994; Wells & Guo, 1999).

A reintegração familiar junto a amigos, vizinhos ou a outras pessoas fora da família nuclear e extensiva também é uma opção para diminuir o tempo de permanência de crianças e adolescentes em cuidados substitutos. Pine, Spath e Gosteli (2005) esclarecem que a legislação norte-americana exige o desenvolvimento de um plano concomitante enquanto a família está sendo trabalhada com vistas à reunificação, quando a criança está em cuidados substitutos há pelo menos 15 meses e não há previsão de retorno para sua própria família. Nesses casos, buscam-se possíveis cuidadores, como outros parentes mais distantes, ou mesmo vizinhos, professores e amigos dos familiares, podendo resultar em adoção dessas crianças e adolescentes (Pine, Spath, & Gosteli, 2005).

Frame, Berrick e Coakley (2006) encontraram sete elementos essenciais para um satisfatório plano concomitante (PC), a saber: (1) filosofia favorável ao desenvolvimento de um PC deve permear o trabalho na agência de bem-estar da criança (*child welfare agency*); (2) sistema formal que assegure o planejamento do PC; (3) equipe capacitada para promover ativamente o PC; (4) disponibilidade de cuidadores que participem do PC; (5) ativa promoção do PC pelos Juizados de Infância e Juventude; (6) disponibilidade de serviços de apoio aos cuidadores envolvidos no PC; e (7) comunicação e colaboração ótimas entre as agências promotoras do PC e as demais entidades envolvidas, tais como Juizado, agência de bem-estar da criança e cuidados substitutos. Este plano é direcionado para aquelas crianças e adolescentes advindas de famílias que não conseguem realizar as mudanças necessárias para a reunificação familiar exigidas pela agência de bem-estar da criança, e assim, possibilita que esses jovens possam formar relações afetivas positivas com uma nova família, experienciando os benefícios de uma vida familiar saudável.

As visitas frequentes, antes do desligamento institucional, entre cuidadores/pais e filhos afastados da família têm sido consideradas um poderoso fator para a efetivação da reunificação familiar (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996; Leathers, 2002; Warsh & Pine, 2000; Wright, 2001). O plano de visitas é o principal mecanismo através do qual as relações familiares podem ser mantidas enquanto a criança e/ou adolescente está sob cuidados substitutos. A visitação é definida como contato planejado e face-a-face entre o jovem e sua família, seja biológica, de origem, adotiva ou extensiva. Ela proporciona um contexto para aprendizagem para pais dispostos a fornecer um ambiente seguro para seus filhos, mitigando

o dano inerente do afastamento familiar (Wright, 2001). Os benefícios da visitação ocorrem através do sentimento de segurança transmitido à criança e ao adolescente de que os familiares desejam manter contato; do amadurecimento advindo da experiência da separação que pode levar a ganhos desenvolvimentais para o jovem; e da promoção da manutenção dos laços familiares enquanto oportunidades de aprendizagem e prática de novos comportamentos e estilos de comunicação são oferecidas aos seus familiares (Warsh & Pine, 2000). Além desses benefícios, Wright (2001) aponta que a visitação ajuda tanto a criança e/ou adolescente quanto seus familiares a enfrentarem e lidarem com o sofrimento do afastamento familiar; contribui para um empoderamento familiar e senso de esperança; proporciona oportunidade para uma mudança familiar através da aprendizagem de novas formas de interação; ajuda-os a enfrentar e lidar com a realidade, à medida que visitas regulares combatem as idéias distorcidas relacionadas ao afastamento familiar e aos cuidados substitutos, melhorando suas capacidades de lidar com a realidade; e reduz significativamente o tempo de permanência em cuidados substitutos.

Para Warsh e Pine (2000), existem inúmeras ações que devem ser implementadas por assistentes sociais, cuidadores e gestores dos abrigos no processo de visitação familiar. Elementos-chave para o sucesso do plano de visitação incluem:

(1) Proximidade geográfica. A criança e o adolescente devem ser abrigados em unidades próximas dos pais e outros parentes importantes da família, de preferência, na mesma comunidade, para facilitar as visitas. Mesmo nos casos de abuso sexual, é importante garantir a visitação abrigando a criança próxima da família, pois estudos indicam que as vítimas de abuso quando visitadas pelos familiares, conforme recomendado pelo plano de reunificação, possuem 10 vezes mais chances de serem reunificadas com sucesso (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996);

(2) Treinamento das equipes de funcionários dos abrigos, mães e pais sociais para que eles implementem as visitas e, acima de tudo, promovam encontros positivos entre as crianças e os adolescentes com seus familiares. Os assistentes sociais e/ou psicólogos devem preparar adequadamente as crianças, os adolescentes, seus familiares e os cuidadores dos abrigos para as visitas e também oportunizar que eles expressem as reações originadas pelos encontros. Além disso, trabalhar com os cuidadores, sejam monitores, educadores ou funcionários dos abrigos, é particularmente importante. A pesquisa de Gean, Gillmore e Dowler (1985) encontrou que quando os cuidadores substitutos (*foster parents*) demonstravam-se contra ou expressavam ansiedade com a visitação, as crianças apresentavam grande número de sintomas de ansiedade. Os cuidadores substitutos devem ser preparados e encorajados a permitirem que

as visitas ocorram no próprio abrigo (ambiente dos cuidados substitutos), a menos que tal situação seja contra-indicada pelo plano de reunificação;

(3) Presença de um plano formal de visitas. Segundo Pine e Warsh (2000), as agências que promovem a reunificação familiar devem exigir de seus trabalhadores, os assistentes sociais e conselheiros, que emitam um plano formal de visitas, especificando para o caso em questão o objetivo da visita, frequência, duração, local, supervisão, os participantes dos encontros, os serviços de apoio e as atividades planejadas para este momento. Um plano claro é essencialmente importante porque, muitas vezes, quando não há uma agenda para a visitação, os familiares tendem a não realizar os encontros, e quando há, eles tendem a respeitá-la e segui-la, especialmente se eles participaram da construção desse plano;

(4) Trabalho concomitante com as famílias de origem para que os encontros sejam de qualidade. Durante o período de permanência da criança e adolescente no abrigo ou cuidados substitutos, as famílias de origem devem ser avaliadas, acompanhadas e apoiadas nas suas dificuldades, mas também, oportunidades de desenvolver interações positivas com seus filhos devem ser oferecidas. Deve-se agir em prol de encontros com qualidade, nos quais tanto os jovens quanto os familiares estejam envolvidos emocionalmente nesse momento. Os cuidadores substitutos podem contribuir nesse processo, tanto servindo como modelos de parentalidade quanto ensinando ativamente como lidar com a criança e/ou adolescente. Inúmeras atividades podem ser desenvolvidas pelos familiares e crianças e fazer parte desse processo, tais como preparação de refeições, fazer compras juntos, fazer as tarefas escolares, ir ao salão de beleza para cortar os cabelos, a consultas médicas e a reuniões escolares, entre outras atividades. É essencial que os profissionais que acompanham esse processo e os cuidadores substitutos contribuam na qualificação desses encontros, buscando garantir atividades que ajudem tanto as crianças quanto os familiares a aprender a estarem juntos novamente; e sirvam para que os cuidadores aprendam a identificar e responder às necessidades de seus filhos. O objetivo é interligar as atividades desenvolvidas na visitação com os pontos a serem melhorados nas famílias. Por exemplo, em uma família na qual há abuso físico haverá a necessidade de melhorar as práticas educativas parentais, a partir, por exemplo, do fortalecimento de estratégias não abusiva durante as visitas, oportunizando a aprendizagem de um modo diferente de educar os filhos;

(5) Intensidade gradual da visitação. Outro elemento-chave para o sucesso do plano de visitação é a organização das visitas considerando a intensidade das dificuldades que devem ser enfrentadas pela criança e sua família. Ou seja, não se devem promover visitas enquanto ainda existam fatores de risco graves no contexto familiar, como abuso de drogas e violência doméstica. Deve-se planejá-las a partir das condições que tanto cuidadores quanto crianças

apresentam para lidar com tais dificuldades, evitando um desgaste excessivo. Esta estratégia ajuda as famílias a gradualmente adquirir competência nas áreas que necessitam ser fortalecidas. Visitas sem supervisão e que incluam mais de um dia devem ser estabelecidas na etapa final do plano, quando houver uma garantia maior de segurança e proteção. Além disso, o plano de visitação deve considerar as condições, dias e horários possíveis para a família e, nos casos necessários, arcar com os custos de transporte e alimentação das mesmas para que o plano seja garantido (Warsh & Pine, 2000).

Pesquisas têm confirmado o importante papel da visitação prévia para a reconexão entre crianças e adolescentes com suas famílias, bem como para a efetivação da reinserção familiar. O estudo de Landy e Munro (1998) descobriu que as crianças e adolescentes abrigados que receberam visitas periódicas dos pais tiveram mais chances de voltarem para casa do que aqueles que receberam menos visitas. Um estudo com meninos internados em instituições para jovens em conflitos com a lei apresentou que somente 29% dos adolescentes que eram visitados pelos seus familiares com uma frequência acima da média apresentaram problemas de conduta, ao passo que essa percentagem era de 61% para os jovens menos visitados pelos familiares (Borgman, 1985). Destaca-se que o processo é realizado com a participação ativa e concordância da família, sendo este fator fundamental para o sucesso da reinserção familiar. Estas visitas são acompanhadas e planejadas, possuindo objetivos claros e definidos em concordância com os pais. Segundo Pine, Warsh e Maluccio (1993), os pais/cuidadores necessitam de ajuda para aprender como interagir de maneira positiva com seus filhos e como aproveitar esse momento. Além das visitas, cartas e ligações telefônicas entre as crianças e adolescentes abrigadas e seus familiares são importantes estratégias para manutenção do vínculo, especialmente para os casos em que as visitas são esporádicas e inviáveis (Mapp & Steinberg, 2007).

Mapp e Steinberg (2007) confirmaram os benefícios do contato entre mãe e filho através de cartas e telefonemas, a partir do relato de casos. Um projeto destinado a promover o resgate dos laços familiares entre crianças em cuidados substitutos com seus familiares, sejam pais biológicos, irmãos, avós ou outros parentes, reconectou um menino com sua mãe. Ela não possuía autorização para visitar seu filho em função de sua instabilidade emocional e recusa a realizar o plano de reunificação, contudo, através de cartas trocadas com seu filho, afastado da família há mais de 10 anos, pode manter contato com o mesmo. Segundo Mapp e Steinberg, através dessas cartas, a mãe assumiu sua responsabilidade pela institucionalização do filho, possibilitando que o garoto trabalhasse estes conteúdos com seu terapeuta, trazendo benefício singular para seu desenvolvimento emocional, visto que o menino sentia-se culpado pelo afastamento durante muitos anos. Outro exemplo, mencionado por Mapp e Steinberg

(2007), foi o caso de uma adolescente que, a partir de ligações telefônicas, pode conversar com uma tia materna e conhecer histórias familiares, possibilitando a construção e consolidação de sua identidade.

O tipo de atividades desenvolvidas entre os pais/cuidadores e seus filhos mostrou-se importante para o plano de visitação e a predição da reinserção familiar. Atividades, que permitam uma integração dos pais na vida do filho que vive em cuidados substitutos, durante o abrigo, tais como atividades cotidianas informais, reuniões escolares, compras e consultas médicas, trazem maiores benefícios para o desenvolvimento psicoemocional das crianças do que visitas sem tais atividades e sem planejamento (Leathers, 2002). Além disso, o lugar onde as visitas ocorrem também influencia na frequência que elas irão ocorrer. Visitas na casa dos cuidadores ou na própria casa dos cuidadores substitutos (*foster care*) estão diretamente relacionadas a uma maior frequência de visitação se comparadas à frequência das visitas que ocorrem na agência de bem-estar da criança, em um restaurante “*fast food*” ou em outro lugar. O engajamento da mãe/cuidador no plano de reunificação e em atividades da vida do seu filho também foi associado a uma maior frequência de visitação, aumentando substancialmente as chances de reunificação.

Na realidade brasileira, o processo de reinserção familiar de crianças e passou a ser foco de pesquisas recentemente. Os estudos de Azor e Vectore (2008), Silva e Nunes (2004) e Siqueira e Dell’Aglío (2007) são exemplos de pesquisas sobre este processo no Brasil. Segundo Azor e Vectore (2008), os fatores que contribuíram para o retorno ao convívio familiar de jovens abrigados foram insistência do Poder Judiciário; acompanhamento familiar por profissionais; adequação da moradia; e desejo dos familiares. Para estas autoras, muito mais do que ter condições econômicas que viabilizem o retorno, é preciso conhecer as condições emocionais, a motivação da família e as expectativas relacionadas às crianças e aos adolescentes.

O estudo de Silva e Nunes (2004) apontou que após o retorno à família, os jovens acabam sendo inseridos na situação de vulnerabilidade social na qual seus familiares encontravam-se. Nesse estudo, tanto os familiares quanto os egressos dos abrigos, apresentavam-se fora do mercado de trabalho formal, desempenhando atividades esporádicas de venda ou limpeza e de recolhimento de papel nas ruas. Mesmo tendo frequentado a escola durante o abrigo, 57% dos egressos abandonaram os estudos, e, além disso, os mesmos mantinham relações afetivas pobres e conflituosas com seus familiares.

Siqueira e Dell’Aglío (2007), ao focalizar o processo de reinserção de uma adolescente, observaram a existência de inúmeros e expressivos fatores de risco no ambiente familiar, tais como família numerosa, mãe com história de abuso sexual, doença física da

mãe, uso de práticas educativas coercitivas e punitivas, ausência de rotina familiar, falta de valorização da escola, desemprego dos provedores da família, ausência de relações de amizades próximas e efetivas, entre outros. Estes fatores apresentavam-se de forma clara e já estavam presentes antes do desligamento da jovem, o que leva à conclusão de que faltou uma avaliação objetiva da situação familiar na efetivação da reinserção familiar. Os três estudos brasileiros apresentados mostram a ausência de emprego formal, da continuidade escolar e de uma rede de apoio nessas famílias. Pode-se perceber que a maioria das famílias que perdem a custódia de seus filhos, mesmo que temporariamente, levando-os à institucionalização, vivencia e maneja inúmeras dificuldades estruturais, sendo importante um aprofundamento desse tema.

5.1.2 Famílias em situação de vulnerabilidade social

A institucionalização de crianças e adolescentes reflete uma realidade familiar dramática vivenciada por muitas crianças e adolescentes no seio de suas famílias: violência sexual, física, psicológica, negligência e abandono. Aquelas pessoas, que deveriam proteger e ser fonte de apoio, muitas vezes, são as perpetradoras da situação de violência. Estudos têm apontado o pai biológico, o pai adotivo e os irmãos mais velhos como os principais perpetradores do abuso sexual contra as meninas (Araújo, 2002; Everson, Hunter, Runyon, Edelson, & Coulter, 1989; Pires, 2000; Saffioti, 1997). Por exemplo, 94,6% dos casos de violência sexual foram cometidos por adultos que tinham relação próxima, afetiva e de confiança com a vítima, como pais biológicos, adotivos e padrastos em uma pesquisa realizada com adolescentes de escolas públicas (Polanczyk, Zavaschi, Benetti, Zenker, & Gamerman, 2003). Outra pesquisa apontou que, nos casos de violência sexual cometida contra meninas, os pais não-biológicos (padrasto e companheiro da mãe) apresentavam duas vezes mais chances de serem os abusadores do que pais biológicos (Kristensen, Oliveira, & Flores, 2000).

A literatura mostra que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à sua situação de pobreza e ao panorama brasileiro de desigualdade social (Ferrari & Kaloustian, 1994). A pobreza não é a causa do processo de vitimização que ocorre nas famílias, contudo, tem sido considerada um fator de risco influente para um mau funcionamento familiar, juntamente com outros fatores, como negligência parental, padrões parentais de cuidado e supervisão inadequada, modelos de responsabilidade social e

desempenho acadêmico inapropriados, pobreza, rigidez nas práticas educativas e doença mental dos pais (Masten & Garmezy, 1985; Seifer, Sameroff, Baldwin, & Baldwin, 1992).

A pobreza, tanto na literatura brasileira quanto na internacional, tem sido considerada, inclusive, um fator de risco para o afastamento familiar de crianças e adolescentes, sendo, em muitos casos, o único motivo e o principal obstáculo para a reinserção familiar (Courtney & Wong, 1996; Eamon & Kopels, 2004; Landy & Munro, 1998; Silva, 2004). Para Saraiva (2002), a falta de recursos materiais básicos está presente em famílias com precárias condições de estrutura, o que tem como um de seus resultados a comum situação de negligência em relação à educação dos filhos ou ao seu abandono. Além da pobreza, o levantamento realizado por pesquisadores do IPEA junto a abrigos de todo o Brasil (Silva, 2004), indicou que a fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar, ausência de políticas públicas de apoio à reestruturação familiar, envolvimento dos pais/cuidadores com drogas e violência doméstica foram aspectos que dificultam o retorno à família (Silva, 2004).

A história brasileira aponta que as famílias de nível socioeconômico desfavorecido têm sido consideradas, tanto por professores, profissionais da saúde, dirigentes de instituições de abrigo quanto pela sociedade em geral, incapazes de cuidar, educar e criar seus filhos (Rizzini & Rizzini, 2004; Rizzini, Rizzini, Naiff, & Baptista, 2006; Siqueira, Morais, Dell’Aglío, & Koller, no prelo; Yunes & Szymanski, 2003). Além disso, as crianças advindas dessas famílias têm sido indiscriminadamente colocadas em instituições do tipo asilar que objetivam tirá-las do abandono, protegê-las e confiná-las. Esta prática reflete um descrédito na família de origem e o estereótipo de incapacidade e de incompetência das famílias pobres para criar seus filhos (Rizzini, Rizzini, Naiff, & Baptista, 2006). Nos casos de institucionalização, estas concepções sociais acabam por influenciar também no processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes abrigados, visto que estas famílias dificilmente serão consideradas “aptas” a receber seus filhos na família, em função de diversos empecilhos que vão desde condições financeiras e de moradia, até configuração familiar.

As considerações acerca da configuração familiares são importantes temas de discussão na atualidade, especialmente quando se trata de institucionalização e processo de reinserção familiar. O percentual de famílias cuja pessoa responsável pelo domicílio é a mulher, no Brasil, vem aumentando ao longo dos anos e passou de 7,7 milhões, em 1991, para 12,8 milhões (IBGE, 2000). Além disso, cerca de 28,6% das famílias chefiadas por mulheres possuíam renda mensal de até meio salário mínimo *per capita*. Esses resultados mostram que, na realidade brasileira, muitas famílias chefiadas pela figura materna têm vivido em situação de empobrecimento e miséria. A pobreza, a monoparentalidade, o desemprego, a baixa escolaridade dos cuidadores, as práticas educativas coercitivas, a hostilidade nas relações

familiares, a presença de doença física e/ou mental, a família numerosa, entre outros fatores associados, dificultam a tarefa de cuidar dos filhos, colocando em risco o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e dos adolescentes (Masten & Garnezy, 1985; Reppold, Pacheco, & Hutz, 2005; Seifer et al., 1992).

Apesar das pesquisas indicarem que as famílias monoparentais enfrentam problemas e dificuldades extras, em função de apenas um membro assumir toda a responsabilidade de manter financeiramente uma família e educar os filhos, a configuração familiar não é fator determinante para se avaliar o funcionamento de uma família. Muitos estudos indicam que as dificuldades de funcionamento familiar não estão, necessariamente, associadas à sua configuração, mas sim às relações que se estabelecem entre os seus membros (Grossman, & Rowat, 1995). A competência ou saúde da família depende de fatores como o desempenho de papéis específicos, a delimitação da função de autoridade nas figuras parentais e a qualidade da comunicação estabelecida entre os membros da família (Erel, & Burman, 1995; Féres-Carneiro, 1992; Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro, 2003; Kreppner, 2000). Dessa forma, considerando as famílias cujos filhos estão em instituição de abrigo, deve-se avaliar a qualidade das relações familiares no processo de retorno à família, independente da configuração familiar. As características dos indivíduos, do contexto, os processos e as continuidades e descontinuidades ao longo do tempo são importantes fatores a serem considerados quanto se busca compreender o desenvolvimento humano. Estes conceitos têm sido desenvolvidos na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998), sendo a base teórica dessa pesquisa.

5.1.3 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Para Bronfenbrenner (1979/1996; 2004), o desenvolvimento humano consiste no processo através do qual a pessoa em desenvolvimento adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, de forma contínua e processual. O desenvolvimento envolve uma mudança efetiva e não ligada à situação ou às características do indivíduo, implicando uma reorganização que tem certa continuidade ao longo do tempo e do espaço.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner em 1979, sendo reformulada ao longo das últimas décadas, corresponde a um arcabouço teórico que compreende o desenvolvimento humano a partir da interação de quatro

importantes aspectos: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo, chamando-o de modelo bioecológico (PPCT, Bronfenbrenner, 1986, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner & Evans, 2000). Este modelo é uma estratégia teórico-metodológica que propõe o estudo científico do desenvolvimento humano através de uma perspectiva ampla, considerando aspectos que estão além das características individuais da pessoa e do contexto no qual o indivíduo está inserido. Esta perspectiva considera, por exemplo, a existência da influência de ambientes nos quais os indivíduos não estão fisicamente, ou seja, ambientes de interação não-imediatos.

O primeiro núcleo considerado modelo bioecológico refere-se às características individuais, físicas e psicológicas da *pessoa*, aspectos cruciais para a relação desse indivíduo com seu mundo social. Um indivíduo com características físicas não-atrativas, tímido, com baixa auto-estima e baixo senso de auto-eficácia compreenderá, responderá e desenvolverá processos proximais diferentes de outro indivíduo com características físicas atrativas, extrovertido, auto-estima e senso de auto-eficácia adequados. O *processo*, segundo núcleo do modelo, é considerado o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento, sendo visto através de interações recíprocas, progressivamente mais complexas, de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução com as pessoas, objetos e símbolos de seu ambiente imediato (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Chama-se de processos proximais as formas de interação complexas e recíprocas, nas quais o indivíduo encontra-se engajado na atividade em seu ambiente imediato, sendo necessário para o desenvolvimento das capacidades biológicas e do potencial genético de um indivíduo, pois possibilita que os recursos da pessoa sejam estimulados e desenvolvidos (Bronfenbrenner & Ceci, 1994). O terceiro núcleo corresponde ao *contexto* no qual o desenvolvimento ocorre, as pessoas presentes e seus papéis. É analisado através da interação dos quatro níveis ambientais: *microsistema*, *mesossistema*, *exossistema* e *macrossistema*. Estes níveis ambientais constituem o ambiente ecológico do indivíduo em desenvolvimento. O ambiente ecológico é entendido por Bronfenbrenner (1979/1996) como um sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas, que vai desde o contato mais íntimo da criança com o responsável pelos seus cuidados, até os ambientes de contextos sociais mais amplos, como escola, abrigo, vizinhança e cultura, por exemplo.

O primeiro nível do ambiente ecológico, descrito por Bronfenbrenner (1979/1996) é o *microsistema*, o qual se encontra sob o efeito das influências proximais, ambientais e orgânicas que advém do interior do indivíduo, de suas características físicas, de objetos e de pessoas do ambiente imediato, que caracterizam a relação face-a-face. São os ambientes no qual os processos desenvolvimentais ocorrem, como por exemplo, a família, a escola, a

creche, a instituição de abrigo, entre outros. Segundo Yunes, Miranda e Cuello (2004), para as crianças e os adolescentes que vivem com suas famílias, o ambiente familiar constitui o seu *microsistema* central, e para aquelas que vivem em instituição de abrigo, a própria instituição passa a constituir o principal *microsistema* de seu ambiente ecológico. Contudo, um *microsistema* não exclui a presença e a influência do outro. O *mesossistema* refere-se aos elos e aos processos entre dois ou mais *microsistemas*, nos quais os indivíduos se desenvolvem. Desta forma, o *mesossistema* das crianças e dos adolescentes abrigados consiste nas interações entre o próprio abrigo e a sua família de origem, entre a escola e o abrigo, como também entre a família de origem e o Juizado da Infância e Juventude, seus parentes, vizinhos, um programa social no qual a família participa, entre outros. Durante os processos de reinserção familiar de jovens abrigados, pode-se perceber uma intensificação dos processos e da interação a nível de *mesossistema*, visto que se torna necessário que acordos e planejados sejam planejados e concordados. O *microsistema* e o *mesossistema* representam as estruturas cujos níveis de relação são proximais, suas influências são mais evidentes, sendo fundamentais para os processos desenvolvimentais.

Aqueles ambientes nos quais o indivíduo não participa diretamente, mas recebe influência indireta, estão em seu *exossistema*. Segundo Santana (2003), a direção do abrigo, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos de crianças e adolescentes são exemplos de instâncias que podem constituir o *exossistema* de crianças e adolescentes abrigados. E por fim, o *macrossistema* corresponde o sistema de valores, as ideologias, o estilo de vida, as pré-concepções e a organização das instituições sociais comuns a uma determinada cultura, sendo o núcleo mais amplo do ambiente ecológico. Segundo Siqueira e Dell’Aglia (2006), no que se refere à institucionalização, o estigma social carregado de valor pejorativo e depreciativo, associado aos valores culturalmente esperados, podem ser considerados elementos integrantes do *macrossistema* dessas crianças e adolescentes. As idéias de que as crianças e adolescentes abrigados possuem um problema, não são capazes de ter bom desempenho escolar, e que são indivíduos com “defeito”, ou mesmo, destinados a serem “marginais” ou “prostitutas”, são conceitos que permeiam o desenvolvimento de crianças e adolescentes que vivem ou viveram em instituição de abrigo (Arpini, 2003a; 2003b). Estes elementos estão presentes no modo como os monitores da instituição lidam com eles, no modo como a professora ensina a criança abrigada, ou ainda, na forma como uma adolescente que vive em instituição relaciona-se com outra adolescente que vive com sua família.

O último elemento descrito pelo modelo bioecológico é o *tempo*, que atribui valor crucial às continuidades e descontinuidades na trajetória de vida, ao longo de um período de

tempo. Propõe analisar a influência de mudanças e continuidades que acontecem ao longo da vida para o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1986). Assim, a análise do tempo deve focalizar a pessoa em relação aos acontecimentos de sua vida, desde os mais próximos até os mais distantes, como grandes acontecimentos históricos. De acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), as mudanças que ocorrem através do tempo nas quatro propriedades do modelo bioecológico são produtos e produtores de mudanças históricas.

Esta perspectiva teórica permite que os indivíduos pertencentes a populações de risco, que apresentam inúmeros prejuízos, sejam considerados enquanto seres em desenvolvimento, capazes de respostas adaptativas e saudáveis nas suas trajetórias de vida. Permite que suas potencialidades e vitórias sejam destacadas no lugar de seus fracassos e derrotas, possibilitando uma leitura ampla e completa do indivíduo em questão (Morais & Koller, 2004).

No que se refere a crianças e adolescentes com experiência de institucionalização, o abrigo não é considerado previamente um lugar promovedor ou não de desenvolvimento. A TBDH considera a instituição de abrigo um microssistema com suas características singulares e com capacidade de promover processos desenvolvimentais em menor ou maior intensidade e eficiência. E considerando o desenvolvimento nesse contexto, esta abordagem teórica busca investigar como os processos proximais são produzidos, como agem e manifestam-se. Assim, as particularidades desenvolvimentais vivenciadas por estas crianças e adolescentes, que se desenvolvem nesse contexto diferenciado, podem ser enfatizadas, e não os déficits encontrados em função da comparação com crianças e adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados (Santana, 2003).

Bronfenbrenner (1979/1996) destaca a existência de três características essenciais para as interações entre os indivíduos: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e a relação afetiva estável. Estas características, quando presentes nas interações entre díades ou estruturas interpessoais mais complexas, permitirão o desenvolvimento saudável. A reciprocidade está centrada no processo proximal que ocorre entre duas ou mais pessoas, quando existe uma ligação mútua na qual um está atento às respostas afetivas e comportamentais do outro, e vice-versa. A partir do *feedback* mútuo, a reciprocidade gera um momento próprio que motiva os participantes a perseverarem e a se engajarem em padrões de interação subsequentemente mais complexos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Além disso, geralmente resulta numa aceleração do ritmo e num aumento da complexidade dos processos de aprendizagem.

A outra característica essencial das interações é o equilíbrio de poder, a partir da assunção de que, nas interações, a concentração e distribuição de poder não é estável e fixa. Um indivíduo irá possuir mais poder que o outro, e quando esta distribuição é equilibrada,

será positivo para o desenvolvimento dos indivíduos. O equilíbrio de poder é importante por vários motivos. Um deles é que ajuda a pessoa em desenvolvimento a aprender a conceitualizar e a lidar com relações de poder diferenciais. Essa aprendizagem proporciona de forma simultânea o desenvolvimento cognitivo e social, pois as relações de poder caracterizam os fenômenos físicos e sociais vivenciados pela pessoa em crescimento numa variedade de ambientes ecológicos, ao longo de sua vida. Outro motivo é que uma situação ótima para a aprendizagem e desenvolvimento é aquela em que o equilíbrio do poder gradualmente é alterado em favor da pessoa em desenvolvimento, ou seja, uma crescente oportunidade de exercer controle sobre uma situação lhe é possibilitada (Bronfenbrenner, 1979/1996). Em termos desenvolvimentais, por exemplo, é esperado que, à medida que uma criança vai crescendo e tornando-se um adolescente, a distribuição de poder também vai se alterando. Assim, em uma família, aqueles que concentram maior parte do poder permitirão que o adolescente tome algumas decisões e possa lidar com responsabilidades cada vez mais complexas. Em uma instituição de abrigo, também haverá a necessidade de, progressivamente e considerando um limite, o adolescente poder experimentar doses maiores de poder, para que possa exercitar estas condições e agir de forma satisfatória quando não estiver mais no abrigo (Siqueira & Dell’Aglia, 2006).

A relação afetiva estável é estabelecida à medida que os indivíduos se envolvem em interação diádica, possibilitando o desenvolvimento de sentimentos de uns para os outros. Tais sentimentos podem ser mutuamente positivos, negativos, ambivalentes ou assimétricos (Bronfenbrenner, 1979/1996). Além disso, a aprendizagem e o desenvolvimento da família são facilitados quando existe estabilidade e mutualidade de sentimentos positivos entre as pessoas. Na medida em que são positivas e recíprocas no início, sendo cada vez mais positivas, é possível que incrementem o ritmo e a probabilidade de ocorrência dos processos desenvolvimentais.

Transição ecológica é outro conceito-chave da Teoria Bioecológica. As transições ecológicas são as mudanças ocorridas no ambiente ecológico, sendo consideradas ao mesmo tempo produto e produtor de mudanças desenvolvimentais (Bronfenbrenner 1979/1996). Elas correspondem a uma função conjunta de mudanças biológicas e circunstanciais, ocorrendo sempre que a posição do indivíduo no meio ambiente ecológico é alterada em resultado de uma mudança de papel, ambiente ou ambos. Bronfenbrenner (1986; 1989; 1990) descreve dois tipos de transições ecológicas, que podem ocorrer ao longo do desenvolvimento: as normativas e as não-normativas. As transições normativas são aquelas esperadas pelos indivíduos e experienciadas pela maioria das pessoas, como a adolescência, o casamento, a parentalidade, entre outras. As transições não-normativas estão relacionadas a eventos

inesperados, como morte, uma doença, separação conjugal, uma mudança de residência, cidade e país, ou ir para um abrigo, por exemplo. As transições normativas e não-normativas são entendidas como processos que resultam em uma reorganização qualitativa, tanto em nível psicológico quanto comportamental (Bronfenbrenner, 1986), além de serem geradoras de mudanças na percepção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações. Um indivíduo, ao longo de seu ciclo vital, vivencia inúmeros exemplos de transições ecológicas, consideradas exemplos claros do processo de mútua acomodação entre o organismo e seu ambiente. Bronfenbrenner (1989) destaca a necessidade de investigar o impacto dos eventos de vida ao longo do desenvolvimento, e para isso, buscar avaliar períodos curtos e longos, como também antes e depois dessas experiências.

No que se refere aos jovens que vivem em instituições de abrigo, pode-se compreender que os movimentos de afastamento familiar, institucionalização e posterior, de retorno à família de origem, correspondem a transições ecológicas que influenciam o modo como o jovem compreende e se manifesta no mundo, exigindo um enfrentamento diferenciado. Estas transições suscitam nos jovens novos comportamentos, em decorrência da adjudicação e assunção de novos papéis e da necessidade de responder a novas exigências. Considerando a complexidade do fenômeno da reinserção familiar, a disponibilidade de apoio extra durante este processo, oferecido por uma pessoa próxima e de confiança da criança e/ou adolescente, é sugerida, para que as dificuldades surgidas no processo de reinserção familiar não atuem como fatores de risco e não dificultem os processos de resiliência, colocando em cheque o sucesso do retorno familiar (Siqueira, 2006).

Na investigação científica, embasada na TBDH, Bronfenbrenner (1979/1996) considera importante a concepção ecológica de *desenvolvimento-no-contexto*, característica que outorgará validade ecológica à investigação. Validade ecológica é entendida como a extensão em que o meio ambiente experienciado pelos participantes em uma investigação científica tem as propriedades supostas e presumidas pelo investigador. Esse conceito alerta para a importância de considerar a maneira pela qual a situação de pesquisa foi percebida e interpretada pelos participantes do estudo, evitando a possibilidade de interpretações errôneas pelo pesquisador. Além da validade ecológica nos estudos científicos, Bronfenbrenner (1979/1996) ressalta a importância de contrastes ecológicos, incluindo um maior número possível de características dos contextos e variáveis relacionadas com o fenômeno investigado.

Como uma forma de sistematizar, no campo das investigações científicas, as contribuições teóricas da TBDH e, em especial, do modelo bioecológico (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1986, 1989, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998), Cecconello e Koller (2003)

construíram um modelo teórico-metodológico chamado de *inserção ecológica*. Propõe um mergulho no ambiente ecológico no qual o participante da pesquisa vive, com o objetivo de conhecer a sua realidade, investigando fatores de risco e proteção em nível intra e extrafamiliar, como apoio social, a partir de entrevistas formais e informais e observações (Ceconello & Koller, 2003). Na revisão e ampliação do método realizada por Prati, Couto, Moura, Poletto e Koller (2008), a *inserção ecológica* tem como objetivo avaliar os processos de interação das pessoas com o contexto no qual estão se desenvolvendo. Para estas pesquisadoras, o método da *inserção ecológica* envolve a sistematização do modelo bioecológico (pessoa, processo, contexto e tempo) pelos pesquisadores da equipe. Para que uma investigação utilize adequadamente o método de *inserção ecológica*, é necessário que a pesquisa esteja apoiada em cinco aspectos, a saber: (1) pesquisadores e participantes devem interagir e engajarem-se em uma tarefa comum; (2) deverão ser realizados diversos encontros, ao longo de um período de tempo; (3) estes encontros deverão ser informais e formais, progredindo para diálogos com temas cada vez mais complexos e tendo duração igual ou superior a uma hora; (4) os pesquisadores deverão primar por uma postura de informalidade durante as conversas e entrevistas, possibilitando o diálogo sobre pontos não diretamente relacionados ao objetivo do estudo; e (5) os temas abordados nas entrevistas deverão ser interessantes e estimulantes para os pesquisadores e para os participantes da pesquisa, a fim de explorar as suas histórias de vida e a forma como o desenvolvimento ocorre nesse contexto (Prati et al., 2008). Estes aspectos contribuirão para que os processos proximais se estabeleçam nesses encontros, servindo de base para todo o processo de pesquisa. Uma investigação embasada na TBDH, com um olhar voltado para o *desenvolvimento-no-contexto* e que utiliza a *inserção ecológica* no processo de coleta de dados, levará em conta como os quatro elementos do modelo bioecológico se manifestam tanto no contexto no qual a pesquisa ocorre quanto na perspectiva do desenvolvimento da equipe de pesquisa, conferindo validade ecológica à investigação.

A partir dessas considerações teórico-metodológicas acerca das políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes institucionalizados, famílias em situação de vulnerabilidade social e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1979/1996, Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998), constata-se a necessidade de investigar como os processos de reinserção têm ocorrido na realidade brasileira, enquanto uma importante transição ecológica. Embora existam estudos internacionais sobre reinserção familiar (“*family reunification*”) e os fatores associados ao sucesso e ao fracasso desse processo, pouco é conhecido sobre a situação e condições de vida dos mesmos nos meses subsequentes ao desligamento (Bellamy, 2008). Assim, o objetivo desse estudo foi

compreender longitudinalmente o processo de reinserção familiar de cinco adolescentes institucionalizados, focalizando suas histórias de vida, a vivência institucional, relação entre família e abrigo, processo de desligamento e convivência familiar.

5.2 Método

5.2.1 Delineamento e participantes

Este estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa e longitudinal, cujo delineamento foi de Estudo de Caso Múltiplo e Embutido (Yin, 2003/2005). O método qualitativo de estudo de caso envolve a coleta sistemática de informações considerando o contexto social, contribuindo para um efetivo entendimento do fenômeno (Berg, 2001). Participaram desse estudo cinco adolescentes, apresentados com os nomes fictícios de Rosa, Pedro, Raquel, Francisco e Davi, dois do sexo feminino e três do sexo masculino, que estavam abrigados em instituições governamentais e não-governamentais da região metropolitana de Porto Alegre, RS/Brasil e foram acompanhados por um período de até 18 meses após o retorno à família.

A partir das contribuições teórico-metodológicas do modelo bioecológico da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998), foi possível investigar o *desenvolvimento-no-contexto* e incluir o maior número de informações sobre os participantes, seus familiares e equipe da instituição, durante o período de tempo de coleta. A triangulação dos dados na pesquisa qualitativa é considerada de fundamental importância para a compreensão do fenômeno, além de contribuir para a sua validade externa (Barker, Pistrang, & Elliot, 1994; Creswell, 1994). O processo de reinserção familiar foi o principal foco de análise, juntamente com as seguintes unidades inter-relacionadas: institucionalização, relação entre família e abrigo, e convivência familiar.

5.2.2 Instrumentos

Foram utilizadas Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) com os adolescentes (Anexo A) e um representante da família (Anexo B). Estas entrevistas investigaram aspectos da história individual dos participantes e da família; a institucionalização; e o processo de retorno à família envolvendo a sistematização e operacionalização dos quatro aspectos da Teoria Bioecológica: *pessoa, processo, contexto e tempo* (Cecconello & Koller, 2003; Prati, Couto, Moura, Poletto, & Koller, 2008). Todas as informações coletadas nas visitas

domiciliares e nas conversas informais foram registradas no diário de campo.

5.2.3 Procedimentos, considerações éticas e análise dos dados

Primeiramente, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (registro nº 07/007) e pelas diretorias técnicas dos abrigos, as quais assinaram o “Termo de Concordância” (Anexo C). Em um dos casos, no qual o adolescente participava de atividades extra-escolares em uma ONG, a diretoria consentiu através da assinatura do “Termo de Concordância”, visto que foram obtidas informações sobre o caso junto à equipe técnica da instituição e algumas entrevistas ocorreram nas dependências da mesma. Os casos de desligamento que atendiam ao critério de inclusão estabelecido (tempo de institucionalização mínimo de seis meses) foram indicados pela coordenação dos abrigos. Nos casos de desligamento de irmãos, optou-se por convidar aquele com maior idade. Primeiramente, um membro da equipe técnica do abrigo entrou em contato com a família para falar sobre a pesquisa e pedir o assentimento para fornecer o endereço e telefone da família. Após este contato, a pesquisadora entrou em contato com a família para explicar os objetivos da pesquisa e solicitar a permissão para uma visita domiciliar, na qual todos os esclarecimentos e as combinações de periodicidade de contato foram realizados. Assim, os adolescentes e os responsáveis pela família assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Anexo D e E, respectivamente).

As principais características dos participantes, o número e a periodicidade das visitas podem ser observados na Tabela 1. Como pode ser constatado, o número de visitas realizadas em cada caso, bem como o período total de acompanhamento não são idênticos devido a inúmeros fatores e acontecimentos específicos de cada caso, que ocorreram ao longo da coleta de dados. Em alguns casos, ocorreu que, ao chegar à casa da família, o adolescente não estava, ou não podia ser entrevistado em função de compromissos médicos e escolares, fazendo com que a pesquisa fosse reorganizada. No caso de Raquel, houve três visitas, pois a adolescente retornou ao abrigo cinco meses após o desligamento. E no caso de Rosa, ela e sua família haviam mudado de endereço domiciliar, não sendo possível localizá-la aos 18 meses de desligamento.

Tabela 1

Características dos Participantes, Quantidade de Visitas Domiciliares e Tempo de Acompanhamento

Part.	Idade	Tempo de instit.	Tipo de abrigo	Modalidade de abrig.	Familiares de destino	Nº de visitas	Tempo acomp. (meses)
Rosa	13	6a. e 9m.	Gov.	AR*	Mãe biológica	13	10
Pedro	15	10a. e 1m.	Gov.	AR*	Tia paterna	14	18
Raquel	12	9m.	Gov.	AR*	Mãe de criação	3	5
Francisco	13	2a. e 2m.	Gov.	AI**	Amiga da mãe	12	15
Davi	14	9m.	Não- gov.	Casa-lar	Mãe biológica	11	15

Notas: *AR= abrigo residencial

**AI= abrigo institucional

O processo de coleta de dados foi realizado com base no procedimento teórico-metodológico da *inserção ecológica*, proposto por Ceconello e Koller (2003), revisado e ampliado por Prati, Couto, Moura, Poletto e Koller (2008), que consiste na operacionalização do modelo científico bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Esse método propõe um mergulho no ambiente ecológico no qual o participante da pesquisa vive, com o objetivo de conhecer a sua realidade e de investigar os fatores de risco e proteção, a partir de entrevistas formais e informais e observações do ambiente natural. As visitas domiciliares e entrevistas tinham por objetivo avaliar os processos de interação das pessoas em seus contextos de desenvolvimento, sendo a pesquisadora parte integrante do processo de investigação. Na ampliação e revisão da proposta da *inserção ecológica*, Prati, Couto, Moura, Poletto e Koller (2008) acrescentam que o *processo proximal* também surge através da interação dos pesquisadores e participantes e, além de ser o foco da investigação, é o que permite o próprio desenvolvimento do estudo. O uso da *inserção ecológica* em estudos que focalizam transições ecológicas enriquece o entendimento da transição, visto que fornece informações adicionais e detalhes importantes que não seriam detectados sem o engajamento ecológico proposto.

Nessa pesquisa, a *inserção ecológica* incluiu visitas domiciliares à família de origem dos participantes do estudo; visitas ao abrigo onde eles estiveram; Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) com os participantes e familiares, que tinham duração mínima de uma hora; conversas informais com os monitores, técnicos, diretores dos abrigos, com os adolescentes, seus familiares e pessoas da rede de apoio dos mesmos, como avós, vizinhos e técnicos de

saúde, técnicos da ONG; participação em comemorações familiares; caminhadas na comunidade; ajuda em tarefas escolares e participação em comemorações na escola. Durante essas atividades, foi possibilitado aos participantes um ambiente livre para conversação, não atrelado à coleta de dados, fazendo com que eles pudessem falar sobre suas histórias de vida, acontecimentos cotidianos, dificuldades, vitórias, fracassos e questões angustiantes do momento. Este plano foi delineado conforme as orientações de Prati, Couto, Moura, Poletto e Koller (2008), que destacam a importância de encontros regulares e frequentes ao longo de um período de tempo longo, do engajamento dos pesquisadores e participantes em uma tarefa comum, da participação de encontros formais e informais da família de duração superior a uma hora, da adoção de uma postura informal por parte dos pesquisadores e de temas estimulantes e interessantes nas entrevistas. Após as visitas e entrevistas, todas essas informações foram sistematicamente anotadas no diário de campo.

O uso de visitas domiciliares no processo de coleta de dados está em sintonia com a concepção ecológica de *desenvolvimento-no-contexto* e com o método teórico-metodológico da *inserção ecológica*, advindas da TBDH (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1986, 1989, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). A visita domiciliar, técnica de pesquisa e intervenção usada por profissionais da saúde, educação e psicologia, possibilita uma aproximação entre pesquisador e participante, possibilitando a formação de vínculo e uma compreensão mais profunda do contexto dos participantes da pesquisa e de sua comunidade (Lopes, Saupe, & Massaroli, 2008; Rocha, Boeckel, & Moreira, 2008). É entendida como um momento rico, no qual se estabelece o movimento das relações através da escuta qualificada, do vínculo e do acolhimento (Lopes, Saupe, & Massaroli, 2008). A técnica da visita domiciliar na pesquisa deve contar com roteiro de coleta de informações e a anotação sistemática em diário de campo, para que os objetivos da visita não sejam esquecidos e as informações coletadas, preservadas. O diário de campo é uma técnica de registro de dados muito utilizada nas investigações qualitativas nas ciências sociais. Nos diários de campo, os pesquisadores sociais realizam importantes anotações sobre o campo de pesquisa, devendo conter o maior número de informações acerca do contexto da observação (Frizzo, 2008). Para esta autora, os registros do diário devem refletir o que passa na mente do pesquisador com relação aos acontecimentos do campo, seus raciocínios, pensamentos e emoções. As visitas domiciliares e o diário de campo são técnicas complementares para as pesquisas qualitativas (Lopes, Saupe, & Massaroli, 2008).

As Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) foram realizadas com os adolescentes aos três, seis e nove meses após o desligamento, e um representante familiar aos três e nove meses após o desligamento, exceto no caso de Raquel que participou somente da primeira

entrevista (aos três meses de desligamento). As visitas domiciliares mensais foram também realizadas a partir da autorização da família. As entrevistas foram gravadas e transcritas, as conversas informais e as observações foram sistematicamente anotadas em um diário de campo logo após a realização das visitas e entrevistas.

A partir da análise dos dados, foram levantadas quatro unidades de análise: institucionalização, processo de desligamento, relação entre família e abrigo e convivência familiar. A unidade “institucionalização” incluiu aspectos relacionados às características dos abrigos, ao motivo do abrigamento e à percepção dos jovens quanto ao período que estiveram abrigados, assim como suas relações nesse contexto. Na unidade de análise “processo de desligamento”, dados sobre como o desligamento foi planejado, como os jovens e suas famílias foram preparados para o desligamento e que tipo de apoio foi disponibilizado às famílias podem ser encontrados. A unidade “relação entre família e abrigo” inclui dados sobre a opinião e a percepção dos familiares sobre o abrigo e dos educadores/diretores do abrigo sobre as famílias, abrangendo os aspectos do *mesossistema*. Na última unidade, “convivência familiar”, elementos do cotidiano dos adolescentes na família e na comunidade ao longo dos 18 meses de acompanhamento foram incluídos enfatizando os *processos proximais*. Os casos serão apresentados a seguir a partir das unidades de análise descritas.

5.3. Apresentação dos Casos

Caso de Rosa

Rosa foi reinserida na casa de sua mãe biológica e irmãos, sendo que a irmã de 20 anos era a responsável pela família. Foram realizadas visitas domiciliares e Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) com Rosa e sua irmã de 20 anos (responsável pela família) e conversas informais com a sua mãe. Foram realizadas 10 visitas domiciliares ao longo de 10 meses, sendo que as entrevistas foram realizadas com a adolescente aos três, seis e nove meses de desligamento, e com sua irmã de 20 anos, ocorreram aos três e aos nove meses de desligamento institucional. A coleta de dados foi realizada na residência da adolescente.

Rosa era a quinta filha de oito irmãos (núcleo materno). Ela tinha 13 anos e cursava a 5ª série do Ensino Fundamental. Não tinha contato com o pai biológico, o qual havia abandonado a família quando ela era criança. Ela sabia que ele morava em Viamão e que tinha cinco filhos com outra mulher. Sua mãe possuía problemas mentais há muitos anos,

sendo internada freqüentemente. Suas irmãs mais velhas foram criadas por parentes em virtude da doença de sua mãe. Duas de suas irmãs mais velhas possuíam suas próprias famílias e não participavam das questões financeiras e de saúde da mãe. A terceira filha, de 20 anos, era a responsável pela família, tendo buscado de forma ativa o retorno de Rosa e de seu outro irmão de nove anos à família, e assumido a responsabilidade por eles. Rosa foi institucionalizada quando estava com cerca de seis anos de idade, permanecendo no abrigo até os 13 anos, sem ter tido tentativa anterior de desligamento institucional. A irmã mais nova da família, portadora da *Síndrome de Down*, encontrava-se abrigada na mesma instituição que Rosa estava. Dados da *inserção ecológica*, registrados após as visitas domiciliares no diário de campo, indicaram Rosa como uma adolescente tranqüila e reservada, sendo, por outro lado, assertiva nas suas opiniões.

Institucionalização

Rosa esteve abrigada durante seis anos e nove meses em uma instituição governamental cuja modalidade de atendimento era abrigo residencial (AR), localizada em uma região afastada do perímetro urbano de Porto Alegre. As crianças, adolescentes e familiares chamavam esta modalidade de abrigamento de “casinha”, como poderá ser constatado nas falas dos participantes. A adolescente foi abrigada na infância, juntamente com dois irmãos, a partir de um episódio no qual sua mãe apresentou um surto psiquiátrico e foi internada. Rosa recordava-se claramente deste momento, contou que sua mãe se debatia e que policiais tentavam segurá-la, conforme mostra o trecho a seguir: *“foi por causa da minha mãe. Que ela foi lá em (cidade da região metropolitana de Porto Alegre), lá na tia, e daí a tia lá viu que ela tava doente, daí chamou a polícia. Daí veio a polícia, veio aqueles cara, né? Que é de carro e o camburão... pegaram a nossa mãe, amarraram, e a polícia pegou a gente, botou no carro. Depois levou lá pra um lugar lá e a gente tomou um... comeu umas bolachinhas salgadas e tomou um refrigerante”*.

A irmã de 20 anos, atual cuidadora principal da família, morava com uma tia na época do abrigamento dos três irmãos. Contudo, sabia como tinha acontecido, descrevendo com as seguintes palavras: *“foi muito triste até, a polícia tirou as crianças dela... Eles bateram nela... na frente das crianças também. Nesse dia, ela (Rosa) chorava muito, gritava pela mãe... porque eles tavam batendo nela... aí, acho que isso ficou marcado pra eles, né?”*. Na época, a irmã de 20 anos afirmou que sua mãe não recebeu apoio anterior ao abrigamento de nenhum órgão governamental ou não-governamental de proteção à criança e ao adolescente

em situação de risco, com o objetivo de preservação familiar.

Após este episódio, Rosa recordava-se de que ficou aguardando durante um tempo com os irmãos no Conselho Tutelar, e que chorava muito no carro, quando estava indo para o abrigo. Ao chegar ao abrigo, sentiu-se bem, acolhida. Afirmou que sentia falta da mãe, mas aos poucos foi se adaptando, como mostra o trecho: *“que a gente sente falta daquelas pessoas que tavam do nosso lado, mas acho que eu tive uma adaptação rápida na casinha”*.

Durante a primeira entrevista, realizada aos três meses de desligamento institucional, Rosa demonstrava ambigüidade quanto ao abrigo: ao mesmo tempo que afirmava sentir saudades das amigas e monitores, lembrava de forma vívida as brigas e conflitos que lá vivenciava, tanto com as amigas quanto com os monitores. O relacionamento com as outras adolescentes era bastante conflituoso, em função, segundo ela, do ciúme que as amigas sentiam da amizade entre Rosa e sua melhor amiga. Elas eram vítimas de apelidos e piadas, como informa as sentenças: *“sempre que ela (melhor amiga) pedia para eu fazer alguma coisa... eu tava sempre ajudando... daí elas (amigas) chamava a (melhor amiga) de Odalisca e eu de tapetinho... e me chamava de outras coisas também... machorra... nem lembro...”*. Estes conflitos deixavam Rosa triste e com raiva, fazendo-a chorar. Contudo, demonstrava sentir muita falta do abrigo e das amigas que *“implicavam”* com ela, como pode ser constatado na sua conclusão *“mas apesar de elas incomodarem, elas também falavam comigo, gostavam de mim até... eu acho que elas tinham ciúmes...”* e *“eu sinto falta daquela convivência assim, de amiga assim, quando tem alguma coisa pra contar e novidade... assim pra contar... daí a gente conta pras amigas”*. As anotações realizadas no diário de campo complementam que Rosa demonstrou-se bastante triste quando falou na instituição de abrigo.

Quanto à sua percepção dos monitores, Rosa também demonstrava ambigüidade, afirmando que ao mesmo tempo em que eles *“implicavam”* com ela, eles não gostavam muito da sua amizade com a melhor amiga, também a aconselhavam e a defendiam: *“tinha monitor que eles implicavam comigo... por causa da (melhor amiga) (...)”*. E houve uma situação em que, frente aos xingamentos das meninas da casinha, uma monitora a defendeu e a aconselhou: *“daí eu falei pra tia e a tia deu um baita de um xingão nelas... (...) (elas estavam) sempre me fazendo chorar... daí a tia falou que eu não posso ficar chorando, que eu tenho que erguer a minha cabeça e não dar bola pra ela (a adolescente que mais a xingava). Falou que não era pra eu ficar chorando se não ela ia ver que eu tava chorando e ia continuar mexendo comigo”*.

Contudo, Rosa, apesar de perceber proximidade com alguns monitores, não tinha confiança neles, como indica a sentença *“daí eu não tive confiança... de me abrir, às vezes eu falava alguma coisa... mas não assim, mesmo... assim. Que eu não tinha aquela confiança”*.

Não havia confiança porque os monitores comentavam entre si o que as meninas falavam, não havendo uma preocupação com sigilo. Ela confiava muito na sua melhor amiga, era com quem dividia os acontecimentos bons e ruins, mesmo após três meses de desligamento. “A (melhor amiga) *era a única que eu tinha confiança... que ela era verdadeira comigo... que foi desde infância que eu sempre tive sinceridade, sempre andei desde infância sempre com ela, depois dela, nenhuma guria mais, senti aquela amizade... aquela grande amizade... nunca mais senti... porque os outros era tudo na base da falsidade...*”.

A adolescente também tinha boas recordações do período em que morou no abrigo, como as boas condições de alimentação e vestuário proporcionadas pela instituição, lembranças de quando cozinhava bolos com as outras meninas e monitoras, comemorações de aniversário, além de cursos e aulas de esporte que pôde realizar. Ela sentia-se segura quanto à assistência saúde que o abrigo proporcionava, além de gostar de ouvir rádio e realizar os passeios oferecidos, quando estava na casinha: “*eu sinto falta dos monitores, da convivência que eles me tratavam... que se tivesse doente, eles me levavam pro hospital, e tinha passeio lá, tinha tudo...*”.

Logo aos três meses de desligamento, em visitas ao abrigo para encontrar sua irmã caçula, Rosa passou a sentir-se desconfortável com o ambiente e principalmente com os monitores. Segundo ela, “*os tios eles olham assim pra gente que parece que a gente é estranho... eu fui entrá na cozinha, ele tava lá, eu fui entrar e ele disse que eu já tava invadindo... daí eu falei, ah vou tomar água não pode? E ele disse, ah pode... daí eu fui tomar água, porque fica estranho, né? Entrar na casinha... abrir a porta assim... não é mais da casinha, daí eu me sinto estranha na casinha...*”. Assim, Rosa completou e concluiu “*nem procuro assim entrar lá. Parece que eles pensam que a gente quer pegar alguma coisa... e que agora que eu não sou da casinha... daí se eu entro lá eles ficam olhando, né? Daí eu não me sinto à vontade*”.

Aos seis meses de desligamento, Rosa apresentava uma idéia clara do mundo “artificial” que vivia quando estava no abrigo, afirmando que, no mundo real, as pessoas tinham que batalhar para conseguir o que querem, e no abrigo, os “tios” davam tudo. O trecho a seguir ilustra sua reflexão: “*lá (no abrigo) é tudo diferente do mundo... é diferente porque lá a gente vive parece em outro mundo, né? Lá os tios fazem as coisas por nós, mas claro, né? Que a gente tem que fazer tarefa lá... tudo... eles brigam assim com a gente, mas é pra nos ajudar... às vezes eles até tão errado, mas depois eles pensam bem... e vem que tão errado e vão lá e conversam com a gente... lá é uma lição de vida, que lá dentro é bem diferente... lá tu tá doente e levam no médico tudo.... te dão roupa... é bem diferente assim do mundo... porque aqui no mundo as pessoas tem que batalhar pelo que elas querem não é*

verdade? Então lá dentro é diferente, né? Lá dentro é tudo a bem dizer... é tudo, os tios levam e buscam na escola, levam no curso... aqui fora não... a gente tem que correr atrás... lá tem roupa lavada, tem máquina... mas lá é outro mundo assim. Assim, as pessoas que tão aqui fora vêem as pessoas que tão ali dentro da casinha de uma forma diferente, né?”.

Ainda aos seis meses de desligamento, quando questionada sobre seus sentimentos com relação à instituição, a adolescente também demonstrava não sentir mais muita saudade do abrigo e das pessoas que convivia. Pelo contrário, já afirmava que agora não precisaria mais morar no abrigo, pois tinha família. O trecho a seguir ilustra esta constatação: *“mas eu não preciso voltar pra lá porque agora eu tô bem, eu tô estudando... né? Eu não preciso voltar pra lá, eu tenho a minha família... lá é pras pessoas que tem necessidade em casa... que a família não pode... mas eu tenho a minha família...”.*

Processo de desligamento

O desligamento institucional foi buscado pela família da adolescente. Anteriormente ao desligamento, a adolescente realizava visitas à família nos finais-de-semana. As visitas não eram acompanhadas pelos técnicos e monitores das instituições de abrigo. Segundo a irmã responsável pelo retorno de Rosa, na infância, tanto ela quanto os outros irmãos abrigados, sempre foram visitados pela mãe, e também visitavam familiares nos finais-de-semana. A irmã responsável afirmou *“mesmo quando eu tava morando em (cidade da região metropolitana de Porto Alegre), eles iam lá, ficavam lá em casa. Também, a gente se distribuía sabe? Cada um (irmãos) ficava numa casa. Cada um pegava um final de semana”.*

Alguns anos antes, a irmã responsável já havia manifestado desejo em levar os irmãos mais novos para casa, mas na época das audiências que participou, ela era muito jovem e o Juizado não autorizou o desligamento. Para o retorno de Rosa e de seu irmão, foi preciso que eles mudassem para uma casa com mais cômodos. A família cumpriu essa exigência, e apesar da nova casa ser maior, estava em pior estado físico que a anterior, com danificações no teto e chão. Além disso, a irmã responsável estava com 20 anos de idade, e dessa vez, foi considerada apta a assumir a responsabilidade pela guarda de Rosa e seu irmão.

Cerca de seis meses antes do desligamento de Rosa, a irmã de 16 anos, que estava abrigada com ela e com o irmão de nove anos, fugiu do abrigo e foi para casa. Contudo, um aspecto, relacionado ao processo de desligamento de Rosa comparado ao desligamento da irmã de 16 anos, chamou a atenção da responsável pela família. Segundo ela, após a fuga dessa irmã, ninguém do abrigo ou do Juizado da Infância e Juventude foi verificar as

condições da adolescente, como também, ninguém falou com ela ou solicitou algum documento de responsabilidade. Ela afirmou que a irmã recebeu os documentos que estavam sob a guarda do abrigo meses após a fuga, sendo nesse momento informada sobre o desligamento. O trecho a seguir indica sua indagação: “(...) a (irmã de 16 anos) *quis fugir de lá. Não queria mais voltar. Daí eles (equipe do abrigo) disseram que ela ia ter que falar com o juiz... pra dizer que não queria mais voltar e que ela tava desligada da casa e que não volta mais pra lá. Eu não assinei nada pra ela... Ela tá desligada da casa, mas eu não falei com juiz nenhum. Eu não entendo como que tá isso. Tá desligada sem ter um... uma explicação, um papel pra dizer que ela tá desligada mesmo... foi de boca. É, eu não sei... porque do nada ela já tá desligada e daí... coisa que era uma coisa deles assim, como eu posso dizer, bem rígida. De vir pra casa... tem que fazer um acompanhamento e aí do nada ela sai... Sem assinar nada, sem ninguém responsável por ela*”. Após o desligamento de Rosa, a família não recebeu nenhuma visita ou acompanhamento de profissionais do abrigo ou entidades governamentais com vistas a avaliar e verificar a reinserção.

Relação entre família e abrigo

Foi possível constatar percepções distintas quanto ao abrigo e ao tempo de institucionalização do ponto de vista da mãe e irmã de Rosa. A mãe de Rosa, durante as conversas informais ocorridas durante as visitas domiciliares, registradas no diário de campo, destacava o ressentimento que ela sentia com relação à instituição de abrigo, afirmando que, apesar da família cumprir a exigência de mudar de residência, o abrigo não cumpriu a promessa de ajudar a família com alimentos. De fato, esta situação a mobilizava muito, visto que no momento em que falava sobre isso, ela agitou-se e chorou. Esta condição era agravada pelo fato da nova casa apresentar piores condições físicas do que a antiga. Assim, para a mãe de Rosa, o abrigo não era um lugar bom e nem digno de confiança.

Por outro lado, a irmã responsável já apresentava outra percepção. Afirmou que sempre foi bem recebida e bem tratada no abrigo. Tanto aos três quanto aos seis meses de desligamento, ela destacava os benefícios que seus irmãos tiveram durante o abrigamento. No abrigo, nunca faltou nada aos seus irmãos, eles tiveram acesso a tratamentos de saúde, inclusive cirurgias, a cursos e escolinhas de esporte, entre outras oportunidades. Ela sabia que se eles estivessem com sua mãe, possivelmente, não teria estas necessidades atendidas. O trecho a seguir, exemplifica a percepção indicada: “*uma boa assim que eu acho... que o tratamento que eles tiveram lá dentro... toda vez que precisavam de um médico, a (irmã de 16*

anos) *tinha problema de ouvido... que ela foi operada... ela teve também um problemas de... não sei como chama... na garganta! É, amigdalite... foi operada também... teve assistência médica! Eu acho bom pelo atendimento que eles tiveram lá... que acho que era um momento que eles precisavam, se estivessem com a mãe... acho que de repente tariam com um problema bem maior...”*.

Outro ponto positivo destacado pela irmã responsável foi os hábitos de organização que seus irmãos haviam aprendido no abrigo, especialmente as meninas, como organizar as tarefas domésticas e escolares. Ela afirmou durante a entrevista ocorrida aos seis meses de desligamento *“uma coisa assim boa do abrigo que é cada um faz as suas coisas, eles sabem que eles tem que limpar... né? Então eu procuro não tirar isso sabe?”*. Dessa forma, os hábitos considerados bons, adquiridos na rotina do abrigo, são valorizados nas meninas.

Convivência familiar

Na casa, moravam a mãe de Rosa, seu padrasto e quatro irmãos. O padrasto mantinha uma relação instável com a família, desaparecendo por semanas. No início do retorno de Rosa, a irmã mais velha tinha um emprego fixo em um supermercado do bairro, contudo, em função das internações psiquiátricas da mãe, ela passou a faltar ao trabalho e perdeu o emprego. Nenhum adulto possuía emprego fixo, o padrasto realizava trabalho de biscate, a irmã mais velha vendia produtos de beleza e, eventualmente, vendia pastéis em estabelecimentos públicos e a mãe recebia um benefício da previdência social, em função de sua doença mental. Sua mãe não possuía o Ensino Fundamental completo e sua irmã não conseguiu terminar o Ensino Médio. A saúde mental da mãe de Rosa continuava instável, ela apresentava um quadro de agitação e agressividade, e negava-se a tomar os remédios.

Na *inserção ecológica*, observou-se que a casa da família era humilde, tinha três quartos, uma cozinha/sala e um banheiro. Rosa dividia o quarto com suas duas irmãs, dormindo na mesma cama com a irmã de 20 anos. A casa não possuía rede de água e esgoto, fazendo com que a família tivesse água somente a partir das 23 horas, vinda por um “gato”. Apresentava muitos problemas físicos, como danificações no teto e assoalho. No inverno, a casa era muito fria, e no verão, muito quente e com mosquitos. Em dias de chuva, a casa ficava molhada, permanecendo úmida por muitos dias. Havia muitos gatos e cachorros na cozinha/sala e no pátio da casa, alguns com parasitoses cutâneas. Além disso, a casa estava localizada em uma área muito pobre da cidade, entretanto, a rede de água e esgoto foi instalada ao longo desses meses de acompanhamento.

Aos três meses de desligamento, tanto Rosa quanto sua irmã responsável pela família tinha a mesma percepção sobre sua adaptação. Ambas afirmavam que o início estava sendo difícil e que Rosa apresentava-se bastante reservada. Segundo palavras de Rosa, *“é que aqui é uma família, né? É irmã, é mãe e pai... lá na casinha é diferente, quando tem alguma coisa pra contar, novidade... assim pra contar... daí a gente conta pras amigas, daí isso, minhas irmãs assim, na família a gente não tem esse costume de chegar e falar e contar, é mais com as amigas, né?”*, *“Ah, eu acho que é legal assim morar com a família e tal, mas é que eu ainda não tenho costume assim, eu sinto falta da casinha...”* e *“na minha família assim, não me abro muito, às vezes até conto, mas não me abro muito... fico pra mim...”*.

Da mesma forma, a irmã mencionou *“acho que ela é uma guria muito assim... hã... como eu posso dizer... reservada... pra ela, sabe? Acho que ela não é muito de se abrir... que ela não tem isso... por ela passar esse tempo lá... e não conviveu muito com a gente, eu acho que ela não tem aquela confiança, assim com as irmãs de contar... alguma coisa que está acontecendo... que aconteceu... é isso aí eu acho...”*. O fato de Rosa demonstrar-se reservada e sua irmã atribuir este distanciamento à institucionalização, ou seja, a falta de convivência próxima com a família, segundo as anotações realizadas no diário de campo, mobilizou muito a irmã no momento da entrevista, sendo necessário interrompê-la. Apesar da postura reservada da adolescente, a irmã responsável procurava conversar sobre assuntos íntimos com Rosa, mostrando-se disponível. Ela, ao iniciar uma conversa sobre sexualidade e relacionamentos com Rosa, contou uma história na qual se colocava como exemplo: *“‘Rosa, vou fazer uma comparação contigo, né? Eu já to conhecendo uma pessoa, faz tempo que a gente tá junto... não rolou nada entre nós ainda...’ Eu fui bem sincera com ela (Rosa), ‘a gente só tá saindo... a gente sai, vai no cinema... a gente sai pra comer, sai pra dançar... mas até agora, nada aconteceu assim. A gente tem que conhecer bem a pessoa primeiro, ver o que ele quer contigo pra depois... tipo ter alguma coisa mais séria...’ E ela disse: ‘é tá certo...’”*.

Ainda aos três meses de desligamento, a adolescente falou sobre as diferenças entre morar com a família e morar no abrigo. Rosa comentou sobre os horários que eles possuíam na rotina diária, *“lá na casinha tinha hora pra descansar, pra dormir de noite... pra levantar, aqui já não, né? Mas eu costumo levantar cedo, aqui é diferente, aqui eu almoço a hora que eu quero, tomo café a hora que eu quero... janto a hora que eu quero, lá na casinha não...”*. Contudo, apesar da maior liberdade de lidar com os seus próprios horários, ela permanecia com muitos hábitos, como a hora de almoçar e jantar *“mas eu me acostumei lá e agora... tinha hora, né? Tinha hora... daí eu sempre me acostumava a jantar naquela hora... toma café... almoçar...”*.

Com relação a novas amizades na comunidade, Rosa não tinha conhecido muitas pessoas aos três meses de desligamento. Não havia muitas adolescentes na vizinhança e ela mantinha-se bem reservada.

Cerca de cinco meses após o desligamento, a família soube que era elegível ao recebimento de recurso de um programa social do Governo Federal, e passou a receber este recurso mensalmente. A renda da família não era o suficiente para o seu sustento, sendo necessário o recebimento de alimentos da comunidade, em especial, da igreja evangélica a qual a família freqüentava. Informações registradas no diário de campo mostraram que Rosa estava feliz com seu retorno à família, estava se dedicando mais à escola e acreditava que o seu retorno para casa tinha mudado sua vida. A adolescente dizia que apesar de no abrigo ela ter acesso a verduras, carne, frutas, entre outros alimentos, ainda assim, ela preferia estar com a família.

Aos seis meses de retorno familiar, Rosa estava mais distante da melhor amiga, a qual estava andando com outra adolescente, e estava ampliando sua rede de contatos na comunidade. Ela afirmou que estava mudando seu comportamento e seu modo de pensar sobre muitas coisas, como indica o trecho: *“ah, pra mim eu mudei assim o meu jeito de como eu era antes... quando eu era da casinha... como eu disse, né? Que eu falava mal dos outros, fazia fofoca, agora eu não faço mais, eu mudei assim sabe? Continuo calma claro, mas agora eu tenho mais paciência e sei fazer as coisas direito, né?”* e *“eu aprendi muitas coisas diferentes... agora eu olho as coisas de maneira bem diferente...”*. Estas mudanças estavam associadas ao fato de Rosa começar a freqüentar a igreja evangélica da comunidade, lugar que freqüentava diariamente com a irmã de 20 anos. Ao dizer que não tinha mais a menina do abrigo como sua melhor amiga, explicou *“que em primeiro lugar nosso melhor amigo é Deus, é Jesus”*, acrescentando que seu modo de pensar e agir não estavam mais consoantes com o modo de pensar e agir de sua melhor amiga: *“eu pensava... passava as pessoas e eu ficava falando e agora eu sou de outra maneira, eu... agora eu vejo as outras pessoas falando mal dos outros que tão passando e fico só pensando, né? Que é errado isso, né? Falar mal dos outros... eu já falei pra (ex-melhor amiga)... que isso, falar mal dos outros não pode! Daí ela diz que todo mundo fala...”*. Rosa completou dizendo que agora ela estava procurando ajudar o próximo, amar ao próximo, quem está passando por uma situação difícil.

Como parte das mudanças, Rosa ainda tirou o *“piercing”* que tinha no corpo, justificando que *“a igreja diz que o nosso corpo é o templo de Jesus, é onde que Deus habita e Deus não pode entrar num corpo sujo, né? Tem que ter um corpo limpo, porque o espírito santo é puro”*. No diário de campo, foram registradas informações adicionais sobre a postura de Rosa frente às orientações da igreja evangélica. A família passou a pagar o dízimo para a

igreja, 10% de todo recurso da família. Ela mesma tinha recebido um envelope para separar 10% de todo dinheiro que estivesse em suas mãos, seja o dinheiro da mercearia, ou da venda de um perfume ou papel, quando ajudava a irmã. Rosa demonstrava-se acreditar fielmente nas concepções que estava aprendendo, de purificação do corpo, da evangelização e da contribuição do dízimo. Durante as conversas informais e caminhadas na comunidade, Rosa argüiu a pesquisadora sobre sua orientação religiosa, convidando-a a participar do culto.

Rosa também manifestou o desejo de que não houvesse tantos conflitos e brigas na família. Ela disse que sua mãe, em função de sua doença, muitas vezes era agressiva, recusava-se a tomar a medicação e discutia com as filhas e o companheiro. Além disso, o seu irmão de nove anos estava desobediente e agia com desrespeito, fazendo-a ficar mais chateada. Apesar de suas observações, a atmosfera do ambiente familiar, percebida na *inserção ecológica*, durante as visitas era agradável e tranqüila, não refletindo os conflitos e brigas que Rosa relatava constantemente.

Ela considerava que sua adaptação, aos seis meses de retorno familiar, estava indo bem, contudo destacava que além das brigas familiares, havia escassez de alimentos: “às vezes falta alguma coisa... de comer, às vezes não tem, não dá pra comprar”. Também lembrava que no abrigo, a situação era diferente: “Ah eu gosto de tomar leite... não tem... é leite. E as comidas assim, saladas... algumas coisas que eu comia lá na casinha não têm aqui...”.

Aos nove meses de desligamento, Rosa demonstrava estar integrada à comunidade e à sua família. Ela falava sobre suas atividades na igreja, especialmente no grupo de jovens. Tinha feito amigos na comunidade. Por outro lado, falava constantemente sobre os ensinamentos da igreja e todos os rituais que participava. Ela havia convidado sua amiga do abrigo para participar do culto, a qual se sentiu amedrontada, como mostra o trecho: “até a (amiga) eu tava tentando ajudar ela, ela foi até na igreja, só que ela ficou com medo, né? Porque acho que foi num domingo, que ela teve lá, que é oração forte, né? Oração pra todo mal sair, daí tem pessoas que começam a se manifestar... Não é assim, a pessoa, é o espírito, né, que tá ali dentro delas que se manifesta, daí ela ficou com medo”.

Rosa contou que sua mãe, que não gostava de ir na igreja e participar dos cultos, passou a freqüentá-la. Estava, inclusive, participando de uma “corrente de libertação” para se curar de suas doenças, sendo que fazia algumas semanas que ela estava sem tomar as medicações. Rosa acreditava profundamente que, se sua mãe fosse na igreja todo o dia, seria curada, e caso não ocorresse a cura, foi porque a sua mãe quebrou a “corrente”. Pode-se verificar no trecho a seguir: “responsabilidade dela, né? Porque ela sabe que não pode quebrar a corrente. Ela que sabe... Ela não gosta, acho que ela não gosta, de tomar remédio,

né? É melhor ficar sem tomar remédio, né, e fazer a corrente de libertação, mas tem que andar sempre reto, né?”. Por outro lado, a igreja passou a exercer uma função importante de apoio para a sua família, fornecendo alimentos em momentos em que eles passavam por necessidade. Rosa contou que *“a obreira deu, sem a mana falar nada pra obreira, né, a obreira perguntou dos alimentos, né, se tavam faltando; aí deu pra nós, acho que arroz, sal, feijão, massa, que mais... azeite, ela deu. Dão, mas a pessoa tem que ir na igreja pra ganhar também, né? Se tá passando por dificuldades, se não tem alimentos, né, daí ele ajuda, o pastor, né?”*.

Rosa contou que a pessoa que mais podia contar, nesse momento, era a irmã de 20 anos. Elas tornaram-se companheiras, inclusive desenvolvendo atividades da igreja juntas. Rosa a procurava quando se sentia triste. Ainda queixava-se das brigas e conflitos decorrentes da instabilidade emocional da mãe e desejava uma família sem conflitos e mais unida, referindo-se aos outros irmãos. Acreditava que a mãe, apesar da instabilidade emocional, desejava seu retorno e de seu irmão, como indica o trecho: *“ela (sua mãe) não quer ver a gente lá na casinha, daí ela tem que ir lá ver nós, né? Daí eu acho que ela quer nós fique aqui, né? Melhor ficar aqui que lá, lá é tudo diferente, né?”*. Além disso, apesar dos conflitos e dificuldades financeiras, Rosa disse *“eu acho que o melhor lugar é na família”* e *“eu prefiro tá em casa, né.”*.

Quanto ao seu desempenho na escola, Rosa afirmou que estava com notas boas em todas as matérias. Ela não trocou de escola após o desligamento, contudo precisava de transporte urbano diariamente. Segundo Rosa, seu desempenho melhorou ao longo do ano, como indica o trecho: *“no primeiro boletim eu tava com duas vermelha, agora recuperei todas, tô com tudo azul”*. Rosa também contou que as professoras sabiam que ela morava em um abrigo e que tinha voltado para casa da família, entretanto, *“até agora nenhuma sôra pergunto pra mim”* se ela estava bem ou como estava sendo voltar para casa. Além disso, decidiu que *“esse ano que vem agora eu vou estudar aqui perto”*.

Quando perguntada sobre o que ela gostaria de melhorar na sua vida, Rosa respondeu que gostaria de ter uma casa melhor e ter melhores condições financeiras. Contudo, o que mais queria era ter uma família unida, sem brigas e discussões. Quanto ao futuro, Rosa teve dúvida sobre qual profissão que gostaria de exercer, disse: *“ah, eu pensava antes em ser pediatra, mas agora eu não penso muito, assim, em ser pediatra; eu não sei o que queria ser. Teria um emprego. Eu não sei se eu gostaria, mesmo, mas eu quero ter um emprego, né, pra ganhar alguma coisa”*.

Para sua irmã de 20 anos, as dificuldades estavam pesando no processo de reinserção dos irmãos aos nove meses de desligamento. Ela estava ainda desempregada, era a chefe da

família e era a responsável pela mãe quando seu estado mental agravava-se. Seu comentário sobre os nove meses de retorno foi: *“que não é fácil, não é, né? Que é difícil tu ter que mandar pro colégio, e ter que ver caderno, ajudar, ela pede pra eu ajudar ela a fazer as coisas, aí o que ela não sabe ela me pergunta, aí eu falo, ajudo... às vezes eu não tenho muita paciência, assim, pra tá ali, mas no que eu posso ajudar ela eu ajudo”*. Ela destacou a importância do Bolsa Família que começou a receber, pois depois do seguro desemprego, a situação ficou mais difícil: *“ainda bem que... agora que tá com o Bolsa Família. É, o que tinha me ajudado foi o meu seguro desemprego, aquele tempo que eu peguei quatro meses, daí foi o que me ajudou. E depois a gente teve que se virar, né? Vendia salgados, né? E o perfume, é o que ajuda. Agora tem o Bolsa Escola, aí a gente fica mais tranqüilo, né?”*.

A irmã responsável estava já com a guarda definitiva dos irmãos. Apesar das dificuldades, a irmã de 20 anos não se arrependia de ter buscado o retorno dos irmãos. Também se observou que ela já demonstrava conhecer melhor Rosa e que estava considerando-se mais próxima da irmã, como demonstram os trechos *“ela não dá trabalho nenhum. Não tem aquela coisa de criança teimosa, que nem aquelas, ela é bem... claro, às vezes ela é muito estourada, assim, braba, agora que eu vejo, porque eu conheço, não conhecia isso dela”* e *“é comigo, ela tá sempre comigo. A gente vai na igreja, tamo sempre conversando... Ela tem carinho com todo mundo, mas ela é mais apegada comigo”*. A irmã responsável também atribuiu grande valor à igreja que a família passou a frequentar, afirmando que a igreja havia contribuído para uma mudança no seu modo de ver e avaliar o mundo, além de seu comportamento.

Para essa irmã, Rosa era uma menina “na dela”, quietinha, madura, inteligente e estudiosa. Sabia da boa situação escolar de Rosa, pois havia ido à escola buscar seu boletim. Nessa ocasião, contou que nenhum professor perguntou sobre Rosa ou sobre o seu retorno à família. Sobre o desejo de Rosa de trocar para uma escola municipal, que era mais próxima de sua residência, a irmã avaliou: *“não sei se vai ser bom passar pra uma escola municipal, né? Eu tava pensando em passar ela pra um colégio estadual que tem pra cá, né? Que municipal eu não sei, é muito fraca”*.

Aos 18 meses de desligamento, Rosa e sua família não moravam mais na casa em que as visitas foram realizadas, não sendo possível coletar informações sobre a adolescente. A nova moradora informou que a família havia se mudado para uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, na qual alguns parentes já residiam. Em contato com a instituição de abrigo, foi confirmado que a família havia se mudado para perto dos familiares, que residiam na região metropolitana de Porto Alegre. Dessa forma, pôde-se constatar que a adolescente não havia sido reabrigada.

Caso 2: Pedro

Pedro foi reinserido na casa de sua tia paterna e primos, sendo esta a responsável pela família. Foram realizadas visitas domiciliares e Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) com Pedro e sua tia paterna e conversas informais com seus primos e companheiro da tia, a quem ele chamava de “tio”. Foram realizadas 14 visitas domiciliares ao longo de 15 meses de acompanhamento, sendo que as entrevistas foram realizadas com o adolescente aos três, seis e nove meses de desligamento, e com sua tia, aos três e aos nove meses de desligamento institucional. A coleta de dados foi realizada na residência do adolescente.

Pedro era o terceiro filho de sete irmãos, dois rapazes mais velhos de 30 e 25 anos; uma menina de 12 anos, que morava com um tio materno, dois irmãos que já faleceram e o irmão caçula, filho do recasamento do pai. Ele tinha 15 anos e cursava a 8ª série do Ensino Fundamental. Chegou ao abrigo aos quatro anos, não tendo contato freqüente com seus cinco irmãos, que foram criados por familiares da mãe ou pela nova esposa do pai. Sua referência familiar era a tia paterna, com quem passava férias e feriados desde a infância. Não tinha contato freqüente com o pai, o qual realizou cerca de duas visitas enquanto Pedro estava no abrigo, como pode ser constatado nas palavras da tia “*o (pai de Pedro) não acompanhou o crescimento dele, nunca foi no abrigo. Foi uma vez só eu acho, uma vez só ou duas, depois não foi mais*”.

Na sua infância, Pedro ficou com a mãe após a separação de seus pais. Ele tinha uma saúde frágil e era constantemente hospitalizado. Segundo sua tia paterna, “*quando ele tava com os pais dele, ele vivia no hospital. Tanto com a mãe quanto com o pai*”. E ainda “*o (Pedro) tinha três meses quando baixou o hospital (...) três meses quando ele foi pro Santo Antônio, daí lá no hospital Santo Antônio faziam exame, faziam exame, faziam exame e não sabiam o que ele tinha e o guri tava se sumindo, né, o guri tava só na carne e osso (...). E aí transferiram ele para o Clínicas, e lá no Clínicas foram ver o que tinha. Ele ficou dois, quase dois anos hospitalizado*”. Foi nesse momento que os médicos descobriram que Pedro era portador do vírus HIV. A tia recordou o que a médica dizia, quando Pedro estava muito debilitado: “*o (Pedro) tava quase morrendo. A doutora dizia assim ‘ó’, pra (mãe do Pedro), pra mãe dele: ‘olha mãezinha, chama essa criança pra vida’. Que ele não acordava, né, e aí dizia pra conversar com ele e chamar ele pra vida, a doutora. ‘Chama ele, diz que tu tá aqui, que tu tá esperando ele, conversa com teu filho, chama ele pra vida’*”. Segundo a tia, a mãe sempre acompanhava o garoto no hospital, sendo sempre muito carinhosa: “*o filho era tudo pra ela*”. Sua mãe foi presa por tráfico de drogas quando Pedro tinha três/quatro anos de

idade, e assim, ele e a irmã mais nova foram morar com o pai. Sua mãe faleceu na prisão durante uma rebelião, quando ele estava com cerca de oito anos. A tia contou como foi a morte da mãe de Pedro: *“ela tava no presídio e houve uma rebelião. E aí nessa rebelião, aqueles bombeiros que usam aqueles jatos de água e aí entrou um jato de água muito forte na cabeça dela pelo ouvido, e aí infeccionou, e tu sabe, né que as pessoas, ela pegou uma infecção e...”*. Como ela era portadora do vírus HIV, esta infecção foi fatal. Pedro nunca havia sido levado para visitar a mãe.

O adolescente possuía uma rotina médica/hospitalar desde a infância em função de ser portador do vírus HIV. Nem Pedro nem a tia souberam dizer se Pedro nasceu com o vírus, visto que sua mãe era também portadora, mas a irmã pouco mais nova, não era. Segundo sua tia, após sua entrada na instituição, ele nunca mais *“baixou hospital”*. Recebia um benefício da previdência social em função de sua doença, o que possibilitou o provimento de bens materiais e um sentimento de independência. Pedro lidava com o fato de ser HIV positivo com naturalidade, afirmava que não se sentia diferente ou inferior.

Alguns meses antes do desligamento institucional acontecer, um de seus irmãos mais velhos aproximou-se de Pedro e do abrigo, demonstrando interesse em cuidar do irmão. Contudo, havia duas suspeitas graves por parte da instituição: de que este irmão tinha envolvimento com tráfico e de que ele estava interessado, na verdade, no benefício social e na poupança que ele possuía, visto que na instituição, Pedro usava seu dinheiro com moderação e havia juntado uma boa quantia. Segundo a assistente social, o interesse do irmão foi enfraquecendo frente às exigências que o abrigo passou a lhe fazer. Assim, os esforços voltaram-se novamente para a tia paterna. Através da *inserção ecológica* pôde-se perceber que Pedro era um adolescente reservado, ainda bastante imaturo e de poucas palavras, mas muito observador aos acontecimentos.

Institucionalização

O adolescente viveu em um abrigo governamental durante mais de 10 anos, dos quatro aos 15 anos. A medida de proteção foi aplicada em função da situação de negligência em que Pedro se encontrava, em função das repetidas internações relatadas anteriormente. No momento do abrigamento, sua mãe estava presa por tráfico de drogas, e Pedro estava sob os cuidados do pai. Segundo sua tia, *“o pai dele ficou com ele, né, e com a menina. E aí, seguida o (Pedro) tava no hospital, sempre, sempre e sempre doente. Aí a assistente social do hospital que encaminhou ele pro abrigo”*. Não foram buscadas medidas de preservação familiar pelos

órgãos governamentais ou não-governamentais de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco. Pedro não tinha recordações sobre o momento do abrigamento. Durante a infância, Pedro viveu em um abrigo com mais crianças (abrigo institucional), sendo transferido para um abrigo residencial, localizado em uma região afastada do perímetro urbano de Porto Alegre, quando o reordenamento institucional ocorreu. Abrigo residencial (AR) é uma modalidade de abrigamento, no qual cerca de 15 jovens são atendidos por funcionários que trabalham em turnos. A irmã mais nova, que também estava com o pai, foi morar com um tio materno em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, nunca mais tendo contato com Pedro.

A tia paterna, desde o início da institucionalização de Pedro, realizava visitas ao sobrinho. Ela contou “*ia, eu fazia visita. Quando ele era mais pequeninho, que ele não podia, que ele não vinha ainda aqui, eu ia lá e quem levava roupa pra ele no Natal era eu, né, que eu sempre comprava roupa pra ele quando ele vinha depois sozinho. Que quando eu trabalhava (nome da pesquisadora), eu dava uma roupa pra ele botar no Natal e outra pra botar no fim do ano, senão ele sempre botava a mesma. Então eu sempre comprava pra ele e...*”. Ela estava sempre em contato com o Pedro, ligava para o abrigo periodicamente, como mostra o trecho a seguir: “*eu ligava, era mais de uma vez por mês... É porque eu trabalhava, em seguida eu tava ligando pra ele, que eu ligava do meu serviço, aí seguidamente eu tava ligando*”.

Durante a primeira entrevista, realizada aos três meses de desligamento institucional, Pedro falava de maneira distante e pouco afetiva, afirmava que era “*normal*” viver lá. Dizia que morar no abrigo “*era legal*”, tinha amigos, mas não eram amigos verdadeiros. As atividades que realizava com seus amigos eram jogar bola, conversar e ir para escola juntos. Comentou que, no seu dia-a-dia, ele ficava assistindo a programas da TV, jogando videogame na sala de jogos e sempre tinha tarefas na casinha, como arrumar a sua cama, e varrer a casa e cozinha, atividades que não gostava muito de fazer.

Quanto à percepção dos monitores, Pedro contou que tinha bom relacionamento com todos, em suas palavras, era “*normal*”, não havendo diferença entre os mesmos. Quando ele precisava de alguma coisa, um material para a escola, uma roupa, por exemplo, ele sempre buscava nos setores da instituição, não sendo intermediado pelos monitores. Também demonstrava estar adaptado ao abrigo, não questionando a rotina ou sugerindo mudanças.

Quando morava na instituição, Pedro falou que não tinha ninguém com quem ele mais podia contar ou compartilhar seus sentimentos. Quando estava feliz, disse que falava “*comigo mesmo! Não conversava, só falava comigo*”, e quando estava triste, ele contou “*eu ia pro meu quarto e ficava sozinho*”.

Quando questionado sobre as diferenças entre morar no abrigo e com sua tia, Pedro disse que a única diferença é que *“eu tô morando com os meus familiares; e lá, não. (...) É morar com a família. Daí é um pouco diferente. Pra melhor. Se fosse pra pior, eu não viria pra cá”*. Pedro afirmou que não sentia falta do abrigo, dos monitores e nem das outras crianças e adolescentes que moravam lá. Ele não havia realizado nenhuma visita e disse que *“eu faria (visitas), mas não sinto falta. Não era aquela necessidade...”*. Segundo sua tia, *“Pedro nem pede pra ir lá. Esses dias a gente telefonou pra uma tia, que perguntou como é que ele tava, que tava com saudade, disse ‘posso falar com ele’, aí eu peguei e botei ele no telefone e eu peguei e disse, ‘Pedro, diz pra eles que uma hora tu vai lá visitar eles’..., só pegando Pedro, nós vamos visitar eles, entendeu. (...) Ele disse pra mim que ‘eu passo fome aqui contigo, mas pra lá eu não volto’. Mas Pedro, lá era ruim Pedro? Eu acho que lá não era ruim, porque tu foi bem tratado lá. ‘Mas eu não quero voltar pra lá tia’. Eu digo: ‘tudo bem que tu não quer voltar pra lá, mas não era ruim lá de dizer que tu passa fome aqui e não volta pra lá’”*.

Aos seis meses de desligamento institucional, Pedro falou ainda menos sobre o abrigo. Disse que só voltaria se algo muito sério acontecesse com ele, como, por exemplo, *“só se eu ficar aqui muito doente e não ter como a minha tia pagar os remédios”*. Não sentia falta de ninguém ou de atividades que tinha oportunidade de fazer quando morava na instituição. Comentou sobre a escolinha de futebol, as oficinas de informática, cerâmica, desenho e pintura que fazia, e apenas gostaria de voltar a fazer natação, contudo sua médica sugeriu que ele parasse de fazer o esporte devido ao aumento das chances de Pedro adoecer e, em sua situação, isso não seria bom.

Aos sete meses de desligamento, Pedro foi até a instituição de abrigo, junto com a sua tia, para resolver as questões de sua guarda e levar documentos, e ele pôde visitar a casinha que morava e rever algumas crianças e adolescentes. Ele afirmou que foi bem recebido, mas nenhum monitor que conhecia estava lá no momento. Também constatou que apenas quatro crianças que ele convivia anteriormente ainda estavam lá, as outras haviam voltado para casa, sido adotadas ou fugido. Apesar de apontar pontos positivos da visita, não planejava voltar lá, só se necessário. Contudo, esta visita foi relatada de forma diferente pela tia de Pedro. Ela disse que chegando ao abrigo, o diretor convidou-o para visitar a sua antiga casinha e algumas educadoras que estavam nas outras casinhas, e que Pedro foi claro e firme ao dizer que não queria visitar ninguém. A tia convidou-o novamente, dizendo que iria junto, mas novamente ele se opôs. Segundo ela, ele não foi até a casinha, permanecendo na sede do abrigo. Ela disse a ele *“‘Pedro, espera vamos lá na casinha ver as tias, ver as crianças’. Eu não quero ver ninguém!’ Eu disse ‘vamos lá Pedro ver as pessoas!’ Então eu peguei e disse, ‘então eu vou*

lá ver sozinha’, pra ver se ele vinha, né. Ele não veio. Ele ficou lá parado sozinho. ‘Pedro, tu não sente falta das pessoas? Pedro, as pessoas daqui foram umas pessoas que te cuidaram, que te criaram porque tu foi pra ali com quatro anos Pedro. Te criaram. Tu não chegou a amar ninguém? Tu não sente falta das crianças que ta ali, que moravam contigo ali Pedro?’ *Aí eu disse pra ele, bem assim como eu to falando pra ti eu disse pra ele, ‘Pedro, se tu faz isso pra aquelas pessoas que te cuidaram desde pequenininho, o que tu vai fazer pra mim então, que recém tu ta morando comigo? (...) Então eu nem posso me apegar muito a ti’*”. Mesmo com o convite e insistência da tia, Pedro não quis ir na casinha.

Processo de desligamento

Pedro sempre passava os feriados e datas comemorativas com a tia paterna e antes do desligamento, passou a visitá-la nos finais-de-semana. A residência da tia estava localizada distante do abrigo, cerca de duas horas, e a própria instituição o transportava até o local. Em função da distância entre a instituição e a residência da família, as visitas eram quinzenais e nos finais-de-semana prolongados. As visitas eram planejadas e pareciam fazer parte de um plano de visitação da assistência social da instituição, contudo, não eram acompanhadas por eles. Já havia tido uma tentativa de reinserção familiar quando Pedro estava com cerca de oito/nove anos. Sua tia explicou: “(...) *há cinco anos, deixa eu ver... cinco anos, não mais até, uns sete anos atrás, ele já vinha, ia morar comigo, já tava tudo ali, já tinha ido lá no... Porque é tudo feito aqui, os papel aqui de Viamão, né. E elas já tinham me dado os papel pra mim assinar, o cartão dele já tava na minha mão, que elas queriam que eu fizesse um quarto pra ele, né, mas então vamos fazer o seguinte, a (assistente social do abrigo) que arrumou isso aí, vamos fazer de tudo pra o cartão primeiro ir antes dele, pra ti fazer o quarto dele, que ele não tava recebendo ainda, né, que aí ele ia começar a receber. Daí ele disse que não queria mais comigo, que queria morar com ela. Aí o que que eu fiz, telefonei pra assistente social dali e disse lá ‘vocês cancelam tudo, que ele não quer vir morar comigo, que ele não quer vir morar comigo, e eu não vou trazer ele obrigado’. Se ele não quer, eu não vou trazer. A (assistente social) veio, falou comigo e eu disse pra ela: ‘assim eu não quero ele. É. Eu não vou levar ele, só vou levar ele se ele quiser, se não quiser, eu não vou levar ele. Ele não quer’, eu disse pra ela, eu já telefonei, já mandei suspender tudo. E ela: ‘Tá, então tá, se ele não quer...’*”. O cartão a que ela se referia era o do benefício social do Pedro. Segundo a tia, Pedro não quis ir para sua casa porque nutria esperanças que sua madrinha afetiva, uma senhora que trabalhava na escola em que ele estudava, fosse adotá-lo. De fato, esta senhora

manifestou a intenção de adotá-lo, contudo ela teve problemas de saúde, fazendo com que desistisse da adoção e fosse se afastando de Pedro progressivamente.

O desligamento institucional do adolescente foi providenciado pela assistente social do abrigo, com quem Pedro tinha bom relacionamento, e a condição proposta pela equipe do abrigo era a construção de uma “peça” adicional na casa (seu quarto). Segundo o raciocínio da assistente social, como Pedro estava com 15 anos, era tempo de promover o desligamento institucional, e se não desse certo, a instituição ainda poderia reabrigá-lo e prepará-lo para o desligamento aos 18 anos de idade (emancipação). Durante os meses anteriores ao desligamento, Pedro usou o recurso de seu benefício social para construir essa “peça”, sendo desligado logo que seu quarto ficou pronto.

Nos primeiros meses de retorno, a assistente social da instituição realizava visitas periódicas, além de manter contato com o adolescente e a tia paterna por telefone. Além disso, nas visitas, ela levava alimentos e produtos específicos que o adolescente gostava, e que, na família, ele não tinha mais acesso. Também ela permanecia atenta aos compromissos médicos do adolescente. Dezoito meses após o desligamento institucional, os contatos com a assistente social tornaram-se esporádicos.

Relação entre família e abrigo

A relação entre a família de Pedro e abrigo era permeada pela percepção de falta de motivação, por parte do abrigo, e por cobranças por parte da tia de Pedro. Havia uma queixa por parte da instituição de que a tia paterna não estava engajada no processo, não resolvia os problemas com relação ao Pedro, como sua medicação, busca de vaga na escola e sua alimentação. Segundo a assistente social, a tia paterna estava constantemente solicitando ao abrigo a solução de questões que ela deveria assumir e solucioná-las dentro da família. Além disso, as anotações, realizadas no diário de campo após as conversas informais com a equipe técnica do abrigo, e os dados advindos da *inserção ecológica* indicavam que existia uma percepção de que a família estava recebendo-o por causa de seu benefício social visto que a tia estava constantemente solicitando informações sobre a transferência do benefício do abrigo para ela, enquanto guardiã de Pedro. Estas constatações surgiram a partir de acontecimentos ocorridos antes do desligamento institucional de Pedro. Ao longo dos meses nos quais sua peça foi construída, segundo a assistente social, houve uma série de problemas. O companheiro da tia era o pedreiro da obra, e o abrigo havia autorizado, junto a uma loja de material de construção da comunidade, a compra e a retirada do material necessário para essa

construção. Periodicamente, um responsável da instituição realizava o pagamento do material retirado. Contudo, a assistente social contou que houve um superfaturamento de material de construção, e, algumas vezes, o companheiro da tia solicitava ao dono da loja quantias em dinheiro, como R\$ 10,00 e R\$ 20,00, a partir da justificativa de que tinha que comprar em outra loja. Em função desses acontecimentos, o abrigo cancelou o acordo que tinha com a loja de material de construção e ameaçou denunciar o companheiro da tia por roubo, passando a realizar as compras diretamente. Nessa ocasião, o companheiro da tia ficou semanas sem ir para casa, com medo de que o abrigo cumprisse a promessa de chamar a polícia, fazendo com que ele fosse preso. Entretanto, o que mais surpreendeu a assistente social, era a postura de Pedro frente a estes acontecimentos. Ele visitava a família e mesmo sabendo que seu tio estava lhe roubando, apropriando-se de seu dinheiro, ele era conivente com a situação, não comentando ou reclamando de nada. Através da *inserção ecológica*, foi possível constatar que Pedro mantinha sua vontade de morar com a tia paterna intacta, visto que nunca mencionava nenhum problema ou dificuldade em função da reinserção.

Na primeira etapa de entrevista, a tia de Pedro também apresentava queixas direcionadas ao abrigo. O benefício social do adolescente não havia sido transferido ainda aos três meses de desligamento institucional em função da burocracia decorrente da mudança do diretor da instituição, guardião oficial de Pedro. Além disso, ela queixava-se que a assistente social era muito rígida e queria que Pedro se acostumasse de forma rápida à nova situação. Ela disse *“a única coisa que eu disse pra ela é que ela queria que assim, que o (Pedro) mudasse do dia pra noite, e eu disse pra ela que não é assim. (...) A questão da comida, eu disse pra ela: ‘não é assim que eu vou fazer ele comer o que ele não quer comer’”*. Com relação à assistente social, a tia ainda contou que ela prometeu que o abrigo iria ajudá-la na alimentação do Pedro, como mostra o trecho: *“vocês disseram pra mim que ele ia vim morar comigo e vocês iam me ajudar na alimentação do (Pedro), né. Então, eu tô pedindo um, o que ele tem que comer. Ele tem que tomar um leite, ele tem que tomar uma batida, e eu não tenho condições de dar pra ele. Daí o que que eu fiz, eu deixei atrasada todas minhas contas, de luz, de água, quando tinha eu atrasava, eu trabalhava pra comprar leite, pra comprar as coisas pra ele. Aí foi quando eu cheguei e falei pra ela que assim não dava, que assim vão cortar a minha água, vão cortar a minha luz”*. Em outra situação, a tia pediu à assistente social R\$ 40,00 para comprar uma geladeira usada na sua vizinhança, visto que a sua estava com o motor estragado há semanas. Da mesma forma, ela não recebeu essa ajuda: *“(…) apareceu uma (geladeira) por 40 reais pra vender, eu não tinha dinheiro, telefonei pra (assistentes sociais), pedi pra que elas me arrumasse dinheiro, elas não puderam me arrumar pra comprar”*.

Quando questionada sobre algo negativo no abrigo, a tia de Pedro contou que quando ele era pequeno, certa vez, ele começou a visitá-la com hematomas nas pernas e que depois de insistir, ele contou que ele estava sendo vítima de violência física na instituição. Segundo suas palavras: *“eu só não gostei de um que tinha lá, que ela dava nas crianças. Cada vez que o (Pedro) ia pra lá quando ele era pequeno, ele vinha roxo. É. E eu perguntava pra ele: ‘o que que é isso aí na tua perna?’ ‘Ai, eu caí’. Eu digo ‘não, como é que tu vai cair e machucar as pernas atrás, machucar as pernas ali... atrás, machucar as pernas... As tuas pernas tão todas roxas, (Pedro)’. ‘Ai tia, eu caí’. Eu digo ‘não, isso aí não é caí’... Tá, aí a primeira vez passou. Daí a primeira, a segunda, daí na terceira, eu perguntei de novo: ‘Pedro, tu não caiu, tão te dando em ti? Ai... Tão de dando em ti, eu quero saber se tão te dando em ti, (Pedro). E aí, ele pegou e disse: ‘ai, me dão sim. A tia não sei o quê que me dá em mim, né, e ela disse que se eu contar eu vou apanhar mais’. Aí que que eu fiz, ah, mas hoje eu vou te levar. Elas não vão vim te buscar, eu vou te levar. Aí eu levei ele e casualmente eu cheguei lá e ela tava dando numa menina”*. Nesse momento, a tia discutiu e ameaçou a monitora que estava batendo no menino, e depois foi até a assistente social relatar o que aconteceu. Segundo ela, *“aí levei o (Pedro) e mostrei pra (assistente social). ‘Olha aqui, eles tão dando no guri. E sabe o que que ela disse, se o (Pedro) falar, ela vai dar no (Pedro) e botar o (Pedro) de castigo. E ele me falou pra mim, que ela tá dando nele, e como eu cheguei lá agora e ela tá dando numa menina lá’. Aí ela (assistente social) pegou e chamou atenção dessa tia. E nunca mais, aí eu buscava ele e nunca mais apareceu roxo”*.

Entretanto, com exceção desse acontecimento que ocorreu na infância de Pedro, a tia achava que o abrigo havia cuidado bem do sobrinho, que ele tinha amigos lá e outros “tios” de quem ele gostava. Ele recebia o tratamento médico corretamente e *“depois que foi pro abrigo, nunca mais foi pro hospital. Ele foi bem cuidado, o (Pedro). Eu achei que foi bem cuidado, quando pequeno”*. Em outro momento da entrevista, a tia reforçou sua opinião: *“eles cuidavam bem. O (Pedro) ficava muito bem com o tio (monitor), até hoje, né, desde quando era pequeno”*.

Se por um lado, segundo a tia de Pedro, as crianças são bem tratadas no abrigo, por outro lado, elas não vivem uma rotina de família, com hábitos e tarefas comuns numa família. Segundo suas palavras, *“eles são todos bem tratados. A única coisa que lá, porque que tu não faz nada, não pode fazer nada de casa, né, tipo... tu não quer, tu não faz, né?”*. A tia contou que quem realizava as tarefas domésticas, enquanto ela estava trabalhando, como varrer o chão, colocar as roupas na máquina de lavar roupas, fazer e esquentar o almoço, por exemplo, era seu companheiro. Ela não contava com a ajuda de Pedro e seus filhos para a organização da casa.

Convivência familiar

Na casa da tia, moravam sete pessoas: Pedro, a tia, o companheiro da tia, três filhos (dois filhos de oito e 15 anos e uma filha de 25 anos), e o marido da filha. A tia ainda tinha um filho de 17 anos, que estava internado na Fundação de Atendimento Sócio Educativo (FASE) há alguns meses por envolvimento com drogas. Na família, a tia, sua filha e seu genro trabalhavam, contudo, não tinham emprego fixo. A tia realizava faxinas, a filha era babá e o genro vivia de biscates. O companheiro da tia havia passado por problemas de saúde em decorrência de um tiro, e ainda estava neurologicamente debilitado. Durante a coleta de dados, ele estava encaminhando os papéis, na previdência social, de aposentadoria por invalidez. Esporadicamente, ele trabalhava como pedreiro, e na família, era ele quem organizava a casa e fazia o almoço de Pedro e dos filhos mais novos da tia.

Através da *inserção ecológica*, observou-se que a casa da família era simples, tinha três quartos, uma cozinha e um banheiro. Sua tia não possuía o Ensino Fundamental completo. A família era mantida pelos recursos do trabalho da tia, trabalhos eventuais do companheiro da tia, além do recurso advindo de um programa social do Governo Federal vinculado à assiduidade escolar do filho mais novo da tia.

Aos três meses de desligamento, Pedro tinha certeza de que seu lugar era com a sua família. Ele dizia não sentir saudade dos amigos e dos “tios” que convivia no abrigo e nem tinha intenção de visitá-los; mas também não dizia nada de negativo. Ele reforçava constantemente as seguintes idéias “*tô bem, porque eu tô com a minha família. Lugar é na família. (...) A diferença é que eu tô morando com os meus familiares; e lá, não. (...) Não sei. É morar com a família. Daí é um pouco diferente. Pra melhor. Se fosse pra pior, eu não viria pra cá*”. Não existia outro lugar que Pedro gostaria de estar e nada lhe fazia falta, nem os alimentos e as oportunidades que tinha no abrigo.

Para Pedro, o fato de ter ido morar com a tia não acrescentou dificuldade para a família, pelo contrário, ter mais um homem na casa significava mais segurança. Ele disse: “*não sei, mas eu acho que é até melhor. (...) É. Ter mais um guri. Pra proteger a minha prima. (...) Tem mais um. Protege a casa. Não digo proteger assim, mas traz mais confiança*”.

Por outro lado, a tia paterna comentava as dificuldades que Pedro enfrentava por estar na família e não ter acesso a alimentos que no abrigo ele tinha. Aos três meses de retorno familiar, o benefício social de Pedro ainda não tinha sido transferido para a tia e ela estava com dificuldades de prover a alimentação do sobrinho, tendo em vista que os hábitos dele

eram diferentes dos de sua família. Quando Pedro pediu para morar com a tia, ela contou que disse a ele “*ah, então tá. Então tu quer? Se meus filhos comer arroz e feijão, tu vai comer arroz e feijão junto com eles. Se eles comer polenta, tu vai comer polenta com eles’. E ele bem assim: ‘ah não, polenta não’. ‘Mas se tiver isso pra comer, é isso que tu vai comer. E tu vai ter viver a realidade que tu vai, que tu vai ter agora, a realidade que eu tô te dizendo, que a tua tia vai te mostrar tá aqui que tu vai ter. Tu vai ter essa, (Pedro). Se tiver só arroz e feijão, vai comer arroz e feijão. Se tiver só polenta, vai ter que comer, se não comer tu vai ficar com fome, porque não vai ter outra coisa pra, pra te dar’” e “só que meus filhos já tão acostumados, meus filhos tomam café preto, né. E o (Pedro), ele gosta de neston, né, ele gosta de uma batida, né. A (assistente social) mesmo, a outra assistente social, que eu disse que eu não tinha pra dar pra ele, e ela: ‘ele tá acostumado a tomar batida de manhã’. Eu digo: ‘mas eu não tenho condições de dar batida pra ele’”.*

Ela lembrou o momento que vivia uma melhor condição financeira, quando estava empregada com carteira assinada, ela encaminhou os papéis de guarda e Pedro desistiu de morar com ela. Ela disse: “*ai quando ele quis, ai eu disse pra ele: ‘quando eu vivia bem, até demais’, eu disse pra ele, ‘tu não quis morar comigo. Agora que eu tô na situação que eu tô, tu quer vim morar comigo (Pedro)’, eu disse pra ele, né. E ele disse: ah, eu quero. E eu: ah, então tá’.*

A preocupação da tia estava centrada na saúde de Pedro. Ela demonstrava medo de que ela não pudesse atender às necessidades de Pedro de alimentação, e que ele viesse a adoecer. A preocupação iniciou com a geladeira estragada, pois os medicamentos de Pedro precisavam de refrigeração. Ela, primeiramente, pediu para deixar os remédios em uma vizinha, mas logo o marido da vizinha reclamou, dizendo “*não traz mais nada que (a geladeira) já tá cheia’.* Então, ela pediu para deixar na vizinha dos fundos, contudo ela passou a reclamar dos horários, a tia contou “*daí ela fica enchendo o saco do horário, que acorda muito cedo pra alcançar os remédios pra tomar’.* Assim, ela passou a deixar fora de refrigeração. Segundo ela, “*então eu falei com o médico, o médico disse que não era bom que os remédios dele ficasse sem... é que ele tem tipo de uma gelatina por dentro naqueles remédios, então como não tá fazendo muito calor... quando tá calor que aí de repente os remédios que ele vai tomar não fazer efeito, porque ele perdeu não sei o quê...’.*

Nos primeiros meses de reinserção, a questão da alimentação do Pedro estava em foco. Quando a assistente social fez uma visita, segundo a tia, Pedro havia pedido a ela leite e outros alimentos de que gostava, mas a assistente social disse a ele “*se tu for mesmo morar com a tua tia, tu tem que comer o que ela tiver pra dar, o que ela tiver pra dar pros teus primos tu tem que comer também, tu quis. Porque se tu quiser voltar pra casinha, há tempo*

ainda, porque ela não assinou nada ainda. Quer voltar?’ Ele disse: ‘não, não quero. Passo fome, mas eu não volto’. Eu disse ‘então tá, Pedro. Agora se tu começar a rejeitar, ficar sem comer, eu não posso ficar contigo aqui, porque tu vai cair no hospital de fraqueza. Aí eu não vou poder ficar contigo, vou ter que te mandar de volta’”. Após comentar esse episódio, ela disse: “e acontece isso aí, né, que eu sei que acontece, por causa do problema que ele tem, né, dos montes de remédios que ele toma. (...) Ele toma muito remédio. De manhã, ele toma quatro daqueles, daqueles branco e três, são sete comprimidos de uma vez só! Aqueles baita comprimido! Daí depois toma o antibiótico que ele tá tomando de oito em oito horas, né? Aí depois, de noite, ele toma mais sete e depois da meia-noite, ele toma mais um! É muito remédio, né? Eu falei desde o começo pra mulher se ele ficar só com aquele remédio, capaz até de fazer mal pro estômago, né?”. Demonstrou medo que Pedro adoecesse no seguinte trecho: “ele foi bem cuidado (no abrigo), o Pedro. Eu achei que foi bem cuidado, quando pequeno. Então (nome da pesquisadora), é por isso que eu não quero que aconteça, eu quero que ele tenha o mesmo procedimento aqui em casa, que ele não baixe o hospital. Que ele nunca fique doente”.

Por outro lado, tudo seria diferente quando Pedro estivesse ganhando o benefício dele, como se pode constatar no trecho “*eu digo pra ele que ‘quando eu pegar o teu dinheiro, eu passo no mercado e compro tudo o que tu quer. Já compro neston, já compro caixas e caixas de leite’, eu disse pra ele. ‘São as coisas que eu vou comprar pra ti. Todo o dinheiro vai ser gastado contigo. Porque até agora os meus filhos, com o que eu ganho, eles tão... dá pra eles comer e dá pra eles viver, né? E o teu dinheiro vai ser pra ti, pra ti comprar as coisas que tu quer comer’”. A tia até havia deixado de pagar as contas de casa para poder comprar leite e outros alimentos que Pedro gosta. Ela ainda comentou sobre a demora na transferência do benefício, explicando o que foi combinado com as assistentes sociais do abrigo: “a (assistente social), antes de passar pra (assistente social), ela pegou e disse assim ‘vamos fazer o quarto do Pedro’, que ‘um tanto do dinheiro é pra fazer o quarto dele, então é pra ti comprar as coisas do quarto dele, e um tanto é pra alimentação dele, que ele vai ficar lá contigo’. Aí, de repente, foi trancado o cartão, foi trancado não sei o quê, não sei o quê, com esses negócios do governo, né. Que trancou tudo, tava trancado tudo. Aí agora, o que que eu fiz, aí eu pedi pra ela trazer um leite pra ele, pelo menos um leite, uma coisa pra ele, né? A assistente social levou leite em caixa, contudo, devido a ausência de refrigeração, a caixa de leite estragava pouco tempo após aberta. Ela contou “ela trouxe aí leite em caixinha, né, trouxe uma caixa de leite. Aí eu disse pra ela que o leite do Pedro era pra ela trazer leite em pó, porque a gente abriu uma caixa de manhã e de tarde, quando a gente foi tomar, tava verde”.*

Com relação às novas amizades na comunidade, na entrevista de três meses de

desligamento, Pedro contou que tinha dois amigos que moram próximo a ele, e que realizava atividades de lazer, como jogar futebol e videogame juntos. Eles eram amigos de seu primo de 15 anos, e sempre brincavam com Pedro quando vinha visitar a tia nos feriados e férias. Estes garotos eram as pessoas que Pedro mais podia contar, mas, segundo palavras de Pedro, *“não, (eles) não são amigos, amigos,... mas eu confio neles”*. Entretanto, ele continuava não compartilhando os acontecimentos felizes e tristes de sua vida com ninguém, só consigo mesmo. Além desses garotos, Pedro afirmou conhecer *“metade da vila”* e que jogava bola com toda a *“gurizada”*. Considerava seus primos seus amigos também, saindo junto com eles e compartilhando roupas com o primo de 15 anos. Não tinha namorada e afirmou não ter curiosidade ou vontade de ter uma namorada.

Na percepção da tia, Pedro era um adolescente muito infantil. Seus comportamentos eram mais semelhantes aos de seu filho com oito anos do que com o de 15 anos. Ele brincava com o primo de oito anos, não gostava de sair a noite e nunca tinha tido namorada. Segundo a tia, *“ele é bem jeitinho de criança pra quem tem 15 anos. (...) Ele gosta de ficar brincando com o (primo de oito anos), se a gente tá aqui dentro do quarto, ele tá brincando com ele, ou ele tá brigando com o (primo de oito anos)”*. Ela explicou que, às vezes, o filho de 15 anos queria levar Pedro a uma festa. Ela primeiramente não deixava, e quando Pedro pedia, ela dizia a ele *“tem certeza que tu quer ir, Pedro? E se tu quiser voltar? E aí tu vai voltar como? Porque de repente tu não vai voltar, daí...”*. Ela concluiu *“eu não deixo ele levar, porque eu acho o Pedro muito infantil pra ele tá saindo com o (filho de 15 anos)”*. Pedro mesmo, muitas vezes, desistia de ir, preferindo ficar em casa jogando videogame. Certa vez, sua prima descobriu que Pedro nunca havia beijado uma garota, e isso virou motivo de risada na casa. A prima dizia a ele que iria pagar uma menina para beijá-lo, e ele ficou chateado e constrangido com os comentários da prima. Segundo a tia, Pedro respondia: *“‘eu não quero ninguém!’ Ela (prima): ‘mas tu não acha as gurias bonitas, as gurias do colégio, tu não acha bonita Pedro?’ ‘Não, eu não acho ninguém bonito’. Aí a ela (prima) começou a gozar com os amigos dele, aí vamos ver quando tu começar a ganhá, né. (...) E ele: ‘deixa eu dormir que amanhã eu tenho colégio!’ Aí ela (prima) ficou falando: ‘mas não Pedro, eu vou pagar alguém pra ficar contigo’”*. A tia, nesse momento, disse para eles: *“‘Não (nome da prima), é dele (nome da prima). A hora que ele acha deve... Não vê o (nome do primo de 17 anos), quando é que tu viu ele com guria? Nunca. Ele tá com 17 anos e até agora não me trouxe ninguém. O (primo de 15 anos) eu já conheci uma, agora eu já conheço outra... cada um é diferente’”*.

Além do desinteresse de Pedro por festas e namorada, sua tia contou que ele tem um jeito muito parado e sem atitude, e isso lhe trazia preocupação. Segundo suas palavras, *“ele é*

parado demais. (...) Aí eu digo, a única coisa que eu digo pra ele é: 'Pedro, nem tudo tu precisa aceitar, se tu achar que tu tem que responder alguma coisa pra uma pessoa, dizer ou falar, eu quero que tu fale', eu disse pra ele. 'Nem tudo, que nem tudo a tia aceita. Se eu achar que eu tô certa e a pessoa tá errada, eu vou falar. E eu quero que seja assim. Eu não quero que tu seja assim como tu é, que todo mundo que chega e fala alguma coisa pra ti, tu fica quieto, mesmo assim com os meus filhos, eu quero que tu responda'". Assim, a tia completou "eu quero que ele, que ele se acorde entendeu pra vida, que eu acho ele muito parado, entendeu". Pedro também precisava de supervisão constantemente, sua tia tinha que avisá-lo sobre os horários da medicação, acordá-lo pela manhã para ir à escola, mandá-lo tomar banho, entre outras coisas. Segundo a tia, ele é um "guri bom de lidar", mas "às vezes a gente briga porque ele é muito parado... Tem dizer pra ele: 'Pedro, tomou teu remédio? Pedro tá na hora de toma teu remédio. Pedro, vai tomar banho Pedro. (...) Já tomou banho Pedro?' 'Não tia'. 'Vai tomar banho Pedro'. Se tu deixar ele dorme sem banho, porque eu tem que ta sempre em cima. A única coisa que tem no Pedro é só isso aí, tem que tá em cima dele porque ele esquece. Ele simplesmente esquece. Ontem, foi ontem que ele não tomou o remédio das duas horas, que ele tá tomando um antibiótico, né, que é pro peito, se eu não avisar ele, ele não toma". A supervisão era necessária, inclusive, para o adolescente acordar para ir à escola, visto que, por algumas vezes, a tia saiu mais cedo e Pedro não acordou, perdendo a aula desses dias.

Aos três meses de desligamento institucional, e cerca de dois meses de aulas escolares, Pedro ainda não tinha se adaptado bem à nova escola, não tinha feito novos amigos e estava com baixo desempenho escolar. Ele mudou para uma escola da comunidade, bem próxima de sua casa, depois de estudar sempre em uma única escola, próxima ao abrigo. Pedro sobre sua adaptação à nova escola, contou: "*só agora que tô me adaptando com o colégio, mas é uma dificuldade, né, ainda não me adaptei com todo mundo. (...) Não converso com quase ninguém. O ruim é que eu já vou me formar nesse ano, e até agora sem conversar com ninguém quase na metade do ano. (...) Não é gostar, é que eu não converso com eles". Segundo Pedro, ele tinha vergonha de conversar com os colegas, e no recreio, ficava com os amigos da vizinhança que também estudavam nessa mesma escola. Ele lembrou a antiga escola, onde estudou desde a infância e lá conversava com todos. Contudo, Pedro disse que não sentia falta da antiga escola e nem dos colegas, pois eram "*amizades passageiras*".*

Sua tia também sabia que Pedro ainda não tinha amigos na escola e demonstrou preocupação. Além disso, a tia estava preocupada com o desempenho escolar de Pedro e sua falta de engajamento na escola. Ela contou que, dificilmente, Pedro fazia tarefas ou trabalhos escolares em casa, e lembrou que, quando sua filha estava na 8ª série, ela constantemente

tinha tarefas e trabalhos escolares. Ela disse: *“agora ele não tem, ele não tem tido... até tenho que ir lá. (...) Eu vou ir no colégio que eu quero saber, que o Pedro não faz trabalho, o Pedro não pega os cadernos, entendeu. Ele nunca tem trabalho que o (filho de 17 anos) diz que a 8ª série dá muito trabalho pra fazer em casa, e ele não faz, ele não tem feito nada. (...) Mas ele não traz nada pra fazer em casa. Que eu acho que a 8ª série, que eu me lembre que a (filha de 25 anos) fez, né... Ela ficava sempre fazendo trabalho. E o Pedro não faz nada, bom, apesar que de repente é porque é o começo ainda, né.”* Ela comentou que precisava ir à escola conversar com um professor que havia mandado um bilhete para ela, dizendo que Pedro não fazia as atividades propostas na aula. Segundo a tia, Pedro já havia tido prova, contudo suspeitava que ele não tivesse tirado notas boas. Segundo ela, *“ele já teve uma prova, daí eu perguntei pra ele: ‘Pedro, como é que tu te saiu na prova?’ ‘Ai não sei, tia’. ‘Não, toda pessoa sabe, tu deve ter um colega na tua turma que já fez a oitava série, se tu fizer uma prova tu vai saber se tu te saiu bem ou se não saiu bem, ou mais ou menos, porque se tu vai fazer uma prova tu vai acertar umas coisas, outras tu não vai acertar. Isso aqui eu sei responder, isso aqui eu sei, isso aqui eu não sei... Tá, e tu soube responder todas as perguntas que tinha na prova?’ ‘Ai, algumas eu deixei em branco’. E eu disse: ‘então tu não soube fazer a prova, tu não foi bem nessa prova’”*. A tia então avisou Pedro quais seriam suas atitudes caso ele tirasse notas baixas: *“aí eu disse pra ele assim: ‘eu só tenho uma coisa pra te dizer: se tu tirar vermelho, qualquer uma das matérias, nesse meio tempo tu não vai mais jogar videogame, tu não vai mais jogar ele no fim-de-semana, tu vai chegar do colégio, tu vai dormir, se tu quiser dormir um pouquinho, tu vai se acordar e vai estudar, tu vai recuperar essa, essa matéria. Se tu não recuperar Pedro, enquanto tu não recuperar, tu não vai poder sair de casa. Vai ser assim’”*. Segundo a tia, Pedro garantiu que não iria tirar notas baixas. Pedro também era desligado com seu material escolar, muitas vezes, não sabia onde havia deixado os cadernos e o estojo, e também tendo já perdido seu material. Sua tia contou: *“a única ajuda que ele me pergunta é: ‘onde é que tá (material da escola)?’ ‘Mas eu não tenho meia?’ Não, porque às vezes ele pergunta da meia, ele pega o material dele e pergunta onde é que tá. Daí eu já disse pra ele: ‘Pedro, quem estuda é tu, quem tem que guardar é tu’. Segunda-feira é o dia que ele vai procurando o, o caderno, o estojo, onde é que fica o estojo, ai, cadê o estojo dele, né”*. Assim, ela recomendou a Pedro *“eu vou fazer o seguinte: segunda, domingo tu pega a roupinha, tu pega as tuas roupas, tu pega teus cadernos, a mochila, o que que tem dentro, o que que não tem dentro. Que chegue segunda-feira de manhã e tu esteja bem arrumado pro teu colégio. Então eu quero que ele seja assim, (nome da pesquisadora)”*. Ela referiu-se à dependência que Pedro tem com ela, precisando sempre da sua ajuda para escolher a roupa que irá vestir, encontrar o material

escolar, até receber a comida nas mãos.

A tia de Pedro contou que o adolescente tinha pouca iniciativa e estava constantemente solicitando-a. Muitas vezes, ela acaba fazendo o que ele pede, mas julga que está errada, como pode ser constatado no seguinte trecho: *“eu trago a comida dele aqui, tá sentado aqui, eu trago aqui. Aí ele chama: ‘tia’. ‘Que tu quer Pedro?’ ‘Me traz uma faca pra mim. Ô tia!’ ‘Que tu quer Pedro?’ ‘Me traz água, eu quero tomar uma água’.* Às vezes eu até trago uma faca pra ele, mas o (companheiro da tia) diz assim: (nome da tia) não pode ser assim. Tem que pegar e, aí o (companheiro da tia) diz assim: *‘Tu quer uma faca Pedro? Te levanta e vai lá pegar. Larga teu prato aqui e vai lá e pega a faca’.* Aí essa hora ele vai lá e diz pra ele: *‘a tua tia é tua tia, ela não é tua empregada. Então vocês têm que aprender a se virar sozinhos, não vê os teus primos chega ali, porque no abrigo até comida tem, não precisa ligar o fogão’*”. Algumas atividades cotidianas, Pedro já estava aprendendo, contudo, exigindo muito esforço por parte da tia. Ele não sabia ligar o fogão para esquentar sua comida, e que, algumas vezes, ele não almoçou porque não tinha ninguém para aquecer o almoço para ele, como ela contou: *“um dia quando ele mudou pra cá, em seguida, eu tinha que trabalhar, o (companheiro) não tava aí, né, ele, eu cheguei era 5 horas da tarde: ‘Ô Pedro, tu almoçou?’ ‘Não, tia’. ‘Por que tu não almoçou Pedro?’ ‘Não tinha ninguém pra esquentar comida pra mim. Eu não sei ligar o fogão, tia’. Eu disse: ‘Pedro, eu não acredito’*”. Para que ele pudesse acender o fogo do fogão, ela havia comprado um acendedor. Ela contou, também, uma situação em que o ensinou a fritar um ovo: *“um dia eu fiz ele fazer um ovo frito, eu disse: ‘tu vai fazer um ovo frito pra ti hoje, tu quer um ovo?’ ‘Quero, tia’. ‘Então tu vai fritar’.* Mas (nome da pesquisadora), me arrependi. Eu tinha lavado o chão, tava bem limpinho, aí acho que ele foi botar o ovo na geladeira, na frigideira, ele virou azeite pelo chão, por cima do fogão... Ele não sabe nem fritar um ovo, mas eu disse pra ele que ele vai aprender...”

A tia de Pedro demonstrou ter ciência que o adolescente precisava aprender a manejar as situações comuns do cotidiano. Ele precisava aprender a ligar o fogão, fritar um ovo, como foi descrito anteriormente, mas precisava saber fazer compras no armazém, cuidar da higiene pessoal e combinar suas roupas também. Ela contou que uma vez ela pediu a ele para comprar café, açúcar, entre outras coisas, e Pedro trouxe um vidro do café mais caro do armazém. A tia teve que trocar o café mais caro por outro mais barato e pegar outras mercadorias, porque o armazém não devolvia o dinheiro. Ela contou que o seu companheiro comentou: *“‘ah, esse guri é boca aberta, esse guri é isso, esse guri é aquilo, não sei o quê, não sei o quê’*”. Mas a tia disse: *“‘ele nunca foi em armazém, lá as coisas vinham pra ele, vinham na mão as coisas pra ele. Comida era na mão: ‘ó, fizeram, ó Pedro, vai lá e te serve’. Ou elas vinham e*

serviam, então ele não tá acostumado a comprar, ele não sabe ver preço de nada, né' ”. Ela ainda comentou “esses dias eu mandei ele comprar uma alface, aí tinha uma alface crespa por 0,70 e tinha o alface lisa de 1,60; ele trouxe o alface de 1,60. Tá, então ele não sabe ver as coisas, né. (...). Aí eu disse pra ele: ‘Pedro, não pode fazer assim. Tu tem que ver o preço das coisas, né’. Aí eu fui com ele depois no armazém, depois no outro dia, aí eu disse assim: essa alface aqui é 0,60; eu vou comprar esse aqui que pra mim, pra nós é mais barato Pedro. E é a mesma alface, só que essa aqui é lisa e aquela ali é crespa. A gente tem que comprar o que, se tu ver as mesmas coisas que uma é mais barata e a outra, mais cara, tu vai comprar o mais barato” e “quando eu vou no armazém, eu levo ele comigo. Quando eu vou fazer umas compras, eu levo ele comigo. Eu mostro pra ele as coisas... ‘ah tia vamos levar isso?’ ‘Não Pedro, primeiro vamos levar o essencial. O essencial que é o arroz, feijão, massa, se sobra eu compro. Se não sobra a gente não compra. É assim, né. Se sobrar eu te dou dinheiro”. Segundo ela, só assim, com explicação e paciência, ele iria aprender. Ela contou outra situação que indicava que Pedro tinha aprendido a lição: *“um dia, eu mandei ele comprar arroz, ele foi e disse; ‘ai tia, eu peguei esse aqui que tá em oferta hoje, é um real’. Eu digo: ‘ah, tá aprendendo então”*. Ela contou que a sua filha pediu para ele ir no armazém, e queria que ele escrevesse num papel, mas a tia disse: *“o Pedro precisa escrever? Não, o Pedro não vai precisar escrever. Tu sabe como fazer Pedro? É 1,50 de pão e um leite integral pra dar pra nenê. Tu não sabe isso Pedro?” “Eu sei tia”. ‘Então tá, então vai’. A (filha) queria que ele escrevesse, mas não tem que escrever. ‘Vocês têm que dar um voto de confiança pro guri, pro guri ir aprendendo”*.

A tia também contou que Pedro não tem hábito de usar perfume, desodorante, arrumar-se com cuidado para ir para a escola, e nem combinar roupas. Ela disse que ele não gostava de colocar perfume, e até esquecia-se de usar desodorante. Ela disse que, às vezes, ele sai com uma calça e moletom totalmente diferentes, ou mesmo, com a roupa amassada. Segundo suas palavras, *“é que ele não sabe se vestir. Às vezes eu mando ele tirar a camiseta que ele tá ou a calça, que ta amassada. Eu dobro tudo direitinho, pode olhar a roupa dele ali (...) quando a gente vai ver... Que ele não sabe combinar uma roupa (nome da pesquisadora). Não. Ele não sabe combinar uma roupa com a outra, então isso aí tudo eu vou ter que ensinar”*.

Na visita realizada aos cinco meses de desligamento, segundo registros realizados no diário de campo, Pedro estava apresentando desempenho escolar insatisfatório. Através da *inserção ecológica*, foi possível perceber, que na percepção do adolescente que ele estava bem adaptado e satisfeito com sua vida, não se preocupando muito com suas notas na escola.

Aos seis meses de desligamento institucional, Pedro continuava com baixo rendimento

escolar e poucos amigos na turma. Afirmou que pretendia estudar mais e pedir ajuda para sua prima, que estudou até o segundo grau. Segundo o adolescente, ele era “*meio lerdo*” para se acostumar a um lugar novo, como quando ele trocou de “*casinha*”, demorando a se adaptar a nova casa. Ainda tinha dificuldade de acordar pela manhã, ficando com mau-humor e permanecendo bastante quieto na aula nos primeiros dois períodos de aula, como pode ser constatado no trecho “*é por causa disso (sono), tem um pouquinho disso também. Porque às vezes eu acordo com mau humor, e eu com mau humor já não consigo me enturmar*”. Mas logo ele ficava “*ligado*”. Em sua opinião, seus professores são legais, mas também ele não tinha o costume de conversar com eles.

Com relação à família, ele contou que tinha bom relacionamento com todos, tendo, esporadicamente, desentendimentos com os primos, mas nada sério: “*normal, de família*”. Sua tia estava recebendo o benefício social de Pedro, através da assistente social do abrigo, mas ainda não era a responsável pelo seu cartão. Com esse recurso, ela pôde comprar a maioria dos alimentos, objetos e roupas que ele queria. Por exemplo, ela tinha contratado um leiteiro para levar, periodicamente, leite para Pedro e sua família. Ele contou que não tinha problemas com a alimentação, que existiam alguns tipos de comida que ainda não gostava, como polenta, mas que sempre come arroz e feijão e, normalmente, o problema é que come demais e sua tia tem que dizer “*não vai parar de comer, Pedro?*”.

Pedro comentou sobre uma diferença entre o abrigo e sua família com relação à horários de alimentação e supervisão de sua medicação. Ele disse que, no abrigo, às 22 horas, ele já havia jantado e estava indo dormir, e a meia-noite, alguém o chamava para tomar a medicação, sem acordá-lo. Na casa da tia, às 22hs ele está começando a jantar, e por isso vai dormir mais tarde e tem que esperar o horário da última medicação. Segundo sua opinião: “*aqui é ruim que aqui eu, não é que nem lá, eu dormia lá era umas dez horas. Aqui eu tô jantando dez horas. Lá eu já tava de tudo, comida e tudo pronto. Porque eu não tomava. Eles me davam a medicação. Acho que eles botavam meia-noite esse horário, por causa que eu já tava dormindo (...) eles pegavam, me cutucavam, me acordavam um pouquinho, me davam o remédio, eu tomava e já tava dormindo. Porque o remédio tem que ficar uma hora antes e uma hora depois em jejum. Eles escolheram esse horário porque eu já tava dormindo...*”.

Aos oito meses de desligamento, a tia de Pedro estava preocupada e chateada com o novo comportamento do adolescente. Ela contou que ele estava desobediente. Quando ela pedia para ele realizar alguma tarefa, ou mesmo, quando pedia para ele voltar para casa em tal horário, Pedro não a obedecia. Certa vez, ele disse que, quando fizesse 18 anos, ele iria embora da casa da tia e morar sozinho. Esta nova postura de Pedro estava deixando-a preocupada, sendo percebida como uma rejeição. Quando Pedro foi questionado sobre seu

comportamento, ele afirmou que era brincadeira.

Aos nove meses de desligamento institucional, Pedro estava com seu desempenho escolar ainda pior do que antes, com muitas notas vermelhas. Estava certo que não passaria de ano escolar. Além disso, ele também não tinha feito amigos em sua turma. Atribuía o seu baixo desempenho a sua falta de dedicação e estudo, e também ao sono que sentia pela manhã. Estava planejando, no próximo ano, estudar à noite, assim poderia dormir pela manhã, fazer suas atividades pela tarde. Seus melhores amigos, segundo o adolescente, também estavam indo mal na escola e iriam repetir o ano. A tia de Pedro demonstrava indignação quanto ao desempenho escolar de Pedro, dizendo que ele estava muito fraco, não tinha aprendido nada na escola, iria repetir o ano escolar e que mesmo tendo restringido as atividades de lazer do adolescente, ele não se dedicou. Ela tinha conversado com o coordenador da escola e alguns professores de Pedro. O coordenador sugeriu que Pedro fosse matriculado, no próximo ano, na turma noturna, junto com o primo de 15 anos, para que ele se desenvolvesse mais. Contudo, a tia estava receosa com essa sugestão, disse *“eu não sei. É, o coordenador dali disse que era melhor botar ele à noite junto com o (primo de 15 anos), pra ver se ele... Ah, eu não sei. Eu acho o Pedro muito infantil pra ta estudando de noite. Que a gurizada da noite, né, é mais... Que eu já conheço todo mundo daqui... Que o coordenador, vice do colégio disse pra ver o que ele tem porque ele não faz amizade, não fez amizade no colégio. Ele não se dá com ninguém, ele no... no... recreio diz que ele fica sentado ou vai caminhar sozinho pra lá e pra cá”*. Segundo a tia, nem os amigos da vizinhança conversavam com Pedro nos intervalos. Ele ficava sozinho o tempo inteiro. Em conversa com outros professores do Pedro, ela soube que ele era bem-querido por eles, mas também considerado pouco engajado e muito “fraco”, como pode ser constatado no trecho a seguir: *“aí eles dizem que ele é um bom aluno. Aí o professor de português até disse pra mim assim, só a única coisa que ele tá tendo um pouco de dificuldade, mas isso aí, ele tem um pouco, ele tem que perguntar na aula. Se ele não entendeu, ele tem que perguntar. Mas ele não fala nada, ele não pergunta nada. Sabe ele é daqueles que senta na classe e copia aquilo lá que tá no quadro, e se ele não entendeu ele não procura entender, chamar o professor. ‘Por que tu não pergunta pro professor?’ ‘Eu não gosto’. É que ele não gosta de perguntar. Eu disse: ‘então tu não vai saber nada’, eu disse pra ele assim. ‘Tu não gosta de perguntar. Tu tem que perguntar Pedro’. Só não é que ele não gosta, ele fica com vergonha. Ele fica com vergonha de perguntar. Ele não gosta... Que ele falta à aula que ele tem que sair às vezes, né, ele não tem ninguém pra pedir o caderno. Eu digo pra ele: Pedro, pede pra um colega o caderno emprestado Pedro. Ele não pede”*. Caso ele não seja matriculado na turma noturna, no ano seguinte, a tia de Pedro pensava em outra alternativa para enturmar Pedro e fazê-lo

acompanhar mais as aulas. Seu filho de 15 anos namorava uma menina que tinha sido aprovada para a 8ª série, então, Pedro e ela poderiam ser colegas e assim, ele não perderia mais matéria de aula quando faltasse por algum motivo, e também teria uma companhia na sala. Ela acreditava que *“no ano que vem, de repente, se ele fica de manhã, de repente, pode ser que eles peguem junto, né. Tô rezando que isso aconteça. Porque tem uma pessoa que eu conheço pra ajudar ele. E aí eu posso pedir o caderno dela, alguma coisa, né. Pra copiar as matérias”*.

Em casa, a tia estabeleceu algumas regras com Pedro: o videogame estava guardado e o tempo de lazer na vizinhança foi restrito, como pode ser constatado no trecho: *“o Pedro não quer estudar. Eu fiz uma coisa com ele, que ele até pode jogar bola, primeiro eu tinha proibido ele de jogar bola de tarde com a gurizada na frente de casa, mas agora eu fiz com ele assim: ele fica duas horas todos os dias depois que ele chegar do colégio, se ele quiser dormir, ele dorme, depois ele estuda duas horas, três horas, depois vai brincar. (...) O videogame tá até guardado”*. Ela também tinha planos de matriculá-lo em um curso de informática completo, de dois a três anos de duração, para que ele possa trabalhar futuramente. Segundo ela, Pedro reclamou sobre a longa duração do curso, mas aceitou fazer. Assim que ele terminasse o curso, ela compraria um computador para ele poder trabalhar.

A idéia de que Pedro era muito infantil e imaturo para a idade era reforçada constantemente pela tia. Ela não acreditava que ele era capaz de trabalhar, tal como seu filho de 15 anos, então deveria estudar, devido a sua imaturidade: *“ele não lava a louça, a cama dele ele arruma assim, do jeito que tá aí. Ele vem aqui e ele nem estendeu o de baixo, ele estendeu a colcha por cima. Entendeu (nome da pesquisadora)? Só que seja mais tarde que ele atine alguma coisa, mas agora no momento não sei. Tomara que sim, né?”*. Pedro tinha interesse em jogar bola, jogar videogame, ir na *lan house* navegar na internet e jogar jogos *online* e comer. Segundo ela, *“ele só quer comer. Ele só pensar em comer. ‘Tia eu quero comer isso, tia eu quero comer aquilo, tia eu não sei o quê...’ Ele só pensa em comer! Só o que ele pensa, só comer. Só quer comer. Aí um dia desses eu disse pra ele ‘Pedro, tu não tá na casinha, né’. Aí ele disse ‘Ah, na casinha eu comia isso, comia aquilo’. Nem sempre eu posso comprar tudo o que tu tinha na casinha. Porque lá eles tinham, né, aqui eu tenho que esperar até o próximo mês pra comprar de novo”*. E mesmo sem receber o benefício social dele, que a assistente social trazia todo mês, mas nesse momento, não estava mais trazendo, a tia comprava o leite, o neston, as frutas e verduras que Pedro comia. Ela fazia isso porque tinha a percepção que Pedro necessitava dos alimentos, por causa de sua doença e seu tratamento. Ele até tinha engordado nos últimos meses. Ao mesmo tempo em que a tia não queria deixar faltar nada que o Pedro quisesse comer, especialmente o leite, ela também não

queria que ele gastasse todo o seu benefício com comida, especialmente, com a compra de alimentos caros, como neston. Ela também deixava claro que ela mantinha a alimentação dos filhos com seu próprio dinheiro, mas que, muitas vezes, usava seu dinheiro para manter a alimentação de Pedro. Segundo suas palavras, *“ele tem que tá bem alimentado. Tem que tomar com leite, principalmente com leite. Ontem eu peguei meu dinheiro e comprei duas caixas pra ele de leite. (...) Não tem todo o dia, né, mas quando eu tenho dinheiro eu trago. E eu tô esperando a (assistente social) pra ver o dinheiro pra ver se eu compro, se eu faço um rancho grande pra ver se não falta nada pra ele comer. O que eu não quero é que ele gaste o dinheiro todo dele com neston... A minha parte do gasto dos meus filhos, eu quero comprar”*.

Ela também tinha a percepção de que Pedro não se vinculava afetivamente a ninguém, visto que, no episódio da visita ao abrigo, ele negou-se a visitar a casinha onde morou desde e as pessoas que tinham o cuidado. Contudo, com relação a ela, Pedro demonstrava apego em pequenos gestos, como se oferecer constantemente para comprar aparelhos domésticos para a família, como máquina de lavar roupas e microondas e, quando eles saíam para o centro da cidade, Pedro estava sempre próximo a ela. Segundo ela, *“comigo ele até... Se ele sai na rua comigo ele quer pegar na mão ou passa o braço por cima de mim no ombro. Aí até eu disse pra ele um dia que a gente saiu e tava calor: ‘Pedro pelo amor de Deus, tá calor, tira o braço de cima de mim, tu tá de moletom, então tira esse moletom’. E ele: ‘Ah tia!’ Eu disse pra ele: ‘então tira esse moletom’. Ou ele bota a mão na minha perna ou ele pega no meu braço, entendeu? Porque eu chego em casa, ele tá toda hora, ‘tia, ô tia!’ Quando ele me vê, quando eu chego assim da rua e entro no portão assim: ‘Tu tá aí tia!’ Então é toda a hora me chamando ‘tia, não sei o quê, não sei o quê’”* e *“ele quer comprar uma máquina de lavar roupa, porque desde que estragaram essa máquina, tem que lavar roupa no tanque. Ele diz: ‘não tia, eu vou comprar uma máquina pra ti’”*.

Pedro ainda não relatava conflitos vivenciados com seus familiares, mas passou a relatar alguns descontentamentos que antes não existiam. Contou que não conseguia dormir mais cedo porque a luz do corredor ficava acesa, refletindo em seu rosto. Seus primos, com quem dividia seus quarto, dormiam somente com essa luz acesa, e Pedro não gostava, mas até então, isto nunca tinha sido relatado como um problema. Por outro lado, reforçou sua percepção de que seu lugar era na família e estava sentindo-se cada vez mais pertencente à família e à comunidade que vivia. Durante um passeio pela vila, Pedro mostrou os principais lugares que freqüentava na vila, entre eles a *lan house*, o armazém, a sua escola, entre outros, e contou histórias que já tinha vivido por aqueles lugares.

Aos nove meses de desligamento, a tia de Pedro tinha uma percepção diferente do sobrinho. Segundo ela, ele estava tendo comportamento egoísta e desafiador, não querendo

dividir os alimentos e objetos comprados com seu dinheiro e, também, não a obedecendo. Segundo a tia, Pedro dizia *“eu vou comprar pra mim com a minha grana”*. Ela completou, dizendo *“aí eu acho que não poderia ser assim. Eu não quero que ele seja assim. Porque nenhum deles, por mais que os primos dele tenham idéia que ele é doente, os primos dele nunca...”*. A tia referia-se ao fato de que seus filhos não tratavam Pedro de forma diferente, ou recusavam alimento a ele, pois eles não eram assim. Por isso, esta postura de Pedro chateava-a. Segundo suas palavras, *“porque toda a vida eu procurei ele, desde que ele tá lá, que ele foi pra lá. Eu buscava ele, passava o Natal. O que eu comprava pros meus filhos, eu comprava pra ele, se eu comprava uma roupa, eu comprava pros meus filhos passa o Natal e outra peça pra passar o fim de ano, pra ele também. (...) (o comportamento dele) me surpreendeu, né. Daí um tempo ele muda. Eu tenho quase certeza que muda, aí agora ele disse pra mim que queria que eu pegasse um dinheiro lá, que a minha máquina tá estragada, aí ele quer comprar uma máquina pra mim”*. Ao mesmo tempo em que Pedro demonstrava egoísmo, querendo consumir os alimentos sem compartilhá-los, ameaçava ir embora aos 18 anos e pedia dinheiro à tia para gastar na *“lan house”*, ele se oferecia para comprar uma máquina de lavar roupas para a tia, pois a sua estava estragada, e ela passou a lavar as roupas no tanque. Contudo, a tia negava-se a usar o dinheiro de Pedro, afirmando que iria utilizá-lo somente para comprar coisas para ele e também que a prioridade era guardar para seu futuro.

Através das anotações no diário de campo e da *inserção ecológica*, pôde-se perceber um sentimento de decepção e frustração da tia paterna com relação à postura da assistente social de não transferir e repassar o benefício social do adolescente a ela. Considerando a instituição, parecia que a morosidade nessa transferência estava mais relacionada à crença de que o adolescente poderia não permanecer por muito tempo com a tia e à falta de confiança na mesma, do que à burocracia, motivo atribuído como origem do problema.

Quando ao seu futuro, Pedro planejava fazer faculdade de veterinária, ter uma casa pequena, de tijolo e se fosse casado, morar somente com a esposa e filhos. Ainda não tinha namorada, mas planejava ter uma família. Além disso, não planejava levar seus familiares para sua casa. Contou que seu maior sonho era ter um carro, mas para isso teria que guardar seu dinheiro, o qual parte usaria para pagar a faculdade e a outra parte, comprar um carro. Contudo, Pedro não compartilhava seus sonhos com ninguém.

Aos 18 meses de desligamento institucional, Pedro afirmou estar bem e feliz com sua vida. A preocupação de sua tia quanto ao seu desinteresse nos estudos continuava ainda mais forte visto que Pedro foi reprovado na escola. Estava estudando pela manhã, e sua tia não havia conseguido o curso de informática para Pedro. Além disso, mudanças na configuração familiar ocorreram: a tia se separou de seu companheiro, o qual não morava mais com a

família, e o filho de 17 anos, que estava na FASE, havia voltado para a família. Segundo Pedro, a convivência familiar estava boa e ele estava satisfeito.

Caso 3: Raquel

Raquel foi reinserida na casa de sua mãe e irmãos de criação, sendo esta a responsável pela família. Foram realizadas visitas domiciliares e Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) com Raquel e sua mãe de criação, e conversas informais com seus irmãos de criação. Três visitas domiciliares foram realizadas ao longo de cinco meses de acompanhamento, e as entrevistas foram realizadas com a adolescente e com sua mãe de criação somente aos três meses de desligamento institucional, visto que ela já tinha sido reabrigada na segunda etapa de coleta. A coleta de dados foi realizada na residência da adolescente.

Raquel tinha 12 anos e cursava a 7ª série do Ensino Fundamental. Era primogênita e conhecia apenas uma irmã de 11 anos, apesar de ter outros irmãos por parte de mãe. Foi abrigada pela primeira vez, juntamente com a irmã, quando tinha cerca cinco anos de idade, por motivo de negligência por parte dos pais, permanecendo, alguns meses, institucionalizada. Sua mãe biológica era “prostituta”, falecendo alguns anos depois; e seu pai biológico não mantinha contato com as filhas.

Em concordância com a família de origem das meninas, uma amiga da família paterna de Raquel, motivada pelo desejo de ter filhas, procurou o desabrigamento das irmãs. Ela era mãe de três meninos e separada do pai deles, devido a problemas de alcoolismo do mesmo. Apenas os dois filhos mais novos moravam com ela nesse momento, e o mais velho, morava com a família paterna, o que não durou por muito tempo. Ela era amiga próxima da avó de Raquel, e sempre conversavam sobre o fato da mãe de criação ter filhos e desejar tanto ter duas filhas. Ela disse: *“assim, eu sempre tive o sonho de ter menina, sabe... daí eu tentei por duas vezes veio menino, daí, bom, eu já tô velha, não posso mais tentar. Aí, e eu sempre brincava com a avó dela, sabe, que a gente se criou junto, né, eu sempre brincava, diz ela assim: ‘ah, agora eu tenho uma guriazinha, ah agora eu tenho uma guriazinha, me deixaram uma guriazinha aí’, daí eu dizia pra ela assim: ‘ah, tu é sortuda! Eu que quero não tenho’. Eu sempre brincava assim, sabe? Adotar duas ao mesmo tempo, mas aquele jeito era só brincadeira, sabe, aí até um dia ela disse pra mim ‘tu vai pegar as duas?’, ‘eu vou’, ‘ah, mas tu sempre disse que ia pegar duas’, eu disse ‘é, eu sempre disse que ia pegar duas’. Daí então eu achei que aquilo ali era uma oportunidade, sabe. Eu disse ‘ah, vou arriscar!’”*. A mãe de criação foi em busca da guarda de Raquel e sua irmã. Ela e um tio paterno fingiram ter um

relacionamento estável frente ao Sistema de Justiça, a fim de justificar o interesse pelas garotas. Ela nunca tinha visto as meninas antes, mas acreditou que não podia perder a oportunidade de ter duas filhas. Ela contou: *“tá, daí eu comecei a fazer visitas, domingo, né. Eu trabalhava de segunda à sábado, aí a mãe fazia o serviço pra mim no domingo e eu ia lá pro abrigo, passava a manhã inteira lá no abrigo com elas, saía de casa às seis horas, às vezes ia eu e o (filho de 16 anos), às vezes ia eu e o (outro filho de 18 anos), às vezes ia eu, o (filho de 16 anos), o (outro filho de 18 anos), o tio dela também ia, feriado... Às vezes eu saía também mais cedo do serviço, né, na tarde, era horário de verão, ia lá. Daí lá a gente foi tendo uma convivência, assim, né. Ah, a gente começou em outubro..., é, até dezembro, mais ou menos, a gente, todo o domingo era sagrado, eu ia pra lá, domingo, feriado, eu saía mais cedinho e ia pra lá, ficava lá com elas, porque é uma viagem daqui até lá, né. Daí eu fiz várias entrevistas com a assistente social lá no Fórum Central, ah... eu dizia que era tia, né, sempre me apresentei como tia delas, né, eu não podia voltar atrás, né, sempre me apresentei como tia. Aí, eu, o tio delas, né, a gente passou por várias entrevistas, né, a gente levou comprovante de renda, tudo... daí um dia, eu tava no trabalho, né, mas eu sempre entrava em contato, assim, ‘há possibilidade de eu ter as meninas, ou não?’ Ela sempre dizia assim: ‘as entrevistas são ótimas, e tu é uma tia maravilhosa, por tudo que tu tá fazendo por elas, querer assumir duas, né, com mais dois, separada, né...’ Eu nunca escondi que eu era separada, nunca escondi das minhas dificuldades também”.*

O processo de guarda foi rápido, segundo a mãe de criação *“daí foi questão assim de meses, né. Eu entrei em outubro e em dezembro eu já tava com elas. Aí depois de um tempo, acho que... não sei se um ano... ou meses, eu não lembro bem... Aí a assistente social lá do abrigo veio aqui, pra ver como é que tavam. Aí depois veio a do juiz, pra ver como é que elas tavam”.* Ela contou que a equipe técnica do Juizado da Infância e Juventude e do abrigo sempre a exaltava e a elogiava pelo fato dela estar assumindo duas meninas que não eram suas familiares, ainda mais pelas suas condições financeiras. Segundo ela, *“mas sempre, tanto lá no abrigo como no fórum, eles sempre me botaram lá em cima, assim, sabe. Ah, como é que elas disseram, assim... Que elas tinham orgulho de mim, né, pela minha coragem, né, por tudo que eu tinha feito pelas meninas, que não eram nada minhas, né. Apenas sobrinhas, por causa do tio, né, mas na verdade não são nada, né”.*

Quando a guarda de Raquel e sua irmã saiu, ela foi avisada por um funcionário do fórum. Sentiu-se muito feliz com a notícia. Ela lembrou a tristeza que sentia quando, após visitá-las, voltava chorando para casa: *“ai, eu fiquei feliz, né! Bah, meu Deus, fiquei numa felicidade (quando recebeu a notícia da guarda)... Mas quando a gente começou a entrevistar, quando a gente começou a fazer entrevista pra lá, eu sempre vinha chorando de*

lá, eu chorava muito, eu chorava muito, muito, muito, muito, muito!”. Antes que desse tempo da assistente social do abrigo receber a notificação, a mãe de criação já estava lá solicitando a saída das meninas do abrigo. Ela contou: *“daí, quando saiu a guarda das meninas, aí eu liguei direto, mas liguei na mesma hora pro abrigo e falei, né, daí ela disse, ‘ah, mas não passaram nada pra nós’, eu disse, ‘mas eu acabei de saber’, eu disse, né... daí, ah, eu já queria tomar conta, né! Aí eu fui lá no abrigo, né, daí me apresentei lá, né. Eu já tinha uma atividade bastante comunicativa lá, né. Daí eu disse pra ela, daí tinha outra assistente social lá, não era essa aí. Daí eu marquei, né, pra mim pegar elas no final de semana, pra elas vim conhecer a casa, tudo, né, conhecer aonde elas iam morar. Daí tá, elas passaram o final de semana, eu peguei na terça, tinha horário pra devolver. Daí eu fui lá, peguei elas, fui convidada pra almoçar, aí tive entrevista com elas lá, com, como é que se diz, com os monitores... Eles passaram pra mim o que elas gostavam, o que não gostavam... como era, como é que não era... daí eu disse... ‘tudo bem, eu vou ficar’. (...) Aí passou um fim de semana daí, eu fui lá pra pegar elas, aí...”*. A mãe de criação contou, ainda, que nesse primeiro fim-de-semana, ela comprou todo tipo de roupa que as meninas precisavam, como pode ser constatado no trecho *“eu fui numa loja que tem aqui na avenida, que elas não tinham nada, né. Aí fiz um enxoval completo delas, né... tudo, tudo... comprei tudo, tudo... levei elas pra escolher, né... a maior burrada que a gente faz é levar, né (risos). Aí levei elas pra escolher, aí fiz um enxoval de calcinha, de meia, tudinho, tudinho, tudinho...”*.

Os familiares de Raquel nunca participaram ativamente de sua vida. Após a guarda ser liberada, inclusive, o tio de Raquel, que estava fingindo ter um relacionamento com a mãe de criação, desistiu do processo, entretanto, ela não desistiu e ligou para a assistente social do fórum para confirmar se haveria problema pelo fato de eles estarem “se separando”. Segundo ela, *“na época, assim, que ele disse não quero mais assumir as meninas, até eu liguei pra lá (fórum) e disseram que ‘não, não tem problema, as meninas é tua, e não tem problema, ninguém vai te tirar’. E realmente, ninguém, ninguém me tirou, né”*. A mãe de criação contou que conversava com a avó dela freqüentemente, que ela visitou a neta algumas vezes, mas que nunca solicitava a visita de Raquel. Ela disse: *“não, não, daí a vó delas veio umas duas, três vezes visitar elas. Mas depois... nunca mais apareceu. (...) Não, não, a gente não se visita, e ela não... É só conversa por telefone. Às vezes ela fala com as gurias no telefone, outras vezes não. Por exemplo, sexta eu conversei com ela. Daí ela disse: ‘ah, como é que foi a audiência?’ Eu disse, ‘ah, vou ficar com elas mais três meses...’ Essas coisas assim... Ela não tem contato...”*. Embora, muitas vezes, a mãe de criação estivesse precisando da ajuda financeira, nenhum dos familiares, que tinha mais condições financeiras, ajudava ou preocupava-se em oferecer ajuda a ela. Ela contou: *“não, nada, nada. O tio dela, casado com*

a tia verdadeira dela, né, é gerente do (supermercado de grande porte da cidade), eles poderiam trazer material escolar pra elas, né. A tia dela, que é esposa dele, é funcionária pública da prefeitura, podia ajudar, né. Pegar ajuda na prefeitura, né, tentar me ajudar com alguma coisa. A outra tia dela mora em (cidade da região metropolitana), tem malharia, o marido é funcionário público também... Todos os tios são bem de vida. Mas nunca ninguém se ofereceu. Se não querem ficar, né, então que ajude, né, eu pra ficar com elas, né...". Certa vez, ela ligou para a avó de Raquel e contou que haveria um passeio da igreja e perguntou se a avó não poderia ajudar. Ela contou *"liguei e disse pra vó delas: ai, podia mandar dinheiro pras gurias ir pra Itapoã, que a (Raquel) vai se batizar e daí vai ficar apertado pra mim, que eu vou pagar pros outros. 'Ah, vou ver...' Até hoje tô esperando. Não dá, né. Que era 5 pila a passagem, e pra fazer um lanche, né. Ninguém deu nada. Então eu disse, ah, não dá pra contar com o auxílio deles, né. Na verdade, nós somos a família delas".* Ela comentou que, muitas vezes, ela privou seus próprios filhos de presentes e de uma melhor condição de vida, para poder criar e sustentar Raquel e a irmã. Ela, inclusive, privou si mesma de comprar roupas novas para assisti-las, como pode ser constatado no trecho *"mas muitas coisas que eu podia dar pros meus filhos, eu privei pra dar pra elas, né. E de mim mesma, né. Elas saem, parecem umas bonequinhas, que elas vão pro colégio, né. Nem parece que a filha é minha, né. Enquanto eu ando, às vezes, quinhentos anos com a mesma roupa, né. Pra quê? Pra deixar pra... se eu compro pra mim, não vai sobrar pra elas, né, pra eles. Então eu prefiro que eles andem bem do que eu".* A mãe de criação mantinha a guarda das irmãs, mas nunca efetivou a adoção. Raquel e sua irmã permaneceram com a mãe de criação por seis anos. Aos 12 anos, foi abrigada, pela segunda vez, a pedido da mãe de criação, juntamente com sua irmã de 11 anos, em uma instituição de abrigo governamental de Porto Alegre. Assim, Raquel e a irmã permaneceram durante nove meses na instituição de abrigo (segunda institucionalização), sendo reinsertada na família da mãe de criação ao final desse período. Através da *inserção ecológica* e das anotações no diário de campo, pôde-se perceber que Raquel era uma adolescente propriamente dita, gostava de se arrumar e enfeitar-se, além de passear e conversar com as amigas.

Institucionalização

Raquel foi institucionalizada três vezes: a primeira vez foi na infância, a segunda e a terceira vez foi quando ela morava com a mãe de criação, e ela estava com 12 e 13 anos, respectivamente. Nos três momentos, ela foi encaminhada para o mesmo núcleo de abrigos

residenciais do governo estadual, um núcleo composto por seis abrigos residenciais, localizados num bairro afastado do perímetro urbano de Porto Alegre.

O primeiro abrigamento de Raquel ocorreu em decorrência da situação de negligência em que se encontrava e do envolvimento de seus pais com drogas. Segundo Raquel, ela foi abrigada *“porque minha mãe era drogada... Ela não tinha condições de cuidar de mim e da (irmã)”*. Nessa ocasião, Raquel tinha cerca de seis anos de idade e permaneceu poucos meses institucionalizada. A adolescente não tinha lembrança da primeira vez que foi institucionalizada, visto que tinha poucos anos de idade.

Aos 12 anos, Raquel foi abrigada, pela segunda vez, a pedido da mãe de criação, juntamente com sua irmã de 11 anos, em uma instituição de abrigo governamental de Porto Alegre. A mãe de criação contou que tanto Raquel quanto a sua irmã estavam apresentando mau comportamento, desobedecendo às suas ordens e mentindo. Ela contou que houve vários motivos que foram se acumulando e fazendo-a reavaliar a permanência das meninas em sua casa: *“ah, a última gota... é, a (irmã mais nova) gastava muito telefone, né, ligava e desligava...uma vez deu 550 reais de telefone, né... 550 reais de telefone. Gostava de mexer na carteira da gente, tirar dinheiro... A (Raquel) saía do colégio, pra ir bater perna na rua, com as amigas, barra pesada. Não, não (se envolveu com nada), mas tava com a turma, né. A (Raquel) tava mentindo... daí... Se botavam na minha irmã. (...) Ah... aí foi a gota d'água. Que o pastor veio almoçar aqui, jantar aqui, a gente fez lasanha, e... veio um monte de gente aqui. E a (Raquel) foi bastante mal-educada, com a mulher dele, sabe, porque ela repreendeu ela, numa coisa que ela tava errada, sabe. Ah, daí foi a gota, né. Daí ela viu que, que isso não era certo pra mim também, né”*. Após estes acontecimentos, a mãe de criação refletiu e decidiu devolvê-las. Ela contou *“que eu tinha que tomar uma decisão, né. Aí, então, como eu já tava encaminhando pra reclamar, né, daí eu liguei pra (assistente social do fórum central), eu chorava muito, muito, muito... já não agüentava mais. Aí mandaram recolher, né”*. Mesmo tendo prometido que não iria ter contato mais com Raquel e sua irmã, a mãe de criação não cumpriu a promessa e logo estabeleceu contato. Ela disse: *“elas foram na quinta, sexta, sábado, já tava ligando. E nunca deixei, assim, de entrar em contato com elas, pra saber como é que elas tavam, né, tudo que eu comprava pros guris, levava igual pra elas... xampu, sabonete, tudo era delas, guardadinho, aquilo... Então eu não perdi o contato com elas igual, sabe, que eu disse que não ia, né, mas não adiantou, eu continuei. Aí, eu fui visitar, fui levar umas coisas delas que ficou. Aí ela pediu pra mim, pra pedir pra passar a tarde, aí eu pedi, a assistente social deixou. Aí elas começaram a ir de 15 em 15 dias, depois vieram passar as férias de julho, passaram todas as férias”*. Medidas de preservação familiar não foram planejadas e desenvolvidas com a família. Informações adicionais advindas da *inserção*

ecológica, registradas no diário de campo, mostraram uma postura centralizadora e pouco flexível da mãe de criação, além da apresentação dos acontecimentos segundo seus próprios pensamentos e sentimentos, desconsiderando o que a adolescente pudesse estar sentindo. Além disso, atribuía motivos confusos e difusos para o seu descontentamento.

Para Raquel, a ida para a instituição de abrigo trouxe muita tristeza. Ela afirmou que não gostava de morar no abrigo, que era um lugar ruim para morar. Contou que sentiu dificuldade de se adaptar aos horários e aos monitores. Ela sentiu muita saudade de sua família, da mãe de criação e de seus irmãos de criação. Quando se sentia assim, ela não conversava com ninguém, guardava para si a tristeza e escutava música. Por outro lado, ela gostava dos educadores, disse que eles a cuidavam, conversando e dando-lhe conselhos. Ela gostava, especialmente, de uma monitora, com que conversava e para quem pedia ajuda quando precisava. Também tinha muitos amigos na casinha, na vizinhança e na escola. A pessoa com que mais podia contar, quando morava no abrigo, era sua irmã caçula. Para se divertir, Raquel olhava televisão e escutava rádio. Quando foi reinserida na família, ao final de nove meses de abrigamento, ela afirmou que sentiu saudade de uma monitora.

Após a reinserção familiar, Raquel foi ao abrigo buscar documentos para a matrícula na nova escola e encontrou seus amigos e alguns monitores. Ela disse que se sentiu feliz em revê-los, mas também se sentiu feliz por não estar mais lá, como pode ser constatado no trecho “*feliz de ver eles, e também de não tá lá*”.

Processo de desligamento

O processo de reinserção familiar, que será considerado nessa seção, corresponde ao processo decorrente do segundo abrigamento. No início da segunda institucionalização, Raquel não realizava visitas na casa da mãe de criação, contudo, mantinha contato telefônico, logo que o juizado autorizou, e cerca de quatro meses antes do desligamento, Raquel passou a visitar a mãe de criação, primeiramente de 15 em 15 dias, e depois, semanalmente, nos finais-de-semana. As visitas não eram acompanhadas pela equipe técnica da instituição. A residência da mãe de criação estava localizada em outra cidade da região metropolitana de Porto Alegre, distante da instituição de abrigo, sendo que a própria instituição fornecia os vales transportes para a adolescente ir para casa. Ela e a irmã mais nova iam juntas, e demoravam cerca de duas horas no transporte público.

Segundo Raquel, uma monitora contou-a que ela e a irmã iriam visitar a mãe de criação, e que depois poderiam voltar para casa. Ela disse: “*ela (monitora) falou que a gente*

ia puder visitar a mãe de novo e talvez a gente voltasse pra casa”. Além dessa monitora, ninguém mais no abrigo falou com Raquel sobre a reinserção familiar. Em uma audiência, Raquel soube que voltaria para família, como indica esse trecho: *“não, é que não teve (alguém que contasse para ela que iria voltar para casa)... A juíza chamou lá no fórum, sei lá como é que fala... daí ela deu três meses... de experiência familiar”.*

Segundo a mãe de criação, o retorno de Raquel e sua irmã foi resultado de uma decisão unilateral da equipe do abrigo. Era final de ano, e ela estava esperando que as meninas fossem passar as festas com a família, mas não que este retorno já fosse o desligamento. Ela contou: *“pra te falar a verdade, eu não sabia, eu não sabia. Eu sabia que elas vinham passar o Natal e o Ano Novo, e as férias comigo. Mas eu não pensei que, não sabia que eram todas as férias, e se elas já tavam vindo de experiência, eu não sabia. Porque eu liguei na terça de manhã, pra falar com ela, com a (Raquel), lá no abrigo. Daí, eu disse bem assim pra ela: ‘Raquel, sabia que vocês vão vim passar as férias?’ Eu disse: ‘sexta feira vocês vão vim’. Daí eu disse: ‘vocês não precisam trazer tudo as coisas, vocês vão passar as férias, vocês tem bastante coisa em casa’. E, disse isso”.* Segundo a mãe de criação, cerca de 40 minutos após conversar com a Raquel naquele dia, uma das monitoras ligou para ela solicitando que ela fosse fazer a inscrição de Raquel na escola da comunidade. Nesse momento, a mãe de criação estranhou a solicitação e questionou-a, como mostra o trecho: *“tocou meu celular, eu fui atender, era do abrigo. Era a (monitora), bem assim: ‘(nome da mãe de criação), agora vai começar as...’, como é que ela disse, ‘as inscrições pro colégio, tu tem que fazer’. Eu disse: ‘como assim?’ ‘Ah, tu vai ter que fazer as inscrições das gurias no colégio aí’. Eu disse: ‘mas porquê?’ ‘Porque elas tão, vão ir pra uma experiência familiar’. Eu disse: ‘é?’ Mas era na sexta que era pra vim, e eu tava conversando com ela na terça. E eu disse pra ela assim: ‘mas como?’, eu disse, ‘não tenho tempo pra fazer a inscrição’”.*

No mesmo dia, ela chegou em casa e Raquel já estava lá, mesmo tendo combinado com o abrigo que ela iria apenas alguns dias depois. Em suas palavras: *“eu tava esperando elas na sexta, assim, pra... passar as férias, né. Aí quando eu cheguei na terça-feira, no mesmo dia, na terça-feira, à tardinha, né, seis horas, seis e meia, aí encontrei o (filho de 16 anos) ali, que é antes da igreja, e disse: ‘mãe, as gurias tão aí de mala e cuia’. Eu disse: ‘como assim de mala e cuia?’ Eu disse: ‘era na sexta...’ E realmente, elas vieram com tudo... com tudo. Mas eu vi, eu não tava sabendo, né. Daí, eu até fiquei meio assim, sabe, meio chocada, assim, sabe. Daí liguei lá pro abrigo, daí elas bem assim: ‘ai, a gente ligou um monte de vezes pro teu celular, pra dizer que, que elas tavam indo hoje, e tu não atendeu’. Aí fui ver no meu celular e não tinha nenhum recado, né. Daí eu fiquei assim, meia chocada, assim, sabe. Porque... eu disse bah, justo no verão que eu fico... praticamente sem um*

serviço, né. Mas tudo bem, né”.

Por outro lado, a diretora do abrigo, no qual Raquel e a irmã estavam, afirmou que a mãe de criação das meninas sabia com certeza que elas estavam retornando para a família. O fato de terem adiantado em alguns dias o retorno foi devido à organização da instituição, que naquele dia, a instituição estava levando outras crianças para suas famílias.

A mãe de criação lembrou que, alguns meses antes, houve uma audiência na qual as meninas afirmaram que queriam voltar para casa, e foi então que a assistente social do fórum perguntou para a mãe de criação se isso era possível. Ela contou: *“daí a (assistente social) me chamou lá... Daí ela perguntou pra mim, né, o que é que eu achava... Eu disse pra ela assim: ‘olha, as coisas comigo tem que ser assim, e não assim’, eu disse pra ela. Mas ela não disse pra mim, assim, que ela ia mandar as gurias pra uma experiência. Ela não falou nada”.* Ela entrou em contato com a assistente social do fórum no dia que Raquel chegou em casa, e a assistente social disse que logo as chamaria para conversar e saber como a situação estava. A mãe de criação ainda disse que nesse telefonema pediu ajuda, como pode ser constatado no trecho *“(nome da assistente social), pra mim ficar com as meninas’, eu disse, ‘eu vou ter que ter uma ajuda de vocês, né, sei lá, uma ajuda, né. Porque eu trabalhava numa casa há muitos anos, mas a mulher foi embora, né, o marido foi transferido, e eu fiquei sem emprego, onde eu ganhava super bem, né’. Daí eu disse isso pra ela. Ela disse, ‘não, se tu ficar com as meninas a gente vai tentar te ajudar, sei lá, com uma cesta básica, ou sei lá, alguma coisa a gente vai tentar te ajudar”*. Contudo, a mãe de criação não recebeu a ajuda prometida. A sua preocupação estava no fato de que, durante os meses de férias, sua renda caía muito, pois deixava de trabalhar devido ao período de férias de suas clientes.

Em fevereiro, a mãe de criação foi ao fórum para outra entrevista com a assistente social. Ela contou que a assistente social queria efetivar o desligamento, visto que o período de experiência familiar de três meses estava acabando. A mãe de criação afirmou ainda não estar segura, e pediu maior tempo de experiência. Ainda em fevereiro, ela decidiu não ficar com Raquel e a sua irmã, e ligou para a assistente social. Segundo suas palavras: *“ela disse: ‘não, então tu traz elas aqui amanhã, pra trazer as mochilas, daí a (assistente social do abrigo) vai vim, do abrigo, daí já levam elas pro abrigo”*. Contudo, todas conversaram e decidiram que iriam tentar mais uma vez, a partir da promessa das meninas de mudança. Prolongaram o período de experiência por mais três meses, e, novamente, a mãe de criação saiu do fórum com a promessa de que iria receber ajuda material para sustentar as meninas, que nunca veio. A adolescente foi reabrigada novamente, a pedido da mãe de criação cerca de cinco meses de reinserção familiar. Durante o tempo em que Raquel permaneceu com a mãe de criação, não foram realizadas visitas domiciliares com vistas a avaliar o processo pela

equipe do abrigo ou do Juizado da Infância e Juventude.

Relação entre família e abrigo

A mãe de criação apresentava uma percepção positiva da equipe técnica do abrigo e dos educadores/monitores. Mesmo o desencontro de informações relacionado ao desligamento não fez com que ela reclamasse ou tivesse uma percepção negativa do abrigo. Ela disse que eles sempre a trataram muito bem, desde a época em que ela visitava Raquel, quando ela tinha seis anos de idade. Ela comentou “*eles, todos eles, eles me tratam muito bem, né. Quando eu ia lá, agora, buscar elas, depois que elas puderam vir sozinha, né. Mas sempre que eu fui lá, eles sempre me receberam super bem. Mas que eu gosto muito mesmo é da (monitora), sabe, que a gente tem mais... Que ela tá lá, desde a época da primeira vez, né. Então a gente... É, faz tempo, é. Eu tenho bastante amizade com ela, eu gosto muito dela. (...)* E a cozinheira, lá, também, que é desde o tempo da primeira vez. E os outros são novos, mas me tratam muito bem também”. Ela sabia os nomes de inúmeros monitores, mesmo aqueles que não trabalhavam mais na instituição. Para ela, um aspecto bom de Raquel ter ido para o abrigo foi que ela teve um quarto e uma cama dela, o que na casa da família, Raquel não tinha. Ela, a irmã e a mãe de criação dividiam um quarto. No abrigo, também, há fartura de alimentação, além de diversos cursos que são oferecidos para os abrigados. Um aspecto negativo, segundo a mãe de criação, foi o distanciamento que isso produziu, impedindo que a mãe de criação acompanhasse certos momentos. Ela disse: “*o ruim é que eu não tô podendo, né, tá junto delas, a hora que elas precisam, né, quando elas ficaram mocinha, eu não tava junto, né... Não posso tá controlando elas, assim, como eu faço em casa, sabe... Assim, não acompanhando o crescimento delas, coisa assim*”.

Do ponto de vista da equipe do abrigo, através da *inserção ecológica*, foi possível perceber um descrédito relacionado à mãe de criação. A diretora da unidade de abrigos residenciais comentou que, muitas vezes, a mãe de criação parecia estar exagerando as situações e os acontecimentos. Além disso, ela falava de características da Raquel que a diretora dizia desconhecer. Segundo a diretora, parecia que a mãe de criação estava falando de outra adolescente e não de Raquel, pois, na instituição, a adolescente não se comportava da forma como a mãe de criação mencionava.

Convívio familiar

Além da mãe de criação, moravam na casa seus três filhos de 16, 18 e 24 anos, Raquel e a sua irmã mais nova. A mãe de criação educou sozinha todos os filhos, sem ajuda do ex-marido. Na família, apenas a mãe de criação e o filho de 24 anos trabalhavam, ela era diarista e tinha um emprego fixo no qual trabalhava duas vezes por semana; e o filho trabalhava num posto de gasolina junto a um supermercado de grande porte. Os seus dois filhos adolescentes estudavam, sendo que o filho de 18 anos tinha deficiência auditiva. A mãe de criação possuía somente Ensino Fundamental incompleto.

Na *inserção ecológica*, observou-se que a casa da família era simples, mas era de alvenaria e tinha dois andares. Possuía três quartos, dois banheiros, uma sala, uma cozinha e uma lavadeira. Ela e a irmã dormiam no mesmo dormitório da mãe de criação, sendo que Raquel dividia o mesmo colchão com a mãe; os dois filhos mais novos dividiam o outro dormitório e o terceiro quarto ficou para o filho mais velho. Ela estava progressivamente reformando e ampliando a casa com o dinheiro que conseguia guardar durante os meses que tinha mais trabalho. Nos meses em que tinha faxina todos os dias, ela conseguia ganhar mais de cinco salários mínimos, entretanto, nos meses de férias, suas clientes viajavam e sua renda se resumia ao salário mínimo que ganhava em seu emprego fixo.

O convívio familiar, após o desligamento institucional de Raquel, estava sob a influência da ambigüidade que a mãe de criação apresentava quanto ao seu desejo de continuar criando-a. Já aos três meses de desligamento, ela disse: *“eu não vou ficar. Porque eu não quero voltar à tudo que era antes, sabe, (nome da pesquisadora). Porque elas já são mocinhas, vai ser pior, né. Então, é uma coisa que eu tenho que pensar muito bem. O que eu quero o que eu não quero, né”*. Durante a entrevista, ela ainda comentou *“eu quero, e não quero, tu entende? Quero, ao mesmo tempo, quero ficar com elas e ao mesmo tempo, eu não quero. Porque eu fico assim pensando que elas vão se prevalecer, vão pintar e bordar. Realmente eu não sei, eu não sei”*. Sua insegurança e dúvidas foram acentuadas pelo fato de a assistente social do fórum ter dito que se as meninas ficarem com ela, dessa vez seria definitivo. Ela comentou *“então, eu fico em dúvida, assim, sabe, (nome da pesquisadora). Sabe qual é meu medo? De trazer, porque daí vai ser definitivo, né. De trazer, e elas sabendo que não vai poder mais devolver, começam a pintar e bordar. Tá, isso eu tenho medo. (...) E aí, daí elas não... Porque a (assistente social do fórum) foi bem, bem clara comigo, né. Não tem volta mais. Até maio, a vaga delas tão garantida no abrigo, mas depois não. Ela não pode voltar. Ai, isso é meu medo”*. Também existia no discurso da mãe de criação um sentimento de culpa prévio relacionado à possibilidade de Raquel sofrer algum dano no abrigo, como indica o seguinte trecho: *“o coração um e o coração dois, como diz a (assistente social). Quero e não quero. Eu quero, quero que elas fiquem comigo, e ao mesmo tempo, eu*

não quero, tu entende? Aí eu... ah, vai lá pro abrigo. E se acontecer alguma coisa, lá? Um estrupo, uma coisa? Vou me sentir culpada pro resto da vida. Sabe? Ah, é muito difícil, muito complicado. Muito complicado, (nome da pesquisadora)”.

Ela disse que se Raquel permanecesse na sua casa, seria dentro de seu “sistema”, de acordo com o que ela considerava como certo e errado e com os preceitos da igreja evangélica da comunidade que freqüentava. Ela explicou o porquê restringia as visitas de Raquel na casa da prima, que morava em frente a sua casa: *“se eu designar pra ir, não é pra ir, só quando eu tiver em casa, e quando ela tiver em casa. Porque daí ela tá em casa e ela vê o que aconteceu e o que não aconteceu, né. Eu não gosto, nunca gostei, não criei meus filhos assim, nas casas, assim, sabe. Quando eu tô em casa tudo bem, quando eu não tô, não quero e pronto, e acabou”* e *“a (Raquel) vai na igreja evangélica, ela é batizada. A (irmã mais nova) ainda não, porque ela é menor. Né, então quer dizer que eu tô criando elas num ritmo bom, né... Então, não quero que elas saiam desse ritmo, sabe. A gente vê aí que o mundo tá cheio de drogas, de coisas que não prestam, né. Por exemplo, se tu tá dentro da igreja, tu vai aprender aquilo ali, e tu sabe que o que tu tá aprendendo é bom! Né... Então eu quero criar elas assim, dentro da igreja, como a gente é”*. Em outro momento da entrevista, ela expressou quais eram as suas regras quanto aos relacionamentos de Raquel, suas roupas e uso de maquiagem: *“se tiver que namorar um dia, se tiver que namorar... gurizinho da igreja, não guri de mundo! De mundo a gente quer dizer que não é da igreja, né. Então ela gosta de um gurizinho da igreja, que é lá de (cidade do litoral), que freqüenta a nossa igreja, aqui. Daí eu disse, mas tudo tem limite, né. Gostar é uma coisa, namorar ainda é muito cedo. Não gosto que use maquiagem forte, não gosto que ande de roupa curta, mostrando a barriga... e coisa assim, não gosto. E acho que tem que ser assim, não adianta né... querer fazer as coisas... Eu não sei se eu tô certa ou se tô errada. (...) eu sempre digo assim: que uma mãe, embora seja mãe biológica ou não, ela nunca quer o pior pro filho, ela sempre quer o melhor, né. Então, sempre, a gente sabe o que é o certo e o que é o errado. Então eu sempre passo isso pra elas, né, nunca... Mas é a verdade essa, né. Porque se tu tem um filho, tu não vai querer o pior pro teu filho, tu não vai querer ver o teu filho jogado na rua, né. Tu sempre vai procurar ter ele no teu ritmo”*.

Raquel era definitivamente a principal fonte de preocupação de sua mãe de criação: *“pelo jeito dela e por ela ser mais velha, né, que me preocupa mais. Com a (irmã mais nova) eu não me preocupo. A (irmã mais nova) não... não é do jeito que a (Raquel) é, de encrenca... A (Raquel) me preocupa mais”*. Ela tinha uma semelhança forte com sua mãe biológica, que se prostituía para comprar drogas. A mãe de criação preocupava-se muito com tal semelhança, afirmando que ela tinha “puxado” pela mãe. Segundo suas palavras, *“ela me preocupa bastante. Com, eu falei né, por causa da mãe dela. A outra não tem nada a ver com a mãe,*

ela tem tudo a ver com a mãe". Ela contou uma história que ocorreu quando Raquel tinha sete anos de idade, a qual confirmava sua intuição quanto à índole e ao futuro de Raquel. Ela disse: *"uma vez quando ela foi pra minha irmã. (...) Ela disse: 'tia, quando eu crescer, eu quero ser prostituta'. A minha irmã, 'mas por quê?' 'Ah, porque eu gosto de andar com maquiagem bem forte'. Daí, uma hora, daí eu liguei pra minha irmã, eu sempre ligo pra saber como é que foi. Ela, 'ai a (Raquel) disse uma coisa que eu não gostei'. Eu disse: 'o que?' 'Ai, a (Raquel) disse que quando crescer quer ser prostituta'. Eu disse: "ai meu Deus!"*". Quando Raquel chegou em casa, a mãe de criação conversou com ela, explicando o que era ser "prostituta". Segundo ela, *"eu disse pra ela: 'tu sabe o que é que é prostituta?' 'Sei'. 'O que é que é prostituta?' 'Ah, mulher que anda com os homens'. 'Tu quer isso pra tua vida?' Eu disse: 'mas por que tu quer ser prostituta?' 'Ah, porque eu gosto de maquiagem bem forte'. Eu disse: 'não, mas... isso aí não quer dizer que tu usa maquiagem que tu quer ser prostituta'. Eu disse: 'na hora certa, quando tu tiver idade, tu pode usar maquiagem, mas não tão forte'. 'Ah, mas eu gosto forte'. Aí, aí eu captei que ela tem uma tendência, né. E a gente nota, assim, sabe, quando, teve um guri, assim, sabe, como é que ela fica, assim, sabe. Ela me preocupa bastante. Esse é o medo que eu tenho"*.

Este medo que a mãe de criação mencionou fazia com que ela controlasse todos os passos de Raquel. Quando ela visitava alguma amiga, a mãe de criação ligava para a mãe da amiga de Raquel e confirmava as informações dadas pela filha, verificava quem estava lá, se havia meninos, e quando Raquel passava a noite fora, perguntava onde os meninos ficaram. Estas situações podem ser observadas nos trechos a seguir: *"eu ia lá ontem, não fui porque achei muito tarde, mas eu ia lá, olhar com os meus olhos, como dizem". (...) Ontem eu liguei pra ela. 'Quantos gurus tinham?' 'Ah, tem só o (fulano) e o irmão da guria'. 'Quantos anos tem?' 'Ah, tem 8 ou 6, ou sei lá'. 'Ah, então tá'. Agora eu perguntei pra ela: 'onde é que tu dormiu?' 'Ah, no quarto da (amiga)'. 'E os gurus?' 'Ah, no quarto do fulano'. 'Mas era muito próximo?' 'Não'. Tudo assim. Ah, tudo tem que responder, né. Eu não sei se eu tô certa, se eu tô errada, não sei. Mas é assim que eu fui criada, não adianta, né. A gente tem que passar aquilo pra elas, né, já que elas não tem a mãe, né. Então tem que ser eu, né"*. Ela comentou que somente passaria a confiar em Raquel *"no momento que eu disser pra ela não faz isso, e ela não fizer, sabe. Enquanto ela tá duvidando de mim, que tá mentindo pra mim, que ela, que eu digo pra ela não faz e ela faz, eu acho que..."*. Contudo, ela considerava difícil acreditar e confiar em Raquel, pois ela estava sempre mentindo. Raquel estava proibida de ir na casa da prima, onde podia usar a internet e conversar. Mesmo assim, ela ia, mas negava cada vez que a mãe de criação perguntava. Ela comentou: *"então, já é um motivo pra não confiar, né, porque se ela diz pra mim que fez, e não fez, né, daí tu já fica com aquilo ali, né... mas ela tá*

sempre mentindo... Ah, isso aí me deixa muito, muito estressada, sabe". Apesar da mãe achar que ela e Raquel conversavam bastante, ela sempre considerava que a adolescente estava mentindo: *"a gente conversa bastante, sabe. Às vezes eu, eu, eu quero confiar nas coisas que ela me conta, assim, sabe, mas eu sempre fico com o pé atrás. (...) Ah, ela conta coisas do colégio, como é que foi o colégio, com as amigas, mas, assim, outras coisas, assim... Ah, eu, porque ela sempre tá me escondendo alguma coisa. Sempre acho que ela tá me escondendo alguma coisa, né"*. Ela acreditava que não descobria o que a adolescente estava aprontando porque não ia atrás para descobrir, contudo ela ficava sempre desconfiada. A mãe de criação tinha uma suspeita de que Raquel estivesse se encontrando com o irmão de uma vizinha, que é um rapaz envolvido com drogas e ex-presidiário. Ela disse que o rapaz passou uns dias com a irmã e que ficava olhando para Raquel. Isso já era motivo para a mãe de criação acreditar que havia um relacionamento entre os dois: *"fico sempre desconfiada, né. Às vezes, assim, ela diz uma coisa, por exemplo, ah, aquele cara mesmo, eu digo: 'será que não, Raquel?'"* *Aí eu fico desconfiada, assim, sabe, ela se encontrar... A minha casa é bem pertinho. Ela saiu não era 8 horas, era 15 pras 9 eu tava desesperada, né, Aí eu disse pro (filho de 24 anos): 'vou atrás dela'. O (filho de 24 anos) disse: 'não vai, mãe, deixa, se ela não vim, eu vou'. Aí ela chegou era 10 pras 9. Tu vê, o mercado é aqui. Aí eu fico desconfiada. Será que ela tá com esse cara por aí?"*.

Outra situação que a deixava preocupada era o hábito de Raquel de sair do banho enrolada na toalha e permanecer assim por alguns minutos, caminhando pela casa. Segundo ela, *"uma coisa que eu não gosto que a Raquel faz é tomar banho, né, enrolada na toalha. Aí elas vão lá pra baixo, às vezes sentam na cama, sentam no sofá, enrolada na toalha. Aí eu digo: 'aqui só tem guri, Raquel, tu não pode fazer isso, é feio, né. Leva as roupas e te veste no banheiro. Não fica desfilando, né'. Aí eu fico com medo"*. Ela preocupava-se pelo fato, também, da casa ser freqüentada pelos amigos do filho, companheiros no grupo de jovens da igreja, e afirmou que *"apesar de que os guris da igreja são guris decentes, mas tu sabe como é que é, né, (nome da pesquisadora), homem é homem. Aí eu fico assim"*. Ela afirmou que não sabia lidar com Raquel visto que não tinha filhas. Ela comentou que *"nunca tive menina, e as minhas sobrinhas, as minhas sobrinhas, a gente não tem contato, porque moram longe, e tudo. Então eu não sei se é normal, se é certo, sabe... Não sei, porque às vezes eu penso que não é, às vezes eu penso que é..."*.

Quando precisava conversar com alguém sobre como agir, ela contou que conversava com o pessoal da igreja evangélica que freqüentava, sendo considerada a fonte de apoio da mãe de criação. Ela comentou: *"eu tenho bastante apoio da igreja, sabe. Eles me ajudam, assim, em oração..."*. Ela disse que no dia em que Raquel voltou para o abrigo aos 12 anos, na

segunda institucionalização, ela queria sentir-se livre, queria respirar, ter sossego. Entretanto, ficou pensando em Raquel e sua irmã, se elas estavam bem, se tinham se alimentado, se estavam dormindo,... e sentiu-se muito triste. Ela, então, buscou ajuda com o pastor de sua igreja, como indica o trecho a seguir: *“aí quando foi, quando foi duas e meia da manhã, duas e meia da manhã, liguei pro meu pastor chorando, chorando, chorando, chorando, chorando um monte. Calma, calma... Passei a noite inteira acordada”*. Ela relatou várias situações em que, após o retorno de Raquel e sua irmã para a instituição de abrigo, ela sentiu-se mal, com taquicardia, ansiedade e tristeza. Certa vez, sentiu um aperto no peito, contudo passou quando começou a conversar com uma de suas patroas. Ela contou que a saudade das meninas fazia com que ela chorasse a toda hora: *“bah, eu chorava muito, fora quando eu ligava pra elas, eu chorava muito. Tu vê, elas diziam assim: ah, ela tá chorando, ela tá chorando... Ah, eu chorava muito. Eu não podia nem ver as fotos, sabe, eu botava tudo deitada, virada, assim, sabe. E cada vez que eu fazia lasanha, ah, eu não conseguia comer quase, me trancava, assim, sabe. Elas gostam muito de lasanha, né. (...) aí sempre elas diziam assim, pra mim: mãe, eu te amo, elas diziam no telefone, as duas, né, mãe eu te amo, mãe, não fica assim, não chora... Eu chorava muito...”*.

A mãe de criação de Raquel apresentava um grande medo de, nos meses de férias, não ter trabalho e não conseguir manter a casa e os cinco filhos. Esta situação fazia com que a ajuda prometida da assistente social do fórum fosse esperada, e como não foi cumprida, trouxe um sentimento de frustração. Quanto às promessas de telefonema e ajuda da assistente social, ela disse: *“nada, nenhum telefonema. Que às vezes é pesado, sabe, (nome da pesquisadora). Por exemplo, assim, feriado, férias, assim, vão viajar... Não ficam me pagando, daí é o tempo que eu fico, assim, estaca zero, né (...) Sim, e todo mundo vai pra fora, né, vai pra praia. Daí já vão em dezembro mesmo, início de dezembro, e só voltam início de março, né. Então, esses meses foi um, como é que eu vou te dizer, bem, bem preto mesmo pra mim, né. E eles sabendo de toda a minha dificuldade, tudo... (...) É só assim, é alimentação, né, que a gente vê que, que é mais. Por exemplo: a água vem mais, a luz vem mais, essas coisas assim, sabe. Calçado, roupa, material escolar, né. Essas coisas assim, que já fica... que dobra, né. Não que, que eu quero dizer que elas que gastam tudo, mas duas pessoas a mais numa casa a gente já nota bastante diferença, né. Vamos ver, ela disse que vai me ajudar, vamos ver, se vai mesmo, né. Agora tu vê, vai fazer quase um mês que eu fui lá e ela não me deu nenhum retorno ainda. O medo mesmo é de eu ficar desempregada e não ter como sustentar, né. Porque serviço de faxina não é uma coisa garantida, tu tem hoje, amanhã tu não tem. Porque fica apertando pra todo mundo, né. As coisas são tudo muito cara. Muito medo... E depois, depois de eu assumir elas...”*.

Ainda existia a intenção de construir um quarto para a adolescente e sua irmã mais nova dormirem. Segundo a mãe de criação, *“é uma pena, né, (nome da pesquisadora), se eles me ajudassem, né, pra mim ia ser mais fácil, né. Agora vou ter que construir um quartinho pra elas. Elas não podem dormir comigo a vida inteira”*. As dificuldades eram ainda reforçadas com os problemas que Raquel causava, como as visitas à casa da prima, as roupas curtas e maquiagem que usava e as suspeitas de relacionamentos amorosos da adolescente. Assim, a mãe de criação comentou *“ai, eu tinha dias assim que... que assim,... sabe... Tu tá sabendo que tu tá tomando conta de uma casa, tomando conta de cinco pessoas, de seis, né. Que tu tem que sustentar toda essa turma, trabalhando em serviço pesado, que faxina é serviço pesado. Chegar em casa e não tem um descanso. É titititi... Ah, não, daí chego assim, como a (assistente social do fórum) disse, no limite”*.

O relacionamento de Raquel com os filhos biológicos da mãe de criação era instável, ora eles tinham um bom relacionamento, ora havia desentendimentos. As discussões ocorriam entre Raquel e seu irmão de criação de 18 anos, que possuía deficiência auditiva. Dos três filhos biológicos, apenas o filho mais velho apoiava a permanência de Raquel e dizia para sua mãe que o comportamento de Raquel era *“coisa de menina”*.

Raquel tinha bom desempenho escolar e a mãe de criação estava constantemente indo à escola para conversar com os professores. Ela disse que, nesse quesito, ela não tinha queixa. Segundo ela, as notas de Raquel *“ah, são boas, né, são boas. Sempre passou, sempre tirou nota boa. Não tem queixa, no colégio não tem nenhuma queixinha dela. (...) É, na escola não tenho queixa, nem uma, nem a outra. A (irmã) rodou uma vez, mas a Raquel nunca rodou”*. Raquel voltou a estudar na mesma escola que estudou antes do segundo abrigo, que era localizada há poucas quadras de sua casa. A mãe de criação afirmou que toda a semana passava na escola para saber como Raquel e seus outros filhos estavam indo: *“quando eu passo, quando eu chego, assim, que ainda é horário de aula, eu sempre chego, porque eu desço na frente do colégio, elas estudam bem aqui embaixo. Eu sempre vou, sabe. Não, não vou em reunião, porque reunião é sempre no sábado, e sábado trabalho. Mas daí eu venho, assim quando eu chego cedo, geralmente toda semana, assim, sabe. Daí eu desço ali, tão em aula, daí eu vou. Um em cada sala. Ou então quando eu tô de folga, levo no colégio, né, converso com a professora, essas coisa assim. Daí elas têm o telefone, qualquer coisa elas me ligam”*.

No momento da entrevista, aos três meses de desligamento institucional de Raquel, a mãe de criação afirmou que a adolescente estava bastante mudada, mas que tinha muito para mudar se ela quisesse ficar na família. Segundo ela, *“agora ela (Raquel) tá menos. Ih, com certeza. Ela gritava muito com a gente... Agora não né, agora, né, quando eu digo pra ela*

baixa a bola, né, fala decente, fala como gente, aí ela fala, sabe. Ela mudou, mudou bastante, sabe. Mas eu quero que mude mais ainda. (...) Tanto uma como a outra. Porque eu penso assim. Se realmente elas quisessem ficar comigo, elas faziam uma forcinha, sabe. 'Ah, não vou fazer isso porque a minha mãe não quer'...". A mãe de criação mantinha-se atenta aos prazos do período de experiência, para que o retorno da adolescente ao abrigo ainda pudesse ocorrer. Ela também estava atenta à vaga no abrigo, pois segundo ela, “*até maio, a vaga delas tão garantida no abrigo, mas depois não. Ela não pode voltar. Não tem volta mais*”. Aos cinco meses de reinserção familiar, no mês de maio, Raquel e a irmã retornaram ao mesmo abrigo no qual tinham estado anteriormente. O motivo para o reabrigo, segundo a diretora do abrigo, foi o mau comportamento de Raquel e sua irmã na casa da mãe de criação.

Caso 4: Francisco

Francisco foi reinserido na casa de uma amiga de sua mãe, que já cuidava de seus irmãos menores, sendo ela a responsável pela família. Foram realizadas visitas domiciliares e Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) com Francisco e a amiga da mãe (responsável pela guarda de Francisco). Foram realizadas 12 visitas domiciliares ao longo de 15 meses, sendo que as entrevistas foram realizadas com o adolescente aos três, seis e nove meses de desligamento institucional, e com a amiga de sua mãe, aos três e aos nove meses de desligamento institucional. Como Francisco participava de atividades extra-escolares em uma ONG, foram realizadas visitas a esta instituição e também conversas informais com a equipe do programa sócio-educativo. As entrevistas com o adolescentes foram realizadas na ONG e em sua residência, e com a responsável familiar, no seu domicílio.

Francisco era o terceiro filho de seis irmãos. Tinha irmãos gêmeos de 15 anos, sendo que a menina faleceu; e outras irmãs de 11, nove e cinco anos. Ele tinha 13 anos e cursava a 5ª série do Ensino Fundamental. Quando era criança, seus pais se separaram devido à violência doméstica perpetrada pelo pai de Francisco, fazendo com que a mãe e seus filhos passassem parte do tempo na rua e parte em abrigos para moradores de rua. Francisco contou que sua mãe não tinha familiares que pudessem ajudá-la.

Durante o período de tempo em que ficou na rua, ela conheceu uma mulher, para quem sua mãe “deu” seus filhos para que ela cuidasse. Assim, Francisco passou a morar na rua com a mãe e seu irmão de 15 anos e também com essa amiga da mãe, a quem passou a chamar de “tia”. Ele acreditava que a “tia” assumiu a responsabilidade de cuidar e educar seus irmãos porque ela gostava deles e disse que ele a conhecia desde os quatro anos. Ele contou

que, durante um tempo, a irmã mais nova também ficou na rua com a mãe e que a irmã de 11 anos foi criada durante um tempo por outros amigos da mãe. Segundo ele, *“a (irmã de 11 anos) ficava com um homem lá na Cavahada... Um homem. Um homem e uma mulher, que a minha mãe tinha dado pra eles. E a (irmã de 9 anos) já morava com a tia (amiga da mãe). Na verdade era eu, o (irmão de 15 anos) e a (irmã de cinco anos) que morava com ela na rua”*. Depois, suas três irmãs menores, de 11, nove e cinco anos, ficaram com a “tia”. Também havia momentos em que Francisco ia com a mãe para abrigos governamentais, para moradores de rua.

A “tia” explicou que cuidava de crianças em casa quando conheceu a mãe de Francisco. Uma conhecida em comum perguntou se ela não podia cuidar de sua filha, e, nesse momento, também levou Francisco, seu irmão de 15 anos e suas irmãs de nove e 11 anos para ela cuidar. Ela ainda contou que a mãe de Francisco era uma pessoa instável e, periodicamente, visitava os filhos e os levava para a rua com ela. A “tia”, então, pegava-os de volta e levava-os para sua casa. Segundo suas palavras: *“eu cuidava de criança em casa. E uma guria pediu pra mim cuidar a guriuzinha dela e aí me trouxe essa daí (mãe de Francisco), que tinha os quatro filhos. Daí ela veio, largou os quatro filhos e sumiu. E desde aí daí eu fiquei com eles. Aí ela aparecia, levava eles pra rua, eu ia, buscava, ou o conselho (Conselho Tutelar) pegava ela, me trazia eles, e assim. Até ela falecer a dois anos atrás, a vida deles foi assim”*. Ela disse que assumiu os cinco irmãos porque se vinculou afetivamente a eles, incentivada pelos seus próprios filhos, como pode ser constatado no trecho: *“olha, eu me apeguei muito neles, por causa que ela abandonou eles comigo, eu criei até hoje eles tudo como meus filhos. Eu sempre conto, ‘ah, quantos filhos tu tem?’, eu digo: ‘dez filhos’. Eu nunca digo ‘ai, eu tenho dois filhos’, não, eu sempre digo ‘eu tenho dez filhos’, eu sempre conto dez. (...) E eu tô mais com eles por causa que os meus filhos mesmo que me incentivaram pra ficar com eles”*.

Francisco relembrou que, antes do abrigo, a “tia” desenvolvia atividades com ele e seus irmãos. Segundo ele, *“quando eu não morava no abrigo, as coisas que eu me lembrava era que eu saía com ela, teve um dia que ela foi no parquinho de tarde com a gente, às vezes ela levava a gente pra escola, dava roupa pra gente, levava a gente pra visitar a mãe, acho que é isso”*. A “tia” o levava para visitar a sua mãe em abrigos para moradores de rua.

Seu pai era alcoolista e morava com a própria mãe. Francisco não sabia a profissão do pai, ou como ele estava, visto que não mantinha contato com ele. A “tia” tinha contato com a avó paterna de Francisco, mas ele não realizava visitas a ela. Ele afirmou que sentia medo do pai, e que não gostaria de morar com a avó e o pai porque a avó estava muito velhinha, e sem ela, o pai podia ficar violento e bater nele. A “tia” confirmou a situação da família paterna, a

avó é uma senhora idosa, e, segundo a “tia”, Francisco tinha medo que seu pai o agredisse, visto que ainda era alcoolista. A “tia” e a avó paterna não tinham contato freqüente, haviam se encontrado apenas duas vezes.

Francisco foi institucionalizado aos 10 anos de idade, quando estava com sua mãe nas ruas. Ele não sabia informações sobre a doença da mãe, e quando seu quadro se agravou, ela foi hospitalizada, e Francisco foi encaminhado para uma instituição de abrigo. Segundo a “tia”, após a internação da mãe, Francisco estava em situação de rua, e a equipe de assistência social governamental o encontrou antes dela. Segundo suas palavras, *“ele tavam na rua, só que daí, eu fui pegar ele na rua que a mãe dele tava doente, e que ele não quis vim. Aí logo em seguida a mãe dele morreu, e daí parece que logo em seguida pegaram ele. Quando eu saí de lá, essas Kombi azul que pegam na rua, pegaram ele e levaram ele pro abrigo”*. Depois desse momento, ele nunca mais viu a mãe, e um funcionário da instituição contou-lhe que ela havia falecido, pois ele havia sido institucionalizado antes do falecimento da mãe.

Institucionalização

Francisco foi institucionalizado aos 10 anos de idade em uma instituição de abrigo governamental, a qual funcionava na modalidade de abrigo institucional. Nesta modalidade, 20 a 30 crianças e adolescentes eram atendidos por educadores, num sistema coletivizado, em duas casas interligadas por uma sede, onde a cozinha, a sala dos educadores, lavanderia, entre outras salas estavam. Ela possuía muros altos e um portão que dava acesso à sede e era mantido cadeado a maior parte do tempo. Através da *inserção ecológica* pôde-se perceber a existência de uma crença, por parte dos trabalhadores sociais da instituição, de que as crianças e adolescentes mais comprometidos e atingidos por problemáticas sociais, como abuso de drogas e situação de rua, eram encaminhados para instituições dessa natureza.

O motivo de abrigamento de Francisco foi a sua situação de vulnerabilidade e risco sociais, por estar vivendo nas ruas, após o estado de saúde de sua mãe se agravar. Seu irmão também chegou a ser institucionalizado, contudo, não permaneceu muito tempo na instituição, fugindo para a rua. A “tia” solicitou o desligamento de Francisco logo após a institucionalização, contudo o pedido foi negado visto a falta de condições da “tia” de cuidar de mais uma criança. Na época, ela morava mais próximo ao centro da cidade, em uma casa de apenas um quarto, cozinha e banheiro. Segundo a “tia”, *“logo em seguida que eles pegaram o (Francisco), eu tentei tirar o (Francisco) de lá, e eles não quiseram me dar. Aí elas não quiseram me dar ele. Daí eu falei com a minha conselheira e ela disse que ia ver se*

tivesse pego ele da rua, ia ver se podia me devolver ele". Não foram realizadas medidas de preservação familiar.

Francisco permaneceu no abrigo durante dois anos e dois meses. Ele contou que a primeira impressão do abrigo foi boa, ele achou que era um lugar legal. Logo na sua chegada, uma menina pediu para ser sua amiga e quis lhe apresentar a instituição. Segundo ele, *"eu pensei que eles fossem legal, porque daí veio a (menina) e ela queria me mostra toda a casa e os educadores não deixaram... (...) O que eu gostei mais foi... quando eu cheguei lá? Foi... Ah, eu gostei de tudo quando eu cheguei"*. Nesse momento, ele afirmou que sentia muita saudade da sua mãe.

A primeira boa impressão que Francisco sentiu nos primeiros dias de abrigamento foi se desfazendo. Aos três meses de desligamento, ele afirmou que, pouco tempo depois, ele passou a não gostar de morar no abrigo, pois havia violência entre os próprios abrigados e entre os educadores e os abrigados. Segundo suas palavras, morar no abrigo era *"chato... Os adolescentes batiam na gente. Os educadores às vezes batiam na gente também. (...) De ruim? É que eles botam a gente de castigo, entortavam o braço da gente... Teve um dia que eu peguei... briguei com o (menino do abrigo). E daí eu peguei e bati no (menino do abrigo), daí eles me pegaram e botaram o meu braço pra trás pra eu não bater mais nele"*. Quando ele precisava de algum material para escola, por exemplo, ele pedia para uma das educadoras, que era a sua madrinha de primeira comunhão. Ele comentou que ela o ajudava: *"às vezes ela pegava e comprava pra mim, porque, na minha primeira comunhão, ela era minha madrinha"*.

Entre as atividades que Francisco fazia na instituição, de que gostava, ele citou fazer os passeios, como ir ao parque de diversões e passeio de barco. Ele disse: *"os educadores pagaram pra a gente ir no Parque Tupã. (...) Às vezes eu achava umas coisas legais. Que às vezes eles davam coisas pra a gente. Às vezes eles faziam carinho na gente"*. Ele também desenvolvia muitas atividades na instituição, como as seguintes: *"jogava três corta, vôlei, amarelinha, desenhava, e conversava"*. Ele afirmou que conversava com os educadores sobre sua vida e seu futuro. Segundo Francisco, *"eu conversava sobre vim morar com a tia (amiga da mãe)... e conversava sobre eles, que eles tinham que mudar o jeito deles... (...) Eles me perguntavam por que, e eu falei porque eles batiam na gente, entortavam o braço da gente. Aí falaram que eles fazem isso só pra acal... acal... acalm... ai! Acalmar"*. Apesar da iniciativa de Francisco de falar sobre a violência que ocorria no cotidiano institucional, ele afirmou que a situação não mudava.

Ele tinha três amigas no abrigo, sendo que ele considerava uma delas sua namorada. Uma das meninas, Francisco já conhecia há muitos anos. Segundo ele, *"eu conhecia ela desde*

pequena, porque a minha mãe morava na rua e teve um dia que ela morou com a mãe dela. Eu achava legal, porque quando eu não tinha as coisas ela me emprestava, quando ela não tinha eu emprestava pra ela". Quando ele se sentia feliz, ele compartilhava esse sentimento com suas amigas, contudo, quando se sentia triste, não costumava dividir com ninguém. Para se sentir melhor, ele brincava com as outras crianças.

Francisco contou que freqüentemente ele e outros abrigados fugiam do abrigo. Às vezes eles ficavam próximos à instituição, e outras vezes, iam para o centro. Ele disse, contudo, que não passava a noite na rua, que voltava para o abrigo no mesmo dia: *"teve uns que ficavam na rua, mas eu sempre voltava"*. Na rua, ele *"ia pedi, come na rua"*. Ele explicou o motivo das fugas no seguinte trecho: *"às vezes porque nós batia nas crianças e, lá naquele os guris lá, e daí eles pegavam e batiam na gente, daí a gente ficava irritado e fugia"*. Aos três meses de desligamento, ele disse que sentia falta somente das amigas que deixou no abrigo.

Na visita realizada aos cinco meses de desligamento, Francisco contou que suas amigas não estudavam mais na mesma escola que ele, pois elas haviam sido transferidas para outra instituição, uma "casa-lar". Através de conversas na escola com outras crianças abrigadas, soube que a casa-lar era um lugar muito bom pra viver, que tinha brinquedos e que a casa era nova. Através da *inserção ecológica*, pôde-se perceber que o adolescente estava entusiasmado com a novidade das amigas. Nessa ocasião, Francisco ainda comentou que gostaria de morar nessa casa-lar e usufruir das oportunidades que eram oferecidas por essa instituição.

Processo de Desligamento

O desligamento institucional foi providenciado pela equipe técnica da instituição. A instituição de abrigo, na qual Francisco viveu, estava sendo reorganizada a fim de operacionalizar o reordenamento institucional, proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O reordenamento institucional orienta que as entidades de abrigo devem ser pequenas, oferecendo um ambiente o mais próximo ao familiar para as crianças e os adolescentes afastados de suas famílias (ECA, 1990). Assim, aos poucos, os jovens abrigados nessa instituição foram sendo transferidos para novas unidades de abrigo, na modalidade de casas-lares, ou reinseridos na família de origem, nos casos em que o retorno era possível.

Logo após a institucionalização de Francisco, a "tia" solicitou o retorno do menino

para sua casa, mas a solicitação foi negada, como pode ser observado no trecho *“olha, elas não quiseram me dar quando eu pedi, né. Aí como eu tive esse problema todo, elas não devolveram, mas elas disseram que só iam me entregar ele no momento que eu tivesse a minha casa”*. Ela e os filhos permaneceram, ainda, mais um ano nessa casa, tendo que deixá-la pois o proprietário a vendeu. Após sair, morou durante um ano com a irmã mais velha, pessoa da família que ela mais confiava. Ela, então, resolveu alugar uma casa, e no outro dia, Francisco foi desligado do abrigo e reinserido na família. Segundo a “tia”, *“eu me mudei pra cá num domingo e na segunda elas me entregaram ele. Que ele ia vim? Sim, sempre sabia que ele ia vim, só não veio antes porque não tinha casa na época. (...) Daí como eu comecei, aluguei aqui, daí elas me devolveram”*. Contudo, ela não tinha clareza do motivo que levou ao desligamento institucional, como pode ser visto no trecho *“só que cada um conta uma história. Ele diz que porque ele brigou, uns dizem que porque ele tava demais, por isso que me entregaram ele, então eu não sei o motivo certo, mesmo, eu não sei”*.

Anteriormente ao desligamento, o adolescente realizava visitas à “tia” nos finais-de-semana. As visitas não foram acompanhadas pela equipe técnica da instituição. Francisco contou que: *“às vezes eu ia sexta, depois do colégio, ficava sexta, sábado e domingo eu voltava pro abrigo, porque daí já tinha colégio”*. No momento de voltar para o abrigo, Francisco sentia-se triste. Contudo, logo se sentia melhor, pois sabia que voltaria no próximo final-de-semana. A “tia” também o visitava quando ele não podia ir para sua casa, como pode ser constatado no trecho *“eu visitava, aí às vezes que ele não vinha, que ele tava de castigo, eu ia lá. Mas ele vinha mais seguido, final de semana todos ele vinha aqui”*.

A equipe técnica considerou a possibilidade de Francisco morar com a avó e com o pai. Inclusive, Francisco foi autorizado a passar os finais-de-semana com a avó durante um tempo, como pode ser constatado no trecho a seguir: *“daí depois no abrigo, eu ia visitar ele,... daí eu parei de visitar a tia numa semana e fui visitar a minha vó, e daí ele ficava lá na minha vó no final de semana. Depois eu parei de visitar ele e fui visitar a tia”*. Entretanto, esta opção foi descartada pela equipe técnica devido à fragilidade da saúde da avó e ao alcoolismo do pai. Francisco achava que ele não podia morar com a avó e o pai *“por que... se eu ia morar com a vó ela podia já ter falecido né... porque ela já tá velhinha. E aí eu ia ter que ficar com o meu pai, daí sem ela, ele pode fica violento, daí era melhor eu vim mora com a tia”*. Após o desligamento de Francisco, a “tia” não recebeu nenhuma visita ou acompanhamento de profissionais do abrigo ou entidades governamentais com vistas a avaliar e verificar a reinserção. Contudo, após os quatro meses de reinserção de Francisco, a família passou a receber visitas de uma conselheira tutelar, que iniciou seu trabalho em função das constantes internações das crianças pequenas, durante o inverno.

Relação entre família e abrigo

Aos três meses de desligamento institucional, a “tia” de Francisco contou que sempre se sentiu bem recebida e acolhida quando ia ao abrigo visitar Francisco e quando telefonava para falar com ele. Ela comentou: “*sempre me receberam legal lá. Sempre me trataram bem, quando eu fui lá, quando eu ligava, sempre me trataram bem*”. Por outro lado, ela achava que Francisco tinha mudado muito após morar no abrigo, pois antes ele era uma criança tranqüila e meiga, e agora estava revoltado. Segundo ela, “*Francisco era uma criança muito calma, era uma criança tri, mas agora do jeito que eles me entregaram o Francisco, me entregaram o Francisco bem torto...*”.

Quando perguntada sobre o que ela achava da forma como a equipe do abrigo lidava com as crianças e adolescentes abrigados, ela disse “*é péssimo, péssimo*”. Ela já havia ouvido Francisco contar que os monitores batiam nos abrigados, e até achava que o adolescente estivesse exagerando. Contudo, após o desligamento de Francisco, a “tia” preencheu uma ficha de emprego e foi chamada para trabalhar na limpeza desse abrigo. Ela contou “*Francisco chegava e me contava as coisas que faziam, e quando ele vinha nos finais de semana ele sempre me dizia. Uma vez, ele veio machucado que bateram nele lá e tudo. Ih, quando eu trabalhei lá, daí vi coisas horríveis lá que eu nem... No começo eu não quis acredita nele, mas quando eu trabalhei lá daí eu vi que ele tinha razão das coisas que ele dizia*”. Ela explicou que “*eles batem nas crianças, tudo que eles tiram as crianças de dentro de casa pra bota no abrigo, pra ser proteção no abrigo, as coisas continuam nas mesmas, não muda nada. (...) Sim, os educadores. E não adianta fazer queixa pra direção, porque elas agarram, não acreditam. Então...*”. Ela contou que não a deixaram completar um mês de trabalho, a direção da instituição disse que ela não podia ficar porque “*eu tinha um menino lá, aí eu disse ‘ué, mas ele não tá mais aqui, tá na minha casa’*. *Aí ela começou a pegar no meu pé, pegar no meu pé*”. Ela foi afastada do trabalho a partir da promessa de ser remanejada para outro setor, contudo nunca foi chamada. Ela comentou “*não, eu tô esperando vaga pra outro lugar, mas daí eu não esperei, eu fui atrás de outro serviço*”.

Por outro lado, na instituição de abrigo, segundo dados advindos da *inserção ecológica*, registrados no diário de campo, alguns educadores consideravam a “tia” de Francisco uma pessoa com desequilíbrio emocional. Como ela cuidava de oito crianças, ela considerava sua casa uma casa-lar, e solicitava da instituição recurso para mantê-los. Certa vez, ela ganhou inclusive recurso para pagar o aluguel da casa onde morava com as crianças.

As informações, registradas no diário de campo, também mostravam que não havia dúvida quanto à legitimidade dessa guardiã, que cuidava de sete crianças sem nenhum vínculo familiar.

Convivência Familiar

Na casa, moravam a “tia”, seus dois filhos biológicos de 16 e 18 anos, Francisco e suas três irmãs de 11, nove e cinco anos e três crianças de sete, cinco e quatro anos, filhos de outra amiga da “tia”, que segundo Francisco, deu-os para a “tia” criar. O irmão de 15 anos de Francisco também passava uma temporada na casa da “tia”, periodicamente. O filho de 18 anos da “tia” ainda tinha uma filha, que morava com a mãe, contudo passava alguns dias com a família quando a mãe necessitava. Além dessas pessoas, em alguns momentos, a casa estava sendo co-habitada por mais pessoas. Certa vez, havia mais quatro parentes da tia hospedados (sua irmã, duas filhas e uma neta) em função de desentendimentos de sua irmã e seu companheiro. A “tia” não possuía emprego fixo, trabalhava como empregada doméstica pela manhã, contudo, era somente enquanto a empregada doméstica da casa estivesse em férias. O sustento da família se dava através do recurso de seu emprego, recurso advindo do trabalho informal e temporário dos filhos e de um programa social do governo federal. Ela não completou o Ensino Fundamental.

Na *inserção ecológica*, observou-se que a residência era muito pequena e pobre. O piso era de barro (chão batido). Estava localizada num bairro pobre da cidade, mas relativamente próximo ao abrigo e à escola de Francisco. Era composta por três cômodos: cozinha, um quarto e um banheiro, e ficava atrás de outra residência, na qual seus moradores faziam “batuque”. Tinha sistema de saneamento básico e eletricidade. Na cozinha, havia somente um fogão e a pia; o banheiro era pequeno e não tinha porta; e, no quarto, quatro beliches e colchões escorados nas paredes, além de sacolas plásticas pelo chão. Eles guardavam as roupas nessas sacolas plásticas. Não havia cadeiras, bancos ou mesa na residência. Muitas vezes, a “tia” mandava uma das crianças pedir uma cadeira emprestada na vizinha para que a coleta de dados pudesse acontecer.

O irmão de 15 anos de Francisco tinha envolvimento com drogas e não morava com a “tia”. Segundo Francisco, o seu irmão estava morando com algumas pessoas, que ele não conhecia, em uma vila da cidade. Ele não sabia muitas informações sobre o que o irmão fazia e como estava, apenas contou que o irmão continuava usando drogas, e, periodicamente, ele voltava para a casa da “tia” com muitas feridas pelo corpo. Segundo suas palavras, o irmão

“cheirava cola, eu acho que continua sim. Toda vez que ele vai pra lá ele... Ele volto cheio de ferida, daí a tia tiro todas as feridas dele, agora ele volto pra lá... E deve tá cheio de ferida de novo... (...) Ai, ele tem umas ferida que fica assim, nem sei como é que é o nome... Eu acho que é sarna... Mas a tia tiro tudo, só que daí ele volto pra lá...”. Segundo Francisco, a “tia” ficava chateada com a situação de seu irmão, e um dia comentou que tinha “largado de mão” o seu filho de 16 anos e o irmão de Francisco, porque eles gastavam o dinheiro em porcaria. Quando questionado sobre o porquê o irmão voltava para essa vila, Francisco acreditava que *“ele acha melhor mora lá, por causa que daí ele pode repeti a comida, por causa que lá em casa quem começa a come primeiro é os pequenos, depois os grandes, daí se quer repetir tem que espera os pequenos repetir. Daí a gente espera. Daí o Rafael fala que a tia só cuida deles, não cuida da gente...”*. A “tia” contou que sua felicidade ficava completa quando o irmão de 15 anos voltava para casa, mesmo que por alguns dias. Ela confirmou o envolvimento dele com drogas. Ela disse: *“ele fica assim, ele fica um pouco comigo, daí quando ele sente falta das drogas, ele volta pra uma outra família que ele tá. E assim ele fica. Daí quando ele tá doente, que tem que ser internado no hospital, aí ele vem, aí eu fico com ele no hospital, ele melhora, por causa que ele vem cheio de ferida, tem tuberculose, volta cheio de doença. Aí eu paro com ele no hospital, ele melhora, aí fica no máximo uns três meses comigo, daí volta pra lá de novo. (...) não conheço (lugar onde ele vai), eu só sei ir. Já levei o conselho (Conselho Tutelar) lá, tudo, eu só sei ir”*. Ela afirmou que se sentia bem quando todos estavam com ela em casa, mas em função da situação do irmão de Francisco, ela estava sempre preocupada: *“falta, sempre né, que nem agora, eu sinto, o outro ta lá mas eu fico preocupada, como é que ele tá, se ele tá tomando os remédios, coisa e tal”*.

Aos três meses de desligamento, a família tinha sérias dificuldades financeiras. Os recursos do trabalho informal da “tia” e do programa social não eram suficientes para suprir as necessidades mínimas básicas da família. Segundo suas palavras, *“olha, eu tive assim, mês de fevereiro e janeiro foram os piores meses pra mim. Sempre são né, os piores meses pra mim. (...) Ah, por causa que eu me endivido do natal, então daí... fica horrível né. Porque eles escolhem o que eles querem né, não é o que eu quero dar... e daí... tem que comprar né. Daí tu tem... Pra tirar, só no crediário né, e daí me cravo né. Sim, daí eu tenho que ficar pagando, e diminuindo na comida né. E daí eles ficam brabo né, porque eles não aceitam”*. Nesses meses de férias, a “tia” ficou sem emprego, agravando a situação.

Com exceção dos filhos biológicos da “tia”, todos iam à escola e/ou a um programa sócio-educativo (SASE), desenvolvido por uma entidade não-governamental e dirigida por uma religiosa. No SASE, Francisco participava de atividades no turno inverso ao turno escolar, sendo que também havia uma creche, na qual as crianças pequenas passavam o dia.

Ele contou: *“de manhã, eu venho pra cá, porque eu passo a manhã toda aqui (SASE), de tarde eu vô pro colégio, fico a tarde toda lá. Daí quando eu saio do colégio eu vô pra casa, daí se tá muito frio eu venho pra minha cama e durmo, e daí às vezes eu fico vendo tv, gosto de vê a novela... o ‘big brother’”*. Era no SASE, que as principais refeições eram realizadas por Francisco. Ele tomava o café da manhã e almoçava no SASE. À noite, a refeição era feita em casa, às vezes tomava café, às vezes, jantava. Segundo ele, *“normalmente a gente come arroz, feijão e carne”*. Contudo, Francisco somente tomava café preto em casa, pois o leite era para as crianças pequenas: *“não (tomo leite), eu tomo café preto. Porque se eles (crianças) não tomam leite, eles ficam doente”*. A “tia” contou que, na maioria das vezes, ela tinha que fazer janta à noite, não adiantava fazer lanche, pois todos pediam comida. Segundo ela, *“aqui não adianta fazer lanche pra eles, tu dá lanche pra eles, eles até comem, mas depois ‘não vai ter comida? Cadê o arroz, o feijão?’ , tem que ter o arroz e o feijão pra eles, se não tem... Esses dias até fui fazer... Vou fazer uma pizza e uns pastel. Daí fiz, aí eu ‘ah, não vou dar janta hoje’. Que nada! Ninguém quis dormir enquanto que eu não tive que bota as panelas no fogo pra fazer comida. Aí eu fui fazer um carreteiro. Sim, mais um carreteiro! Tive que fazer um carreteiro ligeiro porque ninguém queria dormir por causa que tavam com fome, porque não tinham jantado. Então não faz o lanche. Não adianta fazer lanche”*. Apesar da situação de pobreza, Francisco não acreditava que seu retorno para a casa da “tia” tinha trazido mais dificuldades para a família.

Da mesma forma, a “tia” não acreditava que o retorno de Francisco tinha exacerbado as dificuldades financeiras na família. Contudo, quando ele pedia um material escolar ou um lanche para levar na escola, ela não podia dar. Frente a estas situações, ela manejava da seguinte maneira: *“quando falta assim material, ou ele tem que levar um... por exemplo, um prato, ou um lanche, tem que levar, daí ele chega ‘o tia, amanhã tem que levar isso assim’ . Aí eu digo pra ele ‘ó, tu fala pras professoras que eu não tenho hoje pra dar, não tenho, tu fala pra professora, eu não tenho’ . Quando a tia tem, tem, mas hoje eu não tenho”*. Ela disse que ele ficava chateado, mas entendia que ela não podia dar: *“ele entende. Ele fica assim um pouco chateado, as gurias também ficam, mas eu digo ‘vocês têm que entender que eu não tenho. Vocês são um bando de gente, não adianta dar pra uns e não dar pros outros”*.

A “tia” tinha uma relação satisfatória com a equipe do SASE, visto que os conhecia desde que seus próprios filhos eram bebês. Como ela morava na vizinhança, ela, primeiramente, colocou seus filhos na creche, depois no SASE e foi conseguindo vaga para as outras crianças que ela cuidava. Ela explicou: *“era perto de onde eu morava. Já conhecia eles, porque quem eu botei lá primeiro foi o meu filho (de 18 anos). Foi ele e o (filho de 16 anos), quando eram pequenos. Daí foi aparecendo as crianças e eu fui encaixando. Tive briga*

muito lá com elas pra encaixar eles né, mas daí ela foi me encaixando, como ela já me conhecia, ela foi me encaixando". Ela comentou que agora o trabalho desenvolvido por esta organização está legal, pois antes era muito desorganizado.

A "tia" esperava que Francisco retornasse para casa sendo o menino que ele era antes de ser institucionalizado. Ela acreditava que o abrigo o tinha mudado, "entortando-o", deixando-o revoltado. Ela comentou "*olha, Francisco era uma criança muito calma, era uma criança tri, mas agora do jeito que eles me entregaram o Francisco, me entregaram o Francisco bem torto. No começo, quando ele veio, ele veio muito revoltado de lá. Só, ele veio muito revoltado. (...) Tá sendo difícil de eu conseguir botar ele no ritmo, tá terrível ele, tá muito terrível mesmo. Ele tá muito bagaceiro, ele bate nas irmãs, chama as irmãs de tudo o que é nome, que nem fazem lá no abrigo, sabe, então... e ele sabe que aqui eu não aceito isso*". Ela estava trabalhando para que Francisco entrasse no seu "ritmo", e isso estava acontecendo porque ele a escutava bastante, como pode ser constatado "*não, também não, porque ele me escuta bastante. Ele é mais rebelde com os irmãos, fica brigando com os irmãos, mas comigo não. (...) Já, já tá entrando já no meu sistema*". Ela contou que tanto Francisco quanto seus irmãos a escutavam e obedeciam ao que ela dizia. Assim, aos poucos, ele estava mudando porque ele escutava o que ela dizia, como pode ser constatado no trecho: "*porque eu converso bastante com ele. Me ouve. Eles prestam bem atenção, depois eu saio e eles ficam só conversando... ah, eu digo pra ele 'tu não tá lá no abrigo pra tratar as tuas irmãs desse jeito', e 'eu não gosto, tu sabe o meu jeito que eu sou, então tu volta pro meu ritmo', às vezes eu finjo que eu tô dormindo, e eles ficam conversando, e eu só fico ligada no que eles tão conversando*". A "tia" demonstrava acreditar no potencial de Francisco e na sua índole, pois após uma conversa, ele assumia que estava errado e pedia desculpas. O trecho a seguir ilustra esta constatação: "*ai eu sento e converso com ele, daí ele pára um pouco, daí ele fica pensando, depois ele vem 'ta, tia, desculpa, eu errei'*". Assim, ela concluiu "*ele é uma criança boa, ele gosta de estudar, é uma criança bem... tem chance de crescer na vida, ele tem, em vista do irmão dele mais velho, ele tem tudo né. Eu acho...*".

Francisco não mudou de escola após o desligamento institucional. A "tia" nunca teve problemas com Francisco na escola. Ela não tinha o costume de participar das reuniões de pais, pois sabia que nunca "*dava em nada*". Segundo ela, somente comparecia nas reuniões da escola quando havia um encontro individual com cada pai ou responsável ou quando era chamada com urgência, como pode ser visto no trecho "*não, eu vou nas reunião, eu não vou sempre. Só quando elas me chamam mesmo urgente, que tem na sala individual deles, daí eu até vou, mas quando tem aquelas reunião em grupo, eu não vou porque é sempre a mesma coisa. Quando é cada um na sua sala, até eu vou (...) É, eu vou mesmo quando eu sou*

chamada". Ela contou que eles iam regularmente à escola, somente faltavam quando estava chovendo muito forte ou quando está muito frio. Mas isso ocorria raramente. Por outro lado, ela sempre participava das reuniões e comemorações realizadas na ONG onde as crianças passavam o dia. Ela disse que o SASE "*faz reunião, chama quando tem que chamar*", então ela vai sempre.

Francisco considerava sua vizinhança muito perigosa. Sua vizinha, da casa da frente, fazia "batuques", e quando tinha sessão, todos tinham que ficar dentro de casa. Ainda existia violência, tráfico de drogas e tiroteio. Ele disse "*eu não gosto (da vizinhança). Os adultos fumam pedra, maconha, bebem cachaça... Aí a gente não chega perto deles...*". Além disso, ele sentia-se desconfortável nessa comunidade, pois "*não sei... Eles não conversam com a gente... Daí a gente sai pra rua, eles começam a falar da gente... Que a gente é feio, essas coisas... Às vezes, a (irmã de 11 anos) sai com o cabelo feio e chamam ela de bruxa...*".

A "tia" não era uma pessoa de muitos amigos ou engajada em eventos sociais com amigos. Ela não tinha pessoas consideradas suas amigas na vizinhança, nem conhecia muitas pessoas na vizinhança, ela tinha apenas um casal de vizinhos que, quando ela precisava, eles "reparavam" as crianças quando ela precisava sair por pouco tempo. Sobre os vizinhos, ela comentou: "*ah, eu sô assim mesmo, eu não sô muito de faze amizade. E muito que, eles gostam de fuma, toma chimarrão, bebe, e eu não faço nada disso. Então pra que que eu vô me aproxima? Fica uma pessoa ali parada, eles tudo bebendo, fumando, ou tomando chimarrão, e eu parada no meio, então eu nem vô. (...) Não tomo chimarrão, não bebo, não fumo, então eu prefiro fica aqui no meu canto. Porque fica xarope, todo mundo na roda ali bebendo, ou tomando chimarrão, e tu ali parada*". A pessoa que ela mais podia contar era sua irmã mais velha, com quem já morou durante um ano antes de alugar essa casa. Ela disse: "*quando eu preciso, me aperto com alguma coisa com as crianças aqui, em relação a comida, eu vo lá, mando eles lá buscar alguma coisa, ela sempre me manda*".

Para Francisco, a melhor coisa de estar com a "tia" era poder ficar com seus irmãos. E, por outro lado, o pior era as chateações que o filho de 18 anos da "tia" fazia com ele, chamando-o de "bicha". Ele disse "*coisa boa é que eu tô com os meus irmãos, e a coisa ruim é que às vezes o (filho de 18 anos) começa a mexer com a gente, fala que a gente é um 'bicha', bruxa...*". A pessoa que Francisco mais podia contar, nesse momento, era sua irmã de 11 anos, pois podia confiar nela, contar seus pensamentos e segredos. A pessoa que ele não podia contar era a sua irmã de nove anos, pois ela era fofoqueira e não era confiável. Quando ele sentia-se triste, ele afirmou que conversava com a "tia" e as outras crianças. Isso acontecia, especialmente, quando pensava em sua mãe, como ele mencionou "*quando eu falo da minha mãe eles falam pra mim não me lembra dela, porque daí eu fico mais triste... É isso*

que eles falam... Eles falam pra mim deixa ela descansa...". Da mesma forma, a "tia" contou que quando Francisco estava triste, ele conversava com ela. Segundo suas palavras, "todos eles sempre me contam. Ai, às vezes eu digo... Eu converso com eles, né. Eu digo ah..., é que eles sentem muita falta da mãe deles, aí eu digo 'é, mas vocês têm que ver que, né, ela tá sempre do lado de vocês, tá sempre cuidando de vocês'. É que eles sonham muito com ela. Eles têm sonhado muito com ela. Aí eu digo 'é, ela tá aí, tá sempre aqui com vocês'".

Ainda na primeira etapa da coleta de dados, aos três meses de desligamento, a "tia" de Francisco julgava que o retorno do adolescente estava indo bem. Ela estava satisfeita, pois, segundo suas palavras, "*assim eu sei que tô com todos os meus filhos em casa*".

Nas visitas subseqüentes, as anotações do diário de campo mostraram que Francisco demonstrou-se mais reservado e quieto. O inverno havia chegado e a casa estava muito úmida e fria, facilitando que as crianças ficassem doentes, faltassem às aulas e, algumas, fossem internadas. Em várias situações, a pesquisadora entrou em contato com a "tia" e ela estava no posto de saúde com uma das crianças pequenas. Nessas situações, Francisco acabava ficando em casa com elas, pois não podiam ir para o SASE. A "tia" comentou que, em todos os invernos, a irmã de cinco anos e a menina de quatro ficavam "atacadas do peito" e precisavam consultar.

Aos cinco meses de desligamento, Francisco passou a reclamar mais dos filhos biológicos da "tia", afirmando que eles estavam "mexendo" com ele e suas irmãs, e que, muitas vezes, batiam neles. Francisco estava triste e bastante revoltado com a forma de a "tia" lidar com a situação, segundo ele, ela não fazia nada para defendê-lo nessas situações. O contexto familiar estava conturbado, pois a neta da "tia", filha do seu filho de 18 anos, estava hospitalizada e demandando sua ajuda.

Aos seis meses de desligamento, na segunda etapa de coleta de dados, uma nova entrevista foi realizada com o Francisco. Contudo, em contato com a equipe do SASE, soube-se que ele e as irmãs não estavam freqüentando o programa há algumas semanas, então, optou-se por encontrá-lo em sua casa. Chegando à casa de Francisco, ele encontrava-se gripado e contou que a menina de quatro anos, que a "tia" criava, estava internada no "postão", e que a "tia" estava lá. Além de estar doente, Francisco estava mal-vestido, roupas e cabelos sujos e pés descalços, apesar da temperatura estar baixa no momento. Como os filhos da "tia", o irmão de 15 anos de Francisco e sua namorada, que estava escondida porque o ex-namorado estava procurando-a, estavam na casa, não havia espaço para a realização da entrevista, fazendo com que ela tivesse que ser feita na calçada da casa. Em função das internações e constantes adoecimentos das crianças, a "tia" não se mantinha empregada. Francisco estava bem abatido, conversou brevemente, usando respostas curtas. Contou que o

irmão de 15 anos e sua namorada estavam morando com eles. Seu irmão estava fazendo um curso, no centro, e com esse curso, ele ganhava uma bolsa, um recurso para que freqüentasse o curso. Ele estava ajudando a família com esse dinheiro.

Ele contou que os filhos da “tia” não estavam mais sendo violentos com ele e com suas irmãs. Falou que o cotidiano familiar estava tranqüilo, ele não estava passando necessidades e também não sentia saudade do abrigo. Ele participava da rotina da casa, limpando-a e lavando a louça, junto com sua irmã de 11 anos. Apesar desses comentários, dados registrados no diário de campo indicavam que Francisco estava com o semblante abatido e com uma postura de resignação, e não bem, como se esperaria que alguém estivesse quando o ambiente familiar está bom e tranqüilo. Ele também contou que estava indo bem na escola, e a matéria que ele mais gostava era matemática.

Aos nove meses de desligamento, Francisco estava quieto e apático. Estava novamente sem motivação para a entrevista, respondendo-a com sentenças breves. Ele contou que, em sua casa, além das pessoas que normalmente moravam lá, a “tia” estava hospedando sua irmã, quatro sobrinhos e dois bebês, filhos de uma sobrinha. Assim, a pequena casa estava sendo co-habitada por cerca de 16 pessoas. Ele disse que a situação piorou depois que a irmã da “tia” foi para sua casa, *“por que tem mais gente... mais gente pra comer”*. Por outro lado, ele contou que tem brincado com um dos sobrinhos, o que o deixava bastante satisfeito.

Através da *inserção ecológica*, pôde-se perceber que a situação de pobreza da família estava mais agravada. Existia restrição de comida, e a “tia” passou a não conseguir prover mais as necessidades básicas de Francisco. A “tia” estava sem trabalho, mas, agora, estava recebendo recursos advindos de dois programas sociais do governo federal (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil e Bolsa Escola). Ele contou que, durante as refeições, ele sentia fome, pois não se alimentava o suficiente, e continuava sem poder tomar leite. Ela não tinha condições de prover o material escolar que Francisco precisava, fazendo-o pedir para os professores.

Além da situação de pobreza, Francisco parecia triste e “saturado” com essa situação. Ele contou que, nas últimas semanas, ele havia brigado com a “tia”, pois ela não fazia nada quando seus filhos de 16 e 18 anos o xingavam, dizendo que ele tinha características femininas e era “bicha” e “gay”. A “tia” confirmou as reclamações de Francisco, ela contou *“ele diz que quando ele briga com os guris, ele diz que eu não faço nada.”* Certa vez, ele ameaçou fugir de casa, daí ele saiu e ficou sentado na calçada da rua durante muitas horas, sem que ninguém fosse buscá-lo ou conversar com ele. Da mesma forma, na entrevista ocorrida aos seis meses de desligamento, a “tia” de Francisco contou que ele estava muito “briguento” e revoltado com ela. Para ela, a dificuldade maior não estava localizada na

escassez de alimentos, mas sim nas brigas, com violência física, cada vez mais freqüentes. Segundo ela, o adolescente estava apresentando uma instabilidade emocional: “*o Francisco tá muito brigão! Ele é assim, ele é de lua. Tem vezes que ele tá calminho, calminho...*”. Ela contou que ele, por qualquer motivo, com uma pisada no pé dele, já era motivo para ele ficar irritado. De acordo com suas palavras, “*às vezes não... Às vezes uma criança passa e pisa no pé, ele já... já se irrita. Não tem do que, às vezes dele se irrita. Qualquer coisinha... Se tu disser pra ele: não mexe ali...deu! Já fica invocado. Tu não pode dizer nunca é ‘não’ pra ele. Tem que dizer sempre sim... sempre sim... Não ele não aceita*”. Ela disse que ele andava com ciúmes de uma das crianças que a “tia” criava, a que tinha quatro anos, pois dizia que tudo, comida, brinquedo, a “tia” dava para ela.

Em certos momentos, Francisco e os filhos biológicos da “tia” brigavam, inclusive através de violência física. A “tia” contou: “*eles (Francisco e seus filhos) são muito ‘brigões’. O Francisco briga com o (filho de 16 anos), briga com o (filho de 18 anos), sabe. São muito ‘brigões’. Com (a irmã de 11 anos), com a (irmã de nove anos). Às vezes eles brigam de soco mesmo. Mas o (Francisco) sai bem no soco... O (Francisco) sai bem no soco. Só que daí ele atoca calçado, ele se defende bem..., ele se defende bem... Ele atoca calçado, que já voou até na cabeça do (menino de sete anos), tamanco, fez um “galão” na cabeça do (menino de sete anos). Aí voou tudo*”. O motivo é sempre por um ter “mexido” com o outro, xingando-se. Segundo a “tia”, “*eles ficam se xingando, começa nas “xingança”. Ficam chamando de “bichinha”, ficam chamando de “negão”, ficam chamando disso... Começa nessa besteirinha, nessa brincadeira... Que a tua mãe é isso, que a tua mãe é aquilo... Aí quando tu vê, tão se pegando! É, é, é... a única coisa é, é nisso que começa*”. Para resolver e contornar a situação, a “tia” também usava de violência física, conforme explicou: “*eu digo pra eles: Parem! Parem! Parem! Nenhum... nenhum dos três querem parar. Cada qual quer brigar mais, quer falar mais... aí eu sou obrigada a levantar, pegar meu cabo de vassoura... e pegar, e chamar eles tudo... Eu bato neles. Pensa que eu não bato? Mas, eu toco eles no chão, piso... São grandes, mas eu dô lhe pau neles. Eles tentam segurar na mão, mas eu, qualquer coisa eu vou sentando o pau neles, sabe... São grandes, mas eu vô neles também*”. Ela explicou que batia em todos igualmente, pois não podia defender somente um: “*eu não posso defender ninguém. Se eu parar um é porque... ah, protegeu aquele queridinho... então eu, não posso, então eu não posso, eu tenho que fazer é pegar o cabo da vassoura e sair dando neles... Porque eu não posso defender nenhum dos dois... Porque daí, ah, ‘protegeu o fulano’, ‘protegeu o sicrano’, então não dá. (...) Então, não tem... Só o cabo da vassoura que daí já sabe. Eu vou levantando, fecho a porta, pra eles ver que eu tô fechando a porta, já sabem que o pau vai pegar!*”. As crianças pequenas assistiam a toda essa situação em cima da cama, e

começavam a gritar e chorar: *“os pequenos ficam em cima da cama, né, as gurias ficam gritando, berrando, né. Eles ficam olhando só. A pequena é que fica chorando, né”*.

A “tia” contou duas situações relacionadas ao Francisco, ocorridas nas últimas semanas. A primeira referia-se ao encontro de Francisco com uma menina do abrigo, que passou a morar na vila com o namorado. A “tia” não gostava dela, dizendo que era uma menina “à toa” e ela morava no lugar mais perigoso da vila. Francisco pediu insistentemente para ir visitá-la, mas a “tia” não deixou. Ela contou: *“ele encontrou uma amiga aqui do abrigo... Bah! Ele viu... Foi então pá-pá quando ele encontrou essa guria aqui, que aí ele queria, de noite... aqui não pode, ainda mais lá em cima, que dá tiroteio... queria ficar com a guria lá em cima, e eu não deixei. Bah, ficou brabo, brabo, brabo! Ninguém podia encostar nele, me disse horrores... (...) Até que eu levei, tive que dar nele... Aí o... o (irmão de 15 anos) tava aí, agarrou ele, disse: ‘respeita a tia, guri!’ E ele nada, mas eu tive que dar uns tapas nele. Dei nele ‘afu’ mesmo aquele dia”*. A segunda referia-se a ida de Francisco ao Conselho Tutelar. Ele falou com um conselheiro e pediu para voltar para o abrigo. Ele disse que o filho da “tia” de 18 anos batia nele e que ele não queria voltar para a casa da “tia”. O conselheiro, então, ligou para a “tia”, conversou e decidiu levá-lo de volta para a casa, não atendendo ao pedido de Francisco. Segundo ela, *“o conselheiro me ligou e tudo. Não queria vim, não queria vim... Daí disse que como é briga de irmão e coisa... Mesmo o (filho de 18 anos) sendo maior, né... Aí perguntou se o (filho de 18 anos) trabalhava e tudo, mas... No caso, assim, de bater não era de deixar hematomas, essas coisas... (...) Graças a Deus, não chegavam a se bater de deixar marca nunca... É aqueles tapas, pontapés, socos, sabe?”*. Francisco desejava voltar para o novo abrigo, a casa-lar, na qual suas amigas estavam e ele imaginava como um lugar melhor para viver.

Ela acreditava que o comportamento de Francisco era algo de sua natureza, pois foi criado indo de um lado para outro, passando alguns meses com a mãe, nas ruas, e outros na sua casa; e também porque o abrigo tinha o estragado, visto que ele não era dessa forma. Os trechos a seguir ilustram as constatações: *“como eu disse pro conselheiro, agora eles já tão há 3 anos, assim, seguidos comigo sem ter contato com a mãe deles, que eles tinham aquilo ali... Eram 3 meses dentro de casa comigo, e os outros 3 meses na rua, com a mãe deles. Então acho que agora ele tá, ele sente falta daquilo. Aí quando aperta lá na rua, briga naquele lugar... daí, corre pra ‘tia’. (...) Ele veio bem mudado dessa vez do abrigo comigo, né. Ele tava muito machão... Como eu te disse, pra dizer não o Francisco era... bah! Era bem o oposto do que como eles me trouxeram. Como eu disse pra... Agora que vocês estragaram o guri daí vocês me entregaram! Quando o guri tava bem aí vocês não quiseram me entregar! Sabe?”*.

A “tia” ainda contou que, frente ao comportamento agressivo de Francisco, ela ficava muito chateada e dizia algumas coisas para ele, mas eram palavras ditas de “cabeça quente”. Certa vez, em uma dessas situações de brigas, ela disse: *“por que é que tu não ficou lá no abrigo, então? Porque é que tu veio pra mim?” Eu digo pra ele, às vezes, na briga, quando ele tá demais: ‘por que é que tu não ficou, então, lá? Por que é que tu veio pra mim?’ e digo também. Mas aquilo é na hora da raiva, no momento... (...) Não é o que penso. É só quando tu tá com raiva, tá com raiva... tu diz aquele monte de besteiras, depois tu pára pra pensar. Isso aí eu digo até pros meus filhos. Anteontem ainda mesmo dei no (filho de 18 anos) e mandei ele embora. ‘Vai-te embora de casa! Não te quero mais aqui!’ Sabe?”.*

A pesquisadora havia participado de uma comemoração na ONG, na qual houve apresentações das crianças que participavam das aulas do SASE e da creche. Em uma das apresentações, algumas meninas estavam dançando e, num dado momento, elas erraram. Foi, então, que a “tia” de Francisco disse em voz alta, para que ele ouvisse, pois estava a alguns metros dela: *“Francisco, vai lá ensiná elas... vai lá ensina elas a rebolá”.* Nesse momento, ele disse *“ai, tia...”*.

Ele sentia-se bem na escola. Tinha amigas com quem conversava e em quem confiava, e no ambiente escolar, ninguém o chamava de “bicha” ou “gay”. Ele comentou que conversou com a vice-diretora sobre sua situação em casa, dizendo que gostaria de voltar para o abrigo. Ele disse para a vice-diretora: *“falei pra ela que eu ia queria ir embora de lá (família). Ela disse pra mim se eu queria volta pro abrigo. Falei que sim. Ela só perguntou isso. Mas agora não quero”.* A vice-diretora não falou com o Conselho Tutelar, não falou com a equipe do SASE ou abrigo e nem chamou a “tia” para conversar. Ele, nesse momento, não queria mais voltar para o abrigo, pois nutria uma expectativa de morar com a avó e o pai, os quais Francisco estava reencontrando. Ele contou que foi atrás da residência deles, e que estava planejando passar duas semanas com eles, conjuntamente com as irmãs. Ele disse: *“Na casa do meu pai. Eu e a (irmã de 11 anos) e a (irmã de nove anos) vamos passar duas semanas lá com ele. Nós vamos ir... hoje. Ele vai lá buscar a gente, hoje quando a gente chegar do colégio. Já fui lá. Na semana que passou, eu fui lá”.* A “tia” confirmou os planos de Francisco de passar duas semanas com o pai. Ela contou que, na última semana, Francisco, a irmã de 11 anos e o primo, seu melhor amigo naquele momento, foram visitar a avó de Francisco e que seu pai estava lá. Ela comentou, ainda, que iria junto com eles, mas não pôde no dia. Depois dessa visita, o pai apareceu na casa da “tia” pedindo para levá-los para casa, e ela deixou. Contudo, ela não tinha uma impressão muito boa do pai. Ela comentou: *“mas foi assim, o Francisco teve vontade de ir lá visitar a vó, foi e encontrou o pai dele. Eu ia junto, daí chegou na hora e eu não pude ir. (o pai) nunca visitou eles, nunca... Tanto é que eu tenho*

aquele papel da guarda. Veio, conheci ele. Pela primeira vez conheci ele. As duas vezes que ele apareceu aqui, ele apareceu bêbado. Apareceu bêbado. Eu não gostei muito da cara. (...) O (irmão de 15 anos) morou com ele quando era pequeno. Diz que ele bebe muito, né. Quando ele bebe, ele agride todo o mundo”.

Sobre o pai levá-los para casa, ela disse que a conselheira tutelar não era a favor, mas que ela decidiu permitir. No fundo, ela sabia que o pai ia beber, agredi-los, fazendo-os voltar rápido para casa. Segundo suas palavras, *“daí ele quer levar as crianças, mas só que a (conselheira tutelar) disse que ele não pode levar. Então eu disse, não, vou deixar eles ficarem lá duas semanas, pra eles conhecerem o pai deles... Na primeira ‘birita’ que o pai tomar, e querer quebrar eles, eles vão vim correndo pra cá. Então é isso. Como agora. Eu vou deixar eles lá pro o pai deles. Primeira briga que tiver lá, não aceitar, disserem um ‘não’ pra ele, ele vai vim correndo pra cá”.* Por outro lado, ela não acreditava que as crianças estavam em perigo ou situação de risco na casa da avó, pois, segundo ela, agora o pai sabia que tinha outra pessoa envolvida e que estava de olho nele. Além disso, ela tinha preparado-os para, caso acontecesse alguma coisa, eles poderem ligar para ela ou sua irmã, que morava nas proximidades. Ela disse: *“de repente, eu acho que não, porque agora ele sabe que... aí eu tô envolvida, né. Quando era com a mãe deles talvez sim, mas agora comigo já... Talvez não. Por isso que eu já disse pra elas, e botando cartão no meu celular pra qualquer coisa ligarem... To dando o telefone da minha irmã, que a minha irmã mora ali perto, na (nome da rua), né. Pra elas ligarem, que daí a minha irmã sobe lá e busca eles. Tô mandando eles já com tudo... que qualquer coisa...”.*

Francisco, inicialmente, falou que, em seu futuro, não sabia o que queria ser ou fazer como profissão ou onde iria morar. Queria estar trabalhando, e imaginou-se sendo pediatra. Contudo, não sabia o que precisava fazer ou estudar para ser pediatra. Também não contou nenhum desejo ou sonho que tivesse em sua vida. Apenas desejava que sua vida fosse “bom”. Por outro lado, a “tia” disse que ele, certamente, seria costureiro ou cabeleireiro, pois estava sempre brincando e enfeitando bonecas, e arrumando os cabelos das meninas, *“ele adora fazer penteados”*, disse a “tia”. Ela enfatizou as características femininas de Francisco, disse que ele se comportava de forma semelhante a um sobrinho seu que assumiu sua homossexualidade e que, no caso de Francisco, era uma questão de tempo. Segundo suas palavras, *“olha, o que eu acho que ele quer ser... Porque ele gosta muito de tá fazendo roupinha de boneca, penteando os cabelos, né. Porque se as gurias tão com alguma boneca, ou tão fazendo a casinha... Ele já toma conta! É, ele não deixa mais ninguém pegar as bonecas, só ele. Brinca. Não nem deixa as gurias pegar! É ele que tem que pentear o cabelo, é ele que tem que botar a roupa... E elas ficam tudo parada, assim, olhando ele pra conseguir*

daí quando vê ta dando pau por causa das bonecas. Aí os guris convidam ele pra jogar uma bola, coisa e tal, ele não quer. Bola ele não brinca, nem de carrinho. (...) E desde pequeno ele foi sempre assim, sempre”.

Quanto às semelhanças com seu sobrinho, ela disse: *“eu tenho um sobrinho que era bem assim que nem o Francisco. Só gostava de fazer roupinha de boneca, pentear cabelo... E quando ele fez 18 anos, ele chegou e se assumiu. É o que eu digo pro Francisco, né. De repente... eu tô esperando de ti com 18 anos, ele se assumiu, né. Mas, eu, eu, o Francisco é bem do jeitinho do meu, meu sobrinho”* e *“porque ele pega, fica na beirada da cama, dançando que nem mulher, ele rebola, às vezes ele bota um vestido das gurias, sabe? Ele, ele é o meu sobrinho escrito! Ele é o meu sobrinho”*. Ela não achava que Francisco era muito jovem para decidir sua identidade sexual, pois segundo suas palavras, *“olha, eu não posso te dizer, porque... ah... Hoje em dia, as guriasinha tão tudo assumindo... Eu tenho uma sobrinha que é da idade dele que é um homem, que é um homem! Ela usa duas blusas pra não mostrar o seio, usa uns bermudão de homem, só que o Francisco não se veste de mulher, né”*. Contudo, ela disse que respeitaria a decisão de Francisco. Ele era seu filho e sempre seria. Segundo ela, *“não vou... Como eu disse pra ele: ‘nunca vou ficar contra ti, se um dia tu chegar e: ‘oh, tia, eu não sou homem’. Jamais vou ficar’. (...) Ele diz que tá namorando uma guriasinha lá, e tem até o nome dela aqui no braço, tudo, né... Mas é como eu digo, isso aí engana... A gente... O que ele for, pra mim não importa...”*. Ela acreditava que ele só não tinha “se assumido” por causa dos seus filhos e do irmão de 15 anos, que ficam “em cima”, implicando com seu comportamento.

Aos 18 meses de desligamento institucional, Francisco e sua família não moravam mais na mesma residência. A “tia” não tinha conseguido pagar mais o aluguel, e todos estavam morando na casa de sua irmã mais velha há alguns meses. Em contato com a ONG, soube-se que Francisco não participava mais do SASE, em função de sua idade ser superior à faixa de idade de atendimento da instituição, e que tinha sido encaminhado para outro programa de SASE, dessa vez, para adolescentes. Em contato com essa instituição, de cunho filantrópico e religioso, obteve-se a autorização para visitá-lo nas dependências da mesma. Francisco estava quieto e abatido. Vestia roupas velhas e sujas, dando-lhe uma aparência de desleixo. Primeiramente, ele apresentou a instituição, as salas, lugares que freqüentava e os cursos que fazia e, após esse momento, falou sobre sua vida, nos últimos meses. Contou que havia morado com o pai, mas que tinha voltado para a casa da “tia”. Comentou que o pai continuava bebendo, mas ele nunca foi violento com eles, pelo contrário, ele era engraçado quando bebia, fazendo-os rir. Não apanhava mais dos filhos da “tia”. Falou que havia tentado voltar para o abrigo, indo no Conselho Tutelar pela segunda vez, contudo seu pedido foi

novamente negado.

Caso 5: Davi

Davi foi reinserido na casa da mãe biológica e irmãs, sendo a mãe a responsável pela família. Foram realizadas visitas domiciliares e Entrevistas de Reinserção (Siqueira, 2006) com Davi e sua mãe. Foram realizadas 11 visitas domiciliares ao longo de 15 meses, sendo que as entrevistas foram realizadas com o adolescente aos três, seis e nove meses de desligamento, e com sua mãe, aos três e aos nove meses de desligamento institucional. A coleta de dados foi realizada na residência do adolescente.

Davi era o segundo filho de sete irmãos. Ele tinha 14 anos e cursava a 4ª série do Ensino Fundamental. Davi não teve muito contato com ele visto que o mesmo faleceu quando ele era criança. A família paterna mantinha-se afastada dele e de suas irmãs também, e segundo a mãe de Davi, moravam no Rio de Janeiro. A mãe de Davi não gostava de falar em seu pai, entretanto contou que *“quando a gente se separou, depois de um tempo, ele já tinha sido expulso da polícia, porque ele era traficante, né? Ele tirava as droga do traficante e vendia e usava de tudo um pouco. E daí ele foi embora pro Rio. Só que lá... ele adorava bater me mulher, né? Ele arrumou uma mulher, essa mulher morava no morro, aí um ano e pouco ele tava com ela, botou a mulher dentro dum hospital, e aí os irmão dela eram tudo, tudo de Morrão, tudo bandidão mesmo, daí quando ela voltou pra casa, ele saiu da favela que ia pra casa da mãe dele, e aí deram 27 tiro, e mataram, trucidaram ele”*. Ela ainda contou que ficou sabendo quase dois anos depois.

A família de sua mãe também não participava da vida da família, pois todos moravam no interior. Por ser o único menino do núcleo familiar, sentia-se responsável pela família, especialmente pelas irmãs. Ele sempre morou com a mãe e as irmãs desde a infância. Sua irmã mais velha de 18 anos morava com o namorado e a filha em uma vila da cidade. Sua mãe estava educando seus cinco filhos sozinha. Estava separada do terceiro marido há cinco meses, sem receber nenhuma ajuda financeira para manter as filhas. Ela possuía amigos que apadrinharam suas filhas, os quais eram presentes e ativas na educação das meninas e manutenção da casa.

A problemática da família centrava-se na filha de nove anos, que tinha problemas psiquiátricos e precisava ser levada a consultas médicas periodicamente, exigindo a colaboração de todos os membros da família, além de cuidados especializados. Ela tinha convulsões, comportamento agressivo, negava-se a ir à escola e às consultas médicas,

contudo, a mãe de Davi não sabia claramente qual doença a acometia, restringindo-se a dizer “doença dos nervos”. A menina era internada periodicamente. As internações de sua irmã de nove anos mobilizavam e modificavam a rotina de toda a família. A mãe de Davi contou que, há quatro anos, ela perdeu seu emprego do fórum da cidade, pois tinha que acompanhar a filha nas internações e consultas médicas. Seu emprego era muito bom, além do serviço de limpeza, ela realizava faxinas particulares nos escritórios dos juízes/promotores, além de vender roupas. Segundo ela, *“eu trabalhava de serviços gerais lá no Fórum. Só que assim, ó, na hora do meu intervalo eu ia lá e limpava o gabinete de um juiz, que ele não deixava as pessoas entrar, né, eu ia lá, eu limpava, eu aspirava os carros deles, e chegava o fim do mês eu tinha mil e pouco, dois mil até eu pegava, saía às quatro, pegava às oito, saía às cinco, daí até às sete da noite eu pegava e limpava apartamento deles. E eu vendia super bem. Segunda, quarta e sexta eu levava ela (filha de nove anos), na psiquiatra, neurologista, e quando não era neurologista era psicóloga, e assim me colocaram pra rua”*. Mesmo perdendo o emprego, a mãe de Davi continuou vendendo roupas. Em função da alta exigência de cuidados para esta menina, a família contava com a ajuda de órgãos governamentais de saúde, o que acabou fazendo com que a família fosse incluída na rede de assistência social do município.

Davi, quando estava com 12 anos de idade, começou a freqüentar uma piscina, em um clube próximo a sua casa, onde fez novas amizades e começou a experimentar drogas. Ela comentou que ele mudou rapidamente, começou a ser agressivo com ela, sendo que esse não era seu comportamento usual. Contudo, ele não passava seu tempo nas ruas, como pode ser constatado no trecho da entrevista com a mãe: *“ele ficava assim, ele chegava do colégio, naquela época, um tempo lá ele começou a querer faltar aula, e ele chegava do colégio e ia na oficina brincar, com o (um amigo), e (outro amigo) chegava do colégio ficavam jogando bola, jogando videogame, escutando música; aquela coisa, nunca foi aquela coisa assim de viver na rua, ele ficava até oito e meia, nove horas. (...) Eles tinha... e aí ele começou a ir na piscina do (nome de um clube), eu deixei ele ir, mas lá ele começou junto com uma turminha, e tava todo mundo usando droga, e eu notei uma diferença no (Davi). Eu notei, porque a água deixa os olhos vermelhos, mas não por muito tempo, né? E vi que ele tava muito agressivo, tal e coisa... Ele pegava e ia pro colégio, jogar bola, e tinha os traficantes lá, e ele ficava, e ele brincava com todo mundo, sabe? E eu nunca vi ele fumando, eu percebi a diferença nele, porque tu percebe teu filho, tu sabe todos os, as qualidades e os defeitos do teu filho. Desde que ele vinha com os olhos muito vermelhos. Com o comportamento diferente, mais agressivo, morto de fome, tudo que tinha na frente ele devorava, daí eu peguei e tirei a carteirinha da piscina dele. Daí surgiu que um cara tinha dado maconha pra ele*

fumar, lá de dentro da piscina, acharam droga lá, um monte de coisa. Daí eu peguei e disse: ‘ah, é? Então tá’”. Assim, ela foi ao Conselho Tutelar, e conversou com uma conselheira. Ela disse para conselheira que estava levando o Davi para uma clínica, e a conselheira achou que ela estava exagerando, então ela disse: *“melhor agora, do que deixar. Se ele quiser viver drogado depois que tiver 18 anos, daí a vida é dele, ele sabe o que vai fazer. Enquanto ele tiver no mesmo teto que eu tô morando, ele não vai fazer”*. Então a conselheira disse; *“‘ah, mas ele não quer ir’, e eu: ‘mas ele não tem querer, quem manda nele sou eu e acabou’*”.

Na chegada à clínica, Davi estava muito agitado e apresentava comportamento agressivo, tendo quebrado objetos da clínica e dando trabalho aos seguranças. Ele manteve-se muito resistente e violento, destruindo muitos materiais. Segundo sua mãe, *“tu não sabe o que ele me fez naquela psiquiatria... Que ele não era louco, que ele não era isso. Digo: ‘Mas não é pra louco, é pra ti se tratar pra não ficar louco’. Bom, deu um show tão grande que até o segurança quando me vêem chegando com a (filha de nove anos) ali na psiquiatria: ‘e o alemão, se acalmou?’. Ele quase demoliu tudo lá, e aí foi lá, na mesma hora já conseguiram internação pra ele...”* Ficou durante trinta dias internado, e os exames sanguíneos confirmaram o abuso de drogas, entretanto, *“ele jura de pé junto que não, mas ele tava usando, tava usando sim, porque fizeram exame de sangue pra ver, e ele tava usando, e não era só maconha, era pedra mesmo”*.

Sua mãe afirmou ter sofrido muito com a internação e ausência de Davi. Como o adolescente, quando chegou à clínica, disse que odiava a mãe, que não queria mais vê-la, entre outras coisas, a mãe ficou três semanas sem visitá-lo. Ela comentou: *“na chegada já deram injeção pra ele se acalmar, e levaram ele lá, e ele: ‘não quero mais te ver nem pintada, porque te odeio!’*, e eu: *‘olha, pode me odiar à vontade, não vou te visitar enquanto tu não mudar’*. E era toda semana, uma semana, duas semanas, na terceira semana o juiz me ligou: *‘tu não vai vim ver teu filho?’*, e eu disse pra ele: *‘não, por isso, isso, e isso. Eu disse que enquanto ele não mudasse eu não ia visitar ele’*, e ele: *‘Não, pode vim que ele mudou de idéia’*. Aí eu fui, ia na quarta, no sábado, ou no domingo quando dava, tinha vez que ia três vezes”. Ela percebeu uma mudança muito grande no comportamento de Davi após esses dias de internação. Ele estava mais reservado, mais organizado, não se reunia com os antigos amigos e quando era chamado, ele dizia *“não, minha mãe não deixa. Senão vou ter que me internar de novo, e eu não gostei nenhum pouquinho de lá”*. E, assim, ela concluiu: *“valeu muito a pena. Eu sofri um monte por causa dele, por ter ficado longe dele, mas assim, valeu a pena mesmo. Ele voltou bem responsável, bem... assim... pra ele tomar banho em casa era uma guerra, agora tu tem que tá dizendo pra não ir toda hora pro chuveiro porque gasta*

muita luz e água. E tudo, as roupas dele é organizada, tudo bonito, antes era tudo atirado, ele não se importava com anda, ele andava sujo, um mendigo... Agora...”.

Institucionalização

Davi esteve abrigado durante nove meses em uma instituição não-governamental, localizada em uma cidade da região metropolitana da capital, sendo ainda afastada da área urbana e, especialmente, da residência da mãe. A modalidade de abrigamento dessa instituição era casa-lar, na qual um casal social cuidava cerca de 10 crianças e adolescentes, oferecendo ambiente e rotina próximos ao ambiente e rotina familiares. Apesar de ser chamada de casa-lar, a instituição era composta por três casas-lares, fisicamente localizadas no mesmo lugar e ainda conservava o hábito de realizar o almoço no refeitório, uma sala grande com diversas mesas para oito a 10 pessoas. O café da manhã e a janta, por outro lado, eram realizados por cada casal social, nas suas casas. Das três casas, uma atendia meninos de até 12 anos (chamada de “casa dos meninos pequenos”), a outra, meninos acima de 12 anos (“casa dos meninos grandes”), e a terceira casa atendia meninas, contudo foi desativada e as meninas foram remanejadas para outras casas-lares, só de meninas. Apenas duas meninas permaneceram: uma adolescente de 16 anos ficou na casa “dos meninos pequenos” e um bebê, pertencente a um grupo de irmãos, ficou na “casa dos meninos grandes”, junto com seus três irmãos. Esta instituição oferecia uma série de atividades dentro dos limites físicos do abrigo, como criação e cuidado de animais, como porcos, galinhas e patos; atividades na horta e aula de marcenaria.

Na época em que foi institucionalizado, ele passava parte do dia nas ruas, faltava à escola e foi suspeito de roubo por um vizinho e ameaçado de morte na comunidade em que vivia em virtude dessa suspeita, sendo aplicada a medida de proteção do abrigamento. Segundo ele, *“eu peguei, um dia, saí com a minha mãe de manhã. E um dia um guri lá pegou um dinheiro do pai dele e foi brincar na rua... e eu quando cheguei em casa fui brincar, e daí ele pegou o dinheiro começou a brincar e perdeu. E eu não tinha umas coisa que faltavam pra mim, achei o dinheiro e comprei, o que tinha que comprar pra mim. Daí de noite, o dono do dinheiro apareceu, e eu já tinha gastado, daí ele disse que ele ia me matar. Aí mãe me botou lá no abrigo por esse motivo”.* Assim, Davi contou que achou o dinheiro, e gastou-o comprando roupas para ele, como boné, camiseta e lanches para ele e seus amigos. O pai desse menino ameaçou toda a família de Davi, fazendo-a mudar de endereço residencial. Ele disse que o dono do dinheiro *“ele... ah... xingava minha mãe...”*. Poucos meses mais tarde, a

mãe de Davi encontrou uma casa em um bairro distante da comunidade em que houve o problema, mudando a residência com toda a família.

Da mesma forma, a mãe de Davi confirmou a história contada por Davi sobre o desaparecimento do dinheiro. Ela, o companheiro e os filhos moravam na residência de um senhor de mais de 70 anos, que a mãe do Davi dava assistência. Eles haviam ido pra a casa desse senhor porque família tinha perdido a casa em um alagamento. Ela contou que, naquele dia, ela e Davi haviam ido a uma reunião do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI), e que, após o seu retorno e almoço, Davi foi brincar perto de uma oficina, onde tinha conhecidos. Durante a tarde, Davi encontrou R\$ 100,00, fato confirmado pelos seus conhecidos da oficina. A mãe de Davi contou: *“o Davi me acha os ditos cem pila. (...) Mas ele achou, o cara da oficina viu ele achando o dinheiro, ele achou o dinheiro, ‘olha seu (nome do dono da oficina), olha o dinheiro que eu achei!’.* (dono da oficina) disse: *‘achado não é roubado, né?’*”. Assim, Davi fez a maior festa com o dinheiro, segundo sua mãe: *“mas foi que bah, foi a maior festa, né? Pegou e mandou comprar um tênis, pra mãe da (amiga) comprar um tênis, comprou refri, comprou isso, comprou aquilo, fez a maior festa, convidou tudo as crianças lá”*. Entretanto, soube-se que, na realidade, esse dinheiro pertencia à mãe de um menino da rua. Este menino havia roubado R\$150,00 da bolsa da mãe, ele gastou R\$50,00 e perdeu o restante. Contudo, a mãe do menino resolveu acusar o Davi, dizendo que o adolescente havia entrado em sua casa pela manhã e roubado R\$150,00 de sua bolsa, causando a maior confusão. A mãe de Davi contou *“quando foi na quinta-feira de tarde, a mulher do cara pegou e me meteu a boca, mas até aí eu não sabia o que que tava acontecendo, né? Porque era lá pra cima, né? Que o (Davi) tinha entrado dentro da casa dela de manhã, tinha pegado cento e cinqüenta reais, não sei o que, não sei o que, não sei o que... Tá, o Davi não é santo, mas de manhã ele tava comigo! E de tarde ele foi pra oficina ali. No fim da tarde aí o marido dela chega, drogado, né? Meu Deus do céu! Ele foi na porta com arma na mão pra matar o Davi. Aí desceu o cara da oficina, todo mundo, né? Eu liguei pra (assistente social do PETI), eram três, quatro horas da tarde, liguei pra (assistente social do PETI), e a mulher disse que era de manhã, e ele disse que foi de manhã. E a (assistente social do PETI) disse: “não, ele foi lá, ela foi lá e ele. Não, o Davi ficou das oito da manhã até o meio-dia com a mãe dele. Tem até assinatura aqui”*. Ela continuou: *“e daí ele foi, e foi, e foi, e eu disse: ‘meu Deus do céu!’.* Daí eu peguei e disse: *‘(senhor de 70 anos), ele vai vir aqui dentro, vai invadir e vai dar um tiro’.* E o (senhor de 70 anos) disse: *‘aqui dentro, se ele entrar, vai dar uma morte, porque eu também ando armado. Só que a arma nem tu que mora aqui dentro não sabe. E eu desse jeito, e ele quer a casa, tu acha que eu vou ficar sem arma? Eu tenho uma arma. E se ele entrar aqui dentro, vai ter morte’.* E aí todo mundo veio e disse

que o guri achou o dinheiro, e claro, ele achou, ele gastou. Inclusive a filha dele chegou a participar também”. O dono do dinheiro ficou armado esperando alguém sair de casa para poder entrar e pegar Davi. A mãe de Davi ligou para o Conselho Tutelar e para um amigo que trabalhava na SUSEP, e foi então que eles conseguiram tirar Davi de dentro de casa e escondê-lo na casa de uma amiga. Entretanto, a conselheira tutelar não conseguia resolver a situação, então a mãe de Davi foi ao fórum e falou com um promotor. Segundo ela, *“ele (Davi) ficou na casa da (amiga), uma amiga nossa, ficou quinta, sexta, sábado e domingo. Na segunda-feira, eu saí cinco e pouco da manhã de casa, porque ele (dono do dinheiro) passou a madrugada, ficou até quatro e meia lá na frente, esperando alguém da família sair pra sei lá, pra matar um. Ele queria... daí ele achava que a gente tinha pego o dinheiro, mas todo mundo falou que não, que a gente nem sabia que ele tinha achado, que aquilo era coisa da cabeça dele. Tá, aí seis e pouco eu saí de casa, e o Davi tava lá na dona (amiga)... eu apanhei do cara, com a arma na cabeça, ele queria sabe onde é que o Davi tava: ‘Não, não vou dizer, pode me matar que eu não vou dizer onde tá meu filho’. Se ele fosse o culpado, eu tinha pedido pra alguém o dinheiro, mas ele não foi culpado. E ele dizendo que não. E todo mundo brigando e correndo... e eu: ‘quer saber de uma coisa, eu vou lá na defensoria pública, eu mesma, vou fazer alguma coisa’. Cheguei lá... Lá na Andradas, cheguei lá, tem que falar com o promotor (nome), ele tava entrando e eu disse: ‘Pára aí, é contigo mesmo’. Aí falei tudo pra ele, e ele: ‘não, pode entrar aqui que tu vai conseguir pra hoje um lugar’. Aí cheguei lá e expliquei tudo pro... esqueci agora o nome do homem... o cara quer matar ele, tal coisa, contei tudo, né? Dei o nome das pessoas que viram, telefone, tudo. E aí: ‘espera aí que tu...’, e eu... sabe o que quando tu já tá... aí ele deu um telefonema, e: ‘o carro já vai vim te pegar aqui, e teu filho... porque tu tá procurando, e o conselho também tá procurando, mas a gente gosta de ver as pessoas buscando, né? Porque não é só receber de mão beijada”*.

Davi, desde o dia que chegou à instituição, teve uma percepção positiva do lugar e das pessoas que viviam e trabalhavam lá. Disse que foi muito bom morar lá. Ele contou que, quando chegou, um menino apresentou-lhe a instituição, a casa e até compartilhou os chocolates que havia ganhado na páscoa. Quando foi perguntado sobre a primeira impressão que teve do abrigo, Davi disse: *“eu achei que achei legal. Era na páscoa. Um dia depois que os guri ganharam a páscoa. Que daí foi quando eu me dei bem... primeiro guri que eu comecei a conversar assim foi o (melhor amigo). Que daí eu não tinha chocolate, não tinha roupa, e ele me emprestou roupa, me deu chocolate de montão. Ele dizia assim: ‘ah! Me ajuda a comer, me ajuda a comer, meu’, e eu: ‘Então tá’. Daí foi virando a amizade que eu e ele temo agora”*. Ele afirmou que foi muito fácil se adaptar ao abrigo. Ele tinha sido

matriculado na escola próxima à instituição, apresentou bom desempenho escolar, passando de série ao final do ano.

Durante a primeira entrevista, realizada aos três meses de desligamento institucional, Davi apresentou uma opinião positiva da institucionalização. Entre as atividades legais que desenvolvia na instituição, Davi citou brincar no meio do mato, jogar bola com os guris, tomar banho de lago escondido, brincar com o estilingue, andar de bicicleta, entre outras. Contou que tinha amizades verdadeiras no abrigo e demonstrou muita satisfação com essas amizades. Tinha um amigo em especial, um menino de 15 anos, que dividiu seus chocolates e emprestou suas roupas quando Davi chegou ao abrigo. Davi contou que conversava bastante com seu amigo, andava de bicicleta em sua companhia, passeava, e que, uma vez, foi com ele na casa de umas meninas, e que eles “ficaram” com elas. Essa foi a primeira vez que Davi beijou uma menina. Quando estava triste, ele conversava com seu melhor amigo, e, da mesma forma, seu amigo conversava com ele quando estava sentindo-se triste. Através da *inserção ecológica*, foi possível perceber que Davi transmitia grande satisfação ao falar do abrigo, e sempre que podia, perguntava à pesquisadora se ela havia ido à instituição, se tinha conversado com os pais sociais, os educadores e seus amigos, entre outros questionamentos.

Para se divertir, ele contou que *“nós... mexia com os outros guri... e jogava bola, tomava banho de lago... e... era isso”*. Ele sentia saudades do abrigo e afirmou desejar não ter retornado para a família. Mas este desejo não significava que ele não gostasse de sua família ou que não a amasse, contudo, naquele momento, a amizade e o bem-estar sentidos no abrigo foram mais valorizados. Estas constatações podem ser visualizadas nos trechos a seguir: *“eu acho que eu fiquei... que eu não... que eu não queria ir embora de lá, queria ficar lá. (...) Por que eu acho legal. Por causa que aqui só tem guria (suas irmãs), as guria não gostam de brincar comigo, nem eu gosto de ficar com elas. E eu gosto... E lá tem guri, o que quero, os guri também querem. (...) Que lá (abrigo) eu tenho pessoas que eu gosto... não que eu não goste da minha mãe, mas lá tem quem eu gosto de verdade, assim?”*. Ele afirmou que sentia saudade do diretor do abrigo, um padre carismático e compreensivo, e *“dos guris lá pra eu brincar”*.

Davi afirmou, também, que no abrigo ele aprendeu coisas importantes para sua vida. Aprendeu certas coisas que o transformaram em uma pessoa diferente do Davi que chegou à instituição. Quando questionado sobre os amigos que tinha antes de ir para o abrigo, com quem brincava nas ruas e “matava” aulas, ele comentou que estes garotos não eram seus amigos e que, com eles, Davi agia mal e incomodava as outras pessoas. Ele reconheceu estava diferente, que se sentia diferente, e segundo suas palavras, foi *“por causa que eu fui pro abrigo e lá eu aprendi que incomodar não faz bem pra ninguém, só coisa ruim”*.

Durante o abrigo, Davi sentia falta de sua mãe e suas irmãs. Contou que ficava triste quando pensava nelas, especialmente no início, pois ainda não realizava visitas. Quando sentia saudades, ele contou que *“eu olhava pra foto que ela me deu e ficava feliz. Não, só olhava a foto dela”*.

Por outro lado, Davi não tinha bom relacionamento com alguns dos educadores, em especial, com os seus “pais sociais”. Ele teve dois casais sociais durante os nove meses de abrigo, e só gostou do pai social do primeiro casal com quem ele morou. Quanto ao primeiro casal, ele disse que a mãe social era má e não gostava dele e de outros dois meninos. Ele disse *“ah... tia (nome da primeira mãe social) era ruim, mas (pai social) era tri. (...) Por causa que... nós... nós tinha mais amizade com os outros guri dos tio e ela não gostava, ela não gostava que nós ficava na sala das tia... lá das outras tia, não deixava ninguém entra na casa dos pequeno e dos grande”*. O pai social era companheiro dos meninos, conversava com eles, era o responsável pelo tratamento dos bichos e, muitas vezes, Davi o acompanhava, pois gostava de cuidar dos animais. Este pai social era de confiança, segundo Davi. As únicas pessoas que ele confiava era seu melhor amigo e este pai social. Ele disse: *“o único guri, guri, a única pessoa que eu confiava era o (melhor amigo) e o tio (nome do pai social). (...) Porque ele... quando a gente saía e ficava junto, ele não desconfiava... ele ficava junto com a gente. Qualquer um dos guri... todos os guri tinham confiança no tio (nome do pai social)”*.

Este casal social saiu da instituição através de seu próprio pedido. Outro educador da instituição comentou que a mãe social pediu para sair, por não ter se adaptado à rotina e, também, pelo fato do casal estar apresentando problemas conjugais e pensando em separação. Contudo, o pai social continuou sendo funcionário da instituição, desenvolvendo seu trabalho com os animais. O novo casal de pais sociais assumiu a “casa dos meninos grandes”, e segundo Davi, por um lado foi bom porque eles passaram a poder conversar com os outros tios e crianças, o que a mãe social não gostava, contudo, este pai social desconfiava dos meninos. Se eles estivessem conversando, o pai social pensava que eles estavam aprontando ou planejando uma fuga, por exemplo. Segundo suas palavras, *“com o tio (nome do novo pai social) não... com o tio (nome do novo pai social) nós entrava em qualquer uma das casa. (...) Ah... de ponto negativo do tio (nome do novo pai social) é que tudo que a gente faz, ele desconfia... isso aí. Que quando a gente sai, quando tá eu... e quando tava eu, o (menino) e (outro menino), (outro menino), (outro menino), os guri tudo do abrigo, ele já pensava que nós fugia e aí ele já começava a mandar nós entrar...”*. Davi não concordava com esse comportamento do pai social, dizendo que isso não é cuidar dos meninos. Ele disse: *“acho que ele tinha que ter confiança no que nós fizemo...”*. Além disso, Davi acreditava que estes pais sociais eram *“mentirosos e botador de pilha. É, eles botam muita pilha pro cara ficar de*

castigo”. Davi contou uma situação em que ele se desentendeu com uns meninos no futebol e que disse que ia jogar pedras nesses meninos. Contudo, os pais sociais souberam que ele de fato tinha jogado pedra, mas sem conversar com Davi, deixaram-no fora da viagem para praia, deixando-o muito chateado. Mesmo com os outros meninos pedindo para que a decisão fosse reconsiderada, Davi não pôde ir à praia e foi desligado da instituição logo após esse incidente.

Em função desses acontecimentos e do comportamento do pai social, Davi acreditava que quem o mandou embora da instituição foi o pai social. Segundo suas palavras, *“foi, por causa que o tio (primeiro pai social) já tinha me dito... até um pouquinho antes de sair, eu cheguei e perguntei pra ele: ‘Ô tio, falta muito pra eu sair daqui?’, daí ele disse assim: ‘ih, rapaz, tu vai ficar aqui até uns 15,16 anos...’, daí eu perguntei: ‘tá falando sério tio?’ Aí ele: ‘é, tu acha que eu ia tá mentindo uma coisa dessas?’. Daí depois o tio (segundo pai social) veio e disse eu já tava pronto pra sair e me mandou embora. (...) Se não fosse pelo tio (segundo pai social), eu acho que eu não tinha vindo pra cá (voltado para casa). Por causa que ele que disse pra tia (coordenadora do abrigo) que eu tava pronto pra sair. Daí a tia disse que não podia contrariar os pais sociais e aí me mandou embora”*. Quando contou, a voz de Davi estava mais baixa e ele demonstrava um ressentimento. Disse que preferia ficar no abrigo porque tinha mais meninos para brincar. Quando perguntado sobre o motivo pelo qual ele saiu do abrigo, ele disse que era porque tinha outras crianças que os pais não tinham condições de cuidar. Afirmou que não era o seu caso, e disse *“mas eu gostaria de ficar lá com eles...”*.

Sobre seu relacionamento com as outras pessoas com quem convivia no abrigo, Davi falou que o relacionamento dos meninos com as meninas não era satisfatório, e julgava que a saída das meninas, daquele núcleo de abrigos, foi boa, fazendo o cotidiano institucional ficar melhor. Ele contou: *“menos com as gurias, que nem os guris se davam bem com elas. Por causa que elas pensavam que o abrigo era só delas, que não podia brincar ninguém, não podia fazer nada, por isso que elas só incomodavam. (...) Agora quando a gente... quando nós tava jogando ‘snoock’ elas iam lá, ‘snoock’ e fla-flu, elas iam lá, queriam jogar junto. Nós deixava, depois elas perdiam e não queriam... e se perdiam, elas davam na gente. Agora, antes nós brigava.... agora, a gente brincava e não dava nada, não arrumava briga”*.

Até os três meses de desligamento institucional, Davi já tinha visitado o abrigo três vezes. Contou que reencontrou os amigos e que foi bem recebido lá. Ele pedia para a sua mãe ligar para a assistente social do abrigo, para avisá-los.

Aos nove meses de desligamento institucional, a mãe de Davi contou que o adolescente ainda falava muito no abrigo e na sua vontade de voltar para a instituição. Ela disse que ele estava muito chateado e magoado com algumas pessoas que disseram que o

visitariam, e nunca apareceram. Segundo ela, “*ele fala muito do padre (diretor do abrigo), ele tem paixão pelo padre. Só que ele disse que padre ele não queria ser, mas ‘que eu gosto do padre, eu gosto, e das gurias, da cozinheira, de todo mundo’, e ele é muito emotivo, ele chora. Começa a falar neles ele chora: ‘eles disseram que iam me ligar, o padre disse que ia me ligar e não me ligou (...). E ele diz assim: ‘o padre, que é padre, ele jurou pra mim que ele ia vim me visitar, não veio, não liga, tem o telefone da senhora e não liga!’*, aí eu disse: ‘isso é fácil, tu tem que ligar lá e cobrar dele’”, e ele disse: ‘ah, ele vem aqui pertinho, por que não dá um pulinho aqui? Ou passa no colégio, sabe que estudo ali’. Tudo isso, sabe, ele comenta. *Que o padre mesmo disse que ia vir aqui, um dia ele encontrou a gente na rua e disse: ‘eu vou ir lá na tua casa’, aí não veio, e ele fica cobrando! Porque ele é de cobrar as coisas, mas aí tudo isso ele reclama. O abrigo pra ele é a segunda casa dele, adora todo mundo lá’.*”

Processo de desligamento

O desligamento institucional promovido pela equipe da instituição de abrigo, a partir de conversas entre a assistente social da instituição e a mãe do menino. Nesse caso, não houve exigências por parte do abrigo para que houvesse o retorno de Davi, a mãe do adolescente procurou uma nova moradia e o desligamento foi uma consequência de uma nova avaliação do contexto familiar, que se tornou seguro. A família do adolescente não morava mais na comunidade na qual ele estava com risco de morte, assim, ao término do ano escolar e das festas de final de ano, ele foi desligado. A nova moradia foi comprada pelo padrinho da irmã de 12 anos, e estava no nome das crianças, segundo a mãe de Davi.

Durante os primeiros meses de institucionalização, a mãe de Davi realizou visitas ao filho na instituição, visto que, como ainda morava na comunidade de risco, Davi não podia fazer visitas domiciliares. A mãe, ainda, contou que fazia ligações telefônicas periódicas para o abrigo, e que apenas falava com a assistente social do abrigo, para saber como ele estava. No abrigo, não era permitido que os abrigados falassem com seus familiares pelo telefone da instituição. Três meses antes do desligamento, sua família mudou de endereço domiciliar e o adolescente passou a realizar visitas quinzenais à família nos finais-de-semana. Como ele tinha um bom vínculo com o primeiro pai social, ele conheceu a filha do casal, uma senhora casada, mas sem filhos. Assim, às vezes, ele passava os finais-de-semana, na casa dessa senhora, junto com outro garoto do abrigo. Além disso, nos finais-de-semana em que o abrigo tinha algum passeio, Davi também não ia para sua família. Segundo sua mãe, “*aí ele veio, várias vezes ele veio passar com nós. Ele ia de ônibus, vinha no sábado, na sexta-feira de*

tarde. (...) Não, ele vinha quando... era pra ele vim todo fim de semana, aí assim, quando ele tinha um passeio, ou queria ir na casa dos pais sociais, aí ligava: 'hoje eu não vou porque eu vou na casa do fulano', daí ele ia, e no próximo final de semana, ele vinha". A equipe do abrigo não tinha objetivos e planejamento claros com relação a essas visitas, como também não foram acompanhadas pelos seus profissionais, Conselho Tutelar ou entidade governamental.

Segundo a mãe de Davi, cerca de dois meses antes do desligamento institucional, a equipe técnica já a havia contatado para conversar sobre o retorno de Davi. Ela disse: *"eles disseram, prepararam tudo, vieram aqui, conversamos, e foi aquela festa, né? Claro, eu não via a hora dele voltar pra casa, né?"*. Por outro lado, a equipe do abrigo não contou para Davi sobre o planejamento do desligamento, pois acreditava que ele não iria querer aceitar, e contaram uma semana antes. O abrigo pediu, inclusive, que a família não contasse nada para ele durante as visitas nos finais-de-semana. Segundo a mãe, *"eles deixaram pra última semana pra dizer para ele, porque eles acharam assim que ele não ia aceitar, aquela coisa toda, porque ele tava super bem lá"*. Durante os meses de acompanhamento, a assistente social do abrigo visitou a família em apenas uma ocasião, contudo, apesar de ter prometido realizar outras visitas, nunca mais apareceu na residência da família.

Relação entre família e abrigo

A relação entre a família de Davi e o abrigo era tranqüila e harmoniosa. A mãe de Davi contou que sempre foi bem recebida na instituição, bem tratada e sempre que queria notícias de Davi, a equipe estava disponível para atendê-la. Ela disse, aos três meses de desligamento institucional: *"olha, na minha opinião, acho que eram todas pessoas super... que tratavam a gente bem. Porque tu não pode ser tão cínico assim pra tratar uma pessoa, uma criança bem só na frente de outra pessoa, né? O carinho que eles tinham, com todas as crianças lá, e até com os marmanjos que tinham lá"*. Ela comentou que quando Davi foi abrigado, uma senhora que estava no Conselho Tutelar disse que o abrigo era horrível e que Davi viraria um marginal, tal como o filho dela ficou depois que saiu de lá. Em sua opinião, *"pra qualquer pessoa, depende tudo da criança também, porque não adianta tu querer que a criança seja um rei se ele é um marginal. (...) Tem gente que não adianta, não adianta. Tu pode fazer tudo pra um filho, mas quando ele é de dar pra trás, ele vai dar pra trás. Queira ou não queira. Mas eu não tenho nada que reclamar do abrigo, muito pelo contrário"*.

A mãe de Davi acreditava que deveria haver outras instituições desse tipo, onde as crianças e jovens tivessem a oportunidade de estudar e fazer cursos, tais como os que Davi fez no abrigo, de marcenaria e para aprender a cuidar de animais. O trecho a seguir ilustra esta constatação: *“eu tô dizendo que eu achei que é pra mim um excelente lugar, que bom se tivesse vários lugares daqueles, que te garanto que não existia nenhuma criança na rua. (...) Eu acho que se tivesse vários, porque assim, lá a criança estuda, trabalha, que eles tem que fazer isso, o trabalho é pra eles mesmo, não é pra ti, nem pra mim, é pra eles mesmo”*. Ela gostaria que tivesse uma escola semelhante ao abrigo. Ela explicou: *“Se fosse assim... se tivesse um lugar que fosse bom como é lá, que ele fosse de manhã e voltasse de noite, bah, não precisava coisa melhor”*. Além disso, ela sabia que se Davi pudesse voltar para o abrigo, ele voltaria. Da mesma forma, ela contou que deixaria Davi em um lugar semelhante até os seus 20 anos, para que ele pudesse estudar e trabalhar. No abrigo, *“ele tinha atividades, aqui ele não tem nada. Ele tinha cursos, tinha isso, aquilo, e não tem nada aqui. Fiz inscrição no (projeto social da região), fiz em vários, só que não abriu nada ainda, né? Não saiu a resposta. Não tem como. A (conselheira tutelar) procurou em vários lugares, pra ver se... mas também tem que esperar, nesse mês vai surgir tudo, né? Eu disse pra ele ‘vai ter que esperar’, ele disse ‘se tivesse lá, taria... tinha marcenaria, tinha isso, tinha aquilo, né? Tinha minhas atividades com os bichos’. Que ele adora, ele tem paixão, né? (...) vou dizer pra qualquer um, sempre, aquilo foi assim, o que era necessário ter até os vinte anos, que com certeza se o (Davi) pudesse ficar lá, eu queria que ele saísse de lá com vinte anos. Só que eles acham melhor ficar junto com a família, mas eu, pra mim, acho melhor, tanto pra mim quanto pra ele, a gente até já conversou isso, que eu queria que ele tivesse lá, ao menos tava fazendo curso, tava estudando, ele tinha amigos da idade dele”*.

A mãe de Davi nunca desautorizava os pais sociais ou os educadores do abrigo, pelo contrário, apoiava-os quando davam algum castigo para Davi. Ela contou que a institucionalização salvou a vida de Davi, e ainda, deu-lhe um bom tratamento enquanto o adolescente esteve lá. A mãe contou: *“era o momento assim oh, em que a vida dele tava em jogo. E por mais que seja rígido lá, mil vezes lá que eu sei que ele tá bem, tá vivo, do que ele tá aqui, eu ter que visitá-lo no cemitério”*. Ela mantinha-se em sintonia com a equipe do abrigo, apoiando e respeitando as decisões tomadas pela mesma *“desde quando ele tava lá, que final de semana, parece que era, foi pra vários lugares, e... andou brigando lá, sei lá o que que houve lá, daí não foi. Era pra ele ir pra praia, e como ele andou aprontando, daí ele chegou de mala, mandaram de volta, não quiseram ele. Tá certo, né, ele fez uma coisa errada e tá certo ele ser... Daí até ficaram assim: ‘a mãe dele deve ter...’, mas não, sendo pelo certo.*

Como é que eu vou dizer: 'ah, não, meu filho...'. Tinha que respeitar aquela decisão. Ele é meio durão, é de resmungar, bater o pé, quer dominar, comigo não”.

Ela também percebeu mudanças no comportamento e jeito de ser de Davi. Ela afirmou que ele voltou para casa bem diferente do que era, mais cuidadoso consigo mesmo e organizado. Segundo ela, *“ele voltou bem diferente. Dizem que o abrigo deixa a criança pior do que ela é, mas eu não posso dizer isso, muito pelo contrário. Nem todos os abrigos são iguais, né? (...) Do abrigo, então... pra tu ver, que o pão, a gente tinha que passar a margarina pra ele comer, agora é muito pelo contrário, ele ajuda, se eu tô lá no quarto, ele chega, que nem ontem, ele disse pra mim: 'não faz comida, quando eu chegar eu faço', e se eu fizer, ele briga, e diz: 'é, parece que não gostam da minha comida...”.* Segundo a mãe, Davi transformou-se em um menino muito responsável: *“se eu saio e deixo ele, eu chego e tão as gurias de banho tomado, comida pronta, que ele cozinha tri bem. Cozinha super bem, faz arroz de forno, faz...”.* Ele aprendeu a cozinhar no abrigo, disse a sua mãe, pois *“ele não sabia nem fazer um arroz. Daí ele faz pão muito bem, faz bolo...”.*

Do ponto de vista da equipe do abrigo, através de informações advindas da *inserção ecológica*, registradas no diário de campo, a mãe de Davi era considerada uma mãe envolvida e engajada na vida do filho, sempre mantendo contato com o menino e com a equipe. Por outro lado, após o desligamento, os pais sociais souberam que Davi estava passeando por bares e jogando sinuca, com seu primo de 22 anos, e eles consideraram que a mãe estava dando muita liberdade ao adolescente. A mãe de Davi foi criticada nessa ocasião, e seu papel de educadora foi questionado.

Convivência familiar

Na casa, moravam a mãe de Davi, o adolescente e suas cinco irmãs de três, quatro, oito, nove e 12 anos. A sua irmã de 18 anos morou com o namorado e a seu bebê, contudo, em função de desentendimentos, eles foram embora. A mãe de Davi possuía o Ensino Fundamental completo e não tinha emprego fixo. Ela contou que há cerca de quatro anos, teve que abandonar o emprego em função da doença da filha de nove anos. A família era mantida com o recurso de programas sociais de transferência de renda (PETI e Bolsa Família, totalizando R\$ 200,00) e pela ajuda financeira dos padrinhos das suas filhas, que lhe davam alimentos e dinheiro. Segundo Davi, *“só o tio, o padrinho da (irmã de 12 anos) que ajuda a gente. Dá dinheiro, dá uma cesta básica”.* O recebimento dos recursos dos programas sociais devia-se à situação da irmã de nove anos e à assiduidade escolar dos filhos.

Na *inserção ecológica*, pôde-se observar que a residência da família era humilde. Era composta por três quartos, uma cozinha e um banheiro. Tinha rede de água e esgoto, além de eletricidade. A família também possuía eletrodomésticos, como liquidificador e torradeira; e eletroeletrônicos, como duas televisões e um videogame. Segundo a mãe de Davi, todos estes aparelhos foram presentes dos padrinhos dos filhos.

A mãe de Davi contou que vendia roupas há mais de três anos, contudo, problemas familiares fizeram com que ela não pudesse mais exercer essa atividade. Durante os primeiros meses de desligamento, a saúde da irmã de 12 anos agravou-se, fazendo-se necessária a sua internação. Segundo a mãe de Davi, *“eu vendia roupa, comprava roupa e vendia, dava bem pra gente sobreviver, só que o meu genro, enquanto eu tava no hospital, ele pegou tudo que eu tinha de mercadoria do cara, que eu vendia, e levou tudo embora”*. Ela contou que ele foi levando aos poucos as mercadorias, e como ela estava envolvida com a filha hospitalizada, ela não percebeu. Ela retirava estas mercadorias em sistema de comodato, tendo que devolver as mercadorias que não vendesse. Assim, como ela não devolveu as roupas e nem pôde pagá-las, ela teve que ficar devendo para o dono das mercadorias. Além disso, esta situação também impedia que ela pudesse pegar mais roupas para vender. A mãe do adolescente atribuía este acontecimento ao genro, namorado de sua filha de 18 anos, e após ter descoberto, ela os colocou para fora de casa. Este genro ainda era violento com a filha e, também, não tratava bem as crianças na casa, mesmo morando na casa da família de Davi. Ela contou um episódio que ilustra estas constatações: *“e quando eu fui pro hospital, começaram a judiar das crianças, ele, chegava tava as crianças chorando, chegava tava a (filha de 12 anos) chorando... (...) E quando chegou dia dois de fevereiro, eu cheguei era uma hora da tarde, só que eu disse que ia chegar às cinco horas da tarde. Só que tinha uma coisa assim, que eu tava sentindo: ‘Vai antes, que tu vai pegar alguma coisa’. Daí já não tinha mais nada das roupas, não tinha mais nada. Eu cheguei era uma hora, e eu tinha deixado galinha pra fazer um arroz com galinha, alguma coisa aí e deu, né? Eu cheguei, eles tinham... o Davi tava ali na frente, chorando, a (filha de 12 anos) também, a (filha de quatro anos) e a (filha de três anos) tavam deitada ali, tinham feito um bolo, né? E lá eu tava me sentindo mal, sabe? ‘Vai, que vai ter alguma coisa... vou ir!’. Disse: ‘olha, eu vou pra casa porque alguma coisa tá acontecendo lá em casa’. E eu cheguei era uma e meia, quase duas horas, tava a mesa posta, frango assado, churrasco, ele sentado, almoçando, as crianças chorando, não tinham tomado café, ele não deixou ela dar almoço pra eles. Bom, quando eu entrei e vi a (filha de 12 anos), que é muito difícil, ela chorar, e a (filha de quatro anos) levantou de lá e disse: ‘o (nome do genro), dá um pedaço de carne pra mim?’, ele pegou a carne que ele tava comendo e deu pra ela. E essa aqui... Daí quando ele foi dar pra ela, eu disse: ‘ela não é cachorro pra comer*

resto. E por que que tu não fez uma comida?’, e a (filha de 18 anos) tava comendo e chorando, né?’. Nesse momento, a mãe de Davi discutiu com o genro e mandou-os embora. Ele a chamava de louca, e segundo ela, ele estava planejando interditá-la, assumir a casa como sendo sua, vendê-la e comprar um apartamento para ele e a filha de 18 anos. Para ela, a filha de 18 anos sabia, mas não participava dos planos do namorado.

Aos três meses de desligamento institucional, Davi demonstrava-se responsável e colaborativo no cotidiano familiar. Comportamentos que a sua mãe atribuía à institucionalização, como se pode ver na sessão anterior. Além de cuidar das irmãs, ajudar na cozinha, fazendo almoço, ele também se oferecia na vizinhança, no Conselho Tutelar, nas feiras, para realizar atividades que pudesse lhe render algum dinheiro. Sua mãe contou: *“ele faz. Ele me via fazendo e ele pega e faz. Tu vê, né, que ele faz o pão pega e leva lá no conselho, na (conselheira), lá. Daí a (conselheira) pega e manda a farinha e o gás. E ele diz ‘ah, não’, mas ela: ‘eu tô mandando, comprar gás e as coisas’. Deus o livre se vê que falta alguma coisa, ele mesmo liga: ‘(conselheira), tem alguma coisa pra eu fazer aí, pagar uma água, pagar uma luz?’*, porque ele sabe que elas dão pra ele pra incentivar ele. E ele pega, e vai pagar água, vai pagar luz pra elas; elas ligam lá do conselho pra ele, porque sabem que ele entrega nota, e tal coisa”. Ela disse que ele se sentia útil fazendo essas atividades e também podia ajudar em casa. A proximidade com o Conselho Tutelar dava-se porque a mãe de Davi era amiga de infância da conselheira, e, como ela estava no conselho há muitos anos, conhecia a situação da irmã de nove anos e estava sempre ajudando na obtenção de medicamentos e de vagas no hospital. Além da conselheira tutelar, que oportunizava essas atividades para ele ganhar uns trocados, o padrinho da filha de 12 anos também o incentiva. Ele perguntava como estava o comportamento de Davi, perguntando a sua mãe: *“não teve reclamação do colégio?”* Se tem, a diretora manda bilhete, ou... e eu: *‘não teve’*. *‘Então tá, manda ele sábado na feira que eu vou mandar um negócio pra ele’*”. O padrinho comprava roupas e tênis para Davi, somente se ele estivesse se comportando bem e estivesse merecendo. Na feira, que ocorria aos finais-de-semana e onde o padrinho tinha negócios, Davi também aproveitava para oferecer sua ajuda, como carregar caixas ou mercadorias dos clientes, levar uma encomenda, entre outras coisas. Assim, ele também ganhava dinheiro.

Por outro lado, ela incentivava que Davi terminasse os estudos antes de começar a trabalhar. Ela comentou *“a única coisa que eu peço é que vocês estudem, façam um curso, se formem pra ser alguém na vida, não deixem de estudar. Daí ele diz, ‘ai, porque a professora, porque isso, aquilo...’ sempre é os outros, né? Daí digo: ‘Davi, é melhor tu tá estudando do que amanhã ou depois tu tá juntando lixo...’, não é feio estar trabalhando, mas não é isso o que quero”*. Se dependesse da vontade de Davi, ele já estaria trabalhando. Eles tinham um

vizinho que era pedreiro, e, às vezes, Davi era chamado para carregar pedras, areia, entre outras cargas. Sua mãe permitia desde que não foi freqüente e que ele não perdesse as aulas por isso. Mas, na realidade, gostaria que ele estivesse se dedicando aos estudos.

Davi foi matriculado em uma escola do bairro, distante de sua casa. Ele e a irmã iam juntos e precisavam usar transporte público. Era uma escola pequena, que atendia estudantes de até 4ª série. Davi, embora tivesse passado de ano escolar enquanto estava no abrigo, não apresentava interesse pelas aulas. Contou que não fez amigos na escola. Davi estava envolvido, por outro lado, em superproteger a irmã de 12 anos. Ele implicava com suas roupas, os brincos que vestia, com quem ela conversava, e assim por diante. A mãe de Davi acreditava que ele se sentia responsável pelas irmãs, cuidando-as e protegendo-as até demais. Ela disse que tinha “pena” da filha, pois sabia o quanto Davi era chato. Apesar do comportamento mandão com as irmãs, a mãe de Davi buscava deixar claro que, na casa, e na família, quem mandava era ela, como pode ser constatado no trecho: *“porque ele diz que ele é o homem da casa, mas quem manda, quem grita aqui dentro, sou eu”*.

Ela só tinha elogios para fazer com relação ao Davi e também sua filha de 12 anos. Através de informações advindas da *inserção ecológica*, registradas no diário de campo, pôde-se constatar que a fala da mãe convergia com seu estado de espírito, visto que ela transparecia alegria e contentamento. Davi e a irmã de 12 anos ajudavam a cuidar das irmãs pequenas, a organizar a casa quando ela precisava estar no hospital com a outra irmã, e também eles ajudaram a mãe quando ela teve um problema na articulação do joelho. Ela, inclusive, disse que os considerava mais maduros do que deveriam ser pela idade. As conselheiras tutelares diziam: *“olha Davi, continua assim, pra nós assim, tu é o melhor guri que tem na rua, tu não vai pro lado de lá, se tu for pro lado de lá e nós ver, vamos te pegar pela orelha”*. Elas referiam-se ao outro lado da vila, onde tinha meninos usando e vendendo drogas, e, às vezes, tiroteio.

Com relação à comunidade e às novas amizades, apesar de Davi ter facilidade em fazer amigos conforme mostrou a *inserção ecológica*, não havia meninos de sua idade na vizinhança. Ele tinha apenas um amigo, que estava com oito anos de idade, com quem Davi jogava bola e videogame, e também saíam juntos. Ele contou sobre seu amigo *“ele é criancinha, ele tem oito anos. E eu 14, a gente se dá tri bem...”*. Ele achava que seus vizinhos eram pessoas legais, mas não os conhecia muito bem.

Um aspecto positivo de ter voltado para casa foi ter conhecido sua sobrinha, filha de sua irmã de 18 anos, que nasceu enquanto ele estava no abrigo; um ponto negativo foi que o bebê já tinha ido embora, referindo-se ao fato da irmã ter deixado a casa da família. Davi sentia ressentimento com relação à irmã de 18 anos, por ela ter ajudado a enganar a mãe,

prejudicando-a. Nesse momento, a pessoa que ele não confiava era essa irmã, segundo ele: *“por causa que depois do que ela fez com a minha mãe, ela não... imagina o que ela ia fazer pra mim”* e *“não, raiva não, por causa que eu só tô brabo com ela por causa do que ela fez com a minha mãe”*. A pessoa que ele mais confiava e mais podia contar eram sua mãe e suas irmãs pequenas, ele explicou que confiava na mãe porque *“ela me diz o que é certo e o que é errado”*; e nas irmãs pequenas, *“por causa que eu converso com elas; elas são pequenas mas elas me entendem, elas respondem ‘sim’, ‘não’, o que elas pensam”*.

Aos três meses de desligamento, ainda, Davi acreditava que seu retorno para a família não tinha interferido negativamente o contexto familiar, ou trazido mais dificuldades para a responsável da família, sua mãe. Pelo contrário, a sua mãe tinha com quem contar agora, como pode ser constatado a seguir *“por causa que ela tem com quem conversar, quem ajuda ela, quem vai no banco, quem leva as crianças na escolhinha...”*. Segundo ele, sua rotina é da seguinte forma: *“de manhã eu estudo e de tarde eu não faço nada, jogo videogame. No final de semana, eu viro a noite. Jogando videogame”*. Contudo, Davi queria mesmo era estudar em uma escola na qual ele tivesse a oportunidade de fazer cursos, aprender a cuidar de bichos e a plantar. Ele tinha a esperança de conseguir uma vaga em um colégio dessa natureza, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, onde ele poderia passar a semana inteira lá. Ele soube desse colégio por intermédio de seus amigos do abrigo, visto que alguns estudavam lá. Assim, se ele pudesse estudar nessa escola, ele também poderia rever freqüentemente os amigos do abrigo.

Na visita domiciliar ocorrida aos cinco meses de desligamento, a mãe de Davi disse que o adolescente estava “excelente” e que não tinha nenhuma reclamação. Contou que foi na escola, e pela primeira vez, Davi recebeu elogios da professora. Por outro lado, ela estava zangada por ter recebido reclamação sobre a falta de assiduidade de Davi e sua irmã de 12 anos. A mãe de Davi considerava esta reclamação um exagero, visto que eles só faltavam quando ela precisava sair com a filha de nove anos, e quando estava chovendo muito.

A irmã de 18 anos abandonou o namorado e foi morar com a família, junto com a filha que estava, agora, com um ano de idade. Davi alegrava-se pelo fato de poder ficar próximo da sobrinha. Já a mãe de Davi mantinha-se receosa com a volta da filha, afirmando que tinha a recebido de volta, porque ela era sua filha, mas não tinha mais a confiança de antes.

Aos seis meses de desligamento institucional, Davi estava avaliando positivamente seu retorno à família, como tendo mais aspectos positivos do que negativos. Ele estava freqüentando a escola, embora estivesse achando-a muito pequena e estivesse tendo problemas com a professora, que estava “pegando no seu pé”. Ele estava em busca de outra escola, na qual ele pudesse estudar e fazer cursos, e como os projetos que sua mãe havia o

inscrito não o chamaram, ele foi se inscrever em outro projeto, localizado no bairro vizinho. Este projeto era vinculado à instituição de abrigo que Davi morou, e vários meninos estavam também se inscrevendo nos cursos oferecidos por eles. Assim, segundo ele, ele podia estudar, fazer cursos e ainda ver os amigos, em especial, seu melhor amigo, de quem perdeu contato nos últimos meses. Em seus planos, ele conseguiria a vaga e *“daí dependendo, se o (melhor amigo) vir pra cá, daí se eu for fazer curso lá, ele pode vir esse fim de semana pra cá”*. Ele tinha esperança que seu amigo fosse transferido para um abrigo na região onde ficava a sede do projeto, na qual também existiam unidades de casa-lar. Contudo, seu maior sonho era conseguir uma vaga numa escola agrícola, de turno integral, localizada na região metropolitana de Porto Alegre, na qual os estudantes só podiam visitar suas famílias quinzenalmente. Ele comentou que não sentiria falta da família, porque no abrigo ele ficou mais tempo que isso sem ver a mãe e as irmãs. Estando lá, ele poderia telefonar para elas, também. Segundo Davi e sua mãe, a equipe do abrigo, o Conselho Tutelar e o padrinho de sua irmã de 12 anos, o qual tinha conhecidos influentes, estavam buscando uma vaga para Davi, nessa escola.

Através da *inserção ecológica*, percebeu-se que Davi continuava colaborativo, ajudando sua mãe em casa. Na semana anterior à entrevista, ele e a mãe passaram o dia inteiro lavando as paredes da casa, que estavam com mofo. Ele contou sobre as batatas-doce que havia plantado no ano passado, nos fundos da casa: *“ano passado, nós até tinha pé de batata-doce e eu tirei batata-doce. Tinha uns batatão assim, bem grandão! Tinha batata lá e nós colhemo as batata tudo lá de trás?”*. Ele reconhecia que havia mudado, e explicou que *“o tempo que eu fiquei longe da minha mãe... (fez) pensar que o que eu fazia era errado...”*. Ele tinha se distanciado de seu amigo de oito anos e começou a passar mais tempo com seu primo de 22 anos. Seu primo o levava para passear, em festas e nos jogos de futebol, onde também vendia bandeiras dos times nas ruas dos estádios. Sua mãe autorizava e estimulava essa aproximação e amizade.

Apesar de Davi dizer que não tinha namorada, sua mãe contou que ele estava com uma menina na feira do último final-de-semana. Ele negou que estivesse namorando, e explicou que não tinha pressa para ter relacionamentos e, mesmo, relações sexuais, demonstrando-se muito cauteloso. Ele disse: *“eu não, fico até longe, pra ao causar problema, porque depois acontece alguma coisa, aí eu já evito, já. Que... é assim... que ela é guria e eu sou homem, né? Aí qualquer coisa que acontecer lá, bah... Um dia desses aí, eu tô meio louco, aí ela vem assim, aí eu derrubo ela, aí a mãe dela que vai vim em mim”*. Ele explicou o que significava “derrubar”, definindo como uma *“maneira de dizer, é pegar ela e fazer alguma coisa com ela”*, dando a entender que significava ter relações sexuais com a menina. Ele, então,

continuou: *“por causa disso aí... se tiver que acontecer, acontece na hora, não apressado, entendeu? Aí eu já evito. Se eu quisesse, ela já tinha deitado comigo, só que como eu evito... pareço louco, mas eu sou bem ligado no que eu faço”*.

Davi disse que a pessoa que mais podia contar era sua mãe. Contudo, quando precisava comprar alguma coisa, ele sabia que a mãe não tinha condições de lhe comprar e, por isso, ele trabalhava em pequenas atividades e comprava para si. Ele, por outro lado, afirmou que a família não tinha problemas de falta de comida em casa.

As informações advindas da visita domiciliar ocorrida aos sete meses de desligamento, registradas no diário de campo, indicaram que Davi estava chateado por não ter conseguido vaga no curso que queria fazer, no projeto vinculado ao abrigo que morou. Além disso, estava decepcionado por não ter tido mais contato com o pessoal do abrigo. Contou que o diretor do abrigo havia prometido visitá-lo e levar os meninos na sua casa, promessa que nunca foi cumprida. Também passou a relatar a ocorrência de discussões e brigas com a mãe, que estava restringindo mais os passeios de Davi com os amigos e seu primo de 22 anos.

Já na visita domiciliar ocorrida aos oito meses, dados advindos da *inserção ecológica* mostraram que a preocupação familiar estava voltada para a saúde de sua irmã de nove anos, que novamente, estava hospitalizada. A mãe de Davi parecia abatida e cansada. Ela passou a reclamar do comportamento de Davi, afirmando que ele estava desobediente e muito “machão” dentro de casa, especialmente com as irmãs. Davi falou sobre outros amigos que ele tinha feito na escola, e que também eram seus companheiros em situações extra-escolares. Contudo, sua mãe demonstrou não gostar dessas novas amizades, pois esses garotos eram amigos de outros “barra pesada” e ela tinha medo que o Davi se envolvesse em confusão.

Aos nove meses de desligamento institucional, Davi contou que estava discutindo muito com a irmã de 12 anos, especialmente, por causa do uso da televisão. Ela afirmou que, antes dele voltar para casa, ela mandava nas irmãs e sentia-se a “chefe”. Agora que ele está em casa, ela tenta mandar em Davi, mas ele não aceitava. Como eles estudavam na mesma sala de aula, eles tinham o turno da tarde livre e, com isso, eles disputavam a televisão. Segundo ele, *“assim... a (irmã de 12 anos) gosta muito de mandar nos outros, ela acha que ela é autoridade de todo mundo, aí eu digo pra ela que quem manda aqui é a mãe, e ela não, ela briga, briga até eu me invocar e querer dar nela; aí a mãe começa a falar um monte de coisa, aí eu digo esse monte de coisa aí, dá todo esse bafafau...”*. Para Davi, a dificuldade que sua mãe estava enfrentando era com as discussões que ele tinha com a irmã.

Estava cada vez mais próximo dos seus dois novos amigos, com quem jogava bola, e *“a gente fica lá na esquina. (...) Fica lá, mexendo com as guria. (...) A gente vai jogar bola, a gente sai pra dar banda aí, a gente mexe com as gurias, anda de bicicleta, um monte de*

coisa”. Ele disse que confiava nos amigos, mas que não eram amigos tal como os amigos que ele tinha no abrigo, porque ele considerava-os como seus irmãos. Ele comentou, cabisbaixo, que sentia falta da convivência dos amigos do abrigo: *“é questão de convivência, porque lá eu tinha afinidade... nós tinha amor de irmão, nós já tinha lá. E depois separaram a gente e aí vai um pra cada canto; pode ver que o (nome do amigo) e o (nome do amigo) se separaram, o (amigo) também. Daqui a pouco, tá todos eles separados”*. Davi referiu-se ao fato da transferência dos meninos mais velhos para outras unidades de abrigo, separando-os. Ele explicou que estas separações são ruins, pois dificultava que eles se comunicassem. Davi acreditava que seus amigos também sentiam sua falta, especialmente seu melhor amigo: *“ele sente, porque quando ele tinha algum problema ele falava pra mim, ou com o (amigo), ou o (amigo). Era que nem irmão assim, a gente se considerava irmão um do outro. Aí depois que separaram a gente, foi um pra cada canto, aí um não falou mais com o outro”*. Ele comentou seu desejo de morar com os amigos e com as irmãs ao mesmo tempo, e assim, ele sentir-se-ia feliz.

Davi estava com notas baixas na escola. Ele não gostava da escola porque ela era muito pequena. Gostava de estudar em escolas grandes, como as que sempre estudou. Ele afirmou que a escola apresentava um ensino fraco. Além disso, uma nova escola estava sendo construída a poucos metros de distância da casa de Davi, e sua mãe sempre dizia que eles estudariam ali quando esta escola estivesse pronta. Davi estava planejando largar os estudos e esperar que a nova ficasse pronta. A sua mãe estava de acordo com esta situação, acrescentando que, além disso, a família não tinha recursos para pagar o transporte público dos dois filhos até a escola.

Quando perguntado sobre seu futuro, o adolescente contou que gostaria de estudar e passar num concurso para ser policial, na mesma forma que o pai. Ainda disse que, depois que ele se aposentasse, ele moraria em um sítio, bem longe da cidade. Segundo ele, não estaria casado e nem teria filhos. Como seu maior sonho, Davi disse *“tirar minha mãe da pobreza e botar ela morar num lugar melhor”* e *“ter minha família toda de volta. Minha mãe, meus irmão, minha sobrinha, conhecer meus tios por parte de mãe e de pai”*.

A entrevista com a mãe de Davi, aos nove meses de desligamento institucional, foi permeada pelo resultado da eleição no Conselho Tutelar, na qual suas amigas e conselheiras perderam a posição para jovens despreparadas e ligadas à religião evangélica. A mãe de Davi estava muito preocupada, pois o tratamento médico de sua filha de nove anos dependia do trabalho dessas conselheiras tutelares. Ela contou: *“eu vou lá no (Conselho Tutelar), se eu não tenho passagem eu peço, ou eu ligo pra elas, e elas me mandam passagem, mandam me buscar, e tudo a função é elas, não é porque é ‘elas’, mas o (Conselho Tutelar que elas*

trabalhavam) sempre foi o que me deu apoio; tanto quando não era elas, quando era os outros, do partido do (político antigo), sempre foi aquele assim, ó... Pra mim, o melhor Conselho que tem é o (nome do conselho), porque tão sempre junto, elas vão junto com a pessoa; elas não vão simplesmente chegar lá e ‘ó, coloca o que tu tá passando’ e elas não dizem assim ‘ó, vai em tal lugar’, é ‘espera um pouco que a gente já vai pegar a kombi’, a (nome da conselheira) pega o carro dela e resolve junto; se ver que não vai dar, ela já leva em outro lugar que sabe que vá resolver, né? Daí como é que tu não vai dar apoio, entendeu? Deus o livre! Elas saindo dali, pra mim, principalmente a saúde da (filha de nove anos) vai derrubar mesmo, que ali é médico, é exame... pra ti ver, o tratamento dela no (hospital da criança), é na área particular que ela vai fazer, é mil e oitocentos, dá onde (nome da pesquisadora) que eu vou tirar! Que que elas conseguiram: de graça, vai demorar um pouco, mas é de graça”. Segundo a mãe de Davi, as conselheiras tinham seus próprios contatos e meios para conseguir marcar consultas, medicação gratuita e tratamentos de saúde. Elas conseguiam até passagens urbanas e uma carteirinha de gratuidade no transporte urbano para a filha de nove anos e ela. Quando as conselheiras não conseguiam uma medicação, por exemplo, elas inclusive levavam as famílias para uma rádio da cidade, onde a situação era exposta, e os ouvintes faziam doações em dinheiro ou doavam o próprio medicamento.

As conselheiras tutelares eleitas eram pessoas jovens, segundo a mãe de Davi, com a mesma idade de sua filha de 18 anos, despreparadas para o trabalho e sem escolaridade. Ela contou: “que elas saíssem do Conselho, mas voltassem outros conselheiros, outros conselheiros que tivessem capacidade. Porque assim, ó: é gurias da idade da (filha de 18 anos). Gurias que não têm capacidade nenhuma! Eram faxineiras; nada contra quem era faxineira, eram varredoras de rua. Como é que tu vai pegar e largar um caso gravíssimo na mão duma pessoa dessas? Eu não tenho coragem de expor o caso da (filha de nove anos) na, na... É o que vai acontecer, (nome da pesquisadora). A primeira coisa, quando a (filha de nove anos) tiver em crise... vão dizer ‘é o demônio, o capeta no corpo’. O que que vai acontecer? Eu vou terminar brigando com elas, porque eu não vou aceitar. Então, né (nome da pesquisadora), eu acho que pra mim, não é só pra mim, é pra todos, as pessoas que são atendidas ali vão... vão sentir muito em tudo. Assim, se elas tivessem perdido pra outros conselheiros que já tivessem experiência. Aquelas gurias não tão preparada”. Em sua opinião, “a lei deveria de mudar um pouco, porque deveriam dar chance pras pessoas que têm responsabilidade, têm capacidade. Porque tem o conselheiro e o conselheiro! Tem conselheiro que não sabe nem... agora as gurias ali uma é isso, a outra aquilo. A (conselheira) já tá até trabalhando lá na Secretaria de Educação, juventude lá não sei o que, e a (outra conselheira) é formada em enfermeira-padrão, em tal coisa, tem um monte de

conhecimento, que tu não encontra em qualquer lugar, né? No momento que ela sair dali, já tem serviço". Outro ponto negativo relacionado à mudança de conselheiros tutelares, comentado pela mãe de Davi, foi a dificuldade de expor um problema para pessoas estranhas, para ela *"é difícil se acostumar com a pessoa, mas tu ia, tu já sabia que eles eram conselheiros"*.

Quanto à percepção da mãe de Davi sobre seu processo de reinserção familiar, ela comentou que andava preocupada com seu jeito de ser e tratar as irmãs. Ele estava mudado, não sendo o adolescente colaborativo de antes. Ela descobriu que o primo de 22 anos estava envolvido com negócios ilegais e até, com drogas, e o proibiu de andar com o rapaz. Isso deixou Davi revoltado, pois ele sentia falta da amizade do primo e das muitas oportunidades que ele já havia conquistado, como jogar sinuca no bar com o primo e ganhar um dinheirinho vendendo bandeiras antes dos jogos do inter e grêmio (o primo mandava fazer e vendia nos sinais de trânsito). Ele estava muito teimoso, desobediente, tinha más companhias, não queria mais ir à escola e estava comportando-se de forma agressiva. Através da *inserção ecológica*, percebeu-se que estes comportamentos assustavam a mãe de Davi, pois eram semelhantes aos de seu pai. Ela contou que falava claramente para Davi sobre sua semelhança com o pai, segundo suas palavras: *"ele tem todo jeito do pai dele... é debochado, teimoso, ruim de negócio, é tudo... só que o pai dele... Só que eu peço a Deus... Eu digo: "Davi, tu me vê ali... que eu tô ficando maluca, rezando, tô rezando pedindo a Deus que tu não seja igual ao teu pai, nenhum de vocês". O pai dele era um policial, mas era... falcatrua mesmo, desses, sabe?"*. Quanto ao futuro de Davi, sua mãe reforçou seu medo de que Davi fosse se tornar um homem violento e cruel, tal como o pai dele era. Então, ela gostaria que ele seguisse qualquer profissão, menos ser policial.

Sobre as novas amizades do adolescente, a sua mãe mantinha-se receosa, pois já havia visto o amigo de Davi maltratar a tia que cuida dele, mas o outro era um guri de família, confiando mais. Ela contou que ele estava jogando bola no campinho, conversando na esquina,... e que havia dois gurus novos, vestidos que nem "punks", e ela disse para eles, que eles estavam proibidos de andar com Davi. Segundo ela, Davi comentou que eles andavam com papos estranhos de não gostar de "prostitutas" e "bichas", assim, ela já cortou a amizade.

A rotina de Davi estava diferente, ele não andava mais com o primo e nem tinha tanta liberdade como no início. Ele ameaçava ir embora, porque ela tirou a liberdade dele, e ela respondia dizendo que ela mesma fazia questão de entregá-lo para o Conselho Tutelar.

Aos 18 meses de desligamento institucional, Davi e sua família moravam na mesma casa. Além dos sete filhos, uma menina de 18 anos, ex-abrigada e conhecida de uma amiga da mãe de Davi, estava morando com a família. A mãe de Davi contou que a adolescente tinha

que deixar o abrigo e não tinha para onde ir, então, a família acabou por acolhê-la. Na casa, a sua filha de 18 anos e essa jovem estavam empregadas, embora sem vínculo formal. Davi abandonou os estudos e estava trabalhando como ajudante de pedreiro, o que rendia cerca de R\$ 100,00 por semana, colaborando com as despesas da família. O adolescente afirmou que voltará a estudar quando a escola da comunidade ficar pronta, contudo, não havia notícias sobre o prazo de finalização da obra. Davi ainda tinha problemas de relacionamento com as irmãs mais velhas. Apesar do abandono escolar e das discussões entre os irmãos, sua mãe considerou que ele estava bem e ajudando nas dificuldades da família. O problema maior da família, nesse momento, era o fato da irmã de nove anos estar acamada em função de um atropelamento sofrido na rua da casa da família, tendo passado por diversas cirurgias nos meses anteriores.

5.4 Discussão

As histórias de Rosa, Pedro, Raquel, Francisco e Davi ilustram como os processos de reinserção familiar têm ocorrido na realidade brasileira, contribuindo para o entendimento desse fenômeno tanto com suas particularidades quanto com seus aspectos comuns. Dois adolescentes participantes deste estudo retornaram para a família nuclear (mãe biológica), um para um membro da família extensiva (tia paterna) e dois foram residir com pessoas não pertencentes à família co-sanguínea (mãe de criação e amiga da mãe). Em dois casos, o tempo de institucionalização foi inferior a 12 meses, sendo que em um deles, houve reabrigamento da adolescente cinco meses após a reinserção; e em um caso, o adolescente permaneceu institucionalizado por mais de 10 anos. Aos 18 meses de desligamento institucional, quatro dos cinco adolescentes estavam morando com as pessoas com as quais haviam sido reinseridos.

A análise dos aspectos do *tempo*, componente do modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), é essencial para evidenciar a existência de *processos proximais*. Considerando o tempo de institucionalização, observa-se que três dos cinco casos permaneceram afastados da família por pelo menos um ano. Estudos realizados na realidade brasileira evidenciam o prolongado tempo de institucionalização de muitas crianças e adolescentes (Siqueira & Dell'Aglio, submetido; Silva, 2004; Weber & Kossobudzki, 1996). O Levantamento Nacional de Abrigos Brasileiros pra Crianças e Adolescentes (Silva, 2004) encontrou que cerca de 52,6% das crianças e adolescentes viviam em instituições há mais de dois anos, sendo que mais de 6,4% estavam institucionalizados por um período superior há 10

anos. Já o estudo de Siqueira e Dell’Aglío (submetido), realizado com jovens institucionalizados da região metropolitana de Porto Alegre, constatou uma média de abrigamento de dois anos e 11 meses, sendo que o tempo variou de um mês a 12 anos e cinco meses. Os estudos de Silva (2004) e Siqueira e Dell’Aglío (submetido) indicam a necessidade da adequação do que diz a legislação e o que ocorre na realidade. No estudo de Siqueira e Dell’Aglío (submetido), por exemplo, maior média de institucionalização esteve associada a aspectos negativos na percepção da rede de apoio, especialmente no que se refere ao contexto do abrigo, sugerindo que o tempo de institucionalização pode influenciar na percepção de proximidade das relações que compõem a rede. Além disso, quanto maior for o tempo passado em instituições que oferecem atendimento coletivizado e sem respeito às escolhas individuais, maior é a possibilidade da criança vir a sofrer os efeitos nocivos dessa experiência ao longo da vida (Sigal, Perry, Rossignol, & Quimet, 2003). Assim, torna-se necessário fazer valer as determinações do ECA (1990), garantindo a provisoriedade da medida de proteção.

Os adolescentes e suas trajetórias de vida

A análise da *pessoa*, componente do modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), a partir de dados da *inserção ecológica* e das entrevistas, indicou a existência de características semelhantes e diferentes entre os adolescentes. Rosa era uma menina reservada, assertiva, dedicada aos estudos e muito ligada ao grupo de pares. Pedro era curioso, infantil, reservado, não manifestava aspectos presentes na adolescência no início do desligamento, contudo apontava estar vivenciando tais processos de forma lenta, no seu ritmo. Raquel era a adolescente com características da adolescência mais evidentes e marcantes, gostava de usar roupas e maquiagem de adultos, confrontava as idéias da mãe de criação e atribuía grande valor às amizades. Francisco, semelhante a Rosa e Pedro, também era reservado e parecia um garoto frágil, contudo apresentava comportamento desafiador com a “tia” e com os seus filhos. Davi era um menino que valorizava muito os amigos, como Rosa e Raquel, e estava lidando com as emoções e sensações corporais da puberdade. Os aspectos observados nos adolescentes, embora apresentem particularidades em cada caso, demonstram processos típicos de mudanças que ocorrem na adolescência e que envolvem busca de autonomia e de uma identidade própria, além das manifestações da sexualidade (Steinberg, 1999).

A sexualidade e os relacionamentos amorosos estavam surgindo e presentes nesse

processo para todos os adolescentes, apesar de intensidades diferentes, representando mais uma demanda a ser manejada por eles e seus cuidadores. Com as transformações advindas do amadurecimento físico decorrente dos hormônios sexuais e do crescimento, os jovens passam a estar aptos para o exercício da sexualidade, sendo um aspecto típico desta fase do desenvolvimento (Moreira, Viana, Queiroz, & Jorge, 2008). Pôde-se observar que as demandas da sexualidade estavam mais incipientes para os meninos e mais ativas para as meninas desse estudo, corroborando a literatura que menciona que as meninas amadurecem mais cedo que os meninos (Newcombe, 1999; Steinberg, 1999). No caso de Raquel, havia ainda um temor muito grande, por parte da família, de que a menina exercesse a sua sexualidade, fazendo com que a mãe de criação tomasse medidas que restringiam a sua liberdade. Muitos pais apresentam dificuldades para lidar com a manifestação e o exercício da sexualidade dos seus filhos adolescentes, exacerbando os conflitos entre pais e filhos. Estes achados corroboram o estudo de Moreira, Viana, Queiroz e Jorge (2008), que demonstraram que, muitos pais, agem de maneira inadequada frente às demandas do adolescente quanto à sua sexualidade, muitas vezes, utilizando métodos de controle, como o uso de punição física e restrição da liberdade. Segundo Jackson, Bijstra, Oostra e Bosma (1998), na adolescência, a família é fonte de apoio, sendo a comunicação adequada e satisfatória entre pais e filhos aspectos importantes para o exercício saudável da sexualidade.

Ainda no nível da *pessoa*, foi possível observar a presença de inúmeros fatores de risco, como presença de doença física, experimentação de drogas, baixa auto-estima, baixa auto-eficácia, habilidades interpessoais pobres, baixo desempenho escolar e desinteresse pela escola. Entretanto, também foram observados fatores de proteção, tais como consciência sobre a diferença entre morar no abrigo e com a família, auto-estima, senso de auto-eficácia, bom desempenho escolar, boas habilidades interpessoais, saúde física, otimismo e afetuosidade. Alguns desses fatores foram considerados como relevantes para a avaliação de casos de violência (Koller, 2000).

As histórias de vida desses adolescentes foram marcadas por rupturas e discontinuidades. Seus familiares tinham história de aprisionamento, práticas de negligência para com seus cuidados, ausências decorrentes de internações hospitalares, ausência da figura paterna, entre outros. No caso de Pedro, o adolescente permaneceu quase dois anos hospitalizado quando era bebê. Estes acontecimentos podem ter influenciado de forma importante o desenvolvimento cognitivo, social e emocional destes adolescentes, tendo ocorrido antes do período de institucionalização. Na literatura, encontram-se estudos que afirmam que a institucionalização traz inúmeros prejuízos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, como os estudos de Abreu (2000), Bowlby (1973/1998, 1976/1981),

Cabral (2002), Goffman (1974), Guirado (1986), Marin (1999), Prada, Williams e Weber (2007), Silva (1997) e Weber e Kossobudzki (1996). Bowlby (1973/1998, 1976/1981) acreditava que a vivência institucional proporcionava prejuízos cognitivos para as crianças, tal como *déficit* intelectual, especialmente no desenvolvimento da linguagem. Estas crianças eram descritas como distraídas e agressivas. Apesar das instituições de abrigo de hoje não serem semelhantes às instituições nas quais Bowlby pesquisou na década de 70, estudos atuais realizados na realidade brasileira mostram que muitos jovens apresentam dificuldades emocionais, de comportamento e incapacidade de formar laços afetivos duráveis com outros (Abreu, 2000; Cabral, 2002; Carvalho, 2002; Sigal, Perry, Rossignol, & Quimet, 2003). Por outro lado, Grusec e Lytton (1988) apontaram que muitos *déficits* desenvolvimentais, observados em instituições de abrigo, poderiam ser devido a privações de algum tipo de estimulação sensorial no contexto familiar. Além disso, os autores acreditavam que a ausência de segurança emocional, derivada da falta de relações estáveis na vida da criança, poderia levar a estes *déficits*. Estudo desenvolvido com crianças e adolescentes afastados da família, que apresentavam problemas de conduta, indicou que tais comportamentos, muitas vezes, já estavam presentes antes da institucionalização, indicando que os fatores de risco no ambiente familiar, onde as relações eram marcadamente instáveis, estressantes e conflituosas, influenciaram em longo prazo o desenvolvimento desses jovens (Grusec, & Lytton, 1988). Assim, estas experiências precoces demonstraram operar um papel importante no desenvolvimento posterior e, desta forma, a separação em si não constituiu o fator decisivo (Grusec, & Lytton, 1988).

As famílias-de-origem

Ao focalizar as características do *contexto*, segundo o modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), observou-se que as famílias com as quais os adolescentes viviam, principal *microssistema* de interação, possuíam dificuldades financeiras, muitos membros co-habitando a mesma residência e presença de doença mental e física. As famílias de Rosa, Pedro e Francisco moravam em casas muito humildes. A casa de Francisco era a menor (apenas um quarto para 11 pessoas) e a que estava em pior estado (“chão batido”); e a casa de Raquel, a maior e em melhor estado (dois andares e feita de alvenaria). A casa de Rosa tinha danificações físicas, não tendo, inicialmente, rede de saneamento básico. Em todos os casos, exceto no de Raquel, as famílias tinham importantes dificuldades para prover a alimentação de seus membros, fazendo com que esta fosse escassa e pobre. Quatro cuidadores

não possuíam emprego fixo, todos tinham baixa escolaridade e recebiam recurso de pelo menos um programa social de transferência de renda do Governo Federal (exceto no caso de Raquel, que não houve tempo para solicitação desse recurso junto ao programa). Entretanto, o recebimento do recurso do programa social governamental ocorreu em função da situação de pobreza e vulnerabilidade das famílias, não estando vinculado ao retorno dos adolescentes às suas famílias. Além disso, as famílias eram numerosas, variando de seis a 18 membros coabitando a mesma casa (quando a “tia” de Francisco hospedou a irmã e seus sobrinhos). Precárias condições econômicas, família numerosa, problemas na comunicação da família, desemprego ou subemprego, baixa escolaridade dos responsáveis pela família são fatores de risco descritos na literatura e características apontadas como frequentes entre as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados (Fonseca, 1987; Koller, 2000; Rizzini & Rizzini, 2004; Silva, 2004), como também na realidade brasileira (IBGE, 2000). Estas características confirmam a situação de vulnerabilidade social na qual as famílias desses jovens encontravam-se.

Havia membros com doença mental e física em quatro dos cinco casos (mãe de Rosa, companheiro da tia paterna de Pedro, irmão de criação de Raquel, e irmã de nove anos de Davi). A literatura tem considerado a presença de doença mental e/ou física no contexto familiar como um fator de risco para a deflagração de problemas familiares (Koller, 2000; Reppold, Pacheco, & Hutz, 2005). Contudo, os resultados desse estudo indicam dois tipos diferentes de conseqüências desse aspecto: fator de risco e de proteção. Se por um lado, a doença mental da mãe de Rosa funcionou claramente como um fator de risco ao exigir esforços extras da família no manejo de suas crises e internações, colaborando, inclusive, para a demissão da filha de 20 anos; no caso de Davi, a doença mental da irmã de nove anos acabou por incluir a família na rede de proteção do município, além de manter a mãe de Davi também conectada a pessoas com influência e poder para lhe proporcionar suporte, como a inclusão da família no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o provimento de medicação e de vagas para internação hospitalar. Dessa forma, pode-se considerar que a doença mental da irmã de nove anos de Davi atuou como um fator de proteção. De Antoni, Barone e Koller (2007) demonstraram em seu estudo com famílias abusivas que todas as crianças portadoras de necessidades especiais, das famílias participantes, estavam vinculadas a alguma instituição específica de atendimento, o que as incluía na rede de proteção, atuando como um fator de proteção. Além disso, a proteção era estendida às outras crianças da família.

A prática observada no caso de Raquel e Francisco, na qual crianças e adolescentes são criados por pessoas que não fazem parte da família nuclear, é chamada de “circulação de crianças”, e tem sido destacada como uma prática comum entre as famílias brasileiras

(Fonseca, 1987). Esta prática pode indicar flexibilidade existente nas relações e na rede de contatos das famílias, enfatizando a importância da família extensa e comunidade no sistema de parentesco brasileiro. Por outro lado, esta prática, como no caso de Francisco, pode levar a um número muito grande de pessoas convivendo na mesma moradia, podendo trazer problemas de comunicação e mesmo dificuldades financeiras para o sustento de todos os membros da família, aspectos são considerados fatores de risco violência doméstica (Koller, 2000).

Outro aspecto que merece destaque na análise do *microsistema familiar* dos participantes desse estudo é a configuração familiar predominante nessas famílias: a monoparental, onde a chefe da família é a mãe e/ou a irmã mais velha. Nos cinco casos, as responsáveis pela família e pelo adolescente eram mulheres, sendo que os maridos e/ou companheiros eram pessoas com relação instável com a família, quando não totalmente ausentes. Apenas nos casos de Rosa e Pedro, o padrasto e o companheiro da tia estavam presentes e colaboravam com recurso advindo do trabalho como biscate (padrasto de Rosa) e com seu auxílio nas tarefas domésticas diárias (companheiro da tia de Pedro). Este dado converge com dados demográficos brasileiros que relatam o crescimento de famílias chefiadas por mulheres, que vivem sem a colaboração do marido e/ou companheiro (IBGE, 2000). Além disso, no levantamento realizado por Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007), nas situações em que foi registrado o desligamento da criança do abrigo pesquisado, 33,8% foram reunificadas com a mãe. Se por um lado estudos indicam que a configuração familiar não é critério para definir o funcionamento familiar (Féres-Caneiro, 2003; Kreppner, 2000), sabe-se que a responsabilidade assumida por apenas um adulto pela família é uma tarefa difícil, especialmente quando não há apoio da família extensa e/ou da comunidade (Oliveira, Siqueira, Dell'Aglio, & Lopes, 2008). O peso dessa situação é ainda maior quando há muitos membros sob sua responsabilidade, como é o caso das cuidadoras dos adolescentes estudados. Ao longo do tempo de acompanhamento, observaram-se inúmeras situações em que as dificuldades eram principalmente financeiras, fazendo com que não houvesse condições para suprir necessidades básicas de alimentação e vestuário, como pôde ser constatado de maneira mais evidente e grave nos casos de Rosa e Francisco. Quando algum membro da família adoecia, a situação das famílias agravava-se. Segundo Goldani (1994), a associação da monoparentalidade, onde a mãe é a única responsável pela família, e a pobreza urbana pode trazer conseqüências dramáticas e alarmantes. Arpini (2003b) comenta que, em muitas famílias que possuem estas características, o mecanismo de controle utilizado por elas no cotidiano é a imposição da violência, visto que elas precisam “manter as rédeas”, pois temem que na ausência da figura paterna, seus filhos não irão respeitá-la e conhecer as noções de

limites necessárias. Segundo a autora, “no fundo, as mães nos parecem temer o futuro de seus filhos, ou mesmo a sua sexualidade, o que leva a antecipar ou criar problemas que decorrem de uma relação com pouca demonstração de afeto e muita rigidez” (p.58).

Também foi observado que, mesmo nos casos em que os pais (figuras paternas) não eram falecidos, eles não mantinham contato regular e freqüente com os adolescentes. Como no caso de Pedro, que, em mais de 10 anos de abrigamento, seu pai havia o visitado no máximo três vezes. Este dado converge com estudo realizado com 146 crianças e adolescentes institucionalizados, no qual cerca de 73,6% dos pais não moravam mais juntos e a figura paterna foi omitida da rede de apoio desses jovens em 42,1% dos participantes (Siqueira, Tubino, Schwarz, & Dell’Aglia, no prelo).

Apesar do tensionamento nas relações familiares causado pela sobrecarga sentida pela figura materna e do desgaste causado pelas dificuldades de manter os membros da família, constatou-se que algumas das famílias estavam enfrentando as dificuldades e apresentando processos de resiliência. Resiliência é entendida como um processo relacionado às respostas da pessoa ao seu contexto, diante de situações de risco ao desenvolvimento (Rutter, 1996). Frente a eventos estressores de vida, alguns indivíduos desenvolverão doenças ou distúrbios em consequência dos riscos, tornando-se vulneráveis e outros, em muitos momentos, superarão as adversidades e adaptar-se-ão de forma bem sucedida, apresentando processos de resiliência (Garmezy, 1996). Estes processos foram mais evidentes nos casos de Rosa, Pedro e Davi. Estes adolescentes relataram estar satisfeitos, sentindo-se pertencentes à família e à comunidade. As responsáveis da família manejavam as dificuldades utilizando estratégias adaptativas, buscando alternativas saudáveis para a resolução dos problemas, indicando o potencial de saúde. Segundo Walsh (1996), no sistema familiar, a resiliência abrange processos interativos que fortalecem tanto a resiliência individual de seus membros e quanto a do grupo familiar, sendo a família responsável pelo incremento desses processos em todos os seus integrantes. Destaca, ainda, que para compreender o funcionamento de uma família é necessário observar os desafios e as limitações enfrentadas, além dos recursos disponíveis. Assim, considerando a situação particular dessas famílias, é importante sempre estar atento às potencialidades apresentadas pelos membros e construir expectativas realísticas, para assim promover um processo de reinserção baseado nos processos de resiliência possíveis naquele contexto específico.

Percepção dos adolescentes e familiares sobre a instituição de abrigo

Considerando a institucionalização, os cinco casos apresentaram diferentes motivos para o afastamento familiar, a saber: doença mental da mãe (Rosa); negligência (Pedro); mau comportamento (Raquel); situação de risco social e pessoal (Francisco) e risco de morte (Davi). Este dado diverge da literatura, que tem indicado que o principal motivo de abrigamento, no Brasil, é a pobreza (Silva, 2004). De fato, a pobreza está presente em quatro dos cinco casos, como foi apresentado anteriormente, contudo, não se constituiu no principal motivo de abrigamento. Por outro lado, é sabido que baixa condição sócio-econômica influencia outros fatores de risco e tensiona as relações interpessoais, podendo ter contribuído para o abrigamento dos jovens. Assim, a institucionalização deve ser compreendida como um *processo*, no qual inúmeros aspectos atuam, sobrepõem-se e alteram a dinâmica do fenômeno, exigindo uma análise profunda para o seu entendimento.

Nesse *processo*, as *transições ecológicas* atuam à medida que os movimentos ocorrem no espaço ecológico, entre os diferentes *microssistemas*. Ao analisar esta importante *transição ecológica*, foi possível observar diferentes modos de considerar o *microssistema do abrigo* e o período de abrigamento. Pôde-se perceber uma percepção positiva nos casos de Rosa e Davi; neutra no caso de Pedro; e negativa nos casos de Raquel e Francisco. Para Rosa, no abrigo, além de ter as necessidades básicas atendidas, como alimentação e vestuário, ela também tinha oportunidades de lazer e educação e relações de amizade que não tinha em sua família. Ela sentia muita falta da convivência do abrigo no início da reinserção familiar; contudo, com o passar do tempo, esta saudade foi tomada por um sentimento de pertencimento à família e uma percepção de que, no abrigo, ela não vivia um mundo real. Também se pôde observar certa ambigüidade com relação à satisfação nos seus relacionamentos com outras jovens e monitores. Para Davi, o abrigo era o melhor lugar em que ele havia estado, era onde ele tinha inúmeras atividades e oportunidades, tendo encontrado amizades verdadeiras com outros jovens e também com educadores. Esta percepção tem sido evidenciada em diversos estudos atuais, mostrando que o abrigamento pode proporcionar sentimento de proteção e segurança, atuando como um fator de proteção ao desenvolvimento (Arpini, 2003a; Guará, 2006; Silva, 2004; Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, 2006; Siqueira & Dell’Aglío, 2007). Por outro lado, Davi demonstrou sentir muita falta das pessoas com quem conviveu na instituição durante todo o período de coleta de dados, contudo, ao final de nove meses, ele estava sentindo-se triste devido à quebra de promessa realizada pelo diretor do abrigo, o qual prometeu visitá-lo. O enfraquecimento e a falta de continuidade nos relacionamentos de amizade iniciados no abrigo parecem levar a um sentimento de abandono e nova rejeição, pois após o desligamento, parece não haver interesse da instituição em manter contato com os adolescentes desabrigados. Esta carência de interesse por parte da instituição de abrigo de manter o contato

com os egressos pode sugerir que as relações estabelecidas pelos educadores, monitores e diretores não foram caracterizadas por reciprocidade, requisito para que as interações produzam *processos proximais*, levando ao desenvolvimento.

Davi, jovem que considerava o abrigo o melhor lugar para viver, morou em uma casa-lar, na qual poucos jovens dividiam uma casa e eram cuidados por um casal social. Estes adultos permaneciam todos os turnos do dia com os jovens, mantendo um atendimento estável. Além disso, a confiança que o adolescente sentia com relação ao diretor do abrigo, ao pai social e aos seus três amigos mais próximos, colaborava para a sua percepção de bem-estar na instituição. Dessa forma, pode-se concluir que a percepção do abrigo e dos educadores dos abrigos podem estar sendo influenciada pela estrutura e características da instituição. A valorização exacerbada das amizades desenvolvidas na instituição de abrigo, apresentada pelos jovens (Davi e Rosa), pode estar relacionada também ao momento de vida que ambos estavam vivendo: a adolescência. Além disso, pode-se inferir que o afastamento do abrigo pode levar a uma idealização por parte dos adolescentes das relações estabelecidas nesse contexto. Estudos com crianças e adolescentes institucionalizados já haviam indicado a existência de um *processo* semelhante, no qual, durante o abrigo, os jovens abrigados expressaram sentimentos positivos relacionados aos familiares, refletindo uma supervalorização e idealização da família (Siqueira, Betts, & Dell’Aglia, 2006; Siqueira, Tubino, Schwarz, & Dell’Aglia, no prelo; Yunes, Arrieche, Tavares, & Faria, 2001).

Já Pedro apresentou uma percepção neutra do abrigo, não identificando aspectos positivos nem negativos, não sentindo saudades das pessoas com quem conviveu na instituição e também não sentindo vontade de visitá-los. Pode-se compreender seu posicionamento ao revisar sua trajetória de vida, bastante diferente da trajetória dos outros jovens. Pedro apresentou o maior tempo de institucionalização, tendo ido para a instituição de abrigo aos quatro anos, idade bastante precoce, quando a presença de cuidados contínuos e estáveis é de suma importância (Bowlby, 1976/1981; Spitz, 1965/1998). Antes do abrigo, ele viveu diversas hospitalizações, tendo passado por uma internação hospitalar de quase dois anos. Ao longo do tempo em que esteve abrigado, Pedro foi transferido de um abrigo institucional para um abrigo residencial, no momento do reordenamento institucional. Pode-se inferir que, dentre os adolescentes, Pedro foi o que mais vivenciou instabilidade no seu cuidado, rompimentos e perdas ao longo de mais de 10 anos de abrigo. Considerando sua trajetória de vida, pode-se compreender sua postura “neutra” e distante do abrigo, sugerindo a existência de uma “película”, impedindo o seu engajamento emocional nas relações. Estudos evidenciam que a instabilidade no cuidado e presença de rompimentos com a figura materna, nos primeiros anos de vida, influenciam o desenvolvimento emocional

de um bebê (Bowlby, 1973/1998; 1976/1981). Por outro lado, revisitando novamente o caso de Pedro, são encontrados relatos da sua tia que dizem que Pedro demonstra uma vinculação afetiva a ela. A este dado, acrescenta-se a iniciativa do adolescente em saber mais sobre a pesquisadora desse estudo e a demonstração de seu desejo de continuar em contato via *internet*, no momento das últimas entrevistas. Estas evidências, percebidas através da *inserção ecológica*, indicam que o adolescente, de fato, apresenta indícios de vinculação afetiva, apontando para a ocorrência de processos de resiliência. Estes aspectos convergem com os achados de Dalbem e Dell’Aglío (2008) sobre a representação de apego em adolescentes institucionalizados com vivência de situações abusivas, de exposição a riscos e negligência na infância. Nesse estudo qualitativo, apesar das participantes apresentarem, no momento da pesquisa, característica de apego do grupo inseguro, as novas relações positivas estabelecidas atuaram na promoção de saúde e resiliência. Dessa forma, mesmo que as primeiras experiências de apego tenham sido caracterizadas violência, negligência e por falta de responsividade e proteção, tais aspectos não impediram que novas relações de apego significativo tivessem se formado (Dalbem & Dell’Aglío, 2008).

A percepção de Raquel e Francisco sobre a instituição de abrigo, a equipe de trabalho e os outros jovens foi predominantemente negativa. Raquel sentiu muita tristeza quando deixou a casa da mãe de criação. Sentia falta de sua casa e da mãe de criação. Na instituição, afirmou não ter gostado das regras e dos horários. Considerando a história de vida de Raquel, pode-se compreender que a entrada na instituição significou o afastamento físico daquelas pessoas com quem ela estava vivendo nos últimos seis anos, sem ter havido nenhuma situação de risco relevante para a adolescente sentir-se protegida na instituição. Pelo contrário, significou um “castigo” pelo seu mau comportamento. Assim, a percepção de Raquel pode ser entendida. Para Francisco, a primeira impressão do abrigo foi positiva, pois uma jovem tornou-se sua amiga. Contudo, sua opinião foi mudando com o tempo, e devido a práticas de contenção violentas, usadas pelos monitores quando os jovens abrigados brigavam fisicamente, Francisco passou considerar a instituição negativamente. Além disso, é possível verificar a existência de alguns pontos negativos relacionados às características da instituição na qual Francisco morou. Era um abrigo institucional, com grandes muros externos, com grades entre as casas e as salas dos monitores. Não se configurava em um ambiente tranquilo e de confiança para o seu desenvolvimento, capaz de promover interações recíprocas, de afeto estável e com equilíbrio de poder, tendo em vista as constantes fugas relatadas pelo adolescente. Embora a existência de relações permeadas pela violência, no interior das instituições, esteja contra as diretrizes que norteiam o funcionamento institucional (ECA, 1990), muitos pesquisadores têm indicado que ainda existem práticas abusivas semelhantes às

práticas encontradas nas instituições totais, descritas por Guirado (1986) e Goffman (1974), como atendimento coletivizado, presença de práticas educativas coercitivas e de violência física (Abreu, 2000; Cabral, 2002; Carvalho, 2002; Guirado, 1986; Marin, 1999; Prada, Williams, & Weber, 2007; Silva, 1997; Weber & Kossobudzki, 1996).

Mudanças na percepção dos adolescentes sobre o abrigo/abrigamento foram verificadas ao longo do *tempo*, quarto componente do modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Nos casos de Rosa e Francisco, percebeu-se uma mudança mais evidente e intensa, e no caso de Davi, mais tênue. Rosa, inicialmente, relatava sentir muita falta da casinha, das amigas, especialmente da melhor amiga com quem conviveu durante muitos anos no abrigo, e dos monitores. Sentia falta da convivência e da movimentação que vivia na casinha, aspectos que não eram semelhantes ao convívio com sua família. Ao longo dos meses de acompanhamento, nas situações vivenciadas nas visitas ao abrigo, nos momentos em que ela buscava a irmã caçula, ela passou a sentir-se desconfortável naquele *microsistema*. Foi constatada a vivência de um processo de distanciamento da realidade institucional, possibilitando que a adolescente avaliasse a instituição de outra forma. Rosa compreendia-a como um lugar de proteção, que a cuidou quando a mãe estava doente, entretanto, passou a considerá-la como um “*mundo artificial*”, não-real, onde as oportunidades eram dadas pelos “tios” (monitores) sem esforço ou batalha pessoal do jovem. Então, a partir do momento em que Rosa constatou estas diferenças, ela concluiu que não precisava mais estar no abrigo, pois, nesse momento, ela tinha família e, segundo ela, abrigo serve pra quem não tem família. Para Francisco, a concepção inicial estava centrada em uma avaliação negativa da instituição, a partir dos relatos de violência vivenciada no cotidiano. Após um período de convívio familiar, Francisco passou a relatar situações de vitimização e violência na casa da “tia”, fazendo com que ele desejasse retornar à instituição de abrigo. Este desejo foi reforçado pelo relato dos amigos abrigados, com quem Francisco conversava na escola, de que muitas crianças haviam sido transferidas para casas-lares, como foi o caso de suas amigas, que também foram transferidas para outra escola. Francisco passou a querer morar em uma casa-lar, e tentou por duas vezes ser reabrigado. No caso de Davi, a mudança de percepção foi mais tênue e relacionada a um processo de decepção decorrente do afastamento afetivo. Davi foi abrigado em uma instituição que desenvolve a modalidade de casa-lar, a qual proporcionava um atendimento individualizado, tendo um casal de pais sociais como cuidadores, que permaneciam a maior parte do tempo na casa. Vivendo nesse contexto, seu comportamento mudou durante os meses em que ficou institucionalizado, engajou-se em atividades escolares, extra-escolares e domésticas, adquiriu novos hábitos saudáveis, como também fez vínculos afetivos com educadores, pais sociais e outros adolescentes. Após o

desligamento, Davi sentiu muita falta desse contexto e das pessoas com quem convivia, fazendo com que ele procurasse manter contato freqüente com eles (o adolescente realizou três visitas até os três meses de desligamento). Esta situação era reforçada pelo fato de o adolescente não ter muitos amigos de sua idade na vizinhança da casa da família, sendo que seu amigo nesse contexto era uma criança de oito anos de idade. Com o passar dos meses, Davi foi percebendo que não havia reciprocidade nas suas iniciativas do contato com as pessoas do abrigo, visto que tanto os adultos, como o diretor do abrigo e os pais sociais, quanto os outros jovens não o procuravam. Davi passou a sentir-se triste e decepcionado com este comportamento, contudo nunca deixou de desejar manter contato com as pessoas com quem conviveu no abrigo.

Foi possível observar diferentes *processos proximais*, considerados os motores do desenvolvimento pela Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998), ocorrendo na vida desses adolescentes. Se para o referencial teórico adotado para este estudo desenvolver-se é adquirir uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, de forma contínua e processual, pode-se concluir que Rosa, de fato, apresentou *processos desenvolvimentais*, devido às mudanças em sua percepção e raciocínio relacionadas à sua vida, sua família, às suas amizades e à instituição de abrigo. No caso de Francisco, apesar da contrastante mudança, o novo posicionamento não refletia um amadurecimento emocional e psicológico, ele desejava viver em outra realidade que passou a idealizar. Para Davi, o processo de mudança de perspectiva quanto aos amigos do contexto institucional ainda estava em andamento, não sendo ainda uma mudança efetiva. Para este adolescente, os *processos* mais evidentes ocorreram no contexto institucional, a partir de seu engajamento em diversas atividades, progressivamente mais complexas, e da reorganização de sua percepção de mundo. O desenvolvimento envolve uma mudança efetiva e não ligada à situação ou às características do indivíduo, implicando uma reorganização que tem certa continuidade ao longo do tempo e do espaço (Bronfenbrenner, 1979/1996; 2004).

Com o intuito de focalizar as relações entre os *microssistemas da família* e da instituição, que constituem o *mesossistema* desses jovens, foram analisados, primeiramente, o ponto de vista das famílias sobre a instituição de abrigo, seu atendimento e seus funcionários. Do ponto de vista dos membros da família entrevistados, quatro dos cinco casos consideraram o abrigo um lugar ótimo para os adolescentes, capaz de oferecer condições e oportunidades ímpares, as quais a família não poderia oferecer. Esses familiares disseram ter sido bem recebidos e tratados na instituição, e que sempre obtiveram informações sobre os adolescentes quando solicitaram junto às equipes técnicas, seja através do telefone ou pessoalmente. Os pontos positivos destacados pelos familiares foram o acesso a tratamentos médicos; a cursos,

como computação, culinária, marcenaria, criação de animais, entre outros; um espaço mais reservado e próprio para o adolescente; boa alimentação e vestuário; e, a aprendizagem de uma rotina e de um senso de organização. Este modo de avaliar a instituição de abrigo já havia sido mencionado na literatura, tal como no estudo de Fonseca (1987). Esta pesquisadora encontrou a instituição de abrigo como parte da rede de apoio de famílias advindas de camadas populares, e desempenhando o papel de cuidador quando a família não está capacitada para desenvolver tal papel. Segundo Fonseca (1987), frente a situações de desemprego, doença física ou mental, falta de uma rede de parentesco efetiva ou diante de uma nova união conjugal, muitas mulheres percebiam a antiga Febem como um internato, como um lugar onde podiam deixar seus filhos para serem criados. Essa percepção da antiga instituição Febem como internato fazia com que ela fosse considerada parte da rede de apoio social dessas famílias, proporcionando ajuda externa em um momento difícil.

O único responsável que considerou a instituição péssima foi a “tia” de Francisco, devido aos relatos de Francisco sobre a violência que havia na instituição. Além disso, ela acreditava que a forma como eles o atendiam e educavam-no havia o mudado para pior. Mais tarde, durante as semanas que trabalhou no abrigo, ela pôde confirmar as denúncias do adolescente. Como esta é a única instituição que funcionava nos moldes de abrigo institucional, pode-se inferir que a visão negativa da “tia” de Francisco seja consequência desse tipo de atendimento, não recomendado pelo ECA (1990) por estar atrelado a prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Este *microsistema* tinha muros altos e mantinha portas cadeadas e grades, restringindo o acesso dos abrigados a salas da própria instituição e ao mundo externo. Segundo o ECA (1990), a entidade de abrigo deve ser uma instituição de caráter residencial, oferecendo atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos. Tem como obrigação não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição por parte do Sistema Judiciário. Assim, os abrigos devem preservar a identidade do abrigado, compreendendo suas características individuais; oferecer ambiente de respeito e dignidade; buscar a preservação e conservação dos laços familiares; propiciar escolarização, profissionalização, atividades culturais, esportivas e de lazer; entre outras determinações. Considerando as características da instituição na qual Francisco estava, observa-se um descompasso entre o que é preconizado na legislação e a realidade vivida, fazendo com que esta instituição tenha funcionamento semelhante ao funcionamento das instituições totais (Goffman, 1974; Guirado, 1986).

Mesmo considerando o atendimento proporcionado pelas instituições de abrigo adequado e positivo, todos os familiares apresentaram queixas direcionadas à instituição. A mãe de Rosa apresentava um ressentimento relacionado ao não cumprimento de promessas de

ajuda da equipe do abrigo. A tia de Pedro revelou a prática de violência física de uma monitora na infância de Pedro, e, já na reinserção familiar, ela considerava a postura da assistente social do abrigo bastante rígida, solicitando uma adaptação rápida do adolescente à família, além de a tia apresentar um ressentimento devido à falta de confiança com relação ao recebimento do benefício do jovem. No caso de Raquel, houve inúmeros desencontros de informações e a alegação, por parte da mãe de criação, de que o desligamento institucional da adolescente ocorreu sem seu conhecimento e autorização. As queixas relatadas pela “tia” de Francisco estavam relacionadas à violência presente na instituição, a qual já foi comentada anteriormente. E por fim, a mãe de Davi, apesar de ressaltar a importância do abrigo para a vida do filho e o desejo que ele tivesse as oportunidades que tinha quando estava institucionalizado, o abandono sentido pelo adolescente em função da falta de interesse da instituição de manter contato e ajudá-lo gerava as reclamações direcionadas aos educadores da instituição. Todos estes aspectos relatados pelos familiares são extremamente prejudiciais para a relação entre eles e as equipes técnicas, prejudicando a comunicação e a colaboração entre eles. Uma relação sintônica e positiva entre equipe do abrigo e familiares é importante para o bom andamento do período de institucionalização e posterior processo de desabrigo (Juliano, 2005; Siqueira & Dell’Aglia, 2007).

Vale destacar que não foi observado o abuso de drogas lícitas e ilícitas entre os responsáveis pelos adolescentes, entretanto, constatou-se a presença de outros familiares envolvidos com uso e tráfico de drogas, a saber: mãe e pai de Pedro, mãe de Raquel, pai de Francisco e pai de Davi. O abuso de drogas tem se configurado em um dos mais sérios problemas na contemporaneidade, estando altamente relacionado à violência doméstica, à negligência, a transtornos psiquiátricos, a pobres habilidades parentais, a crimes, entre outros fatores (Koller, 2000; Lopes, 1999; Martins & Pillon, 2008). Além disso, o abuso de drogas tem sido considerado um dos principais motivos de afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias na realidade norte-americana (Maluccio & Ainsworth, 2003), sendo um importante obstáculo na reunificação familiar (Choi & Ryan, 2007; Maluccio & Ainsworth, 2003; Smith, 2003). Nos presentes casos, foi possível verificar a presença das drogas no cotidiano dos jovens, visto que alguns familiares eram usuários (irmão de Francisco e primo de Pedro) e que Davi usou drogas aos 12 anos, chegando a ser internado. Assim, esta problemática de fato está presente no *microsistema das famílias* participantes desse estudo, ainda que nos casos relatados, os adolescentes não estavam expostos diretamente a elas no período de reinserção familiar.

Observa-se que não houve convergência nos pontos de vista dos adolescentes e dos familiares responsáveis com relação à institucionalização e ao abrigo em si. Pode-se entender

que esta percepção é extremamente variável e sujeita a influência de diversos fatores, como por exemplo, das características individuais, sexo, modalidade de abrigo, regime de atendimento (monitores versus educadores versus pais sociais), estrutura física e relacional oferecida pela entidade de abrigo, entre outros. Todos estes aspectos contribuíram para a construção de uma imagem da instituição, fazendo com que ela pudesse ser promotora de *processos proximais* em menor ou maior grau para jovens inseridos nesse *microsistema*. Dessa forma, para que o entendimento do fenômeno ocorra baseado no modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), é necessário considerar as características da *pessoa*, a dinâmica presente nos *processos*, as interações estabelecidas nos diferentes *contextos ecológicos* e as continuidades e descontinuidades ocorridas ao longo do *tempo*.

Percepção da equipe do abrigo sobre as famílias

Dando continuidade às análises do *mesossistema*, a percepção dos agentes sociais da instituição de abrigo sobre as famílias foi focalizada. Para esta análise, dados registrados no diário de campo advindos das visitas às instituições de abrigo e da *inserção ecológica* foram utilizados pela pesquisadora. Do ponto de vista dos trabalhadores das instituições de abrigo, sejam monitores, pais sociais, diretores e/ou técnicos dos abrigos, foi possível perceber o predomínio de uma visão pejorativa e negativa relacionada aos familiares dos adolescentes. As idéias presentes entre os trabalhadores dos abrigos eram de que: os familiares não eram capazes de educar e cuidar dos adolescentes, dando muita liberdade e pouco limite; eles eram preguiçosos e acomodados com a situação; não era possível confiar nos mesmos; havia outros interesses envolvidos no retorno à família; os jovens retornariam ao abrigo em breve; e os familiares mentiam e exageravam em suas reclamações sobre os jovens, entre outras. Estes resultados confirmam estudos previamente publicados sobre esta temática, apontando que tais aspectos fazem parte do *macrossistema* dessa população. Siqueira, Morais, Dell’Aglia e Koller (no prelo), em sua pesquisa com dirigentes e trabalhadores de uma instituição de abrigo para meninos com vivência de rua, constataram que estes trabalhadores consideravam as famílias das crianças abrigadas como “*pedaços de família*”, visto que muitos foram abandonados pelas mães e nem conheciam os pais. A idéia de que a família dessas crianças não era capaz ou possuía limitações para criar, cuidar e educar seus filhos apresentou-se com força no discurso dos dirigentes da instituição, visto que muitas vezes, entre àquelas crianças que possuem vínculo familiar, tudo o que era construído na instituição, era destruído facilmente quando esses jovens estavam em visita familiar. Siqueira (no prelo) encontrou no

discurso dos dirigentes e funcionários de um abrigo intitucional para crianças de até 11 anos mensagens depreciativas e desqualificadoras relacionadas aos familiares dessas crianças. Da mesma forma, Yunes e Szymanski (2003), em seu estudo sobre crenças a respeito de famílias pobres, encontraram esta mesma concepção entre profissionais da Saúde e Educação. Para esses educadores e profissionais da saúde, a maioria das famílias era acomodada à pobreza, “desorganizada”, “comprometida” e “desestruturada”. E, além disso, na percepção destes profissionais, as famílias pobres tinham escassas possibilidades de sucesso diante das adversidades da pobreza. Yunes, Garcia e Albuquerque (2008) demonstraram, mais recentemente, que as famílias pobres eram consideradas pelos agentes comunitários de saúde como possuidores de carências emocionais (amor, fé, carinho, afeto, atenção e estima), sociais (atividade laboral, educação, informação e condições de higiene e alimentação) e cognitiva (conscientização).

Esta caracterização acaba por reproduzir uma idéia depreciativa dessas famílias, reforçando ainda mais a impotência atribuída a elas. No sentido de alertar para o risco da continuidade dessas pré-concepções, instituídos no *macrossistema*, Ferrari e Kaloustian (1994) ressaltam a importância de considerar o potencial saudável de algumas famílias, e não generalizar a idéia de que todas as famílias pobres são desinteressadas e incapazes. Torna-se necessária a construção de programas de capacitação direcionados aos agentes sociais que trabalham diretamente com esta população, a fim de auxiliar na elaboração de suas práticas e percepções, muitas vezes, fatalistas, deterministas e pessimistas dessa população (Yunes, Garcia, & Albuquerque, 2008). Buscar os recursos saudáveis presentes nas famílias, mesmo naquelas em situação de vulnerabilidade social, é um desafio e tarefa necessária para uma mudança efetiva desse panorama (Cabral, 2002; De Antoni, Hoppe, Medeiros, & Koller, 1999; Siqueira, Morais, Dell’Aglío, & Koller, no prelo; Yunes, Garcia, & Albuquerque, 2008; Yunes & Szymanski, 2003).

Desligamento Institucional

Os cinco adolescentes mantiveram contato contínuo e freqüente com seus familiares, conforme recomendado pelo ECA (1990). Eles realizavam visitas semanais ou quinzenais em suas famílias. No caso de Rosa, desde o abrigamento, a adolescente realizava visitas a seus familiares, entre eles seus tios, tias e irmãs mais velhas. Contudo, não houve tentativa anterior de desligamento institucional. Pedro sempre realizou visitas à tia desde a infância, e quase foi reintegrado à família da tia paterna. Este processo não foi efetivado a pedido do próprio

Pedro, que tinha contato próximo com uma senhora e nutria esperança de ser adotado por ela. Raquel mantinha contato com a mãe de criação pelo telefone e através de visitas periódicas. Francisco, da mesma forma, realizava visitas frequentes; e Davi, primeiramente, a mãe o visitava e, após a mudança de endereço residencial da família, passou a realizar visitas periódicas. A mãe, também, mantinha contato telefônico com a instituição, recebendo todas as notícias solicitadas, contudo, o abrigo não autorizava que mãe e filho conversassem.

Considerando as visitas realizadas previamente ao desligamento, foi possível verificar que as mesmas ocorriam sem acompanhamento dos técnicos e educadores dos abrigos. A visita domiciliar é considerada um elemento crucial no processo de manutenção e reconexão entre as crianças e adolescentes afastados da família e seus cuidadores, sendo importante que façam parte de um plano de reunificação familiar (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996; Leathers, 2002; Warsh & Pine, 2000; Wright, 2001). É entendida como o cerne de um plano de reinserção familiar e um fator importante para a efetivação da reinserção familiar, atuando como um “laboratório” no qual os jovens e seus cuidadores aprendem a estar juntos novamente (Davis, Landsverk, Newton, & Ganger, 1996; Landy & Munro, 1998; Warsh & Pine, 2000). São visitas planejadas e que fazem parte de um plano de reinserção familiar, possuindo objetivos, que são construídos em conjunto com as famílias. Pesquisas norte-americanas têm indicado os benefícios que um plano de visita traz para as crianças e adolescentes em cuidados substitutos, tais como sentimento de que os pais/cuidadores os querem na família novamente; elaboração da experiência do afastamento e dos sentimentos acarretados pela separação; e a manutenção dos laços familiares. Simultaneamente ao plano de visita, oportunidades de aprender estilos de comunicação/parentalidade e de praticar uma interação familiar saudável são oferecidas para os membros das famílias (Hess & Proch, 1988). A visita, enquanto um contato planejado e face-a-face entre o jovem e sua família, seja biológica, de origem, adotiva ou extensiva, é capaz de proporcionar um contexto para aprendizagem de estratégias mais eficazes de enfrentamento dos fatores de risco, mitigando o dano inerente do afastamento familiar (Wright, 2001). Dessa forma, constata-se que a prática de permitir o encontro entre pais/cuidadores é frequente nos processos de reinserção analisados. Contudo, visitas realizadas sem acompanhamento e sem engajamento dos familiares não terão os mesmos resultados que visitas planejadas. Verifica-se a necessidade de promover um melhor planejamento das visitas através de um plano de visita acompanhado por profissionais capacitados, colaborando para a reconexão emocional entre cuidadores e os jovens e uma interação positiva.

O uso de ligações telefônicas foi utilizado como forma de contato entre equipe técnica e cuidadores, e entre os jovens e seus familiares, especialmente nos casos em que a distância

geográfica era significativa (cerca de duas horas de distância), como foi o caso de Raquel e Davi. A disponibilidade de contato telefônico tem sido relatada na literatura e considerada uma estratégia importante para a manutenção dos laços familiares (Mapp & Steinberg, 2007). Contudo, na instituição de Davi, era regra não permitir o contato telefônico entre os jovens e seus familiares. Assim, observa-se a necessidade de divulgar entre as instituições de abrigo o benefício que essa atividade pode trazer às crianças e adolescentes afastados de seus familiares.

Com relação à grande distância constatada entre algumas residências e as instituições de abrigo, vale destacar alguns aspectos. A proximidade geográfica foi considerada por Warsh e Pine (2000) um elemento-chave para o sucesso de um plano de visitação, sendo um aspecto a ser considerado previamente à institucionalização. As crianças e adolescentes devem ser abrigados em instituições que estão localizadas próximas às residências dos cuidadores, para que dificuldades de locomoção não sejam obstáculos para as visitas. Em todos os casos, os jovens necessitavam de transporte, seja público ou fornecido pela instituição, para chegarem às suas famílias, e nos casos de Pedro, Raquel e Davi, as residências e os abrigos ficavam em cidades diferentes da região metropolitana. Oliveira (2006) destaca a importância de privilegiar a regionalização do atendimento como um critério no momento de abrigamento. Assim, pode-se buscar a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária do jovem na sua própria comunidade de origem, e conseqüentemente, a manutenção dos laços familiares.

É possível constatar que não foi oferecido aos adolescentes e seus familiares uma preparação prévia, entendida como um processo de engajamento e de tomada de consciência do retorno do jovem à família e das dificuldades e obstáculos que eles deverão enfrentar. Como orientado pelo ECA (1990), a preparação para o desligamento institucional deve ser implementada pelas entidades que desenvolvem o programa de abrigo, ao proceder um estudo da família, ao restabelecer e preservar os vínculos familiares, notificar os casos em que o retorno é viável; e, manter programas de apoio e acompanhamento de egressos. Contudo, é possível constatar um abismo entre o que a legislação preconiza e o que tem acontecido na realidade. Apenas no caso de Pedro, visitas prévias e posteriores ao desligamento foram realizadas pela assistente social do abrigo, não ocorrendo em nenhum dos outros casos. Vale acrescentar que em dois casos, de Davi e da mãe de criação de Raquel, foi relatado o total desconhecimento do processo de reinserção familiar. A equipe técnica do abrigo, no qual Davi estava morando, estava há meses planejando o desligamento do adolescente junto aos seus familiares, que foram solicitados a não revelar ao adolescente esta intenção, justificando que ele poderia se opor ao desligamento. Ao final do ano escolar e após as festas de final de

ano, Davi foi informado que voltaria para sua família no momento em que houve um desentendimento entre ele e os meninos e a decisão de não levá-lo para a praia. Dessa forma, o adolescente percebeu o desabrigo como uma punição por ter se desentendido com outros garotos e não como o resultado natural do processo de reorganização familiar. No caso de Raquel, a mãe de criação relatou um desligamento compulsório e unilateral, no qual não houve a sua participação e nem seu consentimento. Estes episódios refletem a má condução dos processos e a falta de comunicação entre equipe do abrigo que promove os desligamentos e as famílias de origem, acarretando em prejuízos importantes para os jovens envolvidos. Considerando os casos relatados, Davi sentiu-se triste por ter saído da instituição e perdido o passeio na praia; e para Raquel, a má condução do processo fez com que ela fosse reinserida em um momento inoportuno, visto que a mãe de criação não tinha certeza sobre seu desejo de recebê-la novamente, tendo como consequência o reabrigo da adolescente, ou seja, mais uma ruptura nos laços afetivos e a confirmação de que a adolescente possuía problemas inerentes, segundo a percepção de sua mãe de criação. O desligamento ocorrido no caso de Raquel pode ser entendido a partir do que Fonseca (2005) denominou como “política da brevidade institucional”, fenômeno caracterizado por ações e pelo desejo de efetivar a transitoriedade da medida de proteção, muitas vezes, a qualquer custo. Segundo a autora, na pressa de “retorno à família”, muitas crianças e adolescentes são desligados para famílias que não têm condições de reassumir sua parentalidade, não conseguindo cuidar e socializar seus filhos.

Em conjunto a uma preparação mais concreta e direta ao desligamento, observou-se também a ausência de uma preparação mais qualitativa dos adolescentes para a convivência familiar e comunitária por parte da equipe do abrigo. Pode-se observar, especialmente nos casos em que o tempo de abrigo foi maior, uma dificuldade dos adolescentes para lidar com tarefas e situações comuns e não-complexas do cotidiano, as quais não tiveram oportunidade de experimentar na instituição. As situações relatadas pela tia de Pedro ilustram esta constatação. Pedro não tinha experiência em fazer compras na mercearia e realizar escolhas pelo produto mais barato. Ele também não sabia fazer nenhum tipo de comida, nem mesmo ligar o fogão para aquecer seu almoço, perdia seu material escolar, esquecia os horários de sua medicação e tinha dificuldades de escolher roupas que combinassem sem a ajuda de seus familiares. Certamente, o caso de Pedro exigia uma atenção especial, pois associado ao grande período de institucionalização pelo qual havia passado, Pedro possuía uma doença crônica e havia vivenciado duas modalidades diferentes de abrigo (institucional e residencial), sugerindo vivência de rupturas e instabilidade no seu cuidado. Esta constante supervisão que Pedro exigia de seus familiares pode ser resultado desses

fatores, sendo necessária uma carga extra de atenção e paciência no período pós-desligamento. Considerando que o movimento ecológico entre dois *microsistemas*, denominado *transição ecológica*, exige uma reorganização emocional e de papéis sociais, parece clara a importância de considerar este processo em sua complexidade, fazendo com que tarefas simples do cotidiano sejam incluídas na rotina e realizadas pelos jovens, permitindo que os mesmos possam lidar melhor com a realidade social. Além disso, mesmo preconizado pelo ECA (1990), nenhuma das unidades de abrigo mantinha programa de apoio e suporte aos egressos e seus familiares dos abrigos.

Convivência Familiar

Para cada caso, foi possível constatar diferentes *processos* ocorrendo na convivência com os seus familiares, ao longo do *tempo*. Constatou-se que Rosa estava adaptada ao contexto institucional e, após o seu retorno à família, era possível perceber um distanciamento entre ela e os familiares. Ela era tímida e reservada, sendo difícil para sua irmã de 20 anos saber o que ela estava pensando ou sentindo, visto que ela não falava sobre seus sentimentos. Ao longo dos primeiros meses de reinserção, *processos proximais* ocorrem nas relações familiares, especialmente entre Rosa e sua irmã de 20 anos, à medida que ambas engajaram-se em atividades conjuntas, cada vez mais complexas, como as atividades na igreja e as conversas íntimas que empreendiam. Assim, passaram a desenvolver uma relação mais próxima, de cumplicidade e companheirismo e, progressivamente, houve uma aproximação da adolescente à sua família, evidenciando um processo de reconexão. No caso de Pedro, os *processos proximais* apresentaram-se no seu engajamento em atividades novas e nos desafios que o adolescente passou a enfrentar na convivência familiar, como fazer compras, escolher produtos e aquecer sua própria refeição. Essas atividades exigiam um novo posicionamento de Pedro no mundo, requerendo uma postura cada vez mais ativa, diferente de quando estava no abrigo, quando tudo lhe chegava “pronto”. O *microsistema familiar* de Raquel demonstrava-se carregado de desconfiança e dúvida quanto à sua permanência; e no de Francisco, a violência permeava as relações entre ele e a “tia” e os filhos da mesma. Além disso, havia uma carência importante de condições mínimas de vida, como alimentação adequada e higiene. Contudo, para Raquel, visto que a adolescente possuía amigas na vizinhança, inclusive sua prima, e apresentava bom desempenho escolar, com boas notas e bom comportamento na escola, pode-se inferir a existência de aspectos positivos nos outros *microsistemas* de interação, e subseqüentemente, *processos desenvolvimentais* ocorrendo.

Davi estava ciente que havia se tornado um adolescente melhor durante os meses de abrigo. Na convivência familiar, buscava ajudar ativamente sua mãe e irmãs e tinha uma relação muito próxima e afetiva com as irmãs, especialmente as menores, contudo queixava-se da falta de amigos de sua idade e de atividades para fazer. Foram observados *processos proximais* na dinâmica das interações familiares, entre ele, sua mãe e as irmãs. Para que estes *processos* ocorram, as interações devem possuir características de reciprocidade, relações afetivas estáveis e equilíbrio de poder, segundo Bronfenbrenner e Morris (1998), sendo possível constatar que nos casos de Raquel e Francisco, estas características não estavam ocorrendo de maneira adequada e plena.

Do ponto de vista dos familiares, a convivência familiar estava sendo predominantemente positiva, apesar de ter havido mudanças de percepção ao longo do *tempo* em alguns casos. No caso de Rosa, as mudanças ocorreram de uma menor a uma maior proximidade emocional da família, sendo percebida pelos familiares. No caso de Pedro, os relatos da tia paterna estavam centrados, desde o início, na imaturidade do adolescente, na falta de interesse e no baixo desempenho escolar, na exigência de uma alimentação diferenciada e não “pertencente” à família e no seu estado de saúde/medicação. Contudo, inicialmente, para a tia, Pedro era um adolescente obediente e tranquilo e, nos meses subsequentes, ele passou a apresentar comportamento egoísta, fazendo com que a tia mudasse de opinião e questionasse o fato de conhecê-lo. No caso de Raquel, a percepção estava estável e centrada no mau comportamento da adolescente, que a desobedecia e mentia. Além disso, também havia a estabilidade quanto à crença de que a garota tinha muitas semelhanças com sua mãe biológica, que era “prostituta”, sugerindo que não haveria um bom futuro para a adolescente. Para a “tia” de Francisco, a percepção da convivência familiar também permaneceu estável na crença que a instituição havia mudado o adolescente para pior, fazendo com que a convivência familiar com esse “novo” Francisco fosse difícil. Davi retornou à família apresentando comportamento colaborativo, cooperativo e pró-social, aspectos destacados e valorizados pela sua mãe na convivência familiar. Era possível perceber que a mãe de Davi apresentava uma relação próxima com o adolescente, desde antes da institucionalização, sendo bastante assertiva e determinada nas suas decisões de protegê-lo dos riscos que estava exposto. Contudo, nos meses subsequentes, a ausência de amigos e atividades que Davi gostava, associada ao temperamento semelhante ao do pai, passou a desgastar as relações no *microssistema familiar*.

A percepção da mãe de criação sobre Raquel, de que a adolescente apresentava semelhanças à sua mãe biológica, confirma a forte presença de aspectos *macrossistêmicos* sobre a criança e o adolescente institucionalizados, presentes na sociedade. Apesar de seu

empenho em ter a guarda de Raquel, na sua infância, observou-se a ausência de tal empenho no período de sua adolescência. Ela não buscou o desligamento da adolescente, apesar de tê-la criado por muitos anos, e apresentava um discurso estigmatizador relacionado à menina. Ela afirmou que a adolescente tinha características semelhantes à sua mãe biológica, como o gosto pelo uso de roupas ousadas e maquiagem forte, o que lhe trazia muita preocupação. Segundo ela, Raquel já havia apresentado verbalmente seu desejo de ser “prostituta” na infância, considerando tal episódio como um “aviso”. As pré-concepções e preconceitos da mãe de criação influenciaram fortemente a reinstitucionalização da adolescente cinco meses após a reinserção. Estes aspectos relatados pela mãe de criação de Raquel confirmam a concepção presente na sociedade, destacada por Siqueira e Dell’Aglia (2006), de que os jovens institucionalizados, pobres, vítimas de maus-tratos, que vivem em abrigos ou mesmo nas ruas são os responsáveis pela sua situação devido aos problemas que possuem, à sua “bagagem biológica” e não são uma resultante de inúmeros fatores sociais presentes em suas famílias e na sociedade. Arpini (2003b), Fraga (1996) e Mello (1999) também ressaltam que a desqualificação desses jovens, presente no discurso cotidiano das pessoas, que os consideram indesejáveis, marginais e futuros delinquentes, gera uma dificuldade extra para a construção e manutenção de uma representação positiva de si mesmos, influenciando o modo como eles construíram suas identidades na adultez. Arpini (2003b) conclui que a primeira ação a ser feita é combater tais estigmas, refletindo e discutindo estas questões nas instituições, nas escolas, nos sistemas de justiça e na sociedade em geral, a fim de promover um movimento de mudança do instituído e possibilitar um desengessamento ideológico, permitindo que esses jovens possam se desenvolver e construir suas identidades livres dessas amarras que os desvalorizam.

Nos casos de Rosa, Pedro, Francisco e Davi, apesar de suas famílias possuírem piores condições financeiras do que a de Raquel, elas apresentavam desejo de ter os adolescentes de volta à família, bem como os adolescentes desejavam voltar para casa. Estes dados sugerem que o desejo e a motivação conjunta da família são elementos essenciais para a promoção de uma efetiva reinserção familiar, corroborando estudos de Azor e Vectore (2008). Segundo as autoras, embora a reestruturação financeira seja um elemento importante, o desejo de ter os filhos na família parece ser a mola propulsora para a recuperação da guarda de crianças institucionalizadas. Vale destacar que a carência de contato diário e de qualidade entre os jovens com os membros de suas famílias pode dificultar que atividades desenvolvidas por eles sejam recíprocas, com equilíbrio de poder e afeto estável, características importantes para a ocorrência de *processos proximais* (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Quando uma família recebe um jovem que viveu durante anos em um abrigo, muitas vezes,

ela não o reconhece como sendo seu parente, ou mesmo, julga-o diferente de antes, fazendo com que as suas expectativas sejam frustradas. O afastamento prévio e os obstáculos decorrentes dos primeiros meses de reinserção podem fazer com que as relações estabelecidas entre os membros da família e o jovem sejam pobres e superficiais, exigindo um grau extra de motivação e apoio externo para que estas dificuldades sejam superadas através do engajamento da criança e/ou adolescente, seus familiares e equipe de apoio. Assim, as interações entre eles poderão ser estabelecidas, tendo como características a reciprocidade, afeto estável e equilíbrio de poder.

O fato de essas famílias serem chefiadas por mulheres parece influenciar diretamente na forma como elas educam os adolescentes. A ausência ou instabilidade da figura paterna acaba por construir uma identidade materna diferente da “convencional”, na qual a figura materna caracteriza-se por ser “dura”, ocorrendo na intenção de preencher o vazio deixado pelo pai na relação como os filhos (Arpini, 2003b). Ela passa a exercer parte do papel social destinado ao pai, com vistas a evitar fragilizar ainda mais sua família, visto que não há um homem para manter a moradia, alimentação e o respeito (Sarti, 1994). Estes aspectos podem ser visualizados de maneira mais evidente no caso de Davi, no qual a mãe parece exercer a autoridade masculina, através de ameaças, assumindo essa identidade de mãe “dura” frente aos filhos. Foram observadas também práticas educativas coercitivas, como no caso de Francisco e de Raquel, havendo ausência de diálogo, dificuldade de comunicação, falta de confiança e uso de violência física. Tais práticas são descritas na literatura como fator de risco para o desenvolvimento saudável (Koller, 2000; Masten & Garmezy, 1985; Seifer, Sameroff, Baldwin, & Baldwin, 1992), constituindo-se em dificultadores extras para o sucesso da reinserção familiar, especialmente quando se trata da reinserção de adolescentes.

Em quatro dos cinco casos, os adolescentes consideraram como suas principais fontes de apoio seus familiares. Apenas Pedro nomeou os amigos da vizinhança. Do ponto de vista da família, constatou-se a forte presença da igreja como parte da rede de apoio direta em dois casos (Rosa e Raquel). Nos outros casos, as principais fontes de apoio da família foram outros familiares (caso de Francisco), a equipe técnica da instituição de abrigo (Pedro) e Conselho Tutelar e padrinhos das filhas (Davi). Foi observada a disponibilidade de apoio emocional e afetivo nos casos de Raquel e Rosa, por parte da igreja. A rede de apoio social e afetivo tem sido amplamente estudada devido ao seu efeito protetivo, especialmente em pesquisas com populações consideradas em situação de risco. Este efeito está relacionado ao desenvolvimento da capacidade de enfrentamento de adversidades, promovendo características de resiliência e desenvolvimento adaptativo (Brito & Koller, 1999; Garmezy & Masten, 1994; Rutter, 1987). No que se refere ao processo de reinserção familiar, o suporte

familiar e/ou comunitário é um aspecto importante e tem sido relacionado com sucesso da reunificação (Amorós & Palacios, 2004; Azor & Vectore, 2008; Festinger, 1996; Maluccio, 2000; Pine, Spath, & Gosteli, 2005).

A relação das duas famílias que tinham a igreja evangélica da comunidade como principal fonte de apoio merece uma atenção especial. No caso de Rosa, a igreja assumiu um papel importante para a família, doando alimentos quando a família passou por dificuldades financeiras. Por outro lado, a participação da mãe de Rosa na “corrente de descarrego” fez com que ela parasse de tomar a medicação psiquiátrica, podendo acarretar sérios problemas para a sua saúde e para toda a família. No caso de Rosa, é possível constatar que a igreja pode ser considerada tanto um fator de proteção quanto de risco, visto que se configurou em um apoio importante quando houve carência de alimentos, e em risco quando impôs suas determinações e expôs a saúde do indivíduo com a retirada abrupta dos medicamentos psiquiátricos. No caso de Raquel, a mãe de criação era uma participante ativa da igreja evangélica da comunidade, sendo que o pastor e sua esposa disponibilizavam apoio emocional e afetivo a ela, nos momentos de dúvidas quanto à decisão de permanência da adolescente na família, quanto ao comportamento da adolescente e nos momentos em que a mãe de criação sentiu-se triste no abrigamento de Raquel. Para a mãe de criação de Raquel, a igreja pode ser protetiva, ao acolhê-la e confortá-la nos momentos de angústia; contudo, ao aconselhar à mãe de criação sobre como lidar com a adolescente, fatores *macrossistêmicos* presentes no discurso da mãe, já mencionados anteriormente, podem ter sido reforçados, desgastando ainda mais o relacionamento entre a mãe de criação e a adolescente. As igrejas evangélicas, protestantes e neopentecostais tornaram-se populares por apresentarem-se como um mundo que acolhe e protege, disponibilizando exatamente o que os indivíduos buscam na religião: assistência às necessidades, sentido para a vida e controle do presente e do futuro (Cerqueira-Santos, Koller, & Pereira, 2004). Os fiéis são geralmente pessoas de nível socioeconômico desfavorecido e com pouca escolaridade, os quais aceitam as características mágicas da cura nessas igrejas. Essas igrejas vêm atuando na dicotomia saúde-doença, prometendo curas e amparo emocional, assim como interferindo na maneira como os fiéis encaram, elaboram e aceitam esse fato (Prandi, 1997). Segundo Cerqueira-Santos, Koller e Pereira (2004), as igrejas neopentecostais especializaram-se em prover soluções simbólicas para os mais variados problemas, fornecendo em seu discurso sentido, orientação e ajuda na resolução de suas angústias. Nesse contexto, o doente é considerado um pecador, um indivíduo que está sendo castigado ou abandonado pela graça divina, assim, caso a cura não ocorra, as justificativas já estão postas (Cerqueira-Santos, Koller, & Pereira, 2004).

Neste estudo, pôde-se observar que não foi oferecido às famílias apoio/suporte antes e

após a reinserção dos adolescentes, apesar de preconizado pelo Art. 94 do ECA (1990). Existiam condições colocadas pela instituição que deveriam ser atendidas pelas famílias, nos casos de Rosa, Pedro, Francisco e Davi para que os adolescentes pudessem retornar à família e, estando estes critérios cumpridos, os adolescentes foram desligados. Contudo, não existiu uma relação de cooperação e apoio entre as famílias e as equipes dos abrigos; pelo contrário, houve reclamações e queixas das famílias quanto a promessas não cumpridas pelos abrigos. Algumas instituições têm demonstrado dificuldade em lidar com os familiares das crianças e adolescentes abrigados e com a preservação dos vínculos. Segundo Yunes e Szymanski (2003), existe a crença, entre profissionais da Saúde e Educação, de que a maioria das famílias pobres é acomodada à pobreza, “desorganizada”, “comprometida” e “desestruturada”, incapaz de superar e reverter a situação de adversidade. Certamente, estes fatores, o estigma relacionado às famílias e a prática de promessas que não são cumpridas, não permitem uma verdadeira aproximação entre as famílias e a equipe dos abrigos, dificultam ações conjuntas de promoção do processo de reinserção familiar e o oferecimento de apoio.

As dificuldades relatadas pelos responsáveis das famílias poderiam ser minimizadas se um serviço especializado de apoio a esses processos atuasse nesses casos, funcionando como apoio social. O apoio social tem sido descrito na literatura como um importante fator de proteção, mitigando os efeitos danosos dos fatores de risco e promovendo os processos de resiliência (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996; Sluzki, 1997). No caso de Pedro, as queixas relatadas pela tia, no período final de acompanhamento, relacionadas ao desinteresse pelos estudos, dificuldades em seguir os horários de seus medicamentos e vontade de ser independente, o que foi interpretado pela tia como uma rejeição pessoal. Comportamentos, tais como busca por identidade adulta, independência, autonomia, comportamento reivindicatório, por exemplo, são características comuns nesse momento (Steinberg, 1999). O comportamento de Pedro pode ser decorrente do fato de ser um adolescente e sua tia demonstrou despreparo para lidar com esses aspectos. Esta situação destaca a importância de um plano de acompanhamento após o desligamento, pois caso a tia tivesse com quem dividir esses problemas e suas angústias, ela poderia aprender a lidar melhor com a situação, tranquilizar-se de que tais comportamentos fazem parte do momento que Pedro está vivendo, podendo assim ajudá-lo. Para Raquel, brigas, desentendimentos, descontentamento por parte da mãe de criação faziam parte de seu cotidiano. Contudo, constatou-se que a percepção da mãe de criação era muito mais negativa do que a da adolescente, demonstrando que não só ela não estava preparada para o retorno da jovem como também não estava certa se gostaria que esse retorno acontecesse. Este aspecto confirma a importância de uma avaliação do caso

associada à construção de um plano de desligamento em conjunto com a família, evitando o fracasso desse processo.

Políticas de Preservação Familiar e Reinserção Familiar

Com relação à política de atenção a essa população específica, constatou-se que, anteriormente ao abrigamento, não foram planejadas e aplicadas medidas que buscassem a preservação familiar, evitando a institucionalização. Os programas de preservação familiar têm sido desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um suporte extra a famílias com problemas incipientes, a fim de evitar o afastamento familiar, sendo um dos pilares das políticas de Assistência Social de países desenvolvidos, como Estados Unidos (Barth, Guo, & McCrae, 2007; Nelson, 2000). Da mesma forma, em termos de políticas de reinserção familiar, observou-se uma carência de ações bem planejadas e de um acompanhamento que trouxesse benefícios para os adolescentes e seus familiares, realizado por uma equipe capacitada e dedicada a promover este processo.

Considerando a legislação brasileira, ações que objetivam a preservação familiar e a reinserção familiar estão inseridas na modalidade de atendimento “Proteção Social Especial”, descrita no Sistema Único de Assistência Social (2008) como destinada às famílias nas quais uma problemática já se encontra instaurada, exigindo atenção e suporte especiais (SUAS, 2008). Em termos de ações de preservação familiar, no caso de Rosa, visto que sua mãe possuía problemas em sua saúde mental, a busca de um membro da família que cuidasse de seus filhos enquanto ela estivesse em internação e um acompanhamento próximo, realizado por uma equipe especializada, eram alternativas que poderiam ter evitado a institucionalização dos três irmãos. Para Pedro, a sua grave situação de saúde, a negligência sofrida e as constantes internações hospitalares indicavam a necessidade dessa medida de abrigamento; entretanto, a própria tia paterna poderia ter sido acessada a fim de evitar o seu abrigamento. Para a prevenção da institucionalização, no caso de Raquel, um acompanhamento técnico junto à mãe de criação poderia ter sido implementado, a fim de apoiá-la na educação de Raquel e sua irmã, e nas questões relativas à puberdade, adolescência e sexualidade. No caso de Francisco, ações de intervenção prévias com a sua mãe, que estava em situação de rua, e a busca por outros familiares poderiam ter evitado a ida de ambos para as ruas e, conseqüentemente, a institucionalização. E por fim, no caso de Davi, uma rápida mudança de residência da família, imediatamente após as ameaças de morte, poderia ter prevenido o abrigamento. Pode-se inferir que, a partir de uma avaliação e acompanhamento

de cada caso e do recebimento de suporte externo, tal como foi sugerido, os abrigamentos poderiam ter sido evitados. No entanto, sem ajuda e suporte extra, eles não tiveram condições de superar as dificuldades que motivaram a institucionalização.

Em termos de reinserção familiar, as ações realizadas pelos técnicos do abrigo e do Juizado da Infância e Juventude não correspondem às determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda que se possa perceber iniciativas de planejamento e acompanhamento. No sentido de apoiar este processo de retorno à família de origem, políticas de atenção ao processo de reunificação familiar devem ser produzidas e implementadas, para que estes jovens possam permanecer em suas famílias de forma definitiva.

5.5 Considerações Finais

Os dados forneceram informações ricas e detalhadas da trajetória de vida dos adolescentes participantes do estudo e suas famílias. A partir da análise dos cinco casos de reinserção familiar, foi possível conhecer as características das famílias desses jovens, suas percepções sobre o abrigamento e como esses processos têm sido conduzidos na realidade brasileira. As características observadas nas famílias apontam sua vulnerabilidade social, reforçada pela associação de duas importantes variáveis: monoparentalidade e pobreza. Estas famílias apresentam fragilidades sociais que interferem nesse processo de reinserção dos filhos. A precariedade econômica tensiona ainda mais as relações familiares com a entrada de mais um membro, visto que cumprir as necessidades básicas de alimentação, educação e vestuário de mais um membro, para as famílias pobres, é uma tarefa difícil. Isto é essencialmente relevante quando a família possui muitos membros e é chefiada somente pela mulher. Assim, o recurso extra do programa social torna-se de grande importância nesse processo, ajudando a suprir as necessidades básicas. Por outro lado, esse panorama indica que mais do que um recurso extra, que é mínimo e temporário, estas famílias precisam ser profissionalmente preparadas, incluídas em programas de geração de renda e no mercado formal de trabalho.

Apesar de recomendado pelo ECA (1990), quatro dos cinco casos de desligamento não foram avaliados adequadamente e nem acompanhados pela instituição de abrigo. O único caso que foi acompanhado pelo Serviço de Assistência Social do abrigo ocorreu por existir uma vinculação afetiva entre a profissional e o adolescente, não sendo regra na instituição investigada. Uma das adolescentes retornou ao abrigo cerca de cinco meses depois, confirmando que este processo foi realizado de forma inadequada. Na prática, não existe um

programa de avaliação e acompanhamento de egressos dos abrigos e, muitas vezes, as instituições de abrigo não possuem equipe ou habilitação técnica para realizar este trabalho. A prática de promover visitas periódicas entre os abrigados e seus familiares foi encontrada na totalidade dos casos, contudo, se não forem planejadas em conjunto com as famílias e estas não forem orientadas e ajudadas nesse processo de reconexão, as visitas não serão um importante instrumento para o sucesso na reinserção. De fato, as instituições que possuem assistentes sociais, psicólogos e educadores sociais, parecem realizar esta avaliação e acompanhar o desligamento, entretanto, este trabalho acaba sendo um entre tantos outros que a equipe deve realizar.

Existe uma dificuldade para efetivar o direito fundamental à convivência familiar e comunitária em sua plenitude. Assim, diferente do que preconiza o ECA (1990), que atribui ao abrigo a tarefa de promover, avaliar e acompanhar o desligamento institucional, uma política de reinserção familiar poderia ser criada, com uma equipe formada por assistentes sociais e psicólogos, em parceria com instituições de saúde que já desenvolvem seu trabalho junto a famílias, como o Programa da Saúde da Família (PSF). Esta nova organização, governamental ou não, poderia focalizar especificamente os processos de reinserção familiar, realizando as seguintes ações:

- (1) Avaliação familiar: A equipe de trabalho procederá a estudos de caso das famílias, avaliando a viabilidade do retorno, os fatores de proteção, que ajudariam nesse processo e os fatores de risco, em termos de identificação e grau de severidade, que interfeririam negativamente.
- (2) Preparação das famílias: Esta preparação corresponderia à disponibilidade de suporte e apoio no pré-desligamento, a partir a) da realização de grupos de apoio às famílias em processo de reunificação familiar, para que elas pudessem expressar as dúvidas e dividir sentimentos, nesse momento, com outras famílias que vivenciam este processo; b) acesoramento realizado com cada família por uma equipe especializada; e c) monitoramento e aconselhamento emocional e psicológico nos momentos dos encontros entre o jovem abrigado e sua família. A equipe também poderia promover a construção de um plano de reinserção em conjunto com a família, delineando metas para a reunificação, além de um plano de visitas realístico e progressivo.
- (3) Preparação das crianças e adolescentes: Os jovens devem ser preparados para lidar com demandas típicas do mundo social, dentro e fora do abrigo, durante o período de institucionalização. É importante que os jovens abrigados engajem-se em atividades sociais e cotidianas simples a mais complexas, como aquecer a refeição, desempenhar tarefas domésticas, ser responsável por tomar a própria medicação, fazer compras no supermercado

e/ou em uma loja de roupas, pagar uma conta doméstica, usar transporte urbano, entre outras. Ações de reconexão entre as crianças e adolescentes abrigados com seus familiares devem ser propostas e desempenhadas antes da reinserção familiar, para que um sentimento de pertencimento à família e comunidade surja e cresça nos jovens. E por fim, deve-se promover um desligamento gradual e contínuo, com vistas a prevenir o fracasso da reinserção e novas rupturas nos relacionamentos. Devem ser avaliadas também as situações em que é necessário um acompanhamento psicológico destes jovens durante o processo de reinserção.

(4) Capacitação e sensibilização das equipes dos abrigos: Reuniões de capacitação poderiam ser realizadas com os educadores, monitores, funcionários e voluntários das instituições de abrigo com o objetivo de relatar os benefícios que a manutenção dos vínculos afetivos traz ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, incentivando o uso de cartas e ligações telefônicas quando a distância entre o abrigo e a família impedir o contato regular e freqüente, e os malefícios decorrentes de pré-concepções pejorativas, reproduzidas socialmente, também por estes atores sociais. A importância de manter uma via aberta de comunicação entre instituição de abrigo e família, baseada na honestidade, seria destacada de forma especial, a fim de combater as práticas que contaminam e dificultam essa relação, como o uso freqüente de promessas de ajuda instrumental (alimentação, vestuário, material escolar e medicação) que nunca são efetivadas. É necessário o estabelecimento de uma relação aberta e livre de estigmas entre o abrigo e as famílias, possibilitando que as famílias sejam acreditadas no seu esforço de educar seus filhos e que o abrigo não faça promessas as quais não possa cumprir devidamente.

(5) Acompanhamento sistemático das famílias: Seriam realizadas visitas domiciliares freqüentes nos primeiros meses de reinserção familiar, considerados críticos no processo. Nesse acompanhamento, encaminhamentos necessários para o desenvolvimento da família poderiam ser realizados, como programas profissionalizantes e tratamento de saúde, por exemplo. Além disso, seria disponibilizada uma escuta dos obstáculos e das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia pelos familiares e jovens, com vistas a oferecer um suporte e colaborar para superação desses problemas. Também seria aberta a possibilidade de participação no grupo de apoio às famílias em processo de reunificação familiar.

Estas ações poderiam ser implementadas através do Sistema Único da Assistência Social (CREAS, s/d), que desenvolve programas e projetos voltados à Proteção Social Básica (prevenção de situação de risco pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social), através da composição de equipes com capacitação técnica para estas atividades. Poderiam desenvolver estas ações nos próprios abrigos e também dentro de

instituições de saúde, educação ou comunitárias, como postos de saúde, escolas e centros de convivência, possibilitando uma maior integração com a comunidade.

É tempo de considerar a questão da reinserção familiar com seriedade e maturidade sociais. É tempo de organizar uma política pública que focalize e privilegie esse processo, contando com profissionais capacitados e desenvolvendo programas objetivos de reinserção familiar. Talvez com a implementação desses programas, as famílias não se sentiriam “enganadas” pela instituição e ressentidas frente ao “abandono” social e ao não cumprimento de promessas de ajuda, e muitos casos seriam devidamente acompanhados, resultando no efetivo retorno dos jovens à família de origem. Conjuntamente com estas políticas, torna-se importante a realização de pesquisas que avaliem a preparação e o andamento desses processos com vistas a compreendê-los de forma mais integral, envolvendo também outros estados e regiões do Brasil, de forma que se possa ter uma visão mais global destes processos. É tempo de refletir sobre a prática desenvolvida e propor intervenções consistentes no complexo campo da reinserção familiar.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tinha por objetivo conhecer o percurso de crianças e adolescentes institucionalizados, verificando suas características pessoais, de suas famílias, sua percepção de família e figuras parentais, aspectos de seu desenvolvimento emocional, cognitivo e social e, por fim, conhecer como o retorno para casa tem sido promovido pelas instituições sociais responsáveis. Para isso, foram realizados estudos seqüenciais ao longo do doutorado, que permitiram confirmar a importância do desenvolvimento de pesquisas que buscam conhecer melhor a realidade de jovens em situação de institucionalização e a importante *transição ecológica* da reinserção familiar.

Todas as etapas da realização dessa pesquisa de doutorado foram permeadas pelas concepções teóricas da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (1979/1996; 1986; 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998; Bronfenbrenner & Evans, 2000), embora não tenha sido possível explicitá-la nos primeiros três artigos. Esta abordagem teórica foi eleita para embasar esta tese por se considerar importante o olhar ecológico proposto por ela, avaliando o fenômeno em foco a partir da interação de quatro importantes aspectos: a *pessoa*, o *processo*, o *contexto* e o *tempo*, e da concepção teórica de *desenvolvimento-no-contexto*, garantindo à investigação validade ecológica. A conceitualização de desenvolvimento, nessa teoria, também é um ponto a ser destacado no arcabouço teórico, sendo entendido como o processo através do qual a pessoa em desenvolvimento adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, de forma contínua e processual. O desenvolvimento envolve uma mudança efetiva e não ligada à situação ou às características do indivíduo, implicando uma reorganização que tem certa continuidade ao longo do tempo e do espaço. Não concebe o indivíduo como fixo e estável, mas em movimento, sendo influenciado e influenciando suas interações e contextos ecológicos. Estas definições garantem que os *processos proximais* ocorridos na interação da pessoa em seus diferentes *microssistemas*, por mais tênues que sejam, possam ser considerados *processos de desenvolvimento*. Além disso, os *processos proximais* produzidos na relação da equipe de pesquisadores e participantes da pesquisa, através do procedimento teórico-metodológico da *inserção ecológica*, criado por Cecconello e Koller (2003), revisado e ampliado em 2008 (Prati, Couto, Moura, Poletto, & Koller, 2008), são inerentes à pesquisa, constituindo-se em produto para análise.

No Estudo I, as principais características das crianças e adolescentes abrigados em Porto Alegre e Viamão e de suas famílias foram verificadas. Quanto às características da *pessoa*, observaram-se aspectos que atuam como fatores de risco presentes na vida desses jovens, como a alta frequência de experimentação de drogas lícitas e ilícitas, a precoce exposição a elas, baixo desempenho escolar e alto índice de repetência. Estes índices alertam para a dramática realidade desses jovens quanto à exposição às drogas e às dificuldades escolares, aspectos que colaboram para uma maior exclusão social. Cerca de 60% dos participantes mantinham contato com a família, sendo que em 69,3% dos casos o contato era semanal, demonstrando que o direito à convivência familiar e comunitária tem sido buscado no cotidiano das instituições. Além disso, diferenças entre os jovens advindos de abrigos governamentais e não-governamentais destacam a importância de se investigar que aspectos presentes nesses contextos possibilitam a ocorrência de *processos proximais*, levando ao desenvolvimento saudável. Ainda no que se refere ao *microsistema do abrigo*, do ponto de vista dos jovens, o abrigo desempenha um importante papel na suas redes de apoio, tanto em termos de maior número de contatos quanto em maior qualidade e proximidade nas relações. Quanto às características do *microsistema familiar*, observou-se o predomínio de famílias monoparentais, pais com baixa escolaridade e atividades laborais informais, aspectos que também remetem a uma situação de vulnerabilidade social. Para um melhor entendimento do panorama do perfil das crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil, tornam-se necessárias amostras representativas dessa população, quanto a sexo, tipo de abrigo e nas diferentes regiões do país. Dessa forma, em especial, sugere-se a realização de pesquisas que possam abarcar amostras representativas e que envolvam as diferentes regiões do país, fornecendo dados objetivos do desenvolvimento dessa população por modalidade de abrigo, para que se possa compreender que estrutura de abrigamento tem proporcionado melhores condições de vida para as crianças. Concorda-se com o posicionamento de Guará (2006), que afirma que, embora o abrigamento seja uma medida de proteção temporária e provisória, tal condição não impede que esforços sejam produzidos a fim de que o tempo presente na instituição seja vivido como uma possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente.

A percepção de família, das figuras parentais e da rede de apoio social e afetivo foram o foco do Estudo II dessa tese. A partir de uma análise quanti-quali do instrumento Mapa dos Cinco Campos (Samuelsson, Thernlund, & Ringström, 1996, adaptado por Siqueira, Betts, & Dell'Aglio, 2006), foi possível verificar a composição da rede de apoio das crianças e adolescentes institucionalizados e vislumbrar a localização das suas figuras parentais na rede de apoio. Através desse instrumento, constatou-se a percepção do jovem sobre cada um dos

cinco *microsistemas* de interação, propostos pelo instrumento, a saber: Família, Abrigo, Amigos/Parentes, Escola e Contatos Formais. Primeiramente, foi observado que a concepção de família dos jovens institucionalizados abarcou tanto membros da família nuclear e extensiva quanto pessoas de fora da família. Este dado sugere a influência da família extensiva e de outras pessoas nas suas trajetórias de vida, fazendo parte dos aspectos *macrossistêmicos* dessa população. Este aspecto confirma o que Fonseca (1987; 1995; 2002) encontrou em suas pesquisas com famílias de camadas populares, considerando os membros da família extensiva, independente de vínculo sanguíneo, parte importante da rede de apoio.

Quanto ao *microsistema da família*, a alta ocorrência de separações chamou a atenção (70%), além da grande frequência de famílias chefiadas apenas pela mãe, corroborando dados sociodemográficos brasileiros (IBGE, 2000). As figuras materna e a paterna foram excluídas da rede em 21,2% e 42,1% dos casos, respectivamente. A relação com a figura materna, quando citada na rede de apoio, foi considerada como mais satisfatória e de maior proximidade do que a figura paterna. Estes dados do *microsistema da família* sinalizam que a figura paterna está mais ausente que a figura materna, e, além disso, as mães, mãe de criação e avós desenvolvem relações de maior proximidade. Foi encontrada alta ocorrência de conflitos no relacionamento com a figura materna, em especial para os adolescentes, podendo ser compreendida através do fato de ela estar mais presente na vida desses jovens do que a figura paterna. Por outro lado, foram encontrados índices positivos com relação ao campo Família, como fator de proximidade de alta magnitude, menor médias de contatos insatisfatórios e conflitos quando comparadas às médias do campo Abrigo. Este resultado sugere a existência de uma idealização desses jovens para com seus familiares. Esses dados confirmam os estudos de De Antoni e Koller (2000), Rizzini e Rizzini (2004), Siqueira, Betts e Dell’Aglío (2006) e Yunes et al. (2001), os quais apontam que os jovens abrigados expressam sentimentos positivos relacionados aos familiares, refletindo uma supervalorização e idealização da família.

No que se refere ao *microsistema do abrigo*, aspectos protetivos foram destacados pelos participantes do estudo. O campo Abrigo apresentou maior média de contatos satisfatórios, o fator de proximidade de grande magnitude e como considerado fonte de apoio de forma significativa. Também obteve a maior média de contatos insatisfatórios e conflitos, indicando que este *microsistema* é o principal contexto de desenvolvimento desses jovens, onde desenvolvem todo tipo de atividades durante grande parte do tempo, fazendo com que as relações nesse contexto estejam mais evidentes e passíveis de desgaste. Este aspecto já havia sido constatado em outro estudo com adolescentes institucionalizados (Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, 2006).

Os campos Escola, Amigos/Parentes e Contatos Formais também podem ser considerados *microssistemas* de interação dos participantes do estudo, contudo, não apresentaram destaque no que se refere à fonte de apoio. O *microssistema da escola* apresentou alta ocorrência de conflitos, sugerindo que este contexto de interação tem se distanciado dos jovens e seu papel tem estado enfraquecido. Em pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos que investiguem melhor a relação entre as crianças e adolescentes de nível econômico desfavorecido e o *microssistema de escola*, verificando os fatores influentes nos processos estabelecidos nessas interações. Também se considera importante a realização de estudos que investiguem as características da família através de entrevistas com os próprios familiares das crianças e adolescentes abrigados. Além disso, estes estudos poderiam colaborar com o entendimento da ausência paterna, investigando os principais fatores associados a este fenômeno.

O terceiro estudo dessa tese buscou verificar as diferenças entre as crianças e adolescentes que vivem em instituições de abrigo e com suas famílias de nível socioeconômico desfavorecido quanto às seguintes variáveis: eventos estressores, satisfação multidimensional de vida e rede de apoio social. As crianças e adolescentes institucionalizados apresentaram maior média de eventos estressores em suas vidas do que aqueles que vivem com suas famílias. Esta condição reflete, de certa forma, os motivos pelos quais grande parte deles foi institucionalizado, geralmente relacionados à presença de fatores de risco nos seus contextos. Por outro lado, as análises multivariadas apontaram também que os jovens que vivem em abrigos apresentaram maior média de contato na rede de apoio, medida através do instrumento Mapa dos Cinco Campos (adaptado por Siqueira, Betts, & Dell’Aglío, 2006) e alto escore de satisfação de vida semelhante ao do grupo de jovens que vivem com seus familiares. Estes dois aspectos são considerados na literatura como fatores importantes para o desenvolvimento saudável. A rede de apoio social está associada à saúde e ao bem-estar dos indivíduos (Samuelsson, Thernlund & Ringström, 1996; Sluzki, 1997), sendo um fator fundamental para o processo de adaptação a situações de estresse e de suscetibilidade a distúrbios físicos e emocionais (Masten & Garmezy, 1985), atuando como fator de proteção. Já a satisfação de vida, enquanto um componente da percepção do bem-estar subjetivo, está relacionada à avaliação cognitiva global, aos julgamentos que um indivíduo faz sobre sua própria vida (Lucas, Diener, & Suh, 1996). Apesar de não existir um consenso quanto aos fatores externos e internos que influenciam a percepção de felicidade, de acordo com Giacomoni (2002), as características individuais e da personalidade parecem ser variáveis importantes para a percepção de felicidade. Essa característica pessoal operará como fator de proteção ao seu desenvolvimento, conforme apontado por Masten e Garmezy (1985).

Pode-se compreender que tanto a percepção de apoio social e afetivo quanto de satisfação de vida estão relacionadas às *características pessoais*, componente do modelo bioecológico da TBDH (Bronfenbrenner, 1979/1996; 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). A alta ocorrência de eventos estressores, além do medo e do sofrimento que muitos jovens vivenciaram durante muitos anos antes e depois do afastamento familiar são aspectos que poderiam contribuir para uma baixa auto-estima e percepção pessimista da vida, interferindo na percepção de apoio social e satisfação de vida. Como os resultados dessas variáveis foram favoráveis, pode-se inferir que *processos proximais* ocorreram no *contexto do abrigo*, influenciando na percepção e orientação de vida desses jovens. Isto leva a acreditar que no cotidiano do abrigo, os jovens podem ter tido a oportunidade de desenvolver relações com reciprocidade, afeto estável e equilíbrio de poder, a partir do engajamento em atividades cada vez mais complexas, proporcionando desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996; 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Além disso, esses mecanismos que operaram como pontos de apoio para a mudança da trajetória de vida e das situações de risco para uma adaptação bem sucedida promoveram processos de resiliência. A resiliência caracteriza indivíduos que conseguiram combater ou restabelecer-se de adversidades, sendo um processo relacionado às respostas da pessoa ao seu contexto frente a situações de risco ao desenvolvimento (Rutter, 1996; Zimmerman & Arunkumar, 1994). Não pode ser considerada um atributo individual, fixo e imutável (Rutter, 1987), o qual uns indivíduos possuem e outros não, podendo se manifestar em determinados momentos, mas o produto final da combinação e acúmulo dos fatores de proteção (Yunes & Szymanski, 2001). A resiliência é também considerada um construto dinâmico e relativo, sendo importante defini-la de acordo com o contexto sociocultural (Luthar, 1991). Assim, a análise indica que os jovens institucionalizados apresentaram processos de resiliência.

Ainda no Estudo III, com o objetivo de verificar diferenças entre jovens que viviam em abrigos e com suas famílias quanto à vivência de eventos estressores, rede de apoio e satisfação de vida, análises multivariadas foram utilizadas. Uma MANOVA indicou a existência de diferença entre os grupos quanto à rede de apoio e eventos estressores, mas não quanto à satisfação de vida. Uma regressão logística demonstrou que as variáveis eventos estressores, rede de apoio e conflitos na família contribuíram para a predição da satisfação multidimensional de vida de jovens institucionalizados e que viviam com suas famílias de origem, ao passo que ter pais separados, não deu contribuição. Dada a alta ocorrência de separações conjugais entre os familiares desses jovens, este resultado torna-se importante e indica que união física dos pais não é relevante para a determinação da percepção de satisfação de vida para os participantes do estudo.

No último estudo, o objetivo foi conhecer o processo de desligamento institucional e reinserção familiar de cinco adolescentes que viveram em instituição de abrigo e as políticas públicas de atenção a esse processo. Estes adolescentes participaram dos estudos anteriores, quando ainda estavam abrigados, sendo convidados a participar dessa última etapa de pesquisa após o retorno à família. Os resultados desse estudo confirmam a situação de vulnerabilidade das famílias e dos adolescentes. Observou-se a presença de inúmeros fatores de risco, tais como pobreza, desemprego, família numerosa, violência intrafamiliar, conflitos familiares, práticas educativas coercitivas, presença de doença mental, instabilidade da figura paterna, ausência de confiança nas relações, entre outros. Por outro lado, observou-se o desejo e a motivação dos familiares em ter os adolescentes em suas casas, na maioria dos casos, fator importante segundo Azor e Vectore (2008). Também foi possível observar a situação de abandono que esses jovens e seus familiares encontravam-se após o desligamento, evidenciando o grande abismo existente entre o que a legislação preconiza e o que ocorre de fato na realidade. O estudo deixou claro que existe uma dificuldade de efetivar o direito fundamental à convivência familiar e comunitária, visto que, após o desligamento, a maioria dos adolescentes não recebeu assistência ou suporte advindo do abrigo ou Juizado da Infância e Juventude, ou participou de algum programa para egressos das entidades de abrigos, conforme preconizado pelo ECA (1990).

Com relação aos aspectos metodológicos do quarto estudo, foi possível observar que a triangulação dos dados, através da realização de entrevistas com os adolescentes e seus familiares, de visitas domiciliares e do procedimento teórico-metodológico da *inserção ecológica* (Cecconello & Koller, 2003; Prati, Couto, Moura, Poletto, & Koller, 2008), a partir de uma postura flexível e de informalidade por parte da pesquisadora, possibilitou uma ampla e dinâmica coleta de dados, refletindo em uma riqueza de informações. A característica longitudinal, da mesma forma, possibilitou a visualização dos *processos*, nos quais as relações foram alterando-se, transformando-se e mantendo-se estáveis ao longo do *tempo*. Estes aspectos podem ser considerados pontos diferenciais desse estudo, visto que proporcionaram um aprofundado conhecimento do fenômeno, dando validade ao estudo. Além disso, pôde-se perceber a ocorrência de um engajamento na investigação por parte dos participantes, seus familiares e da pesquisadora, levando a um amadurecimento dessas relações e, conseqüentemente, a *processos proximais*.

Estudar e investigar o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de institucionalização e, principalmente, o processo de reinserção familiar foi um desafio. Inúmeros obstáculos foram encontrados ao longo desse processo, exigindo flexibilidade por parte da pesquisadora para que o trabalho pudesse ser executado. Foi preciso superar

preconceitos, estigmas, além de necessárias doses de coragem e persistência no decorrer desse processo investigativo, em especial, na realização das visitas domiciliares. Dessa forma, novas pesquisas sobre as temáticas da institucionalização e reinserção familiar, sobretudo, a produção de programas de apoio a esta importante *transição ecológica*, são sugeridas para que o conhecimento científico desses processos avance e beneficie os jovens em situação de institucionalização e as suas famílias de origem.

Referências

- Abreu, S. (2000). *Transtornos psiquiátricos em crianças e adolescentes criados em instituições*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psiquiatria, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP.
- Aguiar, M., & Araújo, C. H. (2002). Bolsa Escola: Education to confront poverty. Brasília: UNESCO. Obtido em 20 de maio de 2008 de <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001294/129453m.pdf>
- Albornoz, C. G. (1998). Os efeitos preventivos e curativos dos cuidados parentais substituídos com relação à doença mental graves: Fundamentando a práxis. *Alethéia*, 7(1), 27-33.
- Altoé, S. (1990). Internato de menores: Educar para (de)formar? *Fórum Educacional*, 14, 50-76.
- Amorós, P., & Palacios, J. (2004). Los protagonistas y los factores clave em el acogimiento familiar. In P. Amorós & J. Palacios, *Acogimiento familiar* (pp.93-144). Madrid, España: Alianza.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7, 3-11.
- Arpini, D. M. (2003a). Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), 70-75.
- Arpini, D. M. (2003b). *Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares*. SP: EDUSC.
- Azor, A. M. G., & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia Campinas*, 25(1), 77-89.
- Baptista, M. V. (2006). Um olhar para a história. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 25-38). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Barker, C., Pistrang, N., & Elliot, R. (1994). *Research methods in clinical and counseling psychology*. New York: Wiley.
- Barros, R. C., & Fiamenghi Jr, G. A. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciência e Saúde Coletiva*, 12(5), 1267-1276.
- Barth, R. P., Guo, S., & McCrae, J. S. (2007). Propensity score matching strategies for evaluating the success of children and family services programs. *Research on Social Work Practice*, 18(3), 212-222.
- Becker, M. J. (1994). A ruptura dos vínculos: Quando a tragédia acontece. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: A base de tudo* (pp. 60-92). São Paulo: Cortez Editora; Brasília, DF: UNICEF.

- Bellamy, J. L. (2008). Behavioral problems following reunification of children in long-term foster care. *Children and Youth Services Review, 30*, 216-228.
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences (4th ed.)*. Needham Heights, MA: Allyn & Bacon.
- Borgman, R. (1985). The influence of family visiting upon boy's behavior in a juvenile correctional institution. *Child Welfare, 64*, 629-638.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1976).
- Bowlby, J. (1998). *Apego e perda: Separação, angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1973).
- Brito, R. & Koller, S. H. (1999). Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. *Developmental Psychology, 6*, 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. *Annals of Child Development, 6*, 187-249
- Bronfenbrenner, U. (1990). Discovering what families do. In D. Blankenhorn, S. Bayme & J. Elshtain (Eds.), *Rebuilding the nest* (pp. 27-39). Wisconsin: Family Service América.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: Biocological perspectives on human development*. London: Sage.
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review, 101*, 568-586.
- Bronfenbrenner, U., & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development, 9*, 115-125.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology* (pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Cabral, C. (2002). Mudança de paradigma: Um desafio. In Terra dos Homens (Ed.), *Cuidar de quem cuida: Reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua* (pp. 13-16). Rio de Janeiro: Booklink Publicações.

- Carvalho, A. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: Possibilidades e desafios. In E. Lordelo, A. Carvalho & S. Koller (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 19-44). São Paulo: Casa do psicólogo.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: Discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25(1), 20-34.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 515-524.
- Centro de referência especializado de Assistência social (CREAS). (s/d). *Guia de orientação nº1*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Obtido em 26 de outubro de 2008 de www.mds.gov.br/suas/publicacoes.
- Cerqueira-Santos, E., Koller, S. H., & Pereira, M. T. L. N. (2004). Religião, saúde e cura: Um estudo entre neopentecostais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(3), 82-91.
- Choi, S., & Ryan, J. P. (2007). Co-occurring problems for substance abusing mothers in child welfare: Matching services to improve family reunification. *Children and Youth Services Review*, 29, 1395-1410.
- Comissão de Assuntos Sociais. (2004). Estudo referente aos programas sociais governamentais em funcionamento atualmente. Consultoria Legislativa. Brasília, DF. Obtido em 20 de setembro de 2008 de http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cas/es/ES_ProgramasSociais1.pdf
- Courtney, M. E. (1994). Factors associated with the reunification of foster children with their families. *Social Service Review*, 68, 81-108.
- Courtney, M. E. (1995). Reentry to foster care of children returned to their families. *Social Service Review*, 69(2), 226-241.
- Courtney, M., & Wong, Y. (1996). Comparing the timing of exits from substitute care. *Children and Youth Services Review*, 18, 307-334.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative and quantitative approaches*. London: Sage.
- Cruz, L., Hillesheim, B., & Guareschi, N. (2005). Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas Psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 42-49.
- Dalbem, J. X., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Revista Psico*, 39(1), 33-40.
- Davis, I., Landsverk, J., Newton, R., & Ganger, W. (1996). Parental visiting and foster care

- reunification. *Children and Youth Services Review*, 18(4/5), 363-382.
- De Antoni, C. & Koller, S. H. (2000). A visão de famílias entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5, 347-381.
- De Antoni, C., Barone, L. R., & Koller, S. H. (2007). Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(2), 125-132.
- De Antoni, C., Hoppe, M. W., Medeiros, F., & Koller, S. H. (1999). Uma família em situação de risco: resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces: Revista de Psicologia*, 2(1), 81-85.
- Dell’Aglia, D. D. (2000). *O processo de coping, institucionalização e eventos de vida em crianças e adolescentes*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Eamon, M., & Kopels, S. (2004). “For reasons of poverty”: Court challenges to child welfare practices and mandated programs. *Children and Youth Services Review*, 26, 821-836.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118, 108-132.
- Estatuto da criança e do adolescente. (1999). *Diário Oficial da União. Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- Everson, M., Hunter, W., Runyon, D., Edelsohn, G., & Coulter, M. (1989). Maternal support following disclosure of incest. *American Journal Orthopsychiatric*, 59, 197-207.
- Farmer, E. (1996). Family reunification with high risk children: Lessons from research. *Children and Youth Services Review*, 18, 403-424.
- Féres-Carneiro, T. (1992). Família e saúde mental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8, 485-493.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8, 367-374.
- Ferrari, M., & Kaloustian, S. M. (1994). Introdução. In S. M. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: A base de tudo* (pp. 11-15). São Paulo: Cortez Editora; Brasília, DF: UNICEF.
- Festinger, T. (1996). Going home and returning to foster care. *Children and Youth Services Review*, 18, 383-402.
- Fonseca, C. (1987). O internato do pobre: Febem e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. *Temas IMESC, Sociedade, Direito, Saúde*, 4, 21-39.
- Fonseca, C. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Editora Cortez.

- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só? Reflexões em torno de casos brasileiros. *Psicologia USP*, 13, 49-68.
- Fonseca, C. (2005). Conexões internacionais em famílias acolhedoras. *Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social*, 13, 154-173. Obtido em 03 de fevereiro de 2009 de http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_13.pdf.
- Fraga, W. F. (1996). *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA.
- Frame, L., Berrick, J. D., & Coakley, J. F. (2006). Essential elements of implementing a system of concurrent planning. *Child and Family Social Work*, 11, 357-367.
- Fraser, M., Nelson, K., & Rivard, J. (1997). Effectiveness of family preservation services. *Social Work Research*, 21, 138-153.
- Freitas, M. (Ed.). (1997). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Frizzo, K. R. (2008). Diário de campo. In E. Saforcada, & J. C. Sarriera (Orgs.), *Enfoques conceptuales y técnicos en psicología comunitária* (pp. 165-172). Buenos Aires: Paidós.
- Fundação de Assistência Social e Cidadania. (2006). *Programa de abrigagem: Modalidade casa-lar*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. FASC: Porto Alegre.
- Garnezy, N. & Masten, A. (1994). Chronic adversities. In M. Rutter, E. Taylor & L. Herson (Eds.), *Child and adolescent psychiatry* (pp. 191-207). Oxford: Blackwell.
- Garnezy, N. (1996). Reflections and commentary on risk, resilience, and development. In R. J. Haggerty, L. R. Sherrod, N. Garnezy & M. Rutter (Eds.), *Stress, risk, and resilience in children and adolescents: Processes, mechanisms, and interventions* (pp. 1-18). Cambridge: Cambridge University Press.
- Gean, M. P., Gillmore, J. L., & Dowler, J. K. (1985). Infants and toddlers in supervised custody: A pilot study of visitation. *Journal of the American Academy of Child Psychiatry*, 24(5), 608-612.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Goldani, A. M. (1994). As famílias brasileiras: Mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas: A família em destaque*, 91, 7-22.
- Gregorie, K. A., & Schultz, D. I. (2001). Substance-abusing child welfare parents: Treatment and child placement outcomes. *Child Welfare*, 80(4), 433-452.
- Grossman, M., & Rowat, K. (1995). Parental relationships, coping strategies, received support and well-being in adolescents of separated or divorced and married parents. *Research in Nursing & Health*, 18, 249-261.
- Grusec, J. E. & Lytton, H. (1988). *Social development: History, theory and research*. New York: Springer-Verlang.

- Guará, I. M. F. (2006). Abrigo : Comunidade de acolhida e socioeducação. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 63-75). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Guirado, M. (1986). *Instituição e relações afetivas: O vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- Hess, P. M., & Proch, K. O. (1988). *Family visiting in out-of-home care: A guide to practice*. Washington, DC: Child Welfare League of America Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2000). Censo Demográfico de 2000: Famílias e Domicílios. Obtido em 13/07/2008, de <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofamiliashtml.shtm>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2008). Beneficiários de programas sociais no Brasil. Obtido em 13 de outubro de 2008 de http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1116&id_pagina=1
- Jackson, S., Bijstra, J., Oostra, L., & Bosma, H. (1998). Adolescent's perception of communication with parents relative to specific aspects of relationships with parents and personal development. *Journal of Adolescence*, 21, 305-322.
- Janvry, A., Finan, F., Sadoulet, E., Nelson, D., Lindert, K., de la Brière, B., & Lanjouw, P. (2005). Brazil's bolsa escola program: The role of local governance in decentralized implementation. In *Social Protection: The World Bank*. Obtido em 07 de maio de 2008 de <http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Safety-Nets-DP/0542.pdf>.
- Johnson, J. R., & Leff, M. (1999). Children of substance abusers: Overview of research findings. *Pediatrics*, 103(5), 1085-1099.
- Jones, L. (1998). The social and family correlates of successful reunification of children in foster care. *Children and youth services review*, 20, 305-323.
- Juliano, M. C. (2005). *A influência da ecologia dos ambientes de atendimento no desenvolvimento de crianças e adolescentes abrigados*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS.
- Kauffman, F. G. (2007). Intensive family preservation services: The perceptions of client families. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 24, 553-563.
- Koller, S. H. (2000). Violência doméstica: Uma visão ecológica. In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp.32-42). Brasília: UNICEF.

- Kreppner, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 11-22.
- Kristensen, C. H., Oliveira, M. S., & Flores, R. Z. (2000). Violência contra crianças e adolescentes na grande Porto Alegre – Parte B: Pode piorar? In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp.104-117). Brasília: UNICEF.
- Landy, S., & Munro, S. (1998). Shared parenting: Assessing the success of a foster parent program aimed at family reunification. *Child Abuse & Neglect*, 22, 305-318.
- Leathers, S. (2002). Parental visiting and family reunification: Could inclusive practice make a difference? *Child Welfare*, 81(4), 595-616.
- Leite, M. M. (1997). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In M. Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp. 17-50). São Paulo: Cortez.
- Lewandowski, C., & Pierce, L. (2002). Assessing the effect of family-centered out-of-home care on reunification outcomes. *Research on Social Work Practice*, 12(2), 205-221.
- Lindert, K., Linder, A., Hobbs, J., & de la Brière, B. (2007). *The nuts and bolts of Brazil's Bolsa Família program: Implementing conditional cash transfers in a decentralized context*. In Social Protection: The World Bank. Obtido em 07 de maio de 2008 de <http://siteresources.worldbank.org/INTLACREGTOPLABSOCPRO/Resources/BRBolsaFamiliaDiscussionPaper.pdf>.
- Lopes, C. S. (1999). Questões metodológicas na avaliação da comorbidade de distúrbios psiquiátricos e abuso de drogas em estudos epidemiológicos. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, 9(1), 235-250.
- Lopes, W. O., Saupe, R., & Massaroli, A. (2008). Visita domiciliar: Tecnologia para o cuidado, o ensino e a pesquisa. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 7(2), 241-247.
- Lucas, R., Diener, E. & Suh, E. (1996). Discriminate validity of well-being measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 616-628.
- Maluccio, A. (2000). What works in family reunification. In M. P. Kluger, G. Alexander, & P. A. Curtis (Ed.), *What works in child welfare* (pp. 11-24). Washington, DC: CWLA Press.
- Maluccio, A. N., & Ainsworth, F. (2003). Drug use by parents: A challenge for family reunification practice. *Children and Youth Services Review*, 25 (7), 511-533.
- Maluccio, A. N., Fein, E., & Davis, I. (1994). Family reunification: Research findings, issues and directions. *Child Welfare League of America*, 73(5), 489-504.
- Maluccio, A. N., Warsh, R., & Pine, B. (1993). Rethinking family reunification after foster care. *Community Alternatives: International Journal of Family Care*, 5(2), 1-17.
- Maluccio, A., Abramczyk, L., & Thomlison, B. (1996). Family reunification of children in

- out-of-home care: Research perspectives. *Children and Youth Services Review*, 18, 287-305.
- Mapp, S. C., & Steinberg, C. (2007). Birthfamilies as permanency resources for children in long-term foster care. *Child Welfare*, 86(1), 29-51.
- Marcilio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In M. Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp. 51-76). São Paulo: Cortez.
- Marin, I. S. K. (1999). Instituições e violência: Violência nas instituições. In D. Levisky (Org.), *Adolescência pelos caminhos da violência* (pp. 101-112). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Marsh, J. C., Ryan, J. P., Choi, S., & Testa, M. F. (2006). Integrated services for families with multiple problems: Obstacles to family reunification. *Children and Youth Services Review*, 28, 1074-1087.
- Martins, M. C., & Pillon, S. C. (2008). A relação entre iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(5), 1112-1120.
- Masten, A., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective in developmental psychopathology. In B. Lahey & A. Kazdin (Ed.), *Advances in clinical child psychology* (pp.1-52), New York: Plenum Press.
- Mello, S. L. (1999). A violência urbana e a exclusão dos jovens. In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp.129-140). Petrópolis: Vozes.
- Morais, N. A. & Koller, S. H. (2004). Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: Ênfase na saúde. In S. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 91-107). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moreira, T. M. M., Viana, D. S., & Queiroz, M. V. O., & Jorge, M. S. B. (2008). Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42(2), 312-320.
- Nelson, K. E. (2000). What works in family preservation services. In M. P. Kluger, G. Alexander, & P. A. Curtis (Ed.), *What works in child welfare* (pp. 11-24). Washington, DC: CWLA Press.
- Nelson, K. E., & Nash, J. K. (2008). The effectiveness of aftercare services for African American families in an intensive family preservation program. *Research on Social Work Practice*, 18(3), 189-197.

- Oliveira, R. C. (2006). A história começa a ser revelada: Panorama atual do abrigamento no Brasil. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 39-51). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Oliveira, D., Siqueira, A. C., Lopes, R. C. S., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: Uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia (versão eletrônica)*, 12(1), 87-98.
- Pecora, P., Fraser, M., Bennet, R., & Haapala, D. (1991). Placement rates of children and families served by intensive family preservation services programs. In M. Fraser, P. Pecora, & D. Haapala (Eds.), *Families in crisis: The impact of intensive family preservation services* (pp.149-180). New York: Aldine de Gruyter.
- Pine, B., Spath, R., & Gosteli, S. (2005). Defining and achieving family reunification. In G. P. Mallon & P. M. Hess (Eds.), *Child welfare for the twenty-first century: A handbook of practices, policies, and programs* (pp. 378-391). New York: Columbia University Press.
- Pine, B., Warsh, R., & Maluccio, A. N. (1993). *Together again: Family reunification in foster care*. Washington, DC: Child Welfare League of America.
- Pires, J. M. (2000). Violência na infância: Aspectos clínicos. In Amencar (Ed.), *Violência doméstica* (pp.61-70). Brasília: UNICEF.
- Polanczyk, G. V., Zavaschi, M. L., Benetti, S., Zenker, R., & Gammerman, P. W. (2003). Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 37, 8-14.
- Prada, C. G., Williams, L. C. A., & Weber, L. N. D. (2007). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 9(2), 14-25.
- Prandi, R. (1997). A Religião do Planeta Global. In A. P. Oro (Org.), *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes.
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. de P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Revisando a inserção ecológica: Uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169.
- Reppold, C., Pacheco, J., & Hutz, C. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In C. Hutz (Ed.), *Violência e risco na infância e adolescência: Pesquisa e intervenção* (pp.9-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ribeiro, M. O., & Ciampone, M. H. T. (2002). Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 36(4), 309-316.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

- Rizzini, I., Rizzini, I., Naiff, L., & Baptista, R. (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO Ed.
- Rizzolo, F. (2008). Evasão escolar cresce entre os beneficiários do Bolsa-Família. Obtido em 13 de outubro de 2008 de <http://rizzolot.wordpress.com/2008/03/09/evasao-escolar-cresce-entre-beneficiados-do-bolsa-familia/>
- Rocha, K. B., Boeckel, M. G., & Moreira, M. C. (2008). La entrevista y la visita domiciliaria em la práctica del psicólogo comunitario. In E. Saforcada, & J. C. Sarriera (Orgs.), *Enfoques conceptuales y técnicos en psicología comunitária* (pp. 189-198). Buenos Aires: Paidós.
- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Rutter, M. (1996). Psychosocial resilience and protective mechanisms. In J. Rolf, A. S. Masten, D. Cicchetti, K. H. Nuechterlein & S. Weintraub (Eds.), *Risk and protective factors in the development of psychopathology* (pp. 181-214). New York: Cambridge University Press.
- Saffioti, H. I. B. (1997). No fio da navalha: Violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In F. R. Madeira (Ed.), *Quem mandou nascer mulher?* (pp.134-211). São Paulo: Editora Rosa dos Tempos.
- Samuelsson, M., Thernlund, G., & Ringström, J. (1996). Using the five field map to describe the social network of children: A methodological study. *International Journal Behavioral Development*, 19, 327-345.
- Santana, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Saraiva, J. E. M. (2002). Contextualizando a problemática. In Terra dos Homens (Org.). *Cuidar de quem cuida: reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua* (pp. 7-12). Rio de Janeiro: Booklink Publicações.
- Sarti, C. A. (1994). A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas: A família em destaque*, 91, 46-53.
- Schwartz, I., AuClaire, P., & Harris, L. (1991). Family preservation services as an alternative to the out-of-home placement of adolescents: The Hennepin County experience. In K. Kells & D. Biegel (Eds.), *Family preservation services: Research and evaluation* (pp.33-46). Newbury Park, CA: Sage.

- Seifer, R., Sameroff, A., Baldwin, C., & Baldwin, A. (1992). Child and family factors that ameliorate risk between 4 and 13 years of age. *Journal of American Academic of Child and Adolescent Psychiatry, 31*, 893-903.
- Sigal, J., Perry, J. C., Rossignol, M. I., & Ouimet, M. C. (2003). Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. *American Journal of Orthopsychiatry, 73*, 3-12.
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, M. R., & Nunes, K. S. (2004). Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. *Cogitare Enfermagem, 9*, 42-49.
- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo*. São Paulo: Editora Ática.
- Siqueira, A. C. (2006). *Instituição de abrigo, família e redes de apoio social e afetivo em transições ecológicas na adolescência*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, UFRGS. Porto Alegre, RS.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade, 18*(2), 71-80.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (2007). Retornando à família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção familiar de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 17*(3), 134-146.
- Siqueira, A. C., & Dell'Aglio, D. D. (submetido). Perfil de crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social e afetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.
- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell'Aglio, D. D. (2006). Redes de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados. *Interamerican Journal Psychology, 40*, 149-158.
- Siqueira, A. C., Morais, N. A., Dell'Aglio, D. D., & Koller, S. H. (no prelo). Experiência das casas lares: Uma alternativa possível para crianças e adolescentes em situação de rua. In N. A. Morais, L. Neiva-Silva & S. H. Koller (Eds.), *Endereço desconhecido: Crianças e adolescentes em situação de rua*. Porto Alegre: Casa do Psicólogo.
- Siqueira, A. C., Tubino, C. L., Schwarz, C., & Dell'Aglio, D. D. (no prelo). Família e institucionalização: Percepção das figuras parentais na rede de apoio de jovens institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*.
- Siqueira, A.C. (no prelo). Reintegração familiar: Discutindo a interface do risco e da proteção nos casos de reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. In D. M. Arpini & M. L. Silva (Orgs.), *Psicologia, família e instituição*. Santa Maria: Ed. UFSM.

- Sistema Único de Assistência Social. (2008). *Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília. Obtido em 08 de novembro de 2008 de http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas.
- Sluzki, C. (1997). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Smith, B. (2003). How parental drug use and drugs treatment compliance relate to family reunification. *Child Welfare*, 82(3), 335-365.
- Spitz, R. A. (1998). *O primeiro ano de vida*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1965).
- Steinberg, L. (1999). *Adolescence*. New York: McGraw-Hill.
- Sulton, A. (2006). Prefácio. In I. Rizzini, I. Rizzini, L. Naiff, & R. Baptista, *Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO Ed.
- Thomas, M., Chenot, D., & Reifel, B. (2005). A resilience-based model of reunification and reentry: Implications for out-of-home care services. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, 86(2), 235-243.
- Tizard, B., Cooperman, O., Joseph, A., & Tizard, J. (1972). Environmental effects on language development: A study of young children in long-stay residential nurseries. *Child Development*, 43, 337-358.
- Waiselfisz, J. J., Abramovay, M., & Andrade, C. (1998). *Bolsa escola: Melhoria educacional e redução da pobreza*. Brasília: UNESCO.
- Waiselfisz, J. J., Noletto, M. J., Bonder, C., Dias, M. T., & Chiechelski, P. (2004). *Nos caminhos da inclusão social: A rede de participação popular de Porto Alegre*. Brasília: UNESCO.
- Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, 35, 261-281.
- Walton, E. (1997). Enhancing investigative decisions in child welfare: An exploratory use of intensive family preservation services. *Child Welfare*, 76, 447-461.
- Walton, E. (2001). Combining abuse and neglect investigations with intensive family preservation services: An innovative approach to protecting children. *Research on Social Work Practice*, 11, 627-644.
- Warsh, R., & Pine, B. (2000). What works in parent-child visiting programs. In M. P. Kluger, G. Alexander & P. A. Curtis (Eds.), *What works in child welfare* (pp. 171-176). Washington, DC: Child Welfare League of America Press.

- Weber, L. N. D., & Kossobudzki, L. H. M. (1996). *Filhos da solidão: Institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná/Secretaria da Cultura.
- Wells, K., & Guo, S. (1999). Reunification and reentry of foster children. *Children and Youth Services Review*, 21, 273-294.
- Wright, L. (2001). *Toolbox nº 1: Using visitation to support permanency*. Washington, DC: Child Welfare League of America, INC.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (Daniel Grassi, Trad.). Porto Alegre: Bookman. (Original publicado em 2003).
- Yunes, M. A. M., Arrieche, M. R., Tavares, M. F., & Faria, L. C. (2001). A família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia*, 11, 47-56.
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, M. A. (2008). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: Entre as crenças dos profissionais e as possibilidades de convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 444-453.
- Yunes, M. A. M., Miranda, A. T., & Cuello, S. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. H. Koller (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil* (pp. 197-218). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Yunes, M., A. M., & Szymanski, H. (2003). Crenças, sentimentos e percepções acerca da noção de resiliência em profissionais da Saúde e Educação que atuam com famílias pobres. *Psicologia da Educação*, 17, 119-137.

ANEXOS

Anexo A

**ROTEIRO DA ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA OS PARTICIPANTES NA
PRIMEIRA ETAPA**

Data da Entrevista: / /

- 1) Nome:
- 2) Data de nascimento:
- 3) Idade:
- 4) Escolaridade:
- 5) Constituição familiar: quem mora na sua casa. Ou quantos irmãos você tem (sexo e idade)?
Se não moram com sua família, onde estão?
- 6) Está em casa há quanto tempo?
- 7) Quem mora com você na sua casa?

Quanto à instituição

- 8) Como era viver no abrigo?
- 9) Motivo da entrada no abrigo:
- 10) Você tinha amigos lá?
- 11) Como era sua relação com eles?
- 12) Que atividades você realizava lá?
- 13) Como era sua relação com as outras crianças e os outros adolescentes do abrigo?
- 14) Como era sua relação com as monitoras de lá? Como elas te cuidavam?
- 15) Vocês conversavam? Sobre o quê?
- 16) Quando você precisava de alguma coisa, para quem você pedia?
- 17) Quando você estava feliz, para quem você contava no abrigo?
- 18) E quando você estava triste, você dividia com alguém? Quem?
- 19) Se você tivesse uma sugestão para melhorar o dia-a-dia do abrigo, você falava para alguém? Quem? Se sim, como esta sugestão era recebida?
- 20) Como era para você morar na instituição?
- 21) O que você fazia para se divertir?
- 22) Qual é a diferença que você percebe entre morar na instituição e em casa?
- 23) Do que você mais está sentindo falta do abrigo?
- 24) E do que não sente falta?
- 25) Quando você chegou à instituição, o que você sentiu? Qual foi a sua primeira impressão?
- 26) Como foi para você se adaptar quando você chegou à instituição?
- 27) Quando você chegou à instituição, você sentia falta de alguma coisa?
- 28) O que você fazia para se sentir melhor?
- 29) Você tem visto o pessoal da instituição? Gostaria de vê-los mais? Sim ou não e por quê?
- 30) Você sente falta de algo da instituição? Do que ou de quem?
- 31) O que você faz para se sentir melhor nestes momentos?

Quanto à família

- 32) Antes de voltar para casa, você via sua família com frequência, fazia visitas?
- 33) Você via seus irmãos?
- 34) O que você está achando de estar em casa? Por quê?
- 35) Como era morar com sua família antes de ir para o abrigo?
- 36) Com quem você se relacionava bem em sua família antes de ir para o abrigo? E com quais não?
- 37) Quem trabalha na sua casa?
- 38) Como é sua rotina?

- 39) Como está sendo sua adaptação à vizinhança e ao restante da família?
- 40) Aponte uma coisa boa e uma coisa ruim de ter voltado para casa.
- 41) Que dificuldades estão sendo percebidas até este momento? Como você as resolve?
- 42) Com quem você mais pode contar neste momento (família ou não)?
- 43) Com quem você sente que não pode contar neste momento (família ou não)?
- 44) Na sua opinião, como está sendo para sua mãe (ou c/quem esteja) tê-la novamente em casa?
- 45) Você divide com alguém as coisas boas e ruins que vivencia? Se sim, com quem?
- 46) De que forma esta pessoa tenta confortá-la nos momentos ruins?
- 47) Morar novamente com sua família está sendo como você imaginou? Se não, o que está diferente? Está sendo melhor ou pior do que esperava?

Quanto às redes de amizade

- 48) Como são as pessoas que moram perto da sua casa?
- 49) Você fez novas amizades? Como elas ou eles são? Cite as qualidades e os defeitos de seus novos amigos.
- 50) Você está namorando? Desde quando?
- 51) Como é a relação dele com a sua família?
- 52) Como você o (a) conheceu? Fale coisas boas e ruins deste relacionamento.
- 53) Na sua opinião, como deve ser um namorado (a)? Que qualidades ele (a) precisa ter?
- 54) O que você faz para se divertir? Quem vai com você?

ROTEIRO DA ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA OS PARTICIPANTES NA SEGUNDA ETAPA

Data da Entrevista / /

Quanto à escola

- 1) Mudou de escola? Como é sua nova escola?
- 2) Do que você mais está gostando da sua nova escola?
- 3) Do que você menos está gostando?
- 4) Como são seus colegas de turma?
- 5) Você fez amigos na sua turma?
- 6) Como são seus professores?
- 7) Como você espera que será seu ano escolar?
- 8) Quando você tem alguma dificuldade ou dúvida com alguma disciplina na escola, para quem você pede ajuda agora?
- 9) O que você achou de ter trocado de escola?

Quanto à família

- 10) Como estão as coisas em casa?
- 11) Como está o seu relacionamento com mãe, padrasto e irmãos?
- 12) Foi ao médico por causa de estar fazendo xixi na cama?
- 13) Como está a gestação da mãe?
- 14) De que forma ajuda em casa?
- 15) Você viveu um tempo com seus avós maternos? Que idade você tinha? O que você lembra dessa época?
- 16) Porque você foi para lá?
- 17) Quanto tempo você ficou com eles?
- 18) Porque voltou para sua mãe?

ROTEIRO DA ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA OS PARTICIPANTES NA TERCEIRA ETAPA

Data da Entrevista / /

Quanto à família

- 1) Quem está morando com você na sua casa?
- 2) Como está o seu relacionamento com eles?
- 3) Com quem você se dá melhor na sua casa?
- 4) Quando você precisa de alguma coisa, para quem você pede? Esta pessoa te ajuda?
- 5) Você percebe algumas dificuldades até este momento?
- 6) Você acredita que estas dificuldades são somente suas, ou a sua família também as vivencia?
- 7) Como você acha que está sendo para sua mãe (ou com quem ela está morando) tê-la de volta em casa?
- 8) Com o passar do tempo, temos idéias e opiniões que vão se modificando. A sua opinião sobre sua família mudou desde que você voltou para casa?
- 9) A sua opinião sobre seus amigos mudou desde que você voltou para casa?

Quanto à instituição

- 10) Neste momento, qual é sua avaliação sobre o tempo que você esteve na instituição?
- 11) Você ainda tem contato com o pessoal da instituição?

Quanto à escola

- 12) Do que você mais gosta da sua nova escola?
- 13) Do que você menos gosta?
- 14) Como são seus colegas de turma?
- 15) Você fez amigos na sua turma, quem eles são?
- 16) Neste momento, como são seus professores?
- 17) Como você espera que será seu ano escolar?
- 18) Quando precisa de alguma coisa na escola, você pede para quem?

Quanto às redes de amizade

- 19) Seus amigos continuam os mesmos ou não?
- 20) Como está o seu relacionamento com eles?
- 21) Que tipo de atividades vocês fazem juntos?
- 22) Quando você precisa você pede ajuda a eles?
- 23) Que tipo de ajuda?
- 24) E eles te ajudam?

Quanto às expectativas de futuro

- 25) Como você se imagina daqui a 10 anos?
- 26) Em que você quer trabalhar?
- 27) Como será a casa que você estará morando?
- 28) Com quem você estará morando?
- 29) Como você gostaria que sua vida fosse daqui para frente?
- 30) Que coisas você se arrepende de ter feito e que coisas não?
- 31) Qual é o seu maior sonho?

Anexo B

ROTEIRO DA ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA OS FAMILIARES NA PRIMEIRA ETAPA

Data da Entrevista: / /

- 1) Nome do responsável:
- 2) Nome do participante:
- 3) Grau de parentesco:
- 4) Idade:
- 5) Trabalho/ocupação:
- 6) Você conta com ajuda de alguém para cuidar da casa? Quem e que tipo de ajuda?
- 7) Filhos (nome e idade):
- 8) Você ia visitar o participante no abrigo, com que frequência?
- 9) Quando você queria saber notícias dele, a quem você se dirige? (outra pessoa, usa o telefone).
- 10) Quais são as principais características do participante (nomear no momento da entrevista)?
- 11) Como foi o processo de entrada dele na instituição? O que aconteceu?
- 12) Como são as pessoas que trabalham no abrigo?
- 13) Aponte um aspecto bom e um aspecto ruim do participante morar no abrigo.
- 14) Você conheceu os amigos do participante?
- 15) Ela (e) tem namorado, você o (a) conhece?
- 16) Como é o rendimento escolar do participante?
- 17) Como é sua participação na vida escolar dele?
- 18) Que condições mudaram para ele estar para casa?
- 19) O que impedia que ele voltasse antes para casa?
- 20) Como está sendo a adaptação do participante à rotina familiar?
- 21) Como era a expectativa do restante da família quanto ao retorno do participante à família?
- 22) Que dificuldades você pensa que irá enfrentar?
- 23) Como poderá resolver tais dificuldades?
- 24) Como está sendo a convivência nestes primeiros meses do retorno do participante?
- 25) Ele está indo para a escola?
- 26) Que dificuldades você está enfrentando com ele?
- 27) Como você está resolvendo-as?
- 28) Como é a rotina do participante?
- 29) Ele pede ajuda para você quando necessita?
- 30) Que tipo de ajuda?
- 31) Como você corresponde neste caso?
- 32) Você julga positivo ou não o retorno do participante à família? Por quê?
- 33) O participante conta coisas de sua vida para você? Se sim, como você age nestes momentos?
- 34) Como são as amizades dele? Você aprova estes ou não? Por quê?
- 35) Quem é o (a) melhor amigo (a) do participante?

**ROTEIRO DA ENTREVISTA DE REINserÇÃO PARA OS FAMILIARES NA
TERCEIRA ETAPA**

Data da Entrevista: / /

- 1) Nome do responsável:
- 2) Trabalho/ocupação:
- 3) De uma forma geral, como foram estes primeiros meses de retorno do participante à família?
- 4) Com quem ele tem se dado melhor?
- 5) Como é a rotina do participante?
- 6) Tem tido alguma dificuldade com ele? Qual? Por quê?
- 7) Como você está resolvendo-as?
- 8) Houve alguma mudança no comportamento desde a volta dele pra casa?
- 9) Ele faz comentários/ conta alguma coisa do período que esteve na instituição?
- 10) Como vão as amizades dele?
- 11) O que mudou na família com a volta dela para casa?

Anexo C

TERMO DE CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de desligamento de crianças e adolescentes da instituição de abrigo e o processo de reinserção familiar. Este estudo prevê a participação de adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 12 a 16 anos, que tenham permanecido na instituição de abrigo pública ou não-governamental por pelo menos 6 meses e estejam vivenciando o processo de reinserção em suas famílias de origem. Serão realizadas entrevistas individuais com o participante e um responsável da família, com questões que investigarão este processo de reinserção e adaptação à sua família de origem. Para os participantes que não permanecerem na família, será realizada uma entrevista para verificar os fatores que influenciaram o retorno. Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Instituto de Psicologia da UFRGS e após cerca de cinco anos será destruído.

Os adolescentes e seus familiares participantes do estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem prejuízo, como também poderão solicitar informações sobre os procedimentos relacionados a este estudo. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes, bem como das instituições envolvidas.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para o esclarecimento de algumas questões sobre o desligamento institucional de jovens institucionalizados, o processo de reinserção familiar e a reincidência do abrigamento. Após o processo de coleta e análise dos dados, será agendada com as instituições participantes uma reunião de devolução, na qual serão expostos os resultados do estudo e discutidos aspectos essenciais para o melhor entendimento da reinserção familiar. Agradecemos a colaboração desta Instituição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a psicóloga Aline Cardoso Siqueira, sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Débora Dalbosco Dell’Aglío, do Instituto de Psicologia/UFRGS. Caso queiram contactar com a equipe, isto poderá ser feito pelos telefones (51) 92164059, 32334541 (Aline) e (51) 3308-5253 (Prof^a. Débora Dell’Aglío).

____ / ____ / ____
Data

Psicóloga Responsável

Instituição:

Concordamos que crianças e adolescentes, que vivem nesta instituição de proteção, participem do presente estudo.

____ / ____ / ____
Data

Responsável pela Instituição

Anexo D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS ADOLESCENTES EM PROCESSO DE REINserÇÃO FAMILIAR

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de desligamento institucional e o processo de reinserção familiar. Tal estudo prevê a participação de crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre oito a 16 anos, que tenham vivido em uma instituição pública ou não-governamental de atendimento ao adolescente há pelo menos seis meses. As entrevistas serão gravadas e a duração das mesmas será de meia hora a no máximo uma hora e meia. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas que aparecerem (os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa), podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Instituto de Psicologia/UFRGS, sendo destruído após a análise.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para o esclarecimento de algumas questões sobre o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes. Agradecemos a colaboração dos participantes e das instituições envolvidas para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a coordenadora Prof.^a Débora Dalbosco Dell’Aglío, do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da UFRGS. Caso queiram contactar com nossa equipe, isto poderá ser feito pelo telefone (51) 3308-5253 (Prof.^a Débora), 9216-4059 (Aline).

Psicóloga Aline Cardoso Siqueira - Pesquisadora

Concordo em participar do presente estudo, bem como autorizo para fins exclusivamente desta pesquisa a utilização de anotações e gravações realizadas comigo.

Participante: _____

Data ____/____/____

Assinatura do Participante

Anexo E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O RESPONSÁVEL PELO ADOLESCENTE EM PROCESSO DE REINserÇÃO FAMILIAR

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo investigar o processo de desligamento e reinserção familiar de crianças e adolescentes abrigados. Tal estudo prevê a participação de crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre oito e 14 anos, que tenham vivido em uma instituição pública ou não-governamental de atendimento. As entrevistas serão gravadas e a duração das mesmas será de meia hora a no máximo uma hora e meia. Além disso, serão realizadas entrevistas com os responsáveis pelos participantes, a fim de acompanhar o processo de adaptação familiar e completar as informações sobre este processo de desligamento. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Instituto de Psicologia/UFRGS, sendo destruído após a análise.

Através deste trabalho, esperamos contribuir para o esclarecimento de algumas questões sobre o processo de reinserção familiar de crianças e adolescentes. Agradecemos a colaboração dos participantes e das instituições envolvidas para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a coordenadora Prof.^a Débora Dalbosco Dell'Aglio, do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento do Instituto de Psicologia da UFRGS. Caso queiram contactar com nossa equipe, isto poderá ser feito pelo telefone (51) 3308-5253 (Prof.^a Débora) ou 9216-4059 (Aline).

Psicóloga Aline Siqueira - Pesquisadora

Concordo em participar do presente estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente desta pesquisa, a utilização de anotações e gravações realizadas comigo e/ou meu (minha) filho (a).

Responsável: _____

Participante: _____

Data ____/____/____

Assinatura do responsável pelo participante

Anexo F

- MAPA DOS CINCO CAMPOS - ADAPTADO POR SIQUEIRA (2006)

Nome:

Idade:

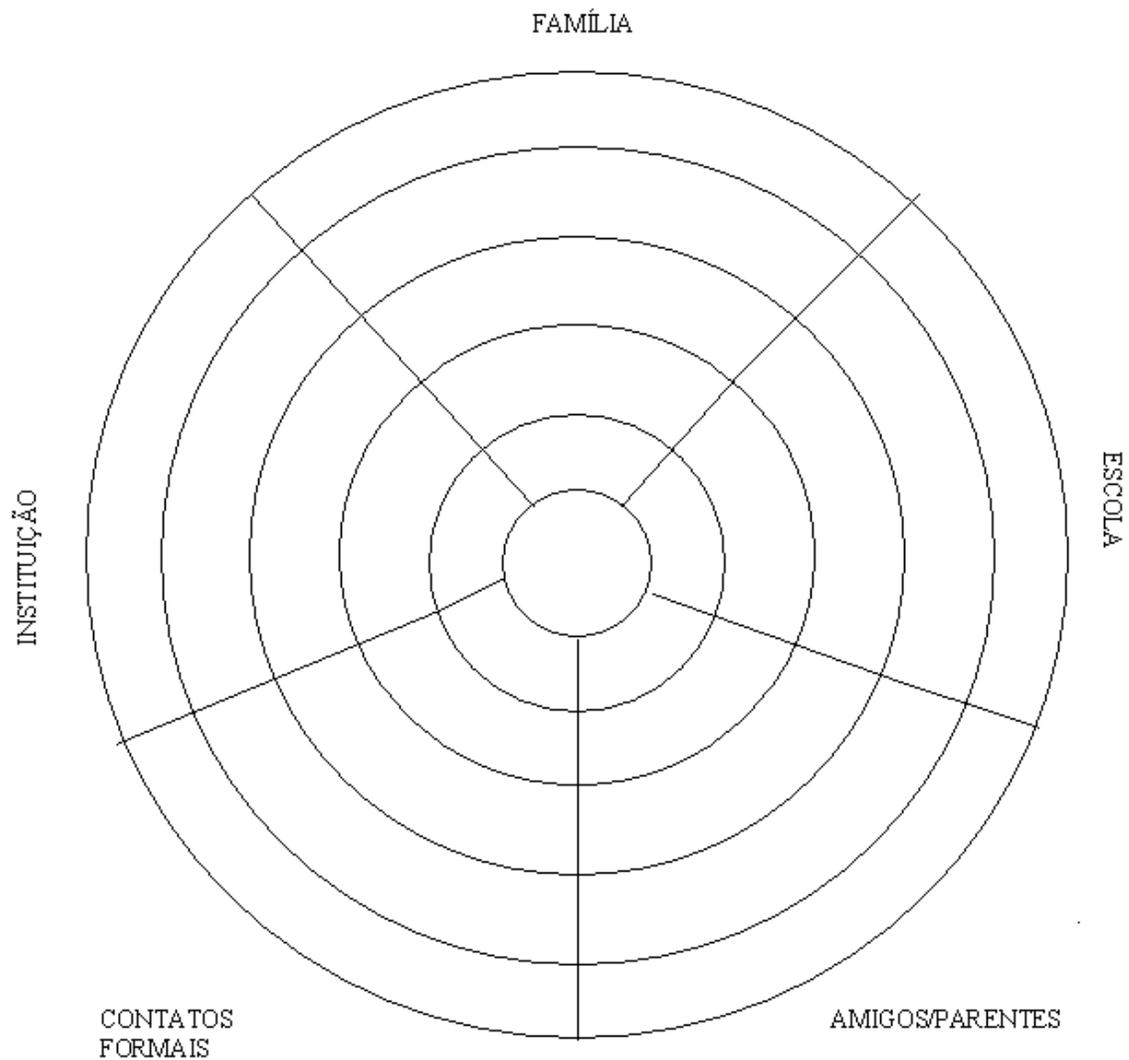
Data de aplicação:

Tempo de Duração:

+ Conflito na relação (Brigas)

S Satisfação nas relações (Gosta)

‡ Rompimento da Relação (“Se dá?”) I Insatisfação nas relações (Não gosta)



FOLHA DE REGISTRO

Nome da criança: _____ Data: _____ Idade: _____

Família: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

Nome da pessoa citada - Idade - Relação com a criança - Observações

- 1º.....
 2º.....
 3º.....
 4º.....
 5º.....
 6º.....
 7º.....
 8º.....

Abrigo: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
 2º.....
 3º.....
 4º.....
 5º.....
 6º.....
 7º.....
 8º.....

Escola: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
 2º.....
 3º.....
 4º.....
 5º.....
 6º.....
 7º.....
 8º.....

Amigos/Parentes: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
 2º.....
 3º.....
 4º.....
 5º.....
 6º.....
 7º.....
 8º.....

Contatos Formais: Ordem de escolha: 1º. 2º. 3º. 4º. 5º. Satisfação / Insatisfação

- 1º.....
 2º.....
 3º.....
 4º.....
 5º.....
 6º.....
 7º.....
 8º.....

Anexo G

INSTRUÇÕES GERAIS PARA APLICAÇÃO E LEVANTAMENTO DOS DADOS DO MAPA DOS CINCO CAMPOS (ADAPTADO DE HOPPE, 1998)

O Mapa dos Cinco Campos avalia a rede de apoio social e afetivo de crianças, adolescentes e adultos, observando tanto a quantidade (estrutura) dos vínculos estabelecidos na rede quanto a qualidade (função) dos mesmos. Consiste em um quadro de feltro, no qual são fixadas figuras com base de velcro que figuram crianças, adolescentes e adultos, de ambos os sexos, representados por tamanhos e cores diferentes. Nesse quadro, estão desenhados seis círculos concêntricos, que representam os níveis de proximidade do participante, o qual se encontra ao centro; e estão subdivididos em cinco campos: Família, Amigos, Parentes, Escola e Contatos Formais (instrumento original). Uma adaptação foi realizada para a utilização desse instrumento com crianças e adolescentes abrigados, acrescentando-se o campo Abrigo a partir da união dos campos Amigos e Parentes, mantendo os cinco campos (adaptação realizada por Siqueira, Betts, & Dell’Aglia, 2006).

Instruções para Aplicação

Disponibilizar o quadro e as fichas à frente do participante. Iniciar: “Oi tudo bem, como foi a semana? Como você está?”. “Hoje conforme já havíamos combinado, nós vamos concluir as atividades com um joguinho, vamos começar? Esse jogo vai me mostrar quem são as pessoas que fazem parte da sua vida, tanto aquelas que você gosta muito, até aquelas que você não gosta”. “Aqui nós temos cinco círculos e cinco pedaços (apontar cada círculo e pedaço, contando junto com o participante). Cada um desses pedaços representa um “lugar” que você vai e que tem pessoas com as quais você convive. Aqui estão algumas figuras que podem representar estas pessoas que você vai citar: homem e mulher adultos, jovens (nem adulto, nem criança) e crianças de cada sexo. Bem no meio está você. Você gostaria de escolher um bonequinho para colocar aqui no meio?”. Esperar a escolha. Muitas vezes, o participante escolhe um boneco diferente daquele que corresponderia a sua idade, muitas vezes maior. Isso é permitido. Continuar: “no meio está você e em cada fatia do círculo, você poderá colocar as pessoas com quem convive. Elas ainda não estão aqui porque é você quem vai colocá-las em cada espaço”.

Apresentar novamente as fichas mostrando como fixá-las ao quadro, identificando com o participante a representação de crianças, adolescentes e adultos: “Você vai colocá-las envolta deste círculo central: quanto mais perto do meio, onde está você, mais você gosta, mais você se dá bem; quanto mais longe, menos você gosta. No último círculo (da periferia) você colocará aquelas pessoas que você não gosta (mau relacionamento). Compreendeu o que você precisa fazer? Explique, então, o que você vai fazer”. Falar: “enquanto você for colocando as pessoas nos espaços, eu vou registrando nessa folha e te fazendo perguntas sobre elas, ok?” (mostrar a folha de registro).

O aplicador deve certificar-se de que o participante compreendeu as instruções iniciais e só assim introduzirá os campos do círculo: “Os cinco pedaços são a Família, a Escola, o Abrigo (a casa que você mora), Amigos/Parentes e o quinto pedaço pode ser outro lugar que você frequenta. Você pode começar por onde desejar. Por onde você quer começar?” (Esperar que o participante mencione o campo que deseja iniciar). “Bem, você escolheu...” Importante: contextualizar cada campo, explicar em que consiste o campo escolhido conforme as seguintes definições:

Família: “Bem, você escolheu a família, então aqui você pode incluir as pessoas com quem você morava antes de vir para o abrigo, a sua família de sangue, como mãe, pai, padrasto e madrasta (se for o caso), irmão, irmã, e outros que vivem com você, ou qualquer pessoa que você considera de sua família”. Deixar bem claro o conceito de família, não sendo necessário a consangüinidade, mas sim o que o participante considera sua família.

Enquanto o participante for colocando as figuras no Mapa, deve-se questioná-lo sobre a possibilidade de existência de conflito (+) entre ela e a pessoa representada (através da pergunta “você já brigou ou discutiu com ela?” e de rompimento de relações (†), através da pergunta “você já ficou de mau com ela, sem falar com ela?”. Deixar claro que brigar não significa somente agressão física, incluindo também discussão/bate boca. Após a colocação de todas as pessoas e os questionamentos, verificar a classificação de satisfação (S) ou insatisfação (I) neste campo de vida. Caso o participante mencione espontaneamente o conflito e o rompimento quando estiver colocando a pessoa no quadro, não deverá ser questionado outra vez. Somente após a conclusão de cada uma das etapas serão dadas instruções para o preenchimento do campo seguinte.

Instituição de abrigo: “Nele você pode incluir as pessoas que você convive no abrigo que você mora. Podem ser os monitores, tios, as crianças da sua casinha, da outra casinha, quem você quiser, sendo que quanto mais perto de você, mais você gosta, quanto mais longe, menos você gosta e no último você coloca quem você não gosta”. Novamente, espera-se o preenchimento deste campo, a identificação da existência de conflito ou rompimento nas relações e a qualificação geral de sat/insat.

Escola: “Na escola, você deve colocar pessoas com quem você convive na sua escola como professoras, colegas de aula, da outra série/sala, as tias da merenda ou funcionários, sendo que quanto mais perto de você, mais você gosta, quanto mais longe, menos você gosta e no último você coloca quem você não gosta”. Seguir com a classificação de conflito, rompimento e satisfação/insatisfação.

Amigos/Parentes: “Nessa fatia, você poderá incluir outras pessoas que você considera seus amigos, pessoas que você convive ou convivia na vizinhança da sua casa, do abrigo, ou mesmo aquelas que moram longe, enfim aquelas pessoas que você considera seus amigos. Além delas, você poderá colocar outros parentes que você tiver, como tios(as), primos(as), parentes que você não colocou no campo Família e que você deseje colocar”. Repetir “quanto mais perto de você, mais você gosta, quanto mais longe, menos você gosta e no último você coloca quem você não gosta”. Da mesma forma, investigar conflito, rompimento e satisfação/insatisfação do campo.

Contatos Formais: “Nessa fatia, você pode colocar outras pessoas que conhece de algum lugar que costuma ir, como igreja, conselho tutelar, clube, um atendimento de saúde/psicológico, posto de saúde, uma aula diferente (dança, artesanato, informática, ...), a casa de alguém que você frequenta (como é o caso da casa da madrinha do programa de apadrinhamento do abrigo), enfim, um lugar que não foi incluído nesses campos, e no qual você tem pessoas com quem convive”. Não esquecer de registrar o(s) lugar(es) citado(s) pelo participante. Este dado é importante para saber que instituições fazem parte da rede de apoio externa das crianças e dos adolescentes institucionalizados.

Depois do preenchimento dos campos, mostrar para o participante que ele possui inúmeras pessoas na vida e perguntar: “De todas essas pessoas, quem é a pessoa que você mais pode contar? E “porque você acha que pode contar com ela, que tipo de apoio/ajuda ela te dá?”. Tentar conseguir exemplos de ajuda que essa pessoa proporcionou e anotar tudo. Não esquecer que essa pessoa deve estar no Mapa, e se não estiver, deve-se convidar o participante a colocá-la onde ela quiser. Além disso, registrar a origem da pessoa, se é da família, se é do abrigo, se é um amigo (pares), ... é mais importante saber se é namorado ou amigo do que o nome da pessoa. Prestar atenção nos padrinhos, pois podem ser da família de origem ou do programa de apadrinhamento desenvolvido pelos abrigos.

Outros procedimentos:

- Apresentar o colega que vai anotar as respostas (quando tiver colega junto).
- O participante não poderá repetir a mesma pessoa em lugares diferentes, mas poderá trocá-la de lugar. Registra-se as pessoas mortas quando o participante trazer no

mapa. Anota-se também os bichos de estimação, ou os de pelúcia (não tem como colocar no mapa, mas anota-se).

- Deve-se questionar a idade aproximada das pessoas, especialmente os relacionamentos com conflito e rompimento: se é criança, adolescente (dos 12 aos 18 anos) ou adulto. Quando o participante falar que é tio/tia, professora, monitora, subentende-se que é adulto, e assim, não é necessário insistir sobre a idade.
- Registrar qual o nível que o participante colocou cada pessoa na folha de registro.
- Circular na folha de aplicação a ordem de escolha dos campos.
- É permitido “empilhar” as pessoas (bonequinhos) nos níveis, pois não tem muito espaço.
- É possível que o participante não tenha nenhuma pessoa para colocar em um determinado campo, como no caso do campo Contatos Formais, por exemplo, ou não queira colocar. É importante anotar isso na folha de registro. Nesse caso, no momento do levantamento, deve-se registrar “zero contato”, pois se estiver em branco, a digitadora ficará em dúvida se é *missing*, como quando o participante desiste de responder ao instrumento.
- Ao final de cada fatia perguntar: “tu lembra de mais alguém?; tu queres trocar alguém de lugar?; qual o campo que você quer fazer agora?”
- Qualquer pergunta que quem estiver anotando fizer, deve-se dirigir ao aplicador, e não ao participante, sempre pedindo licença pela interrupção.
- Deve explicar que serão feitas anotações (pessoalmente ou com a ajuda de uma colega), e é legal perguntar, se ela se importa com a presença de outra pessoa.
- O participante pode colocar pessoas que não conhece, como por exemplo: a nova mulher do pai que manda docinho ou o tio de uma colega que manda presentes.
- Cuidar os nomes repetidos.

LEVANTAMENTO DO MAPA DOS CINCO CAMPOS

Passar as informações da folha de registro dos nomes para a primeira página. Em cada campo colocar: número de pessoas no nível 1, no nível 2, no nível 3, no nível 4 e no nível 5 (observe a figura abaixo). Ao lado de cada campo, registrar a ordem de escolha do campo e a percepção geral de satisfação ou insatisfação no campo. Registrar o número total de contatos, sendo que os contatos do primeiro ao quarto níveis serão considerados satisfatórios, e os do quinto nível, insatisfatórios. Colocar “7 S, 1 I” para conferir o total de pessoas. Registrar o número total de conflitos e rompimentos, sendo que para o campo família, será observado número de conflitos e rompimentos com irmãos, tios/as, avós, mãe/madrasta, pai/padrasto, e outros familiares. É importante especificar nesse campo. Para o restante dos campos, especificar o número de conflitos e rompimentos com pares (crianças e adolescentes) ou adultos. Por isso a importância de registrar a idade das pessoas com conflito e rompimento citadas na aplicação. Registrar a principal fonte de apoio (resposta da pergunta “Com quem você mais pode contar?”) e registrar o contexto de origem da pessoa citada (se é colega, mãe, tia, madrinha da família, madrinha do programa de apadrinhamento, etc).

